DIÁRIO OFICIAL

PARANÁ | PODER EXECUTIVO ESTADUAL



Edição Digital nº 12.250| 133 páginas | Curitiba, 16 de Outubro de 2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

SUMÁRIO

Poder Executivo **4**
Casa Civil **11**
Procuradoria Geral do Estado **15**
Controladoria Geral do Estado **16**
Secretaria da Administração e da Previdência **16**
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento **30**
Secretaria das Cidades **31**
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior **31**
Secretaria do Desenvolvimento Social e Família **43**
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável **45**
Secretaria da Educação **66**
Secretaria da Fazenda **103**
Secretaria de Infraestrutura e Logística **114**
Secretaria da Justiça e Cidadania **115**
Secretaria do Planejamento **116**
Secretaria da Saúde **116**
Secretaria da Segurança Pública **120**
Autarquias **132**

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250
DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

GOVERNO DO ESTADO

Governador
Carlos Massa Ratinho Junior

Vice-Governador
Darci Piana

Casa Civil
João Carlos Ortega — Chefe da Casa Civil
Maiquel Guilherme Zimann — Diretor-Geral

Procuradoria Geral do Estado
Luciano Borges dos Santos — Procurador-Geral
Lucia Helena Cachoeira — Diretora-Geral

Controladoria Geral do Estado
Louise da Costa e Silva Garnica — Controladora-Geral
Anna Karina Moreira Braguinia — Diretora-Geral

Casa Militar
Coronel Marcos Antonio Tordoro — Chefe

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
Coronel Fernando Raimundo Schunig — Coordenador

SECRETARIAS DE ESTADO

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Kunibert Kolb Neto — Secretário
Marta Cristina Guizelini — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Natalino Avance de Souza — Secretário
Bruno Luis Krevoruczka — Diretor-Geral

Secretaria de Estado das Cidades
Fernando Lúcio Giacobo — Secretário
Valdomiro Hrysay — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Aldo Nelson Bona — Secretário
Jamil Abdanur Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Comunicação
Eduardo Pugnali Marcos — Secretário
Eder Franquito da Costa — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Cultura
Luciana Casagrande Pereira Ferreira — Secretária
Elietti de Souza Vilela — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Rogério Helias Carboni — Secretário
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
Everton Luiz da Costa Souza — Secretário
Amilcar Cavalcante Cabral — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Educação
Roni Miranda Vieira — Secretário
João Luiz Giona Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Esporte
Hélio Renato Wirbiski — Secretário
Ilson Augusto Rhoden — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Fazenda
Norberto Anacleto Ortigara — Secretário
Luiz Paulo Budal Pedroso — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Felipe Augusto Amadori Flessak — Secretário
Nelson Ademar Piske — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística
Fernando Furiatti Saboia — Secretário
José Brustolin Neto — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial
Marcos Vitorio Stamm — Secretário
Atila Castello Vaqueiro — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Luis Guilherme de Castro — Secretário
Nivaldo Ramos — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
Mariana de Sousa Machado Neris — Secretária
Diego Buligon — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Planejamento
Clemerson Aparecido da Silva — Secretário
Isac Teixeira de Lima — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Saúde
Cesar Augusto Neves Luiz — Secretário

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Hudson Leôncio Teixeira — Secretário
Adilson Luiz Lucas Prusse — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Willian Porfirio Ribeiro — Secretário
Lauro de Souza Silva Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Turismo
Luciano Ferreira Bartolomeu — Secretário
Jefferson Abade — Diretor-Geral

DIOE DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ
Praça Nossa Senhora de Salete, S/N
80530-909 | Centro Cívico | Curitiba | Paraná
Informações (41) 3350-2843

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Poder Executivo

Leis

Leis Sancionadas

Lei nº 23.449

16 de outubro de 2026.

Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Voleibol de Apucarana, com sede no Município de Apucarana.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Voleibol de Apucarana, com sede no Município de Apucarana.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 16 de outubro de 2026.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Bazana
Deputado Estadual

Prot. 26.708.604-4

Protocolo 140483/2026

Lei nº 23.450

16 de outubro de 2026.

Concede o Título de Utilidade Pública à Sociedade Paranavaiense de Desportos e Cultura, com sede no Município de Paranavaí.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Sociedade Paranavaiense de Desportos e Cultura, com sede no Município de Paranavaí.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 16 de outubro de 2026.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Dr. Leônidas
Deputado Estadual

Prot. 26.708.750-4

Protocolo 140484/2026

Lei nº 23.451

16 de outubro de 2026.

Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Comunitária da Vila Rural Monjolinho, com sede no Município de Ortigueira.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Comunitária da Vila Rural Monjolinho, com sede no Município de Ortigueira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 16 de outubro de 2026.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Arilson Chiorato
Deputado Estadual

Prot. 26.708.878-0

Protocolo 140488/2026

Lei nº 23.452

16 de outubro de 2026.

Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Cross Off-Road de Jipeiros e Trilheiros da Lapa, com sede no Município da Lapa.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede Título de Utilidade Pública à Associação Cross Off-Road de Jipeiros e Trilheiros da Lapa, com sede no Município da Lapa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 16 de outubro de 2026.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Denian Couto
Deputado Estadual

Prot. 26.708.824-1

Protocolo 140491/2026

Lei nº 23.453

16 de outubro de 2026.

Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Comercial e Empresarial de Palmas, com sede no Município de Palmas.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Comercial e Empresarial de Palmas - ACIPA, com sede no Município de Palmas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 16 de outubro de 2026.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Luiz Fernando Guerra
Deputado Estadual

Prot. 26.708.904-3

Protocolo 140495/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Lei nº 23.454

16 de outubro de 2026.

Institui a Semana Estadual de Conscientização sobre a Síndrome de Rett, a ser realizada anualmente na semana que compreenda o dia 29 de outubro.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Institui a Semana Estadual de Conscientização sobre a Síndrome de Rett, a ser realizada anualmente na semana que compreenda o dia 29 de outubro.

Parágrafo único. A Semana ora instituída tem como objetivos:

I - disseminar informações sobre os sintomas e as características da síndrome, visando ao diagnóstico precoce;

II - promover debates sobre políticas públicas de inclusão e acessibilidade para as pessoas com a síndrome;

III - fomentar o apoio às famílias e cuidadores, por meio de orientações e acolhimento;

IV - estimular a pesquisa científica e a capacitação de profissionais da saúde e da educação.

Art. 2º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei para garantir sua fiel execução.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 16 de outubro de 2026.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Hussein Bakri
Deputado Estadual

Prot. 26.708.630-3

Protocolo 140500/2026

Lei nº 23.455

16 de outubro de 2026.

Insere no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná a Corrida e Caminhada da Mãe do Rocio, realizada no Município de Paranaguá.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná a Corrida e Caminhada da Mãe do Rocio, realizada anualmente no mês de novembro no Município de Paranaguá.

Parágrafo único. O evento tem por finalidades:

I - promover a integração entre fé, esporte e saúde;

II - incentivar a prática de atividades físicas e hábitos saudáveis;

III - valorizar as manifestações culturais e religiosas do Estado do Paraná;

IV - fomentar o turismo religioso e esportivo no litoral paranaense;

V - fortalecer a identidade cultural e a participação comunitária.

Art. 2º A realização da Corrida e Caminhada da Mãe do Rocio poderá contar com a participação do Poder Público, de entidades religiosas, organizações esportivas e da sociedade civil, mediante cooperação, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. A inclusão no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná não implica criação de despesa obrigatória ao Poder Público, podendo eventuais ações de apoio ocorrer conforme disponibilidade orçamentária.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 16 de outubro de 2026.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Paulo Gomes
Deputado Estadual

Prot. 26.708.796-2

Protocolo 140501/2026

Lei nº 23.456

16 de outubro de 2026.

Insere no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná a Romaria de Nossa Senhora da Saúde, realizada anualmente no mês de novembro no Município de Cruzeiro do Iguaçu.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná a Romaria de Nossa Senhora da Saúde, realizada anualmente no mês de novembro no Município de Cruzeiro do Iguaçu, em data específica ajustada pela organização do evento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 16 de outubro de 2026.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Batatinha
Deputado Estadual

Prot. 26.708.651-6

Protocolo 140503/2026

Lei nº 23.457

16 de outubro de 2026.

Institui a Rota dos Bichos do Norte do Paraná como roteiro turístico de relevante interesse ambiental, pedagógico e cultural, e a reconhece como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Institui a Rota dos Bichos do Norte do Paraná como roteiro turístico de relevante interesse ambiental, pedagógico e cultural no Estado do Paraná.

§ **1º** A Rota ora instituída passa a integrar o Roteiro Turístico Oficial do Estado do Paraná.

§ **2º** Constituem objetivos da Rota:

I - promover o turismo sustentável, de natureza e de observação da fauna;

II - valorizar:

a) a biodiversidade regional;

b) os produtores rurais, as comunidades locais e os povos indígenas e comunidades tradicionais;

III - incentivar a conservação da fauna silvestre;

IV - estimular a educação ambiental;

V - integrar turismo, produção rural e conservação ambiental.

Art. 2º Para os fins desta Lei, consideram-se as seguintes definições:

I - sistema agroflorestal: sistema de uso da terra que integra espécies arbóreas,

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

culturas agrícolas e, quando aplicável, criação animal, de forma sustentável;

II - Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN: unidade de conservação de domínio privado, instituída nos termos da legislação federal, com o objetivo de conservar a biodiversidade;

III - fauna silvestre regional: conjunto de espécies nativas da Região Norte do Paraná;

IV - turismo pedagógico: atividade de visitação com finalidade educativa voltada à conservação ambiental e às práticas sustentáveis.

Art. 3º A Rota dos Bichos do Norte do Paraná poderá ser composta por:

I - Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs;

II - áreas com sistemas agroflorestais;

III - propriedades rurais com práticas sustentáveis;

IV - áreas destinadas à observação da fauna e à educação ambiental.

Art. 4º A Rota abrangerá, prioritariamente, Municípios da Região Norte do Estado, especialmente:

I - Rolândia;

II - Londrina;

III - Cambé;

IV - Ibiporã;

V - Jataizinho;

VI - Arapongas;

VII - Apucarana;

VIII - Faxinal;

IX - Ortigueira;

X - Tamarana;

XI - Marilândia do Sul;

XII - Califórnia;

XIII - Mauá da Serra.

Parágrafo único. Poderão integrar a Rota outros municípios da Região Norte do Estado que possuam áreas de relevante interesse ambiental, agroflorestal ou de conservação da fauna, conforme mapeamento técnico.

Art. 5º O Poder Executivo poderá, para a consecução dos objetivos desta Lei:

I - fomentar a cooperação com entidades da sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa, produtores rurais e demais atores interessados, com vistas ao desenvolvimento, à promoção e ao fortalecimento da Rota;

II - realizar o mapeamento técnico da Rota, para fins de delimitação, planejamento e divulgação, podendo contemplar áreas prioritárias, pontos de visitação e corredores ecológicos;

III - promover a divulgação da Rota e sua integração com políticas públicas de turismo, meio ambiente e educação;

IV - incentivar a qualificação da oferta turística associada à Rota, inclusive por meio da promoção de acessibilidade linguística e da disponibilização de informações em idiomas estrangeiros, considerando o potencial de atração de visitantes nacionais e internacionais;

V - estimular a troca de experiências e a cooperação técnica em âmbito nacional e internacional;

VI - valorizar os saberes tradicionais e a diversidade cultural associada à conservação da biodiversidade, observado o respeito aos produtores rurais, às comunidades locais, aos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Art. 6º Reconhece a Rota dos Bichos do Norte do Paraná como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Paraná, nos termos do art. 216 da Constituição Federal e do art. 191 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 7º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 16 de outubro de 2026.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Cobra Repórter
Deputado Estadual

Prot. 26.708.775-0

Protocolo 140505/2026

Lei nº 23.458

16 de outubro de 2026.

Reconhece a tradição da bataticultura no Município de Contenda como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Paraná e insere a Festa da Batata no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Reconhece a tradição da bataticultura no Município de Contenda como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Paraná.

Parágrafo único. A bataticultura consiste no cultivo da batata, uma das atividades mais representativas do município, que contribui para geração de renda, fortalecimento da agricultura familiar e formação da identidade rural local, sendo desenvolvida há décadas por famílias agricultoras que preservam conhecimentos tradicionais.

Art. 2º Insere no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná a Festa da Batata de Contenda, realizada anualmente no final de semana mais próximo ao dia 14 de novembro, data de aniversário do Município de Contenda.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 16 de outubro de 2026.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Gilberto Ribeiro
Deputado Estadual

Prot. 26.708.729-6

Protocolo 140508/2026

Atos do Chefe do Poder Executivo

Decretos Regulamentares

DECRETO Nº 15.428

Nomeações de representantes da Sociedade Civil para a composição do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o a Lei nº 11.362, de 12 de abril de 1996, e tendo em vista o contido no protocolo nº 26.721.920-6,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia para integrar o Conselho Estadual de Assistência Social, como representantes da Sociedade Civil, os seguintes representantes:

I - Segmentos de Trabalhadores do SUAS:

Titular: ANIZIO DONIZETE DA SILVA, CPF nº 715.xxx.xxx-10, em substituição a Simone Aparecida Falchetti Paulin;

II - Segmentos das Entidades com vínculo SUAS:

Titular: SUELEN FINAU DOS SANTOS NEGRELLI, CPF nº 035.xxx.xxx-70, em substituição a João Lucas dos Santos;

Suplente: JOÃO LUCAS DOS SANTOS, CPF nº 087.xxx.xxx-44, em substituição a Camila Slociak Penteado;

Art. 2º Altera a alínea "a" do inciso II do art. 1º do Decreto nº 14.173, de 25 de junho de 2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:

a)Macrorregião de Maringá:

Titular: ANIZIO DONIZETE DA SILVA, CPF nº 715.xxx.xxx-10, em substituição de SIMONE APARECIDA FALCHETTI PAULIN, CPF n° 702.XXX.XXX-00;

Art. 3º Altera a alínea "a" do inciso V do art. 1º do Decreto nº 10.335 de 16 de junho de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

a)Segmento de Entidades com Vínculo ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS: Centro de Integração Empresa - Escola do Paraná - CIEE/PR, Sede Curitiba, representado por SUELEN FINAU DOS SANTOS NEGRELLI, CPF nº 035.xxx.xxx-70, como membro Titular e JOÃO LUCAS DOS SANTOS, CPF nº 087.xxx.xxx-44, como membro Suplente.

Art. 4º Altera a alínea "b" do inciso V do art. 1º do Decreto nº 10.335, de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

b)Segmento de Organizações dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS: Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado do Paraná (SENALBA/PR), representado por ANIZIO DONIZETE DA SILVA, CPF nº 715. xxx.xxx-10, como membro Titular e MARCELO DOS SANTOS, CPF n° 822. XXX.XXX-68, como membro Suplente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 16 de outubro de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

Protocolo 141212/2026

Decretos Autônomos

DECRETO Nº 15.426

Homologa situação de emergência no Município de Boa Esperança do Iguaçu, em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Vendaval.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Boa Esperança do Iguaçu, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres - FIDE, consubstanciado no protocolo nº 26.746.646-7,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 3.568, de 15 de outubro de 2026, exarado pelo Prefeito de Boa Esperança do Iguaçu, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Tempestade Local/ Convectiva - Vendaval.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do decreto municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data em que foi publicada declaração de anormalidade em âmbito municipal.

Curitiba, em 16 de outubro de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

Protocolo 141192/2026

Decretos Pessoal

DECRETO Nº 15.427

Nomeação de DANIELI CESARI, para cargo comissionado executivo do Departamento de Estradas de Rodagem.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no protocolo nº 26.715.484-8,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, DANIELI CESARI, CPF nº 091.XXX.XXX-03, para exercer cargo comissionado executivo de Assessor - Símbolo CCE-10, do Departamento de Estradas de Rodagem, a partir de 13 de outubro de 206, ficando exonerada, a pedido, GRICIANE IARA PAZ DE MOURA, CPF nº 005.XXX.XXX-52, a partir de 12 de outubro de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 16 de outubro de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO FURIATTI SABOIA
Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística

Protocolo 141199/2026

DECRETO Nº 15.429

Nomeação de PEDRO HENRIQUE RIBEIRO OZOL para cargo comissionado executivo do Departamento de Trânsito do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no protocolo nº 26.750.986-7,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, PEDRO HENRIQUE RIBEIRO OZOL, CPF nº 087.XXX. XXX-66, para exercer cargo comissionado executivo de Assessor - Símbolo CCE-13, do Departamento de Trânsito do Paraná, ficando exonerado, a pedido, GELSON SALVI GONÇALVES, CPF nº 046.XXX.XXX-65, a partir de 1º de novembro de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 16 de outubro de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

Protocolo 141217/2026

DECRETO Nº 15.430

Transforma cargos comissionados executivos no âmbito do Poder Executivo Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, e o contido no protocolo nº 26.747.613-6,

DECRETA:

Art. 1º Transforma, sem aumento de despesa, nos termos do art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, os cargos comissionados executivos integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, conforme segue:

- 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-7, da Secretaria de Estado da Cultura; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-13, da Secretaria de Estado da Cultura; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-13, da Casa Civil.	em	- 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-9, para a Secretaria de Estado da Cultura; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-11, para a Secretaria de Estado da Cultura; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-11, para a Casa Civil.

Parágrafo único. O saldo remanescente da transformação fica sob controle da Casa Civil, nos termos do Parágrafo único do art. 78 da Lei nº 21.851, de 2023, para operação de eventuais alterações futuras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de outubro de 2026.

Curitiba, em 16 de outubro de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

Protocolo 141222/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

DECRETO Nº 15.431

Exonerações e nomeações para exercerem cargos comissionados executivos de Órgãos do Poder Executivo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo n° 26.747.613-6,

DECRETA:

Art. 1º Exonera ocupantes de cargos comissionados executivos da Secretaria de Estado da Cultura, a partir de 19 de outubro de 2026:

a pedido, CYNTHIA GRUENDLING JURUENA, CPF nº 005.XXX.XXX-41, Assessor - Símbolo CCE-7;

VITOR DROPPA WADOWSKI FONSECA, CPF nº 107.XXX.XXX-85, Assessor - Símbolo CCE-11;

ANGELO TADAO CANDIDO SHINTATI, CPF nº 133.XXX.XXX-29, Assessor -Símbolo CCE-13.

Art. 2º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, para exercerem cargos comissionados executivos da Secretaria de Estado da Cultura, a partir de 19 outubro de 2026:

VITOR DROPPA WADOWSKI FONSECA, CPF nº 107.XXX.XXX-85, Assessor - Símbolo CCE-9;

HERNANE CERVI SILVA, CPF nº 081.XXX.XXX-60, Assessor - Símbolo CCE-11;

ANGELO TADAO CANDIDO SHINTATI, CPF nº 133.XXX.XXX-29, Assessor - Símbolo CCE-11.

Art. 3º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, RAFAEL MARQUES FERREIRA RITTES GULHOTE, CPF nº 124.XXX.XXX-35, para exercer o cargo comissionado executivo de Assessor - Símbolo CCE-11, da Casa Civil, ficando exonerado, em consequência, do cargo comissionado executivo de Assessor - Símbolo CCE-13, a partir de 19 de outubro de 2026.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 16 de outubro de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUCIANA CASAGRANDE PEREIRA FERREIRA
Secretária de Estado da Cultura

Protocolo 141226/2026

DECRETO Nº 15.432

Transforma funções comissionadas executivas no âmbito do Poder Executivo Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023 e o contido no protocolo 26.688.119-3,

DECRETA:

Art. 1º Transforma, sem aumento de despesa, nos termos do art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, as funções comissionadas executivas integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, conforme segue:

- 1 (uma) função de Assessor, símbolo FCE-8, da Secretaria de Estado da Fazenda; - 1 (uma) função de Assessor, símbolo FCE-14, da Secretaria de Estado da Fazenda.	em	- 1 (uma) função de Assessor, símbolo FCE-9, da Secretaria de Estado da Fazenda; - 1 (uma) função de Assessor, símbolo FCE-12, da Secretaria de Estado da Fazenda.

Parágrafo único. O saldo remanescente da transformação fica sob controle da Casa Civil, nos termos do Parágrafo único do art. 78 da Lei nº 21.851, de 2023, para operação de eventuais alterações futuras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2026.

Curitiba, em 16 de outubro de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

Protocolo 141230/2026

DECRETO Nº 15.433

Nomeações para cargos comissionados executivos e funções comissionadas executivas da Secretaria de Estado da Fazenda.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 26.688.119-3,

DECRETA:

Art. 1º Exonera, a partir de 14 de setembro de 2026, ARTHUR CASSEMIRO BISPO, CPF nº 063.XXX.XXX-10, da função comissionada executiva de Assessor - Símbolo FCE-8, da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 2º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e designa, de acordo com o art. 72 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, para exercerem cargos comissionados executivos e funções comissionadas executivas da Secretaria de Estado da Fazenda:

ADRIEL MATHEUS VIEIRA, CPF nº 066.XXX.XXX-84, Assessor - Símbolo CCE-9, ficando exonerado, em consequência, a partir de 1º de outubro de 2026, da função comissionada executiva de Assessor - Símbolo FCE-9;

MATHEUS DE ALMEIDA SANTOS, CPF nº 041.XXX.XXX-19, Assessor - Símbolo FCE-9, ficando exonerado, em consequência, a partir de 1º de outubro de 2026, do cargo comissionado executivo de Assessor - Símbolo CCE-9;

LUCIANO IWANAGA PACHECO, CPF nº 225.XXX.XXX-50, Assessor - Símbolo FCE-9, ficando exonerado, em consequência, a partir de 1º de outubro de 2026, do cargo comissionado executivo de Assessor - Símbolo CCE-11;

RONALD WEGNER NETO, CPF nº 067.XXX.XXX-13, Assessor - Símbolo FCE-12, ficando exonerado, em consequência, a partir de 1º de outubro de 2026, do cargo comissionado executivo de Assessor - Símbolo CCE-12;

MATHEUS COMUNELLO NOGUEIRA, CPF nº 070.XXX.XXX-59, Assessor - Símbolo CCE-12, ficando exonerado, em consequência, a partir de 1º de outubro de 2026, do cargo comissionado executivo de Assessor - Símbolo CCE-13;

EZEQUIEL MARCOS DA PAZ, CPF nº 856.XXX.XXX-20, Assessor - Símbolo CCEC-13, ficando exonerado, em consequência, a partir de 1º de outubro de 2026, do cargo comissionado executivo de Assessor - Símbolo CCE-14.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 16 de outubro de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 141235/2026

DECRETO Nº 15.434

Demissão do servidor LEOMAR BOLZANI, Professor do Quadro Próprio do Magistério.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no protocolo nº 19.602.023-3, e ainda,

Considerando que o servidor LEOMAR BOLZANI, CPF nº 019.XXX.XXX-60, ocupante do cargo de Professor, do Quadro Próprio do Magistério - QPM, LF-01 e 02, lotado no Núcleo Regional de Educação de Pato Branco, infringiu com sua conduta o disposto na alínea "c" do inciso V do art. 293 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

Considerando que o servidor foi submetido a regular procedimento administrativo, no qual lhe foi assegurado o exercício da ampla defesa e do contraditório;

Considerando ainda o Relatório Final da Comissão Processante e a Deliberação nº 35/2026 do Conselho do Magistério, que cotejando as provas acostadas nos autos e a defesa apresentada, entendeu configurada a conduta irregular do servidor, recomendando sua demissão; e ainda,

Demonstrado que a infração administrativa perpetrada se enquadra nas hipóteses em que a lei comina penalidade máxima, não assiste ao gestor público a faculdade de aplicar sanção diversa, ainda que sob a invocação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, aplicando-se à espécie o entendimento consagrado na Súmula n. 650 do Superior Tribunal de Justiça;

Dessa forma, diante da tipicidade da conduta e da vinculação da Administração à legalidade estrita, impõe-se a aplicação da penalidade prevista em lei, nos exatos termos do normativo que rege a matéria;

DECIDE:

Art. 1º Demitir o servidor LEOMAR BOLZANI, CPF nº 019.XXX.XXX-60, do cargo de Professor, do Quadro Próprio do Magistério - QPM, LF-01 e 02, lotado no Núcleo Regional de Educação de Pato Branco, por ter infringido com

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

sua conduta o disposto na alínea "c" do inciso V do art. 293 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 16 de outubro de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

RONI MIRANDA VIEIRA
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 141237/2026

DECRETO Nº 15.435

Nomeações para cargos comissionados executivos do Instituto Água e Terra e da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, JOSÉ FELIPE ALVES, CPF nº 251.XXX.XXX-72, para exercer o cargo comissionado executivo de Assessor - Símbolo CCE-5, do Instituto Água e Terra, ficando exonerada VANESSA DA SILVA SILVEIRA, CPF nº 116.XXX.XXX-41.

Art. 2º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, VANESSA DA SILVA SILVEIRA, CPF nº 116.XXX.XXX-41, para exercer o cargo de Chefe de Divisão - Símbolo CCE-7, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável, ficando exonerado JOSÉ FELIPE ALVES, CPF nº 251.XXX.XXX-72.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 16 de outubro de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

Protocolo 141242/2026

DECRETO Nº 15.436

Nomeação de IGOR MELHEM MARQUES para cargo comissionado executivo da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, IGOR MELHEM MARQUES, CPF nº 806.XXX.XXX-20, para exercer cargo comissionado executivo de Assessor - Símbolo CCE-7, da Casa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 16 de outubro de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

Protocolo 141249/2026

DECRETO Nº 15.437

Cumprimento de decisão judicial para nomeação provisória de GEOVANE ANDRÉ BOBATO, no cargo de Agente Profissional do Quadro Próprio do Poder Executivo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista a decisão proferida nos Autos nº 0003481-24.2025.8.16.0179, da Secretaria Especializada em Movimentações Processuais das Varas da Fazenda Pública de Curitiba - 5ª Vara, e o contido no protocolo nº 25.469.310-3,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, em virtude de habilitação em concurso público, de acordo com o inciso II do art. 24, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e a Lei nº 13.666, de 5 de julho de 2002, GEOVANE ANDRÉ BOBATO, CPF nº 092.XXX.XXX-45, inscrição nº 177.014-4, para exercer o cargo de Agente Profissional, na função de Engenheiro Agrônomo, do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE.

Art. 2º A nomeação se dará em caráter provisório, condicionada sua definitividade à decisão judicial transitada em julgado no processo referido no preâmbulo.

Parágrafo único: O servidor será imediatamente desligado do cargo em caso de revogação da decisão que determinou a sua nomeação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 16 de outubro de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

KUNIBERT KOLB NETO
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Protocolo 141253/2026

Despacho do Governador

DESPACHO GOVERNAMENTAL

1. Trata-se de recurso disciplinar interposto por **ERICK KAUÃ VERGOPOLAN GOMES**, **CPF n.º 091.XXX.XXX-90**, em face da decisão do Comando-Geral da Polícia Militar, em sede de reconsideração de ato.

2. Presente os pressupostos de admissibilidade (requisitos intrínsecos e extrínsecos), **CONHEÇO** do recurso disciplinar, nos termos do art. 37, §1º, da Lei Estadual nº 16.544/2010.

3. No mérito, e considerando os demais elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 26.702.626-2**, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo incólume a decisão vergastada por seus próprios fundamentos, pois ocorreu dentro da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade administrativa, destacando ainda:

i. que o processo disciplinar é o instrumento idôneo para apurar a responsabilidade do militar estadual por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha repercussão ético-moral que afete a honra pessoal, o decoro da classe ou o pundonor militar, incompatibilizando-o a permanecer no estado efetivo da PMPR (art. 3º da Lei Estadual nº 16.544/2010);

ii. que a instância administrativo-disciplinar transcorreu sem qualquer mácula, com incensurável respeito aos princípios administrativos constitucionais, legais e normativos vigentes, oportunizando ao Recorrente o exercício do contraditório e a ampla defesa;

iii. que os argumentos apresentados na peça recursal já foram enfrentados pelo Comandante-Geral da Polícia Militar e motivadamente afastados na decisão de recurso em sede de reconsideração de ato;

iv. que não foram colacionadas novas provas ou fatos que possibilitem a mudança de entendimento, e o conjunto probatório produzido nos autos comprova a prática da conduta contrária aos ditames normativos, não sendo a simples alegação de injustiça fundamento idôneo para o provimento recursal;

v. a importância social das atividades exercidas pelos policias militares, que devem prezar pelo decoro público e pela ética em razão da fé pública neles depositada e que são inerentes ao exercício dessa atividade, e, em razão desse múnus público, devem ser responsabilizados pelos desvios cometidos em seu exercício.

4. PUBLIQUE-SE e encaminhe-se à PMPR para conhecimento e providências, **certificando o trânsito em julgado administrativo**, **nos termos do art. 2º**, **XXII**, **pelo esgotamento dos recursos disponíveis**.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
GOVERNADOR

Protocolo 141002/2026

DESPACHO GOVERNAMENTAL

1. Trata-se de recurso disciplinar interposto por **CARLOS AUGUSTO DA SILVA**, **CPF nº 079.XXX.XXX-05**, em face da decisão do Comando-Geral da Polícia Militar, em sede de reconsideração de ato.

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

2. Presente os pressupostos de admissibilidade (requisitos intrínsecos e extrínsecos), **CONHEÇO** do recurso disciplinar, nos termos do art. 37, §1º, da Lei Estadual nº 16.544/2010.

3. No mérito, e considerando os demais elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 26.432.683-4**, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo incólume a decisão vergastada por seus próprios fundamentos, pois ocorreu dentro da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade administrativa, destacando ainda:

i. que o processo disciplinar é o instrumento idôneo para apurar a responsabilidade do militar estadual por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha repercussão ético-moral que afete a honra pessoal, o decoro da classe ou o pundonor militar, incompatibilizando-o a permanecer no estado efetivo da PMPR (art. 3º da Lei Estadual nº 16.544/2010);

ii. que a instância administrativo-disciplinar transcorreu sem qualquer mácula, com incensurável respeito aos princípios administrativos constitucionais, legais e normativos vigentes, oportunizando ao Recorrente o exercício do contraditório e a ampla defesa;

iii. que os argumentos apresentados na peça recursal já foram enfrentados pelo Comandante-Geral da Polícia Militar e motivadamente afastados na decisão de recurso em sede de reconsideração de ato;

iv. que não foram colacionadas novas provas ou fatos que possibilitem a mudança de entendimento, e o conjunto probatório produzido nos autos comprova a prática da conduta contrária aos ditames normativos, não sendo a simples alegação de injustiça fundamento idôneo para o provimento recursal;

v. a importância social das atividades exercidas pelos policias militares, que devem prezar pelo decoro público e pela ética em razão da fé pública neles depositada e que são inerentes ao exercício dessa atividade, e, em razão desse múnus público, devem ser responsabilizados pelos desvios cometidos em seu exercício.

4. PUBLIQUE-SE e encaminhe-se à PMPR para conhecimento e providências, **certificando o trânsito em julgado administrativo**, **nos termos do art. 2º**, **XXII**, **pelo esgotamento dos recursos disponíveis**.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
GOVERNADOR

Protocolo 141005/2026

DESPACHO GOVERNAMENTAL

1. Trata-se de recurso hierárquico interposto por **JORGE ARMANDO COLAÇO**, CPF nº 069.xxx.xxx-33 requerendo a reforma de decisão administrativa para fins de concessão da honraria militar denominada "Medalha de Sangue".

2. Compulsando o caderno administrativo, depreende-se que a pretensão do recorrente restou originariamente indeferida pela Comissão de Mérito, decisão esta ratificada, na sequência hierárquica, pelo Comandante-Geral da Polícia Militar. Ato contínuo, o recurso dirigido ao Secretário de Estado da Segurança Pública (SESP) não superou o juízo de admissibilidade, restando não conhecido sob o fundamento de incompetência legal para a revisão do ato.

3. Inicialmente, em sede preliminar, impõe-se referendar o acerto do posicionamento adotado pela SESP. A valoração dos requisitos para a concessão de medalhas constitui matéria afeta à vida interna e à autonomia funcional da Corporação. A competência técnica para tal avaliação é atribuída com exclusividade à Comissão de Mérito da PMPR. Sendo assim, o fluxo recursal para matérias dessa natureza não transita pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, evitando-se ingerência indevida em critérios técnicos de avaliação estritamente militares.

4. Não obstante a ausência de competência da SESP para o trâmite, o presente recurso comporta conhecimento por esta Chefia do Poder Executivo. Isso porque, nos termos do art. 250 da Lei Estadual nº 1.943/1954 (Código da Polícia Militar do Paraná), compete privativamente ao Governador do Estado o ato formal de conferir as honrarias militares, incluindo a Medalha de Sangue. Portanto, na condição de autoridade máxima da Administração Pública Estadual e responsável final pelo ato de concessão, é cabível o controle de legalidade por este subscritor.

5. No mérito, contudo, o recurso não merece prosperar.
6. O cerne da questão repousa na subsunção dos fatos aos ditames do art. 253 do Código da Polícia Militar do Paraná (Lei nº 1.943/1954), que prevê a concessão da medalha ao militar que, "em campanha ou em cumprimento da missão policial, receber ou tiver recebido ferimento de natureza grave".

7. A aferição de tais requisitos fáticos - sobretudo a qualificação técnica para determinar se um infortúnio ocorrido em atividade de instrução se equipara ao rigor do conceito de "missão policial" ou "campanha" - insere-se na esfera da discricionariedade técnica da Comissão de Mérito da PMPR.

8. Em sede de recurso hierárquico, não cabe à autoridade superior substituir o órgão técnico colegiado na interpretação de conceitos estritamente operacionais, salvo se constatada flagrante ilegalidade, vício de motivação ou manifesto erro de fato. No presente caso, verifica-se que o ato denegatório exarado pela Comissão de Mérito e mantido pelo Comandante-Geral encontra-se devidamente fundamentado e alinhado aos normativos internos da Corporação, inexistindo vícios que justifiquem a sua anulação ou reforma.

9. Pelo exposto, e considerando os demais elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 26.296.691-7**, **CONHEÇO** do recurso hierárquico e, no mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo incólume a decisão denegatória proferida pelas instâncias competentes da Polícia Militar do Paraná.

10. PUBLIQUE-SE e encaminhe-se à PMPR.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
GOVERNADOR

Protocolo 141007/2026

DESPACHO GOVERNAMENTAL

1. Trata-se de recurso disciplinar interposto por **GERALBERTO DE JESUS DAMASCENO**, **CPF nº 060.xxx.xxx-60**, em face da decisão do Comando-Geral da Polícia Militar, em sede de reconsideração de ato.

2. Presente os pressupostos de admissibilidade (requisitos intrínsecos e extrínsecos), **CONHEÇO** do recurso disciplinar, nos termos do art. 37, §1º, da Lei Estadual nº 16.544/2010.

3. No mérito, e considerando os demais elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 26.147.276-7**, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo incólume a decisão vergastada por seus próprios fundamentos, pois ocorreu dentro da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade administrativa, destacando ainda:

i. que o processo disciplinar é o instrumento idôneo para apurar a responsabilidade do militar estadual por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha repercussão ético-moral que afete a honra pessoal, o decoro da classe ou o pundonor militar, incompatibilizando-o a permanecer no estado efetivo da PMPR (art. 3º da Lei Estadual nº 16.544/2010);

ii. que a instância administrativo-disciplinar transcorreu sem qualquer mácula, com incensurável respeito aos princípios administrativos constitucionais, legais e normativos vigentes, oportunizando ao Recorrente o exercício do contraditório e a ampla defesa;

iii. que os argumentos apresentados na peça recursal já foram enfrentados pelo Comandante-Geral da Polícia Militar e motivadamente afastados na decisão de recurso em sede de reconsideração de ato;

iv. que não foram colacionadas novas provas ou fatos que possibilitem a mudança de entendimento, e o conjunto probatório produzido nos autos comprova a prática da conduta contrária aos ditames normativos, não sendo a simples alegação de injustiça fundamento idôneo para o provimento recursal;

v. a importância social das atividades exercidas pelos policias militares, que devem prezar pelo decoro público e pela ética em razão da fé pública neles depositada e que são inerentes ao exercício dessa atividade, e, em razão desse múnus público, devem ser responsabilizados pelos desvios cometidos em seu exercício.

4. PUBLIQUE-SE e encaminhe-se à PMPR para conhecimento e providências, **certificando o trânsito em julgado administrativo**, **nos termos do art. 2º**, **XXII**, **pelo esgotamento dos recursos disponíveis**.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
GOVERNADOR

Protocolo 141010/2026

Despacho do Chefe da Casa Civil

DESPACHO SECRETARIAL

1. De acordo com elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 26.715.874-6**, **EXCEPCIONALIZO** as regras administrativas previstas no art. 1º, III, da Resolução Conjunta nº 01/2024 CC/SEAP/SEFA, visando atender as necessidades da Receita Estadual do Paraná, especificamente retratada no caderno administrativo.

2. A autorização supra fica condicionada aos limites de acréscimo de despesa com outras despesas correntes, **nos termos do Decreto nº 5919/2024 e Resolução Conjunta CC/SEFA nº 01/2024**. A análise das questões financeiras

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão/Entidade solicitante.

3. PUBLIQUE-SE.

JOÃO CARLOS ORTEGA
CHEFE DA CASA CIVIL

Protocolo 141016/2026

DESPACHO SECRETARIAL

1. De acordo com elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 26.706.420-2**, **EXCEPCIONALIZO** a regra administrativa previstas no art. 1º, III, da Resolução Conjunta nº 01/2024 CC/SEAP/SEFA, visando atender às necessidades da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI).

2. A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade) com base nas peças informativas encartadas no protocolado. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão/Entidade solicitante.

3. PUBLIQUE-SE.

JOÃO CARLOS ORTEGA
CHEFE DA CASA CIVIL

Protocolo 141021/2026

Casa Civil

RESOLUÇÃO nº 1668

Designa GABRIELLY MOREIRA PONTES para exercer suas atividades junto a Secretaria de Estado da Comunicação.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designa, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, a partir de 19 de outubro de 2026, a servidora GABRIELLY MOREIRA PONTES, CPF nº 097.XXX.XXX-78, nomeada na Controladoria-Geral do Estado pelo Decreto nº 255, de 26 de janeiro de 2023, para exercer suas atividades junto a Secretaria de Estado da Comunicação.

Art. 2º Eventuais despesas da servidora designada com diárias e passagens ficará a cargo do órgão de destino.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de outubro de 2026.

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

Protocolo 140986/2026

PORTARIA nº 228

Designa ELISETE JOSÉ DE SOUZA para responder interinamente pelas atribuições do cargo de chefe do Centro de Apoio Operacional - CAO.

O DIRETOR-GERAL DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no protocolado nº 23.271.705-0,

RESOLVE:

Art. 1º Designa a servidora ELISETE JOSÉ DE SOUZA, CPF nº 965.XXX.XXX-04, para responder, a partir do dia 20 de outubro de 2026, interinamente e sem prejuízo de suas funções, pelas atribuições do cargo de chefe do Centro de Apoio Operacional - CAO, enquanto perdurar as férias da titular da função, a servidora ADRIANA MULEK, CPF nº 839.XXX.XXX-49.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de outubro de 2026.

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Diretor-Geral da Casa Civil

Protocolo 140981/2026

PORTARIA nº 229

Designa PAULO MATEUS CHIARELLI para responder interinamente pelas atribuições do cargo de Diretor-Geral da Casa Civil.

O DIRETOR-GERAL DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no protocolado nº 22.796.426-0,

RESOLVE:

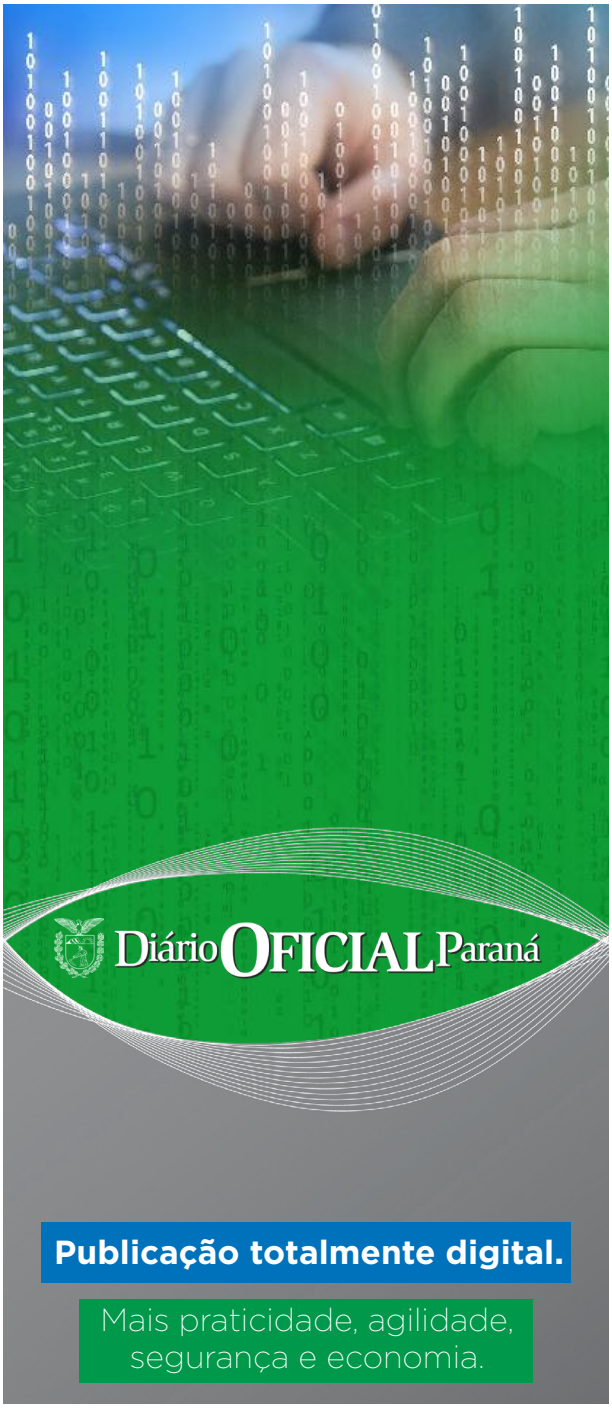
Art. 1º Designa o servidor PAULO MATEUS CHIARELLI, CPF nº 099.XXX.XXX-80, para responder, interinamente e sem prejuízo de suas funções, pelas atribuições do cargo de Diretor-Geral da Casa Civil, enquanto perdurar as férias do titular da função, o servidor MAIQUEL GUILHERME ZIMANN, CPF nº 088.XXX.XXX-32, a partir do dia 16 de novembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de outubro de 2026.

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Diretor-Geral da Casa Civil

Protocolo 140984/2026



DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

DETRAN

PORTARIA N.º 1711/2026 - DP/DETRAN-PR

Designação de Membro Integrante para composição das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI do DETRAN/PR.

A PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ - DETRAN/PR no uso das suas atribuições legais e prerrogativas fixadas no Decreto Estadual nº 11.418/2022 que institui o Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

Considerando as competências previstas no Código de Trânsito Brasileiro, Lei n.º 9.503/1997, e Resolução n.º 357/2010 do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

Considerando a publicação do Decreto Estadual nº 15.340 em 07 de outubro de 2026.

Considerando o contido no art. 4º, inciso I do Decreto Estadual nº 11.418/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Membro Integrante Titular, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná, para compor a Junta Administrativa de Recurso de Infrações - JARI, conforme segue:

INTEGRANTE	POSIÇÃO	REPRESENTAÇÃO	JARI
Eriksson Felipe Denk	Presidente	DETRAN PR	JARI III

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir de 14 de outubro de 2026.

(datado e assinado eletronicamente)
Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

Protocolo 139168/2026

PORTARIA N.º 1637/2026 - DP/DETRAN-PR

Desabilitar a empresa R V Victorino.

A DIRETORA-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ - DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,

CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;

CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;

CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 26.578.073-3.

RESOLVE:

Art. 1º. Desabilitar a empresa R V VICTORINO, inscrita no CNPJ 39.547.703/0001-70, representado pelo seu Despachante Documentalista Richard Vinicius Victorino, portador do Cadastro de Pessoa Física 053.XXX.XXX-37, sob matricula 1149007-7, habilitado pela Portaria nº 629/2024-DP, para atuar no Município de Iporã/PR.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

Protocolo 139394/2026

PORTARIA N.º 1638/2026 - DP/DETRAN-PR

Habilitar para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres Richard Vinicius Victorino.

A DIRETORA-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ - DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,

CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;

CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;

CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 26.578.073-3.

RESOLVE:

Art. 1º. Habilitar RICHARD VINICIUS VICTORINO, portadora do Cadastro de Pessoa Física nº 053.XXXX.XXX-37, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, sob a matrícula nº 1149007-7.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

Protocolo 139397/2026

PORTARIA N.º 1643/2026 - DP/DETRAN-PR

Alterar o endereço da empresa Centro de Formação de Condutores Vitória Ltda.

À DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ - DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 01 de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;

CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.721.531-8.

RESOLVE:

Art. 1°. Alterar, o endereço, da empresa Centro de Formação de Condutores Vitória Ltda., com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ n.º 01.267.436/0001-04, para a Avenida Paraná, nº 930, Bairro Zona 01, credenciado para o Município de Maringá/PR.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

Protocolo 139521/2026

PORTARIA N.º 1644/2026 - DP/DETRAN-PR

Cancelar a pedido o credenciamento da empresa Centro de Formação de Condutores Basso & Santana Ltda.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ - DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 01 de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;

CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 26.536.218-4.

RESOLVE:

Art. 1°. Cancelar, a pedido, o credenciamento da empresa Centro de Formação de Condutores Basso & Santana Ltda., com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ n.º 13.486.326/0001-12, credenciado para o Município de Tupassi/PR.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

Protocolo 139529/2026

PORTARIA N.º 1640/2026 - DP/DETRAN-PR

Habilitar a empresa Lorini Despachante Ltda.

A DIRETORA-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ - DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,

CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;

CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;

CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 26.583.094-3.

RESOLVE:

Art. 1º. Habilitar a empresa LORINI DESPACHANTE LTDA, CNPJ 67.941.289/0001-14, representada pelo seu Despachante Documentalista Ariel Junior Lorini, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 079.XXX.XXX-07, sob a matrícula nº 1684008-4 para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

Protocolo 139532/2026

PORTARIA N.º 1654/2026 - DP/DETRAN-PR

Habilitar para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres Pedro Henrique Bortot.

A DIRETORA-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ - DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,

CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

atividades previstas na legislação de trânsito;
1CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 26.670.462-3.
RESOLVE:
Art. 1º. Habilitar PEDRO HENRIQUE BORTOT, portador(a) do Cadastro de Pessoa Física nº 064.XXX.XXX-40, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, sob a matrícula nº 1605041-5.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

Protocolo 139533/2026

PORTARIA N.º 1653/2026 - DP/DETRAN-PR

Habilitar para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres Ruan Tales Spote.

A DIRETORA-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ - DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
1CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 26.564.592-5.
RESOLVE:
Art. 1º. Habilitar RUAN TALES SPOTE, portador(a) do Cadastro de Pessoa Física nº 062.XXX.XXX-61, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, sob a matrícula nº 1165014-7.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

Protocolo 139534/2026

PORTARIA N.º 1652/2026 - DP/DETRAN-PR

Habilitar para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres Rogerio de Andrade.

A DIRETORA-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ - DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
1CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 26.558.631-7.
RESOLVE:
Art. 1º. Habilitar ROGERIO DE ANDRADE, portador(a) do Cadastro de Pessoa Física nº 078.XXX.XXX-12, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, sob a matrícula nº 101945-7.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

Protocolo 139535/2026

PORTARIA N.º 1647/2026 - DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ - DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 26.671.660-5.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o(a) Sr.(a). DANIEL DA SILVA, CPF 055.XXX.XXX-89. Para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos apli-cáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

Protocolo 139536/2026

PORTARIA N.º 1690/2026 - DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ - DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 26.670.859-9.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o(a) Sr.(a). ROMOALDO MANOEL DA SILVA, CPF 060.XXX.XXX-80. Para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos apli-cáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

Protocolo 139537/2026

PORTARIA N.º 1700/2026 - DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ - DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 26.656.246-2.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o(a) Sr.(a). JUSSARA APARECIDA PEREIRA PINTO, CPF 792.XXX.XXX-00. Para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos apli-cáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

Protocolo 139538/2026

PORTARIA N.º 1699/2026 - DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ - DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 26.648.302-3.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o(a) Sr.(a). MARISA BARBOSA DE PAULA, CPF 041.XXX.XXX-00. Para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos apli-cáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

Protocolo 139544/2026

PORTARIA N.º 1697/2026 - DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ - DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 26.548.528-6.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o(a) Sr.(a). ANNI CAROLINE CARNEIRO MACHADO, CPF 122.XXX.XXX-03. Para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos apli-cáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

Protocolo 139545/2026

PORTARIA N.º 1698/2026 - DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ - DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 26.630.753-5.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o(a) Sr.(a). MARCELO HENRIQUE DE ALMEIDA, CPF 064.XXX.XXX-80. Para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos apli-cáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

Protocolo 139556/2026

PORTARIA N.º 1701/2026 - DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ - DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 26.720.253-2.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o(a) Sr.(a). RAFAEL LONGHINI PONTES, CPF 125.XXX.XXX-56. Para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos apli-cáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

Protocolo 139557/2026



SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Procuradoria Geral do Estado

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR GERAL RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 86 DE 13/10/2026
ORGAO - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
ROBERTO ALTHEIM				30	14/08/2002	13/08/2007	11/02/2027	12/03/2027
50381463	1	NA1	255956491					

Protocolo 139346/2026

Resolução PGE nº 225/2026

Designa Procuradora do Estado para substituir, em razão de férias do titular, Procurador do Estado responsável por coordenar a assunção da representação judicial do DETRAN pela Procuradoria-Geral do Estado.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5.º da Lei Complementar n.º 26, de 30 de dezembro de 1985, com as alterações promovidas pela Lei Complementar n.º 246, de 2022, e

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Procuradora do Estado **MARINA CODAZZI DA COSTA**, inscrita no CPF nº 271.XXX.XXX-93, para exercer, sem prejuízo de suas atribuições regulares, a função de Procuradora do Estado responsável por coordenar a assunção da representação judicial do DETRAN pela Procuradoria-Geral do Estado, durante 10 (dez) dias, no período de 28 de outubro a 06 de novembro de 2026, em razão da fruição de férias regulamentares do titular, Procurador do Estado **PEDRO HENRIQUE FÁVARO BORSATTO**, referentes ao exercício de 2024.
§ **1º** A designação prevista no *caput* compreende, além da coordenação da assunção da representação judicial do DETRAN, o exercício das seguintes atividades:
I - Coordenação e resolução de conflitos internos de competência entre Procuradores do Estado;
II - Acompanhamento e solução de temas relativos à distribuição e registro de protocolos administrativos realizados pela equipe administrativa;
III - Dirimir dúvidas relativas à classificação de assuntos das demandas judiciais submetidas à equipe;
IV - Coordenar a equipe de servidores destacados para conduzir a assunção da representação judicial do DETRAN/PR pela Procuradoria-Geral do Estado;
V - Atuar na qualidade de chefe imediato dos servidores que atuam no contexto da assunção da representação judicial do DETRAN para fins de controle de frequência, nos termos da Resolução PGE n° 32/2024;
VI - Atuar na qualidade de chefe imediato dos servidores que atuam no contexto da assunção da representação judicial do DETRAN, para fins do teletrabalho, nos termos da Resolução PGE n° 125/2025;
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

Protocolo 139640/2026

PORTARIA PGE Nº 087, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa servidores para a gestão e fiscalização dos Contratos para fornecimento de Vale-Transporte no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado e revoga portarias anteriores.

A DIRETORA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, com fundamento no art. 13, XIX, do Regulamento da PGE (anexo ao Decreto estadual nº 2.709/2019), no art. 7º, IV, da Lei nº 21.352/2023, e considerando a exigência legal de indicação de agentes públicos para a gestão e para fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos firmados pela Administração Pública (arts. 7º e 8º, § 3º, da Lei nº 14.133/2021; arts. 10 e 11 do Decreto nº 10.086/2022), bem como o contido no protocolo nº 26.697.846-4,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores para desempenhar as funções de Gestão e Fiscalização durante a execução dos contratos de fornecimento de vale-transporte para os estagiários da Procuradoria-Geral do Estado, conforme detalhado no Anexo Único desta Portaria:
I - Gestora: **DÉBORA FUMAGALI DA CRUZ** - CPF nº 092.XXX.XXX-61.
II - Fiscal: **BRUNO GONÇALVES PRADO** - CPF nº 070.XXX.XXX-39.
Art. 2º Ficam revogadas as seguintes Portarias: Portaria PGE nº 018/2026, Portaria PGE nº 031/2026, Portaria PGE nº 035/2025, Portaria PGE nº 037/2025, Portaria PGE nº 036/2025, Portaria PGE nº 043/2025, Portaria PGE nº 042/2025, Portaria PGE nº 059/2025 e Portaria PGE nº 058/2025.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

LUCIA HELENA CACHOEIRA
Diretora-Geral

ANEXO ÚNICO - PORTARIA PGE Nº 087, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Relação de Contratos Abrangidos

Nº do Contrato	Contratado (Fornecedor)	Objeto Específico
2268/2024	URBS Urbanização de Curitiba S/A	Vale-Transporte Estagiários - Curitiba - Urbano
2702/2024	Associação Metrocard	Vale-Transporte Estagiários - Curitiba - Metropolitano
2798/2024	Transporte Coletivo Cidade Canção Ltda	Vale-Transporte Estagiários - Maringá - Cidade Canção
2796/2024	Viação Umuarama Ltda	Vale-Transporte Estagiários - Umuarama
2964/2024	FOZTRANS - Instituto de Transportes e Trânsito	Vale-Transporte Estagiários - Foz do Iguaçu
2797/2024	Transportes Coletivos Grande Londrina Ltda	Vale-Transporte Estagiários - Londrina
3271/2024	Cidade Verde Transporte Rodoviário Ltda	Vale-Transporte Estagiários - Maringá - Cidade Verde
3313/2024	Associação das Empresas de Transp. (VALESIM)	Vale-Transporte Estagiários - Cascavel
3808/2024	Viação Campos Gerais Ltda	Vale-Transporte Estagiários - Ponta Grossa

Relação de Contratos Abrangidos

Protocolo 139723/2026

DELIBERAÇÃO CSPGE N.º 42, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

Protocolo: 26.391.547-0 - 98/26-CSPGE.
Interessado: Coordenadoria do Passivo - CPAS.
Assunto: Proposta de acordo - autos 0004053-30.2019.8.16.0004.

O **CONSELHO SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais, em 1249ª sessão ordinária do dia 08 de outubro de 2026, por unanimidade de votos,

D E L I B E R O U

pela **aprovação da proposta de acordo judicial** no valor de R$ 115.000.000,00 (cento e quinze milhões de reais), para encerramento definitivo do Cumprimento de Sentença nº 0004053-30.2019.8.16.0004 e dos recursos a ele relacionados, observadas as recomendações do item 2.6 do voto.

Curitiba, Sala do Conselho, 08 de outubro de 2026.

assinado eletronicamente
Lucia Helena Cachoeira
Presidente do Conselho Superior, *em substituição*

assinado eletronicamente
Felipe Azevedo Barros
Conselheiro-Relator

Protocolo 139057/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Controladoria Geral do Estado

RESOLUÇÃO CGE N.º 127, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa servidor para exercer, interinamente, a função de Diretor de Auditoria Controle e Gestão da Controladoria-Geral do Estado.

A CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 2023, e pelo art. 10 da Lei Estadual nº 17.745, de 2013,

CONSIDERANDO o requerimento de férias, conforme trâmite contido no protocolo 26.720.027-0 e 26.373.329-0,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor MATHEUS KLAUS PORTES GRUBER, CPF n.º 068.XXX.XXX-73, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer, interinamente, a função de Diretor de Auditoria Controle e Gestão da Controladoria-Geral do Estado, no período de 04/12/2026 a 26/12/2026, em substituição à titular da função, KALLYNCA CARVALHO DOS SANTOS RODRIGUES, CPF n.º 087. XXX.XXX-96, por motivo de férias.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

Louise da Costa e Silva Garnica
Controladora-Geral do Estado

Protocolo 139067/2026

RESOLUÇÃO CGE N.º 128, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Designa servidora para exercer, interinamente, a função de Chefe da Coordenadoria de Desenvolvimento Profissional da Controladoria-Geral do Estado.

A **CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 2023; e pelo §2º, do art. 10, da Lei Estadual nº 17.745, de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora DJENIFER PIRES ZANONI, CPF n.º 101.XXX. XXX-86, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer, interinamente, a função de Chefe da Coordenadoria de Desenvolvimento Profissional da Controladoria-Geral do Estado, no período de 09/10/2026 a 20/10/2026, em substituição à titular da função, MIRIAN FABIANE SIMÕES, CPF n.º 837.XXX. XXX-00, em razão de afastamento legal.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de outubro de 2026.

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

Louise da Costa e Silva Garnica
Controladora-Geral do Estado

Protocolo 139078/2026

Secretaria da Administração e da Previdência

RESOLUÇÃO SEAP N.º 13.162, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR). Instauração. Pregão Eletrônico n.º 05/2023. Deixar de entregar documentação exigida no certame.

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 5º da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023; considerando o art. 194, §1º, do Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e a competência delegada pela Resolução SEAP n.º 13.833, de 24 de setembro de 2026; e nos termos da autorização exarada à fl. 494 do Protocolo n.º 21.524.064-9; e considerando:

I - O art. 5°, inciso LV, e o art. 37, *caput*, ambos da Constituição Federal; a Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021; e o Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022;

II - A Lei Estadual n.º 20.656, de 03 de agosto de 2021; e a Lei Estadual n.º 21.352, de 01 de janeiro de 2023; e

III - O procedimento licitatório, modalidade Pregão, forma Eletrônica, tipo Menor Preço, n.º 05/2023, que teve por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de *Hortifrutigranjeiros* para as cidades de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo;

RESOLVE:

Art. 1°. Instaurar o Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade (PAAR) em desfavor da empresa JTK DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ n.º 33.263.949/0001-33 para apurar irregularidades, *in tese*, praticadas no referido certame, em razão de deixar de apresentar os documentos de habilitação e o descritivo da proposta de preços nos Lotes 07, 09, 10 e 12, em descumprimento à Cláusula 07, itens 7.1, 7.2 e 7.3, e nos demais termos do Anexo II, do instrumento convocatório. Art. 2°. Fundamentar a instauração com base no art. 155, inciso IV, e art. 156, incisos II e III, ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021, e artigo 196, inciso III, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

Art. 3°. Designar os servidores a seguir para compor a presente Comissão de Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade (CPAAR):

NOME	R.G/CPF N.º
Carlos Eduardo Aparecido dos Santos	033.XXX.XXX-55
Ronaldo Bonfim Constante	073.XXX.XXX-47

§1º A Comissão será presidida pelo servidor Carlos Eduardo Aparecido dos Santos, que, em suas ausências e impedimentos, será substituído pelo servidor Ronaldo Bonfim Constante.

Art. 4º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

(datado e assinado eletronicamente)
Marta Cristina Guizelini
Diretora-Geral

Protocolo 139440/2026

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 11450 14/10/2026
ORGAO - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
EXCLUIR DA PORTARIA N. 1 DE 01/01/2026 O NOME DE MARIA APARECIDA DE SOUZA
R.G. 42865346 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 9424 DE 10/03/2026 O NOME DE VILMA DIAS DE SANTANA
R.G. 43730584 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 1 DE 01/01/2026 O NOME DE ROGERIO CARVALHO DOS SANTOS
R.G. 81860102700 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 9954 DE 11/06/2026 O NOME DE ROGERIO CARVALHO DOS SANTOS
R.G. 81860102700 LF - 1
EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 11451 14/10/2026
ORGAO - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
EXCLUIR DA PORTARIA N. 8929 DE 06/01/2026 O NOME DE MARCIA DIAS MARTINS
R.G. 31836298 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 9429 DE 10/03/2026 O NOME DE ELIANA ALVES GRECO
R.G. 44528797 LF - 1

Protocolo 139080/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

RESOLUÇÃO DE PENSÃO ESPECIAL N. 14025
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, E DECISÃO PROFERIDA NOS AUTOS SOB Nº N. 0006236-74.2021.8.16.0045, DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ARAPONGAS-PR, E OFÍCIO Nº 1156/2026, DA PROCURADORIA DE EXECUÇÕES, PRECATÓRIOS E CÁLCULOS-PRE,
RESOLVE
CONCEDER PENSÃO INDENIZATÓRIA VITALÍCIA EM FAVOR DE GERSOLINO LEONARDO, CPF Nº 235.XXX.XXX-91, NO VALOR CORRESPONDENTE A 01 (UM) SALÁRIO-MÍNIMO NACIONAL VIGENTE.
PROTOCOLO 26.722.188-0
CURITIBA, 13/10/2026
KUNIBERT KOLB NETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E
DA PREVIDÊNCIA

Protocolo 139006/2026

RESOLUÇÃO DE PENSÃO ESPECIAL N. 14026
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, E DECISÃO PROFERIDA NOS AUTOS SOB Nº 0001859-25.2025.8.16.0076, DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CORONEL VIVIDA-PR, E OFÍCIO Nº 1153/2026, DA PROCURADORIA DE EXECUÇÕES, PRECATÓRIOS E CÁLCULOS-PRE,
RESOLVE
CONCEDER PENSÃO INDENIZATÓRIA EM FAVOR DE MARIA EDUARDA ALMEIDA IGNACIO, CPF 125.XXX.XXX-63, NO VALOR CORRESPONDENTE A 1/3 (UM TERÇO) DO SALÁRIO-MÍNIMO NACIONAL VIGENTE, DEVIDA ATÉ 19/07/2038, DATA EM QUE A BENEFICIÁRIA COMPLETARÁ 24 (VINTE E QUATRO) ANOS DE IDADE.
PROTOCOLO 26.718.827-0
CURITIBA, 13/10/2026
KUNIBERT KOLB NETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E
DA PREVIDÊNCIA

Protocolo 139007/2026

RESOLUÇÃO DE PENSÃO ESPECIAL N. 14027
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, E DECISÃO PROFERIDA NOS AUTOS SOB Nº 0001807-23.2022.8.16.0112, DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON-PR, E OFÍCIO Nº 1040/2026, DA PROCURADORIA DE EXECUÇÕES, PRECATÓRIOS E CÁLCULOS-PRE,

RESOLVE
CONCEDER PENSÃO INDENIZATÓRIA NO VALOR DE CORRESPONDENTE A 1/3 (UM TERÇO) DO SALÁRIO-MÍNIMO NACIONAL VIGENTE, PARA CADA BENEFICIÁRIO, EM FAVOR DE ANNA PAULA ROBE DOS SANTOS, CPF 085.XXX.XXX-22, ATÉ A DATA DE 02/03/2062, DATA EM QUE A VÍTIMA, JEFERSON RODRIGUES SCHULZ, COMPLETARIA 70(SETENTA) ANOS DE IDADE, OU ATÉ O FALECIMENTO DA BENEFICIÁRIA, O QUE OCORRER PRIMEIRO, EM FAVOR DO FILHO DA VÍTIMA, MATEUS DOS SANTOS SCHULZ, CPF 135.XXX.XXX-28, A PENSÃO SERÁ DEVIDA ATÉ 22/09/2035, DATA EM QUE COMPLETARÁ 18 (DEZOITO) ANOS DE IDADE, PODENDO SER PRORROGADA ATÉ QUE COMPLETE 25 (VINTE E CINCO) ANOS, DESDE QUE COMPROVADAMENTE ESTEJA CURSANDO ENSINO SUPERIOR E NECESSITA DO PENSIONAMENTO PARA CONTINUIDADE E CONCLUSÃO DOS SEUS ESTUDOS.
PROTOCOLO 26.702.218-6
CURITIBA, 13/10/2026
KUNIBERT KOLB NETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E
DA PREVIDÊNCIA

Protocolo 139008/2026

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2.491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, RESOLVE EXONERAR A PEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 124, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, OS FUNCIONÁRIOS ABAIXO RELACIONADOS:
RESOLUÇÃO N. 14028 13/10/2026

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	A PARTIR	ORGAO
HAMILTON RICARDO VEIGA	58329541	4	NI01	266962274	06/10/2026	SEED
ANDRE GUILHERME PERDIGÃO	84373559	1	NAI	26.672.304-0	09/10/2026	FUNDEPAR1
BRUNA MARIA DE MOURA FRAGOZO	9202335	1	NAI	26.653.145-1	13/10/2026	SEFA
FERNANDA BIRK	98379630	2	NAUNICA	26.551.515-0	01/10/2026	SESP

Protocolo 139009/2026

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 14030
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: MANOEL MITSUO DA MOTTA SAITO ORGAO: SESP
R.G.: 04.729.943-8 CARGO: Policial Penal LF: 2

TIPO: Art. 6° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Art. 6°, §2°, §3°, inc. I, §4°, inc. I e §6° da EC-PR 45/2019.
LC 245/22, arts. 11 e 15
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.574/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 22.003,31(Vinte e Dois Mil e Três Reais e Trinta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 28-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 26.401.020-9

NOME: MIRIAN ALVES DE SOUZA ORGAO: SEED
R.G.: 06.140.105-9 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.22, § 3º
LC 103/04, ART.29, § 2º
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.590/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 7.885,28(Sete Mil, Oitocentos e Oitenta e Cinco Reais e Vinte e Oito Centavos)
CALCULOS A FL. 60-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 26.353.538-3

CURITIBA, 13 DE OUTUBRO DE 2026

KUNIBERT KOLB NETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

Protocolo 139011/2026

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 14031
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: SILMARA CRISTINA DA SILVA BUENO ORGAO: SEED
R.G.: 04.540.318-1 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
Lei 6794/76, art.1º e LC 21/84, art.6º
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2º
LC 103/04, art.22, § 3º
LC 103/04, ART.29, § 2º
LC 103/04, ART.27, III
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.592/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 10.495,22(Dez Mil, Quatrocentos e Noventa e Cinco Reais e Vinte e Dois Centavos)
CALCULOS A FL. 60-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.796.571-6

NOME: VILMA APARECIDA DE OLIVEIRA ORGAO: SEED
R.G.: 04.030.013-9 CARGO: Professor LF: 53
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.579/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.998,76(Cinco Mil, Novecentos e Noventa e Oito Reais e Setenta e Seis Centavos)
CALCULOS A FL. 95-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 26.151.073-1

CURITIBA, 13 DE OUTUBRO DE 2026

KUNIBERT KOLB NETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

Protocolo 139014/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 14032
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: MAURINO PRIM ORGAO: SEED
R.G.: 06.407.604-3 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 35 EC .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19 e art. 13 da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.601/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 3.532,44(Três Mil, Quinhentos e Trinta e Dois Reais e Quarenta e Quatro Centavos)
CALCULOS A FL. 110-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 25.951.544-0

NOME: DALVA ROSS GALLO ORGAO: SEED
R.G.: 01.249.398-3 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 40, §§ 1º, Inciso III alínea A e 8º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03.
Art.40, §§ 3º e 17º, da Const.Federal
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.585/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.566,16(Dois Mil, Quinhentos e Sessenta e Seis Reais e Dezesseis Centavos)
CALCULOS A FL. 97-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 26.356.785-4

CURITIBA, 13 DE OUTUBRO DE 2026

KUNIBERT KOLB NETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

Protocolo 139015/2026

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 14033
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: ADILSON DO ROSARIO TOLEDO ORGAO: FAFIPAR
R.G.: 01.568.682-0 CARGO: Professor Ensino Superior LF: 1
Professor Adjunto
TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 6º, Inciso I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/03, e o Artigo 2º, da Emenda Constitucional nº 47/05.
Lei 11713/97,art.3º,§4º,c/c L.14825/05, art.2º
Lei 6174/70, art.170 e 171
Lei 6174/70, art.170 e 171
L11713/97, art.16,L.14825/05, art.3º,L21852/2023, Art. 3º inc. I,II,III IV
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.577/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 14.095,48(Quatorze Mil e Noventa e Cinco Reais e Quarenta e Oito Centavos)
CALCULOS A FL. 100-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.946.281-9

NOME: LENI BARBOZA DE OLIVEIRA BIANCHI ORGAO: SEED
R.G.: 05.833.494-4 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.593/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 4.443,42(Quatro Mil, Quatrocentos e Quarenta e Três Reais e Quarenta e Dois Centavos)
CALCULOS A FL. 64-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 25.972.965-3

CURITIBA, 13 DE OUTUBRO DE 2026

KUNIBERT KOLB NETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

Protocolo 139017/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 14034
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: MARCELO LUCAS AGUIAR ORGAO: SESP
R.G.: 04.334.979-1 CARGO: Policial Penal LF: 1

TIPO: Art. 6° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 6°, §2°, §3°, inc. I, §4°, inc. I e §6° da EC-PR 45/2019.
LC 245/22, arts. 11 e 15
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.580/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 22.003,31(Vinte e Dois Mil e Três Reais e Trinta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 29-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 26.214.968-4

NOME: HOMERO VIEIRA SEGUNDO ORGAO: SESP
R.G.: 05.058.221-3 CARGO: Agente de Polícia Judiciária LF: 1

TIPO: Art. 6° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 6°, §2°, §3°, inc. I, §4°, inc. I e §6° da EC-PR 45/2019.
Lei Complementar 259/2023, art. 38
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.569/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 22.003,31(Vinte e Dois Mil e Três Reais e Trinta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 19-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 26.195.906-2

CURITIBA, 13 DE OUTUBRO DE 2026

KUNIBERT KOLB NETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

Protocolo 139020/2026

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 14035
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: ROSANA MARIA FIORIM ORGAO: UEL
R.G.: 03.238.830-2 CARGO: Agente Universitário Profissional LF: 1
Assistente Social
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
Lei 17382/12, art. 13, Lei 21583/23, art. 24, I
Lei 6174/70, art.170 e 171
Lei 10692/93, art.13
Art. 24, inc.IV e art. 26 da Lei 21583/2023
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.583/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 26.677,95(Vinte e Seis Mil, Seiscentos e Setenta e Sete Reais e Noventa e Cinco Centavos)
CALCULOS A FL. 81-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.707.054-9

NOME: MARIA ALICE DA SILVA VIDAL ORGAO: SEED
R.G.: 05.941.515-8 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC n° 123/08, art.22, LC 263/2023.
LC n° 123/08, art.23, c/c art.170 e 171 Lei 6174/70, LC 263/2023.
LC n° 123/08, art.26, inc.III, LC 263/2023, art.7º , inc.III
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.578/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 4.362,83(Quatro Mil, Trezentos e Sessenta e Dois Reais e Oitenta e Três Centavos)
CALCULOS A FL. 36-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 26.228.460-3

CURITIBA, 13 DE OUTUBRO DE 2026

KUNIBERT KOLB NETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

Protocolo 139021/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 14036
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: ADILSON OLIVETTI MARTINS ORGAO: SESP
R.G.: 04.526.799-7 CARGO: Policial Penal LF: 1

TIPO: Art. 6° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 6°, caput, §3°, inc. I, §4°, inc. I e §6° da EC-PR 45/2019.
LC 245/22, arts. 11 e 15
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.600/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 22.003,31(Vinte e Dois Mil e Três Reais e Trinta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 31-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 26.392.827-0

NOME: VALDIR ESSER ORGAO: SEED
R.G.: 03.966.479-8 CARGO: Professor LF: 21
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.25, inc.I a X, § ún
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2º
LC 103/04, art.22, § 3º
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.588/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.994,27(Cinco Mil, Novecentos e Noventa e Quatro Reais e Vinte e Sete Centavos)
CALCULOS A FL. 51-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.917.891-6

CURITIBA, 13 DE OUTUBRO DE 2026

KUNIBERT KOLB NETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

Protocolo 139022/2026

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 14037
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: ELISANGELA GOMES DE AVILA GHIDORSI ORGAO: SEED
R.G.: 05.683.190-8 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2º
LC 103/04, ART.27, III
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.602/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 8.815,62(Oito Mil, Oitocentos e Quinze Reais e Sessenta e Dois Centavos)
CALCULOS A FL. 43-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 25.518.790-2

NOME: NEUZA REGINA SALUSTIANO PINTO ORGAO: SEED
R.G.: 5.075.910.890-0 CARGO: Agente Educacional II LF: 2

TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.591/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.054,12(Cinco Mil e Cinqüenta e Quatro Reais e Doze Centavos)
CALCULOS A FL. 93-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 26.456.470-0

CURITIBA, 13 DE OUTUBRO DE 2026

KUNIBERT KOLB NETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

Protocolo 139023/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 14038
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: EDILENE KOLECHA ORGAO: SEED
R.G.: 04.104.220-6 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I
da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2º
LC 103/04, art.22, § 3º
LC 103/04, ART.29, § 2º
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.597/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 13.103,04(Treze Mil, Cento e Três Reais e Quatro Centavos)
CALCULOS A FL. 234-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 23.806.346-9

NOME: JOSE CARLOS TORRES ORGAO: FUNSAUDE
R.G.: 01.250.423-3 CARGO: PROMOTOR DE SAUDE FUNDAMENTAL LF: 2
AUXILIAR OPERACIONAL
TIPO: Aposentadoria Compulsória proporcional EC 45/2019
A partir de 18/05/2026.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso II da CE, com redação dada pela EC 45/19, c/c o inciso II, § 1° do art. 40 da CF.
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.605/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 1.694,20(Um Mil, Seiscentos e Noventa e Quatro Reais e Vinte Centavos)
CALCULOS A FL. 77-PRPREV. Prop. 15/20 avos. - FP - PROTOCOLO N. 25.955.301-6

CURITIBA, 13 DE OUTUBRO DE 2026

KUNIBERT KOLB NETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

Protocolo 139024/2026

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 14039
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: DAISY TOKUNAGA ORGAO: UEL
R.G.: 04.388.334-8 CARGO: Agente Universitário Profissional LF: 1
Analista de Gestão Universitária
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da
EC-PR n° 45/2019.
Lei 17382/12, art. 13, Lei 21583/23, art. 24, I
Lei 6174/70, art.170 e 171
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.606/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 17.632,16(Dezessete Mil, Seiscentos e Trinta e Dois Reais e Dezesseis Centavos)
CALCULOS A FL. 74-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.020.298-9

NOME: CHRISTINA SAMSEL ORGAO: SEED
R.G.: 03.799.489-8 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I
da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2º
LC 103/04, art.22, § 3º
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.599/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.816,53(Cinco Mil, Oitocentos e Dezesseis Reais e Cinqüenta e Três Centavos)
CALCULOS A FL. 44-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.727.948-0

CURITIBA, 13 DE OUTUBRO DE 2026

KUNIBERT KOLB NETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

Protocolo 139025/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 14040
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: JOSUE CARNEIRO ORGAO: SEED
R.G.: 03.717.098-4 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.587/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.429,01(Cinco Mil, Quatrocentos e Vinte e Nove Reais e Um Centavo)
CALCULOS A FL. 98-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 26.233.956-4

NOME: LUCIA PEREIRA DA SILVA LOPES ORGAO: UNIOESTE
R.G.: 04.193.663-0 CARGO: Agente Universitário de Execução LF: 1
Auxiliar de Enfermagem
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
Lei 17382/12, art. 13, Lei 21583/23, art. 24, I
Lei 6174/70, art.170, e Lei 21583/2023, art. 24, inciso II
Lei 10692/93, art.13
Art. 24, inc.IV e art. 26 da Lei 21583/2023
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.589/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 11.049,73(Onze Mil e Quarenta e Nove Reais e Setenta e Três Centavos)
CALCULOS A FL. 40-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.727.684-8

CURITIBA, 13 DE OUTUBRO DE 2026

KUNIBERT KOLB NETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

Protocolo 139027/2026

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 14041
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: LUIS ANTONIO DE SOUZA ORGAO: SEED
R.G.: 04.034.503-5 CARGO: Agente Educacional II LF: 1

TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC n° 123/08, art.22, LC 263/2023.
LC n° 123/08, art.23, c/c art.170 e 171 Lei 6174/70, LC 263/2023.
LC n° 123/08, art.23, c/c art.170 e 171 Lei 6174/70
LC n° 123/08, art.26, inc.III, LC 263/2023, art.7º , inc.III
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.168/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 10.558,39(Dez Mil, Quinhentos e Cinqüenta e Oito Reais e Trinta e Nove Centavos)
CALCULOS A FL. 36-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 26.346.843-0

NOME: MARCOS VINICIOS KLOSTER ORGAO: SEED
R.G.: 03.807.322-2 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2º
LC 103/04, ART.27, III
LC 103/04, ART.27, III
LC 103/04, art.22, § 3º
LC 103/04, ART.27, III
LC 103/04, ART.27, III

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.576/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 11.418,42(Onze Mil, Quatrocentos e Dezoito Reais e Quarenta e Dois Centavos)
CALCULOS A FL. 67-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 26.245.396-0

CURITIBA, 13 DE OUTUBRO DE 2026

KUNIBERT KOLB NETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

Protocolo 139028/2026

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 14042
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: ELIANE IARA BENDIX ORGAO: UEPG
R.G.: 04.300.804-8 CARGO: Professor Ensino Superior LF: 1
Professor Assistente
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
Lei 11713/97,art.3º,§4ºe art.17,c/c Lei 14825/05 e Lei 19594/18
Lei 6174/70, art.170 e 171
L11713/97, art.16,L.14825/05, art.3º,L21852/2023, Art. 3º inc. I,II,III IV
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.598/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 14.755,90(Quatorze Mil, Setecentos e Cinqüenta e Cinco Reais e Noventa Centavos)
CALCULOS A FL. 85-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 26.081.231-9

NOME: JOSE CAMACHO SANTOS ORGAO: UEM
R.G.: 01.667.630-6 CARGO: Professor Ensino Superior LF: 1
Professor Assistente
TIPO: Art. 35 EC .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19 e art. 13 da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.581/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 1.461,77(Um Mil, Quatrocentos e Sessenta e Um Reais e Setenta e Sete Centavos)
CALCULOS A FL. 51-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 26.307.508-0

CURITIBA, 13 DE OUTUBRO DE 2026

KUNIBERT KOLB NETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

Protocolo 139030/2026

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 14043
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: MARIA HILDA LIMA ORGAO: SEED
R.G.: 03.922.148-9 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.607/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 7.031,35(Sete Mil e Trinta e Um Reais e Trinta e Cinco Centavos)
CALCULOS A FL. 171-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 26.167.238-3

CURITIBA, 13 DE OUTUBRO DE 2026

KUNIBERT KOLB NETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

Protocolo 139031/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

RESOLUCAO DE RESERVA REMUNERADA/REFORMA N. 14045
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98, RESOLVE TRANSFERIR PARA A INATIVIDADE O(S) INTEGRANTE(S) DA POLÍCIA MILITAR ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: HELIO FERNANDES DE OLIVEIRA ORGAO: PMPR
R.G.: 06.500.220-5 CARGO: 3º. Sargento LF: 1

TIPO: Reserva Remunerada Proporcional (Decreto.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 24-G, parágrafo único, do Decreto-Lei n. 667/69.
Art. 1°, § único, da Lei 17169/12.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.586/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 10.049,33(Dez Mil e Quarenta e Nove Reais e Trinta e Três Centavos)
CALCULOS A FL. 25-PRPREV. - FM - PROTOCOLO N. 26.162.776-0

CURITIBA, 13 DE OUTUBRO DE 2026

KUNIBERT KOLB NETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

Protocolo 139033/2026

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 14048
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: LUCIMARA DAS GRACAS GOMES GARCIA ORGAO: SEED
R.G.: 04.170.793-3 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 4° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4°, incisos I a V, §6°, inc. I, e 7°, inc. I da EC-PR n° 45/2019
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2º
LC 103/04, ART.29, § 2º
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.616/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 10.077,76(Dez Mil e Setenta e Sete Reais e Setenta e Seis Centavos)
CALCULOS A FL. 45-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 26.283.655-0

NOME: ILDA DIAS GONCALVES MORONI ORGAO: SEED
R.G.: 06.764.195-7 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.617/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.988,46(Dois Mil, Novecentos e Oitenta e Oito Reais e Quarenta e Seis Centavos)
CALCULOS A FL. 53-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 26.284.511-7

CURITIBA, 14 DE OUTUBRO DE 2026

KUNIBERT KOLB NETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

Protocolo 139036/2026

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 14049
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: RUI XAVIER SANTANA ORGAO: SESP
R.G.: 04.291.010-4 CARGO: Policial Penal LF: 1

TIPO: Art. 6° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 6°, caput, §3°, inc. I, §4°, inc. I e §6° da EC-PR

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

45/2019.
LC 245/22, arts. 11 e 15
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.603/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 22.003,31(Vinte e Dois Mil e Três Reais e Trinta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 32-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 26.420.396-1

NOME: SUELI DE LIMA SKODOSKI ORGAO: SEED
R.G.: 05.666.767-9 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.610/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.104,65(Cinco Mil, Cento e Quatro Reais e Sessenta e Cinco Centavos)
CALCULOS A FL. 104-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 26.070.015-4

CURITIBA, 14 DE OUTUBRO DE 2026

KUNIBERT KOLB NETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

Protocolo 139038/2026

RESOLUCAO DE RESERVA REMUNERADA/REFORMA N. 14047
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98, RESOLVE TRANSFERIR PARA A INATIVIDADE O(S) INTEGRANTE(S) DA POLÍCIA MILITAR ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: CARLOS WAGNER ALVES PINHEIRO ORGAO: PMPR
R.G.: 03.882.648-4 CARGO: 3º. Sargento LF: 1

TIPO: Reforma por Invalidez Integral.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 45, § 6º da Constituição Estadual, Artigo 170, “B” da Lei Estadual 1.943/54 e Artigo 113 da Lei estadual 12.398/98.
Art. 1°, § único, da Lei 17169/12.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 163.584/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 10.769,01(Dez Mil, Setecentos e Sessenta e Nove Reais e Um Centavo)
CALCULOS A FL. 54-PRPREV. - FM - PROTOCOLO N. 25.511.084-5

CURITIBA, 14 DE OUTUBRO DE 2026

KUNIBERT KOLB NETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

Protocolo 139097/2026

RESOLUÇÃO CONJUNTA DE PENSÃO ESPECIAL N. 45
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE E O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984,
RESOLVE
CONCEDER PENSÃO MENSAL NO VALOR DE UM SALÁRIO MÍNIMO, DE ACORDO COM A LEI Nº 8.246, DE 13 DE JANEIRO DE 1986, EM FAVOR DE:

RG	NOME	PROTOCOLO
1.429.892-4	JOSE ALTAIR STADLER	25.946.108-1

CURITIBA, 06/07/2026
CESAR AUGUSTO NEVES LUIZ
SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE
KUNIBERT KOLB NETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E
DA PREVIDÊNCIA

Protocolo 139414/2026

RESOLUÇÃO SEAP N.º 13.483, DE 10 DE OUTUBRO DE 2026

Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR). Instauração. Pregão Eletrônico n.º 05/2023. Deixar de entregar documentação exigida no certame.

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 5°, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023; considerando o artigo 194, §1º, do Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de Janeiro de 2022, e considerando as competências administrativas que lhe foram delegadas pela Resolução SEAP n.º 13.833, de 24 de setembro de

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

2026; bem como o contido na autorização exarada à folha 494 do Protocolo nº 21.521.064-9, e atendendo:

I - O art. 5°, inciso LV, e o art. 37, *caput*, ambos da Constituição Federal; a Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021; e o Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022;

II - A Lei Estadual n.º 20.656, de 03 de agosto de 2021; e a Lei Estadual n.º 21.352, de 01 de janeiro de 2023; e

III - O procedimento licitatório, modalidade Pregão, forma Eletrônica, tipo Menor Preço, n.º 05/2023, que teve por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de *Hortifrutigranjeiros* para as cidades de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo;

RESOLVE:

Art. 1°. Instaurar Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR) em desfavor da empresa HORTIPAR DISTRIBUIDORA LTDA., inscrita no CNPJ n.º 50.675.688/0001-88, para apurar irregularidades, *in tese,* praticadas no referido certame, em razão de deixar de apresentar os documentos de habilitação e o descritivo da proposta de preços do Lote 07, em descumprimento aos termos dos Anexos II e III do instrumento convocatório, conforme Cláusula 7, itens 7.1, 7.2 e 7.3.

Art. 2°. Fundamentar a presente instauração com base no artigo 155, inciso IV, e art. 156, incisos II e III, ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021; c/c art. 196, inciso III, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

Art. 3°. Designar os servidores a seguir para compor a presente Comissão de Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade (CPAAR):

NOME	R.G/CPF Nº
Carlos Eduardo Aparecido dos Santos	033.XXX.XXX-55
Ronaldo Bonfim Constante	073.XXX.XXX-47

§1º A Comissão será presidida pelo servidor Carlos Eduardo Aparecido dos Santos que, em suas ausências e impedimentos, será substituído pelo servidor Ronaldo Bonfim Constante.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

(datado e assinado eletronicamente)
Marta Cristina Guizelini
Diretora-Geral

Protocolo 139443/2026

RESOLUÇÃO SEAP N.º 13.484, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR). Instauração. Pregão Eletrônico n.º 26/2023. Deixar de entregar documentação exigida no certame.

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 5°, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023; considerando o artigo 194, §1º, do Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de Janeiro de 2022, e considerando as competências administrativas que lhe foram delegadas pela Resolução SEAP n.º 13.833, de 24 de setembro de 2026; bem como o contido na autorização exarada à folha 487 do Protocolo nº 21.605.704-0, e atendendo:

I - O art. 5°, inciso LV, e o art. 37, *caput*, ambos da Constituição Federal; a Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021; e o Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022;

II - A Lei Estadual n.º 20.656, de 03 de agosto de 2021; e a Lei Estadual n.º 21.352, de 01 de janeiro de 2023; e

III - O procedimento licitatório, modalidade Pregão, forma Eletrônica, tipo menor preço, n.º 26/2023, visando o registro de preços para futura e eventual aquisição de Material de Expediente - Grupo B - Lote 15:

RESOLVE:

Art. 1°. Instaurar Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR) em desfavor da empresa M.I. COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA., inscrita no CNPJ n.º 10.670.020/0001-23, para apurar irregularidades, *in tese,* praticadas no certame, em razão de deixar de apresentar os documentos de habilitação, bem como de solicitar desclassificação após arrematar o Lote 15 do certame, em descumprimento aos termos dos Anexos II e III, respectivamente, do instrumento convocatório, conforme Cláusula 7, itens 7.1, 7.2 e 7.3, das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

Art. 2°. Fundamentar a instauração com base no art. 155, inciso IV, e art. 156, incisos II e III, ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c art. 196, inciso III, do Decreto Estadual n. 10.086/2022.

Art. 3°. Designar os servidores a seguir para compor a presente Comissão de Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade (CPAAR):

NOME	RG / CPF N.º
Carlos Eduardo Aparecido dos Santos	033.XXX.XXX-55
Ronaldo Bonfim Constante	073.XXX.XXX-47

§1º A Comissão será presidida pelo servidor Carlos Eduardo Aparecido dos Santos que, em suas ausências e impedimentos, será substituído pelo servidor Ronaldo Bonfim Constante.

Art. 4º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

(datado e assinado eletronicamente)
Marta Cristina Guizelini
Diretora-Geral

Protocolo 139657/2026

RESOLUÇÃO SEAP N.º 13.482, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR). Instauração. Pregão Eletrônico n.º 26/2023. Deixar de apresentar os documentos de habilitação.

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 5°, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023; considerando o artigo 194, §1º, do Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de Janeiro de 2022, e considerando as competências administrativas que lhe foram delegadas pela Resolução SEAP n.º 13.833, de 24 de setembro de 2026; bem como o contido na autorização exarada à folha 487 do Protocolo nº 21.605.704-0, e considerando:

I - O art. 5°, inciso LV, e o art. 37, *caput*, ambos da Constituição Federal; a Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021; e o Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022;

II - A Lei Estadual n.º 20.656, de 03 de agosto de 2021; e a Lei Estadual n.º 21.352, de 01 de janeiro de 2023; e

III - O procedimento licitatório, modalidade Pregão, forma Eletrônica, tipo menor preço, n.º 26/2023, visando o registro de preços para futura e eventual aquisição de Material de Expediente - Grupo B - Lotes 13 e 14:

RESOLVE:
Art. 1°. Instaurar Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR) em desfavor da empresa FAZ VENDAS LTDA., CNPJ n.º 46.983.819/0001-17, com vistas a apurar irregularidades, *in tese,* praticadas no certame, em razão de deixar de apresentar os documentos de habilitação dos Lotes 13 e 14, em descumprimento às Condições Gerais do Pregão Eletrônico n.º 26/2023.
Art. 2°. Fundamentar a presente instauração com base no artigo 155, inciso IV, e art. 156, incisos II e III, ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021; e art. 196, inciso IIII, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

Art. 3°. Designar os servidores a seguir para compor a presente Comissão de Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade (CPAAR):

NOME	R.G/CPF Nº
Carlos Eduardo Aparecido dos Santos	033.XXX.XXX-55
Ronaldo Bonfim Constante	073.XXX.XXX-47

§1º A Comissão será presidida pelo servidor Carlos Eduardo Aparecido dos Santos, que, em suas ausências e impedimentos, será substituído pelo servidor Ronaldo Bonfim Constante.

Art. 4º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

(datado e assinado eletronicamente)
Marta Cristina Guizelini
Diretora-Geral

Protocolo 139693/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

RESOLUÇÃO SEAP N.º 13.604, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR). Instauração. Pregão Eletrônico n.º 1025/2023. Por não apresentar os documentos de habilitação e proposta de preço.

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 5°, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023; considerando o artigo 194, §1º, do Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de Janeiro de 2022, e considerando as competências administrativas que lhe foram delegadas pela Resolução SEAP n.º 13.833, de 24 de setembro de 2026; e nos termos da autorização exarada à folha 402/403 do Protocolo n.° 24.488.346-0, e considerando:

I - O art. 5°, inciso LV, e o art. 37, *caput*, ambos da Constituição Federal; a Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021; e o Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022;

II - A Lei Estadual n.º 20.656, de 03 de agosto de 2021; e a Lei Estadual n.º 21.352, de 01 de janeiro de 2023; e

III - O procedimento licitatório, modalidade Pregão, forma Eletrônica, tipo menor preço, n.º 1025/2023, visando o registro de preços para futura e eventual aquisição de Artigos de Papel para Higiene (Guardanapo de Papel, Papel Higiênico e Toalha de Papel):

RESOLVE:
Art. 1°. Instaurar o Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade (PAAR) em desfavor da empresa CIRURGICA MEDPLUS - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ n.º 52.685.881/0001-25, para apurar irregularidades, *in tese,* praticadas no certame, em razão de deixar de apresentar tanto os documentos de habilitação quanto a proposta de preço dos Lotes 51, 52, 53, 54, 56, 58 e 60, em descumprimento às Condições Gerais do Pregão Eletrônico n.º 1025/2023.
Art. 2°. Fundamentar a instauração com base no artigo 155, inciso IV, e art. 156, incisos II e III, ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021 c/c art. 196, inciso III, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

Art. 3°. Designar os servidores a seguir para compor a presente Comissão de Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade (CPAAR):

NOME	RG/CPF Nº
Carlos Eduardo Aparecido dos Santos	033.XXX.XXX-55
Ronaldo Bonfim Constante	073.XXX.XXX-47

§1º A Comissão será presidida pelo servidor Carlos Eduardo Aparecido dos Santos, que, em suas ausências e impedimentos, será substituído pelo servidor Ronaldo Bonfim Constante.

Art. 4º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

(datado e assinado eletronicamente)
Marta Cristina Guizelini
Diretora-Geral

Protocolo 139710/2026

PORTARIA SEAP nº 130/2026

Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem as funções de Gestores e Fiscais do contrato nº 9666/2026.

A **DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5.º da Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, e considerando as competências administrativas que lhe foram delegadas pela Resolução SEAP n.º 13.833, de 24 de setembro de 2026, bem como o contido no Protocolo n.º 26.518.691-2,

R E S O L V E:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para exercerem as funções de gestores e fiscais do Contrato Administrativo nº 9666/2026, observadas as atribuições previstas no instrumento contratual, na Lei Federal nº 14.133, de 1.º de abril de 2021, e no Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, conforme a seguir:

CONTRATO Nº 9666/2026 PONTUAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA CNPJ - 14.983.004/0001-41	
Gestor	**Gestor Substituto**
Ricardo Lazier NAS/SEAP CPF 048.XXX.XXX-43	Lívia Maria Coelho NAS/SEAP CPF 115.XXX.XXX97
Fiscal	**Fiscal Substituto**
Antunes Aleixo de Souza Junior NAS/SEAP CPF 117.XXX.XXX-44 Mario Cesar Nicoladelli NAS/SEAP 029.XXX.XXX-37	Silmara Teixeira NAS/SEAP CPF 042.XXX.XXX-31 Dyego Emanuel Giebeluka Quadros NAS/SEAP CPF 043.XXX.XXX-78

Art. 2º Nos contratos firmados com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022, os servidores designados para as funções de Gestores e de Gestores Substitutos deverão observar o contido nos incisos I a VI e X do art. 10, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Art. 3º Nos contratos firmados com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022, os servidores designados para as funções de Fiscais e de Fiscais Substitutos deverão observar o contido nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, inclusive quanto ao recebimento provisório do objeto.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Marta Cristina Guizelini
Diretora-Geral da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

Protocolo 139085/2026

PORTARIA SEAP nº 127/2026

Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem as funções de Gestores e Fiscais do contrato nº 9188/2026.

A **DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5.º da Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, e considerando as competências administrativas que lhe foram delegadas pela Resolução SEAP n.º 13.833, de 24 de setembro de 2026, bem como o contido no Protocolo n.º 26.523.558-1,

R E S O L V E:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para exercerem as funções de gestores e fiscais do Contrato Administrativo nº 9188/2026, observadas as atribuições previstas no instrumento contratual, na Lei Federal nº 14.133, de 1.º de abril de 2021, e no Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, conforme a seguir:

CONTRATO Nº 9188/2026 CLARO S/A CNPJ - 40.432.544/0001-47	
Gestor	**Gestor Substituto**
Ricardo Lazier NAS/SEAP CPF 048.XXX.XXX-43	Gisele Maria Ferreira NAS/SEAP CPF 721.XXX.XXX-00
Fiscal	**Fiscal Substituto**
Antunes Aleixo de Souza Junior NAS/SEAP CPF 117.XXX.XXX-44	Marine Lima Santiago NAS/SEAP CPF 052.XXX.XXX-31

Art. 2º Nos contratos firmados com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022, os servidores designados para as funções de Gestores e de Gestores Substitutos deverão observar o contido nos incisos I a VI e X do art. 10, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Art. 3º Nos contratos firmados com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022, os servidores designados para as funções de Fiscais e de Fiscais Substitutos deverão observar o contido nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, inclusive quanto ao recebimento provisório do objeto.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Marta Cristina Guizelini
Diretora-Geral da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

Protocolo 139356/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

PORTARIA SEAP nº 125/2026

Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem as funções de Fiscal e Suplente do Termo de Execução Descentralizada (TED) Nº 001/2026 (Unidade Descentralizadora)

A **DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5.º da Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, e considerando as competências administrativas que lhe foram delegadas pela Resolução SEAP n.º 13.833, de 24 de setembro de 2026, bem como o contido no Protocolo n.º 24.636.706-0,

R E S O L V E:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para atuarem como Fiscal Titular e Fiscal Suplente no acompanhamento e fiscalização do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 001/2026, firmado com fundamento no Decreto Estadual nº 11.180/2022:

Termo de Execução Descentralizada (TED) Nº 001/2026 Unidade Descentralizada: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM **CNPJ -** 79.151.312/0001-56	
Fiscal Titular	**Fiscal Suplente**
Ricardo Paul Carneiro EGP/SEAP CPF 996.XXX.XXX-91	Marcus Vinícius Pereira Gonçalves EGP/SEAP CPF 688.XXX.XXX-53

Art. 2º Compete aos fiscais ora designados o exercício das funções de monitoramento e avaliação da execução do objeto pactuado, nos termos dos arts. 17, 18, 19, 23 e 24 do Decreto Estadual nº 11.180/2022, devendo zelar pelo cumprimento do Plano de Trabalho aprovado e emitir manifestação técnica conclusiva sobre o Relatório de Cumprimento do Objeto apresentado pela unidade descentralizada.

Art. 3º O Fiscal Suplente atuará nas ausências, impedimentos eventuais, afastamentos e férias regulamentares do titular, assumindo as atribuições e responsabilidades inerentes à fiscalização.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Marta Cristina Guizelini
Diretora-Geral da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

Protocolo 139390/2026

PORTARIA SEAP nº 126/2026

Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem as funções de Fiscal e Suplente do Termo de Execução Descentralizada (TED) Nº 002/2026 (Unidade Descentralizadora)

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5.º da Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, e considerando as competências administrativas que lhe foram delegadas pela Resolução SEAP n.º 13.833, de 24 de setembro de 2026, bem como o contido no Protocolo n.º 25.327.994-0,

R E S O L V E:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para atuarem como Fiscal Titular e Fiscal Suplente no acompanhamento e fiscalização do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 002/2026, firmado com fundamento no Decreto Estadual nº 11.180/2022:

Termo de Execução Descentralizada (TED) Nº 002/2026 Unidade Descentralizada: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM CNPJ - 79.151.312/0001-56	
Fiscal Titular	**Fiscal Suplente**
Ricardo Paul Carneiro EGP/SEAP CPF 996.XXX.XXX-91	**Marcus Vinícius Pereira Gonçalves EGP/SEAP CPF 688.XXX.XXX-53**

Art. 2º Compete aos fiscais ora designados o exercício das funções de monitoramento e avaliação da execução do objeto pactuado, nos termos dos arts. 17, 18, 19, 23 e 24 do Decreto Estadual nº 11.180/2022, devendo zelar pelo cumprimento do Plano de Trabalho aprovado e emitir manifestação técnica conclusiva sobre o Relatório de Cumprimento do Objeto apresentado pela unidade descentralizada.

Art. 3º O Fiscal Suplente atuará nas ausências, impedimentos eventuais, afastamentos e férias regulamentares do titular, assumindo as atribuições e responsabilidades inerentes à fiscalização.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Marta Cristina Guizelini
Diretora-Geral da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

Protocolo 139429/2026

RESOLUÇÃO SEAP nº. 14024 de 13 de outubro de 2026

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Decreto no 1.748, de 24 de janeiro de 2.000.

RESOLVE

Conceder, a servidora abaixo relacionado o Abono de Permanência em valor equivalente à respectiva contribuição previdenciária.

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO
26.558.911-1	MAGNA NATALIA MARIN PIRES	4243136-2	02	UEL

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Kunibert Kolb Neto
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Protocolo 137939/2026

Resolução SEAP Nº 14.044 de 13 de Outubro de 2026

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto no 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de JUAREZ PALHANO DOS SANTOS, CPF. nº 838.XXX.XXX-15, LF 01, 3º Sargento, conforme cálculos de fls.38-PRPREV. Valor dos proventos R$ 10.049,33 (Dez mil e quarenta e nove reais e trinta e três centavos). Protocolo nº 26.059.192-4.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Kunibert Kolb Neto
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Protocolo 139074/2026

Resolução SEAP n° 14019/2026

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das competências que lhe foram delegadas pelo art. 1º da Resolução SEAP n.º 13.833, de 24 de setembro de 2026, e considerando o disposto na Lei Estadual n.º 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e o contido no protocolado nº 25.856.691-2,

R E S O L V E:

Art. 1° Designar a servidora Jaqueline Cristine da Silva Imoski, CPF nº 070.XXX.XXX-05, para responder como Diretora de Gestão Patrimonial, Documental e de Transporte da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - DPDT/SEAP, no período de 10/11/2026 a 19/11/2026, em virtude das férias do titular da função, o servidor Edson Galdino Vilela de Souza, CPF nº 084.XXX.XXX-20.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da publicação.

Curitiba, 13 de outubro de 2026.

MARTA CRISTINA GUIZELINI
Diretora-Geral da Secretaria da Administração e da Previdência

Protocolo 139253/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Resolução SEAP n° 14021/2026

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das competências que lhe foram delegadas pelo art. 1º da Resolução SEAP n.º 13.833, de 24 de setembro de 2026, e considerando o disposto na Lei Estadual n.º 21.352, de 1° de janeiro de 2023,

R E S O L V E:

Art. 1° Designar a servidora Silmara de Lima Matioski, CPF n° 897.XXX.XXX-49, para responder como Chefe da Divisão de Perícia Médica do Departamento de Saúde do Servidor da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP/DSS/DPM, no período de 09/11/2026 a 18/11/2026, em virtude das férias do titular da função, o servidor Rafael Augusto Bertuol, CPF n° 016.XXX.XXX-20

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da publicação.

Curitiba, 13 de outubro de 2026.

MARTA CRISTINA GUIZELINI
Diretora-Geral da Secretaria da Administração e da Previdência

Protocolo 139255/2026

Resolução SEAP n° 14023/2026

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das competências que lhe foram delegadas pelo art. 1º da Resolução SEAP n.º 13.833, de 24 de setembro de 2026, e considerando o disposto na Lei Estadual n.º 21.352, de 1° de janeiro de 2023,

R E S O L V E:

Art. 1° Designar o servidor Cláudio Simas Tiscoski, CPF nº 042.XXX.XXX-58, para responder como Chefe da Divisão de Viagens Oficiais do Departamento de Gestão do Transporte Oficial da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP/DETO/DVO, no período de 19/11/2026 a 18/12/2026, em virtude das férias do titular da função, o servidor Elias Ferreira da Silva, CPF nº 048.XXX.XXX-38.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da publicação.

Curitiba, 13 de outubro de 2026.

MARTA CRISTINA GUIZELINI
Diretora-Geral da Secretaria da Administração e da Previdência

Protocolo 139257/2026

Resolução SEAP n° 14029/2026

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das competências que lhe foram delegadas pelo art. 1º da Resolução SEAP n.º 13.833, de 24 de setembro de 2026, e considerando o disposto na Lei Estadual n.º 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e o contido no protocolado nº 25.964.451-8,

R E S O L V E:

Art. 1° Designar o servidor William Cezar Rosa, CPF nº 051.XXX.XXX-27, para responder como Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial da Secretaria de Estado da Comunicação - SECOM/NRHS, no período de 19/10/2026 a 28/10/2026, em virtude das férias da titular da função, a servidora Franciele Ribas Ferreira, CPF nº 055.XXX.XXX-02.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da publicação.

Curitiba, 13 de outubro de 2026.

MARTA CRISTINA GUIZELINI
Diretora-Geral da Secretaria da Administração e da Previdência

Protocolo 139258/2026

Resolução SEAP n° 14050/2026

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das competências que lhe foram delegadas pelo art. 1º da Resolução SEAP n.º 13.833, de 24 de setembro de 2026, e considerando o disposto na Lei Estadual n.º 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e o contido no protocolado nº 26.512.654-5,

R E S O L V E:

Art. 1° Designar a servidora Karla Tiemi Saimi Cunha , CPF nº 006.XXX.XXX.64, para responder como Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística - SEIL/NRHS, no período de 19/10/2026 a 28/10/2026, em virtude das férias da titular da função, a servidora Silvia Helena de Castro de Lima, CPF nº 061.XXX.XXX.92..

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da publicação.

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

MARTA CRISTINA GUIZELINI
Diretora-Geral da Secretaria da Administração e da Previdência

Protocolo 139259/2026

Resolução SEAP N °. 13.969/2026 DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5.º da Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, e considerando as competências administrativas que lhe foram delegadas pela Resolução SEAP n.º 13.833, de 24 de setembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo relacionados, integrantes do Departamento de Gestão do Transporte Oficial - DETO, vinculado à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, para compor a **Comissão Permanente de Acompanhamento de Leilões de Veículos** do Departamento de Gestão do Transporte Oficial, com a finalidade de acompanhar, no âmbito de suas competências, os procedimentos licitatórios realizados na modalidade leilão para alienação de veículos, quando realizados por **leiloeiro oficial credenciado e contratado**, assegurando o regular desenvolvimento do certame, em observância à Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ao Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, ao Edital de Credenciamento de Leiloeiros nº 01/2026 - SEAP, ao respectivo edital de leilão e às demais normas aplicáveis.

§ **1.º** A atuação da Comissão compreende o acompanhamento dos atos e ocorrências relacionados ao procedimento de leilão, sem prejuízo das atribuições do gestor e do fiscal do respectivo contrato e da autoridade competente.

SERVIDOR	CPF
Edson Silveira Filho	XXX.010.909-XX
Fernando Pereira de Oliveira	XXX.111.289-XX
Leonardo Tidre Rossetto	XXX.021.009-XX

Art. 2º A comissão será presidida pelo servidor Edson Silveira Filho e nas suas ausências e/ou impedimentos, pelo servidor Fernando Pereira de Oliveira.

Art. 3.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado eletronicamente*.

(datado e assinado eletronicamente)
Marta Cristina Guizelini
Diretora-Geral da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

Protocolo 139349/2026

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

RESOLUÇÃO SEAB Nº 144, de 14 de outubro de 2026.

Divulga o preço médio ponderado para o milho e estabelece o índice de subvenção econômica na modalidade equivalência em produto para as operações contratadas pelas regras do Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO**, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, em atendimento ao disposto na Lei nº 15.605, de 15 de agosto de 2007 e art. 3º c/c o art. 8º, inciso IX, do Regulamento anexado ao Decreto nº 1.444, de 12 de setembro de 2007, e

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

considerando que o preço médio nominal da saca de 60 kg de milho recebido pelos produtores no Estado do Paraná, referente ao mês **setembro de 2026**, ficou 67% (sessenta e sete por cento) **superior** ao preço mínimo nominal de **R$ 19,21** (dezenove reais e vinte e um centavos) divulgado pela Conab/Mapa para **setembro de 2017**;
considerando que o preço médio nominal da saca de 60 kg de milho recebido pelos produtores no Estado do Paraná, referente ao mês **setembro de 2026**, ficou 66,55% (sessenta e seis inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) **superior** ao preço mínimo nominal de **R$ 19,47** (dezenove reais e quarenta e sete centavos) divulgado pela Conab/Mapa para **setembro de 2018**;
considerando que o preço médio nominal da saca de 60 kg de milho recebido pelos produtores no Estado do Paraná, referente ao mês **setembro de 2026**, ficou 62,86% (sessenta e dois inteiros e oitenta e seis centésimos por cento) **superior** ao preço mínimo nominal de **R$ 21,62** (vinte e um reais e sessenta e dois centavos), divulgado pela Conab/Mapa para **setembro de 2019**;
considerando que o preço médio nominal da saca de 60 kg de milho recebido pelos produtores no Estado do Paraná, referente ao mês **setembro de 2026**, ficou 57,89% (cinquenta e sete inteiros e oitenta e nove centésimos por cento) **superior** ao preço mínimo nominal de **R$ 24,51** (vinte e quatro reais e cinquenta e um centavos), divulgado pela Conab/Mapa para **setembro de 2020**;
considerando que o preço médio nominal da saca de 60 kg de milho recebido pelos produtores no Estado do Paraná, referente ao mês **setembro de 2026**, ficou 54,34% (cinquenta e quatro inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) **superior** ao preço mínimo nominal de **R$ 26,58** (vinte e seis reais e cinquenta e oito centavos), divulgado pela Conab/Mapa para **setembro de 2021**;
considerando que o preço médio nominal da saca de 60 kg de milho recebido pelos produtores no Estado do Paraná, referente ao mês **setembro de 2026**, ficou 46,16% (quarenta e seis inteiros e dezesseis centésimos por cento) **superior** ao preço mínimo nominal de **R$ 31,34** (trinta e um reais e trinta e quatro centavos), divulgado pela Conab/Mapa para **setembro de 2022**;
considerando que o preço médio nominal da saca de 60 kg de milho recebido pelos produtores no Estado do Paraná, referente ao mês **setembro de 2026**, ficou 5,45% (cinco inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) **superior** ao preço mínimo nominal de **R$ 55,20** (cinquenta e cinco reais e vinte centavos), divulgado pela Conab/Mapa para **setembro de 2023**;
considerando que o preço médio nominal da saca de 60 kg de milho recebido pelos produtores no Estado do Paraná, referente ao mês **setembro de 2026**, restou 21,80% (vinte e um inteiros e oitenta centésimos por cento) **superior** ao preço mínimo nominal de **R$ 47,79** (quarenta e sete reais e setenta e nove centavos), divulgado pela Conab/Mapa para **setembro de 2024**;
considerando que o preço médio nominal da saca de 60 kg de milho recebido pelos produtores no Estado do Paraná, referente ao mês **setembro de 2026**, ficou 27,01% (vinte e sete inteiros e um centésimo por cento) **superior** ao preço mínimo nominal de **R$ 45,83** (quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos), divulgado pela Conab/Mapa para **setembro de 2025**;
considerando que o preço médio nominal da saca de 60 kg de milho recebido pelos produtores no Estado do Paraná, referente ao mês **setembro de 2026**, ficou 14,07% (catorze inteiros e sete centésimos por cento) **superior** ao preço mínimo nominal do milho de **R$ 51,03** (cinquenta e um reais e três centavos), divulgado pela Conab/Mapa para o mês de **setembro de 2026**;

RESOLVE:

Art. 1º Divulgar o preço médio nominal ponderado para **setembro de 2026** da saca de 60 kg (sessenta quilogramas) de milho, no valor de **R$ 58,21** (cinquenta e oito reais e vinte e um centavos).
Art. 2º A equivalência em saca de 60 kg de milho nos preços mínimos nominais de **2017**, **2018**, **2019**, **2020**, **2021**, **2022**, **2023**, **2024**, **2025 e 2026** para efeito da subvenção econômica nas operações contratadas pelas regras do Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários, com parcelas **vincendas no mês de outubro de 2026**, é **zero**.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga disposições em contrário.

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

Natalino Avance de Souza,
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Protocolo 139631/2026

ADAPAR

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ - ADAPAR
GABINETE DA ADAPAR
EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO N.º 02/2024 - APCBRH/ ADAPARPROTOCOLO: 24.181.072-0.

PARTES: Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - Adapar, CNPJ 15.496.101/0001-72, e **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CRIADORES DE BOVINOS DA RAÇA HOLANDESA - APCBRH**,, inscrita no CNPJ sob n° 76.607.597/0001-0.
OBJETO: O presente Termo de Cooperação tem como objeto a criação, estruturação e operacionalização de serviços em tecnologia da informação, em prol dos produtores rurais do Estado do Paraná, laticínios registrados na Adapar, laboratórios de análises de leite e da própria Adapar, visando a criação, desenvolvimento e utilização de sistema de controle e monitoramento sanitário referente a brucelose e tuberculose bovina no Estado do Paraná. O sistema referido no item anterior atenderá às Portarias n.º132/2017 e 133/2017, bem como contemplará o uso do teste ELISA para detecção de brucelose em tanque de leite e como exame complementar no processo de saneamento da tuberculose bovina. É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, direta ou indiretamente, a delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado.
DATA DA ASSINATURA: 04/02/2026.
VIGÊNCIA: 60 meses.
Otamir Cesar Martins.
Diretor-Presidente da Adapar.
João Guilherme Rocha Loures Brenner.
Diretor-Presidente da APCBRH.

Protocolo 139467/2026

Secretaria das Cidades

PORTARIA Nº 068/2026/SECID

Súmula: Designa servidores para exercerem a função de Gestor e Fiscal no âmbito Secretaria de Estado das Cidades - SECID.
O **DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES**, o uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual nº 21.352/2023, e devidamente autorizado pela Resolução nº 134/2025/SECID, RESOLVE:
Art. 1° Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem as funções de Gestor e Fiscal, conforme especifica:

EMPRESA	CONTRATO Nº	GESTOR /CPF	FISCAL/CPF
PONTUAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA	9690/2026	NELSON DOS REIS XXX.851. 489-XX	ANDRIELE BENATO DE SOUZA XXX.677. 569-XX

Art. 2º Nos contratos firmados com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022, os servidores designados para as funções de Gestor e de Gestor Substituto deverão observar o contido nos incisos I a VI e X do art. 10 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Art. 3° Nos contratos firmados com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022, os servidores designados para as funções de Fiscal Administrativo e Fiscal Setorial, incluídos seus substitutos, deverão observar o contido nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, inclusive quanto ao recebimento provisório do objeto.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE. CUMPRA-SE.

Curitiba, 14 de outubro de 2026
Valdomiro Hrysay
Diretor-Geral da Secretaria de Estado das Cidades - SECID

Protocolo 139291/2026

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

MEMORANDUM OF UNDERSTANDING
concerning
Academic Cooperation
between
The University of Utah, USA
And
State Secretariat of Science, Technology and Higher Education of Paraná, Brazil

In the spirit of scholarly exchange, the State Secretariat of Science, Technology and Higher Education and the University of Utah, a body politic and corporate of the State of Utah and an institution of higher education, agree upon the following principles to develop academic exchange and cooperation in education and research between the two institutions.

1. the State Secretariat of Science, Technology and Higher Education

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

and the University of Utah, based on respect for each other's independence and mutual benefit, will promote the following activities:

a. Exchange of professors and research scholars.
b. Exchange of students.
c. Internship opportunities
d. Exchange of scientific materials, publications and information.
e. Collaboration in research and other scholarly activities

2. Implementation of the above points will be determined through joint discussion and consultation between the two institutions. If appropriate, additional agreements will be entered into by the institutions.

3. This Memorandum of Understanding is valid for a period of five years from the last signature date below. Any renewal and/or amendment of this MOU shall be determined through joint discussion of both institutions and memorialized in a writing signed by both institutions. Either institution may terminate this MOU by providing not less than six months' written notice to the other institution.

4. This MOU does not involve the transfer of budgetary, financial, and/or material resources between the institutions

5. The effectiveness of this instrument or any amendments thereto is contingent upon the publication of the corresponding excerpt in the Official Gazette of the State of Paraná.

6. Having read this document, both Institutions hereby sign one (1) copy of each of the two (2) counterparts of this MOU, one (1) in Portuguese and one (1) in English, totaling two (02) copies, which they acknowledge as authentic.

UNIVERSITY OF UTAH	**STATE SECRETARIAT OF SCIENCE, TECHNOLOGY AND HIGHER EDUCATION OF PARANÁ**
Taylor Randll, PhD President	Aldo Nelson Bona Paraná State Secretary Of Science, Technology, And Higher Education
Date Signed	**Date Signed**

Protocolo 139403/2026

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
referente à
Cooperação Acadêmica
entre
Universidade de Utah, EUA
E
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, Brasil

No espírito do intercâmbio acadêmico, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná e a Universidade de Utah, pessoa jurídica de direito público e instituição de ensino superior do Estado de Utah, concordam com os seguintes princípios para desenvolver o intercâmbio e a cooperação acadêmica em educação e pesquisa entre as duas instituições.

1. A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Universidade de Utah, com base no respeito à autonomia de cada instituição e no benefício mútuo, promoverão as seguintes atividades:

a. Intercâmbio de professores e pesquisadores.
b. Intercâmbio de estudantes.
c. Oportunidades de estágio.
d. Intercâmbio de materiais científicos, publicações e informações.
e. Colaboração em pesquisas e outras atividades acadêmicas.

2. A implementação dos pontos acima será determinada por meio de discussões conjuntas e consultas entre as duas instituições. Se apropriado, acordos adicionais serão celebrados entre as instituições.

3. Este Memorando de Entendimento terá validade pelo período de cinco anos, contado a partir da data da última assinatura abaixo. Qualquer renovação e/ou alteração deste MOU será determinada por meio de discussão conjunta entre ambas as instituições e formalizada por escrito, mediante assinatura de ambas as instituições. Qualquer uma das instituições poderá rescindir este MOU mediante notificação por escrito à outra instituição, com antecedência mínima de seis meses.

4. Este MOU não envolve a transferência de recursos orçamentários, financeiros e/ou materiais entre as instituições.

5. A eficácia deste instrumento ou dos aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná.

6. Tendo lido este documento, ambas as instituições assinam uma (1) via de cada um dos dois (2) exemplares deste MEMORANDO, uma (1) em português e uma (1) em inglês, totalizando duas (2) vias, que reconhecem como autênticas.

UNIVERSIDADE DE UTAH	**SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ**
Taylor Randll, PhD Presidente	Aldo Nelson Bona Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Data de Assinatura	**Data de Assinatura**

Protocolo 139409/2026

RESOLUÇÃO SETI Nº 291, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Constitui comissão verificadora com vistas à renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Publicidade e Propaganda - Bacharelado, ofertado no *Campus* de União da Vitória pela Universidade Estadual do Paraná, Unespar.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, considerando suas atribuições legais conferidas pelo inciso II do art. 90 da Constituição do Estado do Paraná, pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e pelo art.6º do Anexo Único do Decreto nº 10.946, de 18 de agosto de 2025, e a Deliberação n.º 006/2020-CEE/PR, do Conselho Estadual de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão verificadora com vistas à renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Publicidade e Propaganda - Bacharelado, ofertado no *Campus* de União da Vitória pela Universidade Estadual do Paraná, Unespar, composta por:

I - Andressa Deflon Rickli, Doutora em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná, UTP, e professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro, como avaliadora, para proceder à verificação *in loco*; e

II - Mário Cândido de Athayde Júnior, Assessor Técnico da CEPE/Seti, para acompanhamento técnico do protocolo.

§ 1º Na execução de seu trabalho avaliativo, a comissão levará em conta o disposto no Protocolo n.º 26.603.771-6, de 17 de setembro de 2026, bem como no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação específico, aprovado pela Resolução n.º 123/2017-SETI.

§ 2º A avaliadora apresentará seu relatório, bem como a manifestação formal quanto às alterações e aos ajustes ocorridos ao longo do processo de avaliação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do término da visita *in loco* à Instituição.

§ 3º A Coordenadoria de Ensino Superior, Pesquisa e Extensão - CEPE/Seti terá prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da entrega do relatório, para elaborar a instrução e orientação técnica do expediente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

Aldo Nelson Bona
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Protocolo 139139/2026

RESOLUÇÃO N.º 293/2026 - SETI, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Homologa Pareceres do Conselho Estadual de Educação - Reunião Ordinária de outubro de 2026, relativos a atos regulatórios de Cursos de Graduação de Instituições de Ensino Superior pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, no uso de suas atribuições legais, considerando os dispositivos da Lei Federal n.º 9.394 de 20/12/96, e nos termos da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, considerando o contido na Deliberação n.º 006/20-CEE/PR, tendo em vista a delegação de competência contida no art. 6º, inciso XII do Regulamento da SETI, aprovado por meio do Decreto n.º 10.946/2025 e o contido na Resolução SETI nº 237, de 1º de setembro de 2026,

RESOLVE

Art. 1º Homologar os Pareceres da Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação do Paraná - Reunião Ordinária de outubro de 2026, conforme abaixo discriminados:

I - PROTOCOLO nº 26.536.445-4
PARECER CEE/CES n.º 101/2026, aprovado em 06/10/2026
INTERESSADA: Universidade Estadual do Paraná, Unespar
ASSUNTO: Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Administração - Bacharelado, ofertado no *Campus* de União da Vitória, pela Unespar;

II - PROTOCOLO n.º 26.542.170-9
PARECER CEE/CES n.º 102/2026, aprovado em 06/10/2026
INTERESSADA: Universidade Estadual do Paraná, Unespar
ASSUNTO: Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Engenharia Civil - Bacharelado, ofertado no *Campus* de União da Vitória, pela Unespar;

III - PROTOCOLO n.º 25.936.478-7
PARECER CEE/CES n.º 103/2026, aprovado em 06/10/2026
INTERESSADA: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste
ASSUNTO: Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura - Tecnólogo, ofertado no *Campus* de Toledo pela Unioeste;
IV - PROTOCOLO n.º 26.567.757-6
PARECER CEE/CES n.º 104/2026, aprovado em 07/10/2026
INTERESSADA: Universidade Estadual de Londrina, UEL
ASSUNTO: Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Química - Bacharelado, ofertado pela UEL;

V - PROTOCOLO n.º 26.542.221-7
PARECER CEE/CES n.º 105/2026, aprovado em 07/10/2026
INTERESSADA: Universidade Estadual do Paraná, Unespar
ASSUNTO: Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Sistemas de Informação - Bacharelado, ofertado no *Campus* de União da Vitória, pela Unespar;

VI - PROTOCOLO n.º 26.569.689-9
PARECER CEE/CES n.º 106/2026, aprovado em 07/10/2026
INTERESSADA: Universidade Estadual de Londrina, UEL
ASSUNTO: Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Ciências Biológicas - Licenciatura, ofertado pela UEL.

VII - PROTOCOLO n.º 26.561.421-3
PARECER CEE/CES n.º 107/2026, aprovado em 07/10/2026
INTERESSADA: Universidade Estadual de Londrina, UEL
ASSUNTO: Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Filosofia - Licenciatura, ofertado pela UEL.

VIII - PROTOCOLO n.º 26.588.356-7
PARECER CEE/CES n.º 108/2026, aprovado em 08/10/2026
INTERESSADA: Universidade Estadual de Londrina, UEL
ASSUNTO: Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Física - Licenciatura, ofertado pela UEL.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 15 de outubro de 2026

Aldo Nelson Bona
Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Protocolo 139543/2026

UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2726/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executivo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. Ill e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:
Contrato nº 2013/2026 Pregão Eletrônico nº210/2025
Contratada: Kev X - Soluções e Serviços Ltda
Objeto: Contratação de Serviços de Teste Em Equipamentos Diversos: Teste de Controle de Qualidade, Teste de Levantamento Radiométrico, Teste de Radiação de Fuga, Teste de Integridade, Para Atender A Clínica Odontológica-Uel, Hospital Veterinário e Hospital Universitário de Londrina.
GESTOR:
Servidor: Bianca Gregorio da Silva
Matricula: 0202004
E-mail: biancagregorio@uel.br

FISCAL:
Tipo Contrato: Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico
Servidor: Aletheia Ciquini Farias Lima
Matricula: 0121313
E-mail: aletheia@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico
Servidor: Danilo Zamuner
Matricula: 0408897
E-mail: danilo_zamuner@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico
Servidor: Fabio Lopes
Matricula: 0602440
E-mail: fabiolopes@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico
Servidor: Marcia Maria Ribeiro Vicente
Matricula: 1322909
E-mail: marciaribeiro@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico
Servidor: Mauricio Fernandes
Matricula: 1317355
E-mail: maufer@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.
Hospital Universitário de Londrina,15 de Outubro de 2026
Jose Roberto de Almeida
Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

Protocolo 139387/2026

PORTARIA GEFIS Nº 2727/2026

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executivo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. Ill e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:
Contrato nº 159/2025 Pregão Eletrônico nº543/2024
Contratada: Jumper Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda
Objeto: Serviços Continuados de Vigilancia Armada e Desarmada
GESTOR:
Servidor: Gildomar Santos Silva
Matricula: 0704363
Unidade Divisão de Serviços Gerais
E-mail: gildomarsantos@uel.br
Servidor: Ewerton Aparecido Bugliani
Matricula: 0514772
Unidade Divisão de Educação e Treinamento
E-mail: ewerton@uel.br
Servidor: Hellen Cordeiro
Matricula: 0803476
Unidade Gerência Administrativa do Aehu
E-mail: hellen.cordeiro@uel.br
Em substituição a Denilson Braga Porto

FISCAL:
Tipo Contrato: Fiscal de Contrato
Servidor: Angela Cristina Carrasco Marcio
Matricula: 0122905
Unidade: Gerência Administrativa do Aehu
E-mail: angelacristina@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal de Contrato
Servidor: Juliano Carlos Plaça Cezar
Matricula: 1012471
Unidade: Gerência Administrativa do Aehu
E-mail: julianocezar@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal de Contrato
Servidor: Jairo Jose da Silva
Matricula: 1021529
Unidade: Divisão de Serviços Gerais
E-mail: jairosilva@uel.br

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Em substituição a Ewerton Aparecido Bugliani
Tipo Contrato: Fiscal de Contrato
Servidor: Elis Mara Araujo Gonçalves
Matricula: 0514716
Unidade: Gerência Administrativa do Aehu
E-mail: ellis_grandolfi1@uel.br
Em substituição a Carlos Eduardo Pereira Baricati
Tipo Contrato: Fiscal de Contrato
Servidor: Luis Carlos dos Santos
Matricula: 1210039
Unidade: Divisão de Serviços Gerais
E-mail: luiscarlos38@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.
Hospital Universitário de Londrina,15 de Outubro de 2026
Azenil Staviski
Pro-Reitor de Administração e Finanças/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2728/2026

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. Ill e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:
Contrato nº 158/2025 Pregão Eletrônico nº847/2024
Contratada: Produserv Serviços Ltda
Objeto: Serviços de Limpeza Asseio Conservação e Outros
GESTOR:
Servidor: Hellen Cordeiro
Matricula: 0803476
Unidade Gerência Administrativa do Aehu
E-mail: hellen.cordeiro@uel.br
Em substituição a Denilson Braga Porto

FISCAL:
Tipo Contrato: Fiscal de Contrato
Servidor: Aletheia Ciquini Farias Lima
Matricula: 0121313
Unidade: Secretaria Administrativa
E-mail: aletheia@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal de Contrato
Servidor: Paulo Henrique de Lima Calão
Matricula: 1603669
Unidade: Gerência Clínica do Aehu
E-mail: paulocalao@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal de Contrato
Servidor: Patricia Basso Squarça Mendes
Matricula: 1605729
Unidade: Divisão de Atendimento
E-mail: patricia.squarca@uel.br
Em substituição a Renata Pedrão Leme Motomatsu
Tipo Contrato: Fiscal de Contrato
Servidor: Edmar Stadler Maximino
Matricula: 0513793
Unidade: Divisão de Serviços Gerais
E-mail: edmarstadler@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal de Contrato
Servidor: Jairo Jose da Silva
Matricula: 1021529
Unidade: Divisão de Serviços Gerais
E-mail: jairosilva@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal de Contrato
Servidor: Edelzina Aparecida Gallardo Silva
Matricula: 0507240
Unidade: Gerência de Enfermagem do Aehu
E-mail: del@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal de Contrato
Servidor: Elis Mara Araujo Gonçalves
Matricula: 0514716
Unidade: Gerência Administrativa do Aehu
E-mail: ellis_grandolfi1@uel.br
Em substituição a Hellen Cordeiro
Tipo Contrato: Fiscal de Contrato
Servidor: Wagner Rodrigues de Sá
Matricula: 2303000
Unidade: Divisão de Manutenção Predial e Equipamentos
E-mail: wagnersahu@uel.br
Em substituição a Diego Peixoto da Silva

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.
Hospital Universitário de Londrina,15 de Outubro de 2026
Azenil Staviski
Pro-Reitor de Administração e Finanças/UEL

Protocolo 139427/2026

PORTARIA GEFIS Nº 2729/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. Ill e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:
Contrato nº 2000/2026 Dispensa nº113/2026
Contratada: Level Farmaceutica Ltda
Objeto: Fornecimento de Materiais Médicos Hospitalares Diversos Para Atender O Hospital Universitário de Londrina
GESTOR:
Servidor: Priscila Conde Bogo
Matricula: 1607118
E-mail: priscila.bogo@uel.br

FISCAL:
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Patricia dos Santos Diesel
Matricula: 1605741
E-mail: patriciasa@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Magali Godoy Pereira Cardoso
Matricula: 1311939
E-mail: magali.cardoso@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Silvia Margareth Cordioli Pereira
Matricula: 1911399
E-mail: silviamcp@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Sergio Henrique Barbosa de Oliveira
Matricula: 1911311
E-mail: sergin_hbo@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Marco Antonio Gonçalves
Matricula: 1318801
E-mail: marco22antonio@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.
Hospital Universitário de Londrina,15 de Outubro de 2026
Jose Roberto de Almeida
Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2730/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. Ill e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:
Contrato nº 2001/2026 Dispensa nº113/2026
Contratada: Londricir Comercio de Material Hospitalar Ltda
Objeto: Fornecimento de Materiais Médicos Hospitalares Diversos Para Atender O Hospital Universitário de Londrina
GESTOR:
Servidor: Priscila Conde Bogo
Matricula: 1607118
E-mail: priscila.bogo@uel.br

FISCAL:
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Patricia dos Santos Diesel
Matricula: 1605741
E-mail: patriciasa@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Magali Godoy Pereira Cardoso
Matricula: 1311939

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

E-mail: magali.cardoso@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Silvia Margareth Cordioli Pereira
Matricula: 1911399
E-mail: silviamcp@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Sergio Henrique Barbosa de Oliveira
Matricula: 1911311
E-mail: sergin_hbo@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Marco Antonio Gonçalves
Matricula: 1318801
E-mail: marco22antonio@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.
Hospital Universitário de Londrina,15 de Outubro de 2026
Jose Roberto de Almeida
Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2731/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executivo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. Ill e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:
Contrato nº 2002/2026 Dispensa nº113/2026
Contratada: P&C Material Medico Hospitalar Ltda
Objeto: Fornecimento de Materiais Médicos Hospitalares Diversos Para Atender O Hospital Universitário de Londrina
GESTOR:
Servidor: Priscila Conde Bogo
Matricula: 1607118
E-mail: priscila.bogo@uel.br

FISCAL:
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Patricia dos Santos Diesel
Matricula: 1605741
E-mail: patriciasa@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Magali Godoy Pereira Cardoso
Matricula: 1311939
E-mail: magali.cardoso@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Silvia Margareth Cordioli Pereira
Matricula: 1911399
E-mail: silviamcp@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Sergio Henrique Barbosa de Oliveira
Matricula: 1911311
E-mail: sergin_hbo@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Marco Antonio Gonçalves
Matricula: 1318801
E-mail: marco22antonio@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.
Hospital Universitário de Londrina,15 de Outubro de 2026
Jose Roberto de Almeida
Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2732/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executivo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. Ill e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:
Contrato nº 2003/2026 Dispensa nº113/2026
Contratada: Soma/Pr Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Objeto: Fornecimento de Materiais Médicos Hospitalares Diversos Para Atender O Hospital Universitário de Londrina
GESTOR:
Servidor: Priscila Conde Bogo
Matricula: 1607118
E-mail: priscila.bogo@uel.br

FISCAL:
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Patricia dos Santos Diesel
Matricula: 1605741
E-mail: patriciasa@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Magali Godoy Pereira Cardoso
Matricula: 1311939
E-mail: magali.cardoso@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Silvia Margareth Cordioli Pereira
Matricula: 1911399
E-mail: silviamcp@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Sergio Henrique Barbosa de Oliveira
Matricula: 1911311
E-mail: sergin_hbo@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Marco Antonio Gonçalves
Matricula: 1318801
E-mail: marco22antonio@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.
Hospital Universitário de Londrina,15 de Outubro de 2026
Jose Roberto de Almeida
Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2733/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executivo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. Ill e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:
Contrato nº 2004/2026 Dispensa nº113/2026
Contratada: Edhmed Equipamentos Médicos e Hospitalares Ltda
Objeto: Fornecimento de Materiais Médicos Hospitalares Diversos Para Atender O Hospital Universitário de Londrina
GESTOR:
Servidor: Priscila Conde Bogo
Matricula: 1607118
E-mail: priscila.bogo@uel.br

FISCAL:
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Patricia dos Santos Diesel
Matricula: 1605741
E-mail: patriciasa@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Magali Godoy Pereira Cardoso
Matricula: 1311939
E-mail: magali.cardoso@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Silvia Margareth Cordioli Pereira
Matricula: 1911399
E-mail: silviamcp@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Sergio Henrique Barbosa de Oliveira
Matricula: 1911311
E-mail: sergin_hbo@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Marco Antonio Gonçalves
Matricula: 1318801
E-mail: marco22antonio@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.
Hospital Universitário de Londrina,15 de Outubro de 2026
Jose Roberto de Almeida
Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2734/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. Ill e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:
Contrato nº 2005/2026 Dispensa nº113/2026
Contratada: Aaba Comércio de Equipamentos Médicos Ltda
Objeto: Fornecimento de Materiais Médicos Hospitalares Diversos Para Atender O Hospital Universitário de Londrina
GESTOR:
Servidor: Priscila Conde Bogo
Matricula: 1607118
E-mail: priscila.bogo@uel.br

FISCAL:
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Patricia dos Santos Diesel
Matricula: 1605741
E-mail: patriciasa@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Magali Godoy Pereira Cardoso
Matricula: 1311939
E-mail: magali.cardoso@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Silvia Margareth Cordioli Pereira
Matricula: 1911399
E-mail: silviamcp@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Sergio Henrique Barbosa de Oliveira
Matricula: 1911311
E-mail: sergin_hbo@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal Técnico
Servidor: Marco Antonio Gonçalves
Matricula: 1318801
E-mail: marco22antonio@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.
Hospital Universitário de Londrina,15 de Outubro de 2026
Jose Roberto de Almeida
Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

Protocolo 139717/2026

PORTARIA GEFIS Nº 2735/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. Ill e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:
Contrato nº 2015/2026 Chamamento Público nº4/2026
Contratada: Ariele Pedroso
Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Profissionais de Fisioterapia Para Atuar No Hospital Universitário de Londrina,
GESTOR:
Servidor: Edna Yukimi Itakussu Ruiz
Matricula: 0515579
E-mail: itakussu@uel.br
FISCAL:
Tipo Contrato: Fiscal de Contrato
Servidor: Vanessa Suziane Probst
Matricula: 2206875
E-mail: vanessaprobst@uel.br
Tipo Contrato: Fiscal de Contrato
Servidor: Larissa Araujo de Castro Okamura
Matricula: 1214464
E-mail: larissacastro@uel.br
As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.
Hospital Universitário de Londrina,15 de Outubro de 2026
Jose Roberto de Almeida
Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

Protocolo 139733/2026

UEM

PORTARIA GRE N.º 1.878 DE 14 de outubro de 2026

A REITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, nomeada pelo Decreto Estadual n.º 15.234, de 02 de outubro de 2026, usando das atribuições que lhe confere o Art. 33, do Estatuto;

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição nº 14023050.1.00201/15-1, datada de 04/07/2015, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
Considerando a Portaria nº 072/GRE de 31/01/2019;
considerando despacho contido às folhas 14, mov. 13 do Protocolo Digital nº 26.504.920-6 que solicita declaração de tempo excedente;

R E S O L V E:

Art. 1º Determinar, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos da Lei 7.634, de 13 de julho de 1982, a **desaverbação do tempo de contribuição** do(a) servidor(a) **CATARINA TERUCO MAKIYAMA**, portador(a) do CPF nº. 387.XXX.XXX-97, no cargo de **Agente Universitário Profissional**, na função de **Assistente Social**, conforme abaixo discriminado:

Órgão	Período	Anos	Meses	Dias
INSS	02/05/1975 a 20/05/1975	-	-	19
TOTAL		**-**	**-**	**19**

Art. 2º Esta portaria gera efeito a partir de 14/10/2026.

Maringá, 14 de outubro de 2026.

Profª. Drª. Gisele Mendes de Carvalho
Reitora

Protocolo 139167/2026

P O R T A R I A Nº 861/2026-PRH

O Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições regulamentares,

Considerando o protocolo digital n° 26.616.375-4,

R E S O L V E

Art. 1º - ATRIBUIR a Gratificação de Atividade de Saúde (GAS), ao servidor abaixo relacionado:

Nome	Lotação	CPF	Função	Data
HILDEBERTO VASCONCELOS DA SILVA	CCS-COD	487.XXX. XXX-72	TECNICO EM BIBLIOTECA	11/10/2026 a 10/10/2027

Dê-se ciência.
Cumpra-se.

Maringá, 14 de outubro de 2026.

José Maria de Oliveira Marques
Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários

Protocolo 139265/2026

PORTARIA Nº 864/2026-PRH

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, no uso de suas atribuições e considerando o Edital nº 341/2026-PRH e a Portaria nº 845/2026-PRH,

RESOLVE

Art. 1º Alterar a comissão de seleção nomeada pela Portaria nº 845/2026-PRH para a área de conhecimento ou matéria (71) Práticas em Gastronomia conforme

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

segue:

Nome	Função	Instituição
Profa. Dra. Suelen Pereira Ruiz Herrig	Presidente	UEL
Prof. Dr. Rafael Cunha Ferro	Secretário	UFRRJ
Prof. Dr. Wagner Halmenschlager	Membro	UFPEL
Prof. Dr. Luciano Seraphim Gasques	Suplente	UNIPAR

Maringá, 15 de outubro de 2026.

José Maria de Oliveira Marques
Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários

Protocolo 139617/2026

UNESPAR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR/REITORIA
A Reitora da UNESPAR, no uso de suas atribuições legais, torna públicas as seguintes **PORTARIAS:**

PORTARIA N.º 1501/2026, de 05/10/2026: Art. 1º Cancelar, a pedido, a portaria nº 861/2026 - REITORIA/UNESPAR, de 16 de junho de 2026, que concedia licença especial de 45 (quarenta e cinco) dias à servidora Ana Lucia de Lima Pazos Vasquez, CPF nº 393.XXX.XXX-78, ocupante do cargo de Professor de Ensino Superior, na função de Professor Associado, lotada no Campus de Curitiba I.

PORTARIA N.º 1502/2026, de 05/10/2026: Art. 1º Cancelar, a pedido, a portaria nº 860/2026 - REITORIA/UNESPAR, de 16 de junho de 2026, que concedia licença especial de 45 (quarenta e cinco) dias à servidora Ana Lucia de Lima Pazos Vasquez, CPF nº 393.XXX.XXX-78, ocupante do cargo de Professor de Ensino Superior, na função de Professor Associado, lotada no Campus de Curitiba I.

PORTARIA N.º 1507/2026, de 07/10/2026: Art. 1º Conceder ao docente Clóvis Roberto Gurski, CPF: 580.XXX.XXX-87, no cargo de Professor do Ensino Superior, na função de Professor Assistente, lotado no campus de União da Vitória, Licença Especial de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 15/08/2006 a 14/08/2011, com fruição em 15/10/2026 a 13/11/2026.

PORTARIA N.º 1511/2026, de 07/10/2026: Art. 1º Interromper, a pedido da servidora Ana Lucia de Lima Pazos Vasquez, CPF nº 393.XXX.XXX-78, ocupante do cargo de Professor de Ensino Superior, na função de Professor Associado, lotada no Campus de Curitiba I, a fruição da licença especial concedida pela Portaria nº 859/2026 - REITORIA/UNESPAR, referente ao período de 03/08/2026 a 31/10/2026, a partir de 07 de outubro de 2026.

PORTARIA N.º 1512/2026, de 07/10/2026: Art. 1º Conceder a fruição do saldo de férias à servidora Greici Keli da Silva Lopes, CPF nº 083.XXX.XXX-42, Auditora e Controladora da UNESPAR, referente ao período aquisitivo de 01/01/2026 a 31/12/2026, no período de 03/11/2026 a 17/11/2026.
Art. 2º Nomear em substituição a servidora Simone da Silva Peres, CPF nº 090. XXX.XXX-09, no cargo de Auditora e Controladora, durante o período de férias da titular do cargo, no período de 03/11/2026 a 17/11/2026.

PORTARIA N.º 1513/2026, de 07/10/2026: Art. 1º Retificar o art. 2º da Portaria nº 922/2026-REITORIA/UNESPAR, nos seguintes termos: onde se lê: "classe E02", leia-se: "classe E08".
Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições constantes da Portaria nº 922/2026 REITORIA/UNESPAR.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data da Portaria nº 922/2026-REITORIA/UNESPAR.

PORTARIA N.º 1514/2026, de 08/10/2026: Art. 1º Conceder gratificação por insalubridade de grau médio ao servidor Renato Torres, CPF nº 821.XXX. XXX-34, no cargo de Professor do Ensino Superior, na função de Professor Adjunto, lotado no Campus de Curitiba I, a partir de 22/09/2026.

PORTARIA N.º 1523/2026, de 13/10/2026: Art. 1º Exonerar a servidora Sabrina Cardozo Ferreira, CPF nº 014.XXX.XXX-58, do cargo de Chefe da Divisão de Recursos Humanos do campus de Curitiba I, Simbologia FA 6, em 04 de outubro de 2026.
Art. 2º Esta portaria revoga a Portaria nº 1009/2024 - REITORIA/UNESPAR.
Art. 3º Esta portaria revoga parcialmente os efeitos da Portaria nº 035/2026 - REITORIA/UNESPAR, especificamente no que tange à designação de Sabrina Cardozo Ferreira para o cargo de Divisão de Recursos Humanos do campus de Curitiba I, mantendo-se inalterados os demais dispositivos e nomeações contidos neste ato administrativo.

PORTARIA N.º 1524/2026, de 13/10/2026: Art. 1º Nomear a agente universitária Raquel Simone Muller, CPF nº 598.XXX.XXX-00, para o cargo de Chefe da Divisão de Recursos Humanos do campus de Curitiba I, simbologia FA-6, a partir de 05 de outubro de 2026.

Salete Paulina Machado Sirino - **Reitora**

Protocolo 139089/2026

UENP

PORTARIA/GR N.° 347, de 13 de outubro de 2026

Exonera o servidor Kleverton Krinski, da função acadêmica de Chefe de Divisão de Admissão de Pessoal (PRORH).

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, nomeado pelo Decreto nº 14.857, de 26 de agosto de 2026, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, bem como o contido no protocolo nº 26.708.357-6,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 30 de setembro de 2026, o servidor Kleverton Krinski, de CPF nº 041.XXX.XXX-00, da função acadêmica de Chefe de Divisão de Admissão de Pessoal (PRORH), simbologia FA6, da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, para o qual foi nomeado pela Portaria/GR nº 234/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Reitoria da UENP, em
Jacarezinho, 13 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
Reitor da UENP

Protocolo 139121/2026

PORTARIA/GR N.° 348, de 13 de outubro de 2026

Exonera a servidora Emiliana Cristina Melo, da da função acadêmica de Chefe da Divisão de Atenção à Saúde do Servidor (PRORH).

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, nomeado pelo Decreto nº 14.857, de 26 de agosto de 2026, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, bem como o contido no protocolo nº 26.708.357-6,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 30 de setembro de 2026, a servidora Emiliana Cristina Melo, de CPF nº 158.XXX.XXX-16, da função acadêmica de Chefe de Divisão de Admissão de Pessoal (PRORH), simbologia FA6, da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, para o qual foi nomeada pela Portaria/GR nº 234/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Reitoria da UENP, em
Jacarezinho, 13 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
Reitor da UENP

Protocolo 139122/2026

PORTARIA/GR N.° 349, de 15 de outubro de 2026

Autoriza a Profa. Luciana Munhoz a participar do EHDN Clinical Research Congress 2026 e na reunião do Huntington's Disease Community Advisory Board (HD-CAB) em Cracóvia, Polônia.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, nomeado pelo Decreto nº 14.857, de 26 de agosto de 2026, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, bem como o contido no protocolo nº 26.619.952-0,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a Profa. Luciana Munhoz, inscrita no CPF nº 274.XXX.

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

XXX-58, a participar do EHDN Clinical Research Congress 2026 e da reunião do Huntington's Disease Community Advisory Board (HD-CAB), em Cracóvia, Polônia, no período de 22 a 26 de outubro de 2026.
Art. 2º Suspender a contagem do prazo do estágio probatório da servidora durante o período de afastamento de que trata o art. 1º desta Portaria.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Reitoria da UENP, em
Jacarezinho, 15 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
Reitor da UENP

Protocolo 139607/2026

PORTARIA Nº 031/2026 - GD/CJ/UENP

Designa Gestora e Fiscal dos Termos de Cooperação celebrados entre a Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, no âmbito do Campus Jacarezinho, por intermédio do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Profissional em Educação Básica (PPEd/UENP), e Secretarias Municipais de Educação dos Estados do Paraná e de São Paulo.

O DIRETOR DO CAMPUS DE JACAREZINHO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ - UENP, Prof. Dr. Fabrício José Jassi, nomeado pela Portaria/GR nº 300/2026, de 14 de setembro de 2026, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO o contido no e-Protocolo nº 26.696.976-7; RESOLVE:

Art. 1º Designar a Prof.ª Dr.ª Marisa Noda, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Profissional em Educação Básica (PPEd/UENP), inscrita no CPF sob nº 531.XXX.XXX-87, para exercer a função de Gestora dos Termos de Cooperação celebrados entre a Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP - Campus Jacarezinho, por intermédio do PPEd, e as Secretarias Municipais de Educação dos Estados do Paraná e de São Paulo, relacionados ao e-Protocolo nº 26.696.976-7.

Art. 2º Designar o Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza, inscrito no CPF sob nº 569.XXX.XXX-91, para exercer a função de Fiscal dos Termos de Cooperação referidos no art. 1º desta Portaria.

Art. 4º Compete ao Fiscal acompanhar e verificar a execução das atividades previstas nos Termos de Cooperação, registrar eventuais ocorrências e comunicar à Gestora as situações que demandem providências administrativas, observadas as disposições dos respectivos instrumentos.

Art. 5º As designações previstas nesta Portaria permanecerão válidas durante a vigência dos respectivos Termos de Cooperação, ressalvadas eventuais alterações ou revogações formalizadas pela autoridade competente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacarezinho/PR, 15 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Fabrício José Jassi
Diretor do Campus de Jacarezinho da UENP

Protocolo 139678/2026

RESOLUÇÃO - CAD/UENP Nº 057/2026, de 21 de agosto de 2026.

Aprova, ad referendum, o afastamento parcial do Professor Wilian Barbosa Travassos, para realizar estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Paraná.

1. O Reitor em Exercício da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, no uso de suas atribuições legais, nomeado pelo Decreto nº 13.453, de 23 de abril de 2026, do Governo do Estado do Paraná, *ad referendum* do Conselho de Administração - CAD/UENP, bem como o contido no protocolo nº 26.117.547-9;

RESOLVE

Art. 1° Fica aprovado, *ad referendum* do Conselho de Administração - CAD, o afastamento parcial do Professor Wilian Barbosa Travassos, CPF: 090.XXX.XXX-54, para realização de estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e em Matemática (PPGECM) / Ensino da Universidade Federal do Paraná - UFPR, pelo período de 01 de agosto de 2026 a 31 de janeiro de 2027.
Art. 2° Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 21 de agosto de 2026.

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
Reitor em exercício

Protocolo 139115/2026

RESOLUÇÃO - CAD/UENP Nº 058/2026, de 23 de setembro de 2026.

Aprova, ad referendum do CAD, o Acordo de Cooperação entre a Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP e University Of Regina - Canadá.

1. O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, no uso de suas atribuições legais, nomeado pelo Decreto nº 14.857, de 26 de agosto de 2026, do Governo do Estado do Paraná, *ad referendum* do Conselho de Administração - CAD/UENP, bem como o contido no protocolo nº 26.584.500-2;

RESOLVE

Art. 1° Fica aprovado, *ad referendum* do Conselho de Administração - CAD, o Acordo de Cooperação entre a Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP e University Of Regina - Canadá, com o objetivo de fomentar a cooperação mútua em ensino, pesquisa, extensão e projetos.

Art. 2° Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 23 de setembro de 2026.

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
2. Reitor da UENP

Protocolo 139117/2026

RESOLUÇÃO - CAD/UENP Nº 059/2026, de 05 de outubro de 2026.

Aprova a baixa patrimonial de materiais considerados inservíveis.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, no uso de suas atribuições legais, nomeado pelo Decreto nº 14.857, de 26 de agosto de 2026, do Governo do Estado do Paraná, considerando a aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 05 de outubro de 2026,

RESOLVE
Art. 1° Fica aprovada a baixa patrimonial, por inservibilidade, de materiais da Universidade Estadual do Norte do Paraná, constantes nos seguintes protocolos: Campus de Cornélio Procópio: 24.587.741-2, 24.691.261-0, 24.685.724-5, 25.093.155-7, 25.165.304-6, 25.374.913-0, 25.803.377-9, 25.840.717-2, 25.983.795-2, 25.987.812-8; Campus de Jacarezinho: 25.889.844-3, 25.855.487-6, 25.888.419-1, 25.889.977-6, 25.984.559-9, 25.984.802-4, 25.944.041-6; Campus Luiz Meneghel - Bandeirantes: 26.138.156-7; Reitoria 26.101.472-6, 25.784.744-6.

Art. 2° Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 05 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
Reitor da UENP

Protocolo 139123/2026

RESOLUÇÃO - CAD/UENP Nº 060/2026, de 05 de outubro de 2026.

Aprova a baixa patrimonial de bens destinados a leilão.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, no uso de suas atribuições legais, nomeado pelo Decreto nº 14.857, de 26 de agosto de 2026, do Governo do Estado do Paraná, considerando a aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 05 de outubro de 2026,

RESOLVE
Art. 1° Fica aprovada a baixa patrimonial dos bens destinados a leilão do Campus de Cornélio Procópio constantes nos protocolos nº 25.945.482-4, nº 25.982.284-0 e nº 25.861.484-4.

Art. 2° Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 05 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
Reitor da UENP

Protocolo 139127/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

RESOLUÇÃO - CAD/UENP Nº 060/2026, de 05 de outubro de 2026.

Aprova a baixa patrimonial de bens destinados a leilão.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, no uso de suas atribuições legais, nomeado pelo Decreto nº 14.857, de 26 de agosto de 2026, do Governo do Estado do Paraná, considerando a aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 05 de outubro de 2026,

RESOLVE

Art. 1° Fica aprovada a baixa patrimonial dos bens destinados a leilão do Campus de Cornélio Procópio constantes nos protocolos nº 25.945.482-4, nº 25.982.284-0 e nº 25.861.484-4.

Art. 2° Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 05 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
Reitor da UENP

Protocolo 139129/2026

RESOLUÇÃO - CAD/UENP Nº 061/2026, de 05 de outubro de 2026.

Referenda a Resolução - CAD/UENP Nº 058/2026, de 23 de setembro de 2026.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, no uso de suas atribuições legais, nomeado pelo Decreto nº 14.857, de 26 de agosto de 2026, do Governo do Estado do Paraná, considerando a aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 05 de outubro de 2026, bem como o contido no protocolo nº 26.584.500-2;

RESOLVE

Art. 1º Fica referendada a Resolução nº 058/2026 - CAD/UENP - que aprovou o Acordo de Cooperação entre a Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP e University Of Regina - Canadá, com o objetivo de fomentar a cooperação mútua em ensino, pesquisa, extensão e projetos.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 05 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
Reitor da UENP

Protocolo 139132/2026

RESOLUÇÃO - CAD/UENP Nº 062/2026, de 05 de outubro de 2026.

Aprova o Acordo de Cooperação entre a Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP e a Universidade Kwazulu-Natal - África do Sul.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, no uso de suas atribuições legais, nomeado pelo Decreto nº 14.857, de 26 de agosto de 2026, do Governo do Estado do Paraná, considerando a aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 05 de outubro de 2026, bem como o contido no protocolo nº 26.584.593-2;

RESOLVE

Art. 1° Fica aprovado o Acordo de Cooperação entre a Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP e Universidade Kwazulu-Natal - África do Sul, com o objetivo de estabelecer cooperação científica, tecnológica e cultural em áreas de interesse e especialização comuns entre as instituições.

Art. 2° Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 05 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
Reitor da UENP

Protocolo 139304/2026

RESOLUÇÃO - CAD/UENP Nº 063/2026, de 05 de outubro de 2026.

Aprova o Termo de Cooperação entre a Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP e o Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Acadêmicos Capiau.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, no uso de suas atribuições legais, nomeado pelo Decreto nº 14.857, de 26 de agosto de 2026, do Governo do Estado do Paraná, considerando a aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 05 de outubro de 2026, bem como o contido no protocolo nº 26.333.256-3;

RESOLVE

Art. 1° Fica aprovado o Termo de Cooperação entre a Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP e o Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Acadêmicos Capiau, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas nas áreas de cultura, arte, extensão universitária e preservação das manifestações culturais do Nordeste do Paraná.

Art. 2° Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 05 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
Reitor da UENP

Protocolo 139312/2026

RESOLUÇÃO - CAD/UENP Nº 064/2026, de 05 de outubro de 2026.

Aprova o Termo Aditivo entre a Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP e o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro - CISNORPI.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, no uso de suas atribuições legais, nomeado pelo Decreto nº 14.857, de 26 de agosto de 2026, do Governo do Estado do Paraná, considerando a aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 05 de outubro de 2026, bem como o contido no protocolo nº 26.551.167-8;

RESOLVE

Art. 1º Fica aprovado o Termo Aditivo ao Termo de Cooperação celebrado entre a Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP e o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro - CISNORPI, cujo objeto é a cooperação técnica para a prestação de atendimento fisioterapêutico e o apoio ao Programa de Reabilitação de Órteses e Próteses desenvolvido pelo CISNORPI, com prorrogação da vigência por 12 (doze) meses.

Art. 2° Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 05 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
Reitor da UENP

Protocolo 139361/2026

RESOLUÇÃO - CAD/UENP Nº 065/2026, de 05 de outubro de 2026.

Aprova as prestações de contas dos Concursos Vestibulares da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, referentes aos anos de 2025 e 2026.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, no uso de suas atribuições legais, nomeado pelo Decreto nº 14.857, de 26 de agosto de 2026, do Governo do Estado do Paraná, considerando a aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 05 de outubro de 2026, bem como o contido no protocolo nº 26.486.041-5,

RESOLVE

Art. 1° Fica aprovada as prestações de contas referente aos Concursos Vestibulares da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, correspondente aos anos de 2025 e 2026.

Art. 2° Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 05 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
Reitor da UENP

Protocolo 139365/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

RESOLUÇÃO - CAD/UENP Nº 066/2026, de 05 de outubro de 2026.

Referenda Resolução - CAD/UENP Nº 057/2026, de 21 de agosto de 2026.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, no uso de suas atribuições legais, nomeado pelo Decreto nº 14.857, de 26 de agosto de 2026, do Governo do Estado do Paraná, considerando a aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 05 de outubro de 2026, bem como o contido no protocolo nº 26.117.547-9;

RESOLVE

Art. 1º Fica referendada a Resolução nº 057/2026 - CAD/UENP, que aprovou o afastamento parcial do Professor Wilian Barbosa Travassos, CPF: 090.XXX.XXX-54, para realização de estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e em Matemática (PPGECM) / Ensino da Universidade Federal do Paraná - UFPR, pelo período de 01 de agosto de 2026 a 31 de janeiro de 2027.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 05 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
Reitor da UENP

Protocolo 139411/2026

RESOLUÇÃO - CAD/UENP Nº 067/2026, de 05 de outubro de 2026.

Aprova a vinculação do Professor Dhiego Gomes Ferreira, ao Programa de Pós-Graduação da UEL.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, no uso de suas atribuições legais, nomeado pelo Decreto nº 14.857, de 26 de agosto de 2026, do Governo do Estado do Paraná, considerando a aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 05 de outubro de 2026, bem como o contido no protocolo nº 25.664.975-6,

RESOLVE

Art. 1° Fica aprovada a vinculação do Professor Dhiego Gomes Ferreira, CPF nº 063.XXX.XXX-60, para atuação como professor colaborador junto ao Programa de Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular da Universidade Estadual de Londrina - UEL, pelo período de janeiro de 2027 a dezembro de 2028.

Art. 2° Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 05 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
Reitor da UENP

Protocolo 139413/2026

RESOLUÇÃO - CAD/UENP Nº 068/2026, de 05 de outubro de 2026.

Aprova a prorrogação do afastamento integral do Professor Wellington Aparecido Della Mura.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, no uso de suas atribuições legais, nomeado pelo Decreto nº 14.857, de 26 de agosto de 2026, do Governo do Estado do Paraná, considerando a aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 05 de outubro de 2026, bem como o contido no protocolo nº 26.324.931-3,

RESOLVE

AArt. 1º Fica aprovada a prorrogação do afastamento integral do Professor Wellington Aparecido Della Mura, CPF nº 058.XXX.XXX-06, para dar continuidade ao curso de doutorado na área de Metodologia e Técnicas da Computação (Sistemas de Informação), na Universidade de São Paulo (USP), no período de 29 de setembro de 2026 a 28 de setembro de 2027.

Art. 2° Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 05 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
Reitor da UENP

Protocolo 139415/2026

RESOLUÇÃO - CAD/UENP Nº 069/2026, de 05 de outubro de 2026.

Aprova, em caráter excepcional, a prorrogação do afastamento integral do Professor Oriel Tiago Kölln.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, no uso de suas atribuições legais, nomeado pelo Decreto nº 14.857, de 26 de agosto de 2026, do Governo do Estado do Paraná, considerando a aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 05 de outubro de 2026, bem como o contido no protocolo nº 24.278.545-2,

RESOLVE

Art. 1º Fica aprovada, em caráter excepcional, a prorrogação do afastamento integral do Professor Oriel Tiago Kölln, CPF nº 046.XXX.XXX-08, para a realização de estágio pós-doutoral no Programa Escuela Técnica Superior de Ingeniería Agronómica y de Montes, no Campus de Rabanales, junto ao Laboratorio Unidad de Edafología, da Universidad de Córdoba, Espanha, no período de 1º de novembro de 2026 a 15 de dezembro de 2027.

Art. 2° Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 05 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
Reitor da UENP

Protocolo 139419/2026

RESOLUÇÃO - CAD/UENP Nº 070/2026, de 05 de outubro de 2026.

Aprova realocação do docente Wilson Frantine da Silva para o Ciências da Saúde, Exatas e da Natureza - CCSEN, Campus de Cornélio Procópio.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, no uso de suas atribuições legais, nomeado pelo Decreto nº 14.857, de 26 de agosto de 2026, do Governo do Estado do Paraná, considerando a aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 05 de outubro de 2026, bem como o contido no protocolo nº 26.684.839-0,

RESOLVE

Art. 1º Fica aprovada a realocação *ex officio* do docente Wilson Frantine da Silva, CPF nº 069.XXX.XXX-09, do Centro de Ciências Humanas e da Educação (CCHE), do Campus de Jacarezinho, para o Centro de Ciências da Saúde, Exatas e da Natureza (CCSEN), do Campus de Cornélio Procópio.
Parágrafo único. Fica disponibilizado o código de vaga DOC.06099.6.0.40.1.0, vinculado ao Centro de Ciências da Saúde, Exatas e da Natureza (CCSEN), do Campus de Cornélio Procópio, para devolução ao Centro de Ciências Humanas e da Educação (CCHE), do Campus de Jacarezinho.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 05 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
Reitor da UENP

Protocolo 139424/2026

RESOLUÇÃO - CAD/UENP Nº 071/2026, de 05 de outubro de 2026.

Aprova realocação do docente Luis Eduardo Azevedo Marques Lescano para o Ciências da Saúde, Exatas e da Natureza - CCSEN, Campus de Cornélio Procópio.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, no uso de suas atribuições legais, nomeado pelo Decreto nº 14.857, de 26 de agosto de 2026, do Governo do Estado do Paraná, considerando a aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 05 de outubro de 2026, bem como o contido no protocolo nº 26.419.632-9,

RESOLVE

Art. 1° Fica aprovada a realocação simples do docente Luis Eduardo Azevedo Marques Lescano, CPF nº 015.XXX.XXX-75, lotado no Centro de Ciências Biológicas - CCB, Campus Luiz Meneghel de Bandeirantes para o Centro de Ciências da Saúde, Exatas e da Natureza - CCSEN, do Campus de Cornélio Procópio.
Parágrafo único. Fica disponibilizado o código de vaga DOC.06065.6.0.40.1.0

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

do Centro de Ciências da Saúde, Exatas e da Natureza - CCSEN/CCP para devolução ao Centro de Ciências Biológicas - CCB/CLM.
Art. 2° Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 05 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
Reitor da UENP

Protocolo 139428/2026

RESOLUÇÃO - CAD/UENP Nº 072/2026, de 05 de outubro de 2026.

Aprova realocação ex officio da docente Aline da Silva Goulart para o Ciências da Saúde, Exatas e da Natureza - CCSEN, Campus de Cornélio Procópio.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, no uso de suas atribuições legais, nomeado pelo Decreto nº 14.857, de 26 de agosto de 2026, do Governo do Estado do Paraná, considerando a aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 05 de outubro de 2026, bem como o contido no protocolo nº 26.673.104-3,

RESOLVE

Art. 1º Fica aprovada a realocação *ex officio* da docente Aline da Silva Goulart, CPF nº 024.XXX.XXX-80, do Centro de Ciências Biológicas (CCB), do Campus Luiz Meneghel, em Bandeirantes, para o Centro de Ciências da Saúde, Exatas e da Natureza (CCSEN), do Campus de Cornélio Procópio.
Parágrafo único. Fica disponibilizado o código de vaga DOC.06267.6.1.40.1.0, vinculado ao Centro de Ciências da Saúde, Exatas e da Natureza (CCSEN), do Campus de Cornélio Procópio, para devolução ao Centro de Ciências Biológicas (CCB), do Campus Luiz Meneghel, em Bandeirantes.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 05 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
Reitor da UENP

Protocolo 139438/2026

RESOLUÇÃO - CAD/UENP Nº 073/2026, de 05 de outubro de 2026.

Aprova a remoção simples do servidor Elisio Custodio Brentan Junior, condicionada à devolução pela UNIOESTE, de um código de vaga disponível de agente universitário efetivo à UENP.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, no uso de suas atribuições legais, nomeado pelo Decreto nº 14.857, de 26 de agosto de 2026, do Governo do Estado do Paraná, considerando a aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 05 de outubro de 2026, bem como o contido no protocolo nº 26.178.858-6,

RESOLVE

Art. 1º Fica autorizada, no âmbito da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), a remoção simples do Agente Universitário Profissional Elisio Custodio Brentan Junior, CPF nº 095.XXX.XXX-57, para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), em Cascavel, Paraná.
Art. 2º A efetivação da remoção fica condicionada ao cumprimento dos requisitos previstos na Resolução SETI nº 093/2025, especialmente quanto à disponibilização do código de vaga e à emissão de resolução pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), nos termos do art. 6º da referida norma.
Art. 3º Encaminhem-se os autos à UNIOESTE para deliberação.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 05 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
Reitor da UENP

Protocolo 139445/2026

RESOLUÇÃO - CAD/UENP Nº 075/2026, de 05 de outubro de 2026.

Aprova o Plano Anual de Capacitação Docente - PACD 2026/2027.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, no uso de suas atribuições legais, nomeado pelo Decreto nº 14.857, de 26 de agosto de 2026, do Governo do Estado do Paraná, considerando a aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 05 de outubro de 2026, bem como o contido no protocolo nº 26.626.026-1,

RESOLVE

Art. 1º Fica aprovado o Plano Anual de Capacitação Docente (PACD) 2026/2027, destinado à qualificação do corpo docente, à formação de pesquisadores, ao fortalecimento das linhas e dos grupos de pesquisa e à disseminação de novos conhecimentos.
Art. 2° Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 05 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
Reitor da UENP

Protocolo 139493/2026

RESOLUÇÃO - CAD/UENP Nº 076/2026, de 05 de outubro de 2026.

Dispõe sobre a distribuição, utilização, gestão e fiscalização dos serviços de telefonia móvel funcional, internet móvel e equipamentos de comunicação institucional no âmbito da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, e revoga a Resolução nº 002/2022-CAD/UENP.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, no uso de suas atribuições legais, nomeado pelo Decreto nº 14.857, de 26 de agosto de 2026, do Governo do Estado do Paraná, considerando a aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 05 de outubro de 2026, bem como o contido no protocolo nº 26.663.128-6,

RESOLVE

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução estabelece normas e procedimentos para a distribuição, utilização, gestão, controle e fiscalização dos serviços de telefonia móvel funcional, internet móvel e equipamentos de comunicação institucional no âmbito da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP.
Art. 2º Os serviços e equipamentos de que trata esta Resolução destinam-se exclusivamente ao atendimento de atividades de interesse institucional, observadas as condições estabelecidas nos instrumentos contratuais vigentes.
Parágrafo único. A disponibilização dos serviços e equipamentos não constitui benefício pessoal, devendo estar vinculada às necessidades das unidades administrativas, setores e atividades institucionais da UENP.
Art. 3º A disponibilização dos serviços e equipamentos observará a necessidade institucional, a disponibilidade contratual e a distribuição definida pela Reitoria, respeitados os princípios da Administração Pública.

CAPÍTULO II
DA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

Art. 4º A distribuição inicial dos serviços de telefonia móvel funcional com aparelho celular observará os seguintes quantitativos:
I - Reitoria: 13 (treze) linhas de telefonia móvel com aparelho celular;
II - Campus Luiz Meneghel - CLM: 4 (quatro) linhas de telefonia móvel com aparelho celular;
III - Campus de Cornélio Procópio - CCP: 4 (quatro) linhas de telefonia móvel com aparelho celular;
IV - Campus de Jacarezinho - CJ: 4 (quatro) linhas de telefonia móvel com aparelho celular.
§ 1º A distribuição prevista no caput totaliza 25 (vinte e cinco) linhas de telefonia móvel com aparelho celular.
§ 2º Serão disponibilizadas 35 (trinta e cinco) linhas de telefonia móvel destinadas ao apoio à comunicação nos setores da Reitoria que não disponham de cobertura de telefonia fixa ou convencional.
§ 3º Serão disponibilizados 15 (quinze) pacotes de dados móveis acompanhados de tablets, destinados ao atendimento de atividades externas administrativas, de pesquisa e de extensão.
§ 4º Serão disponibilizadas 2 (duas) diárias de serviço de roaming internacional para utilização em viagens e missões institucionais oficiais, observadas as condições contratuais.
§ 5º Os quantitativos previstos neste artigo poderão ser redistribuídos pela Reitoria, mediante justificativa da necessidade institucional, observadas a disponibilidade dos serviços e as condições estabelecidas no respectivo instrumento contratual.
Art. 5º A distribuição dos serviços e equipamentos deverá considerar as atribuições das unidades administrativas, a necessidade de comunicação institucional e a natureza das atividades desenvolvidas.
§ 1º A disponibilização dos serviços poderá contemplar unidades administrativas, setores e projetos estratégicos da Universidade, mediante avaliação da necessidade institucional.
§ 2º A atribuição dos serviços e equipamentos deverá ser formalizada, com identificação da unidade beneficiária e do servidor responsável pela sua utilização

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

e guarda.
§ 3º A alteração da unidade beneficiária ou do servidor responsável deverá ser comunicada à unidade gestora, para atualização dos registros e adoção das providências administrativas pertinentes.

CAPÍTULO III
DOS USUÁRIOS, DA GUARDA E DA RESPONSABILIDADE

Art. 6º A utilização dos aparelhos celulares, tablets e demais equipamentos institucionais será atribuída a servidor formalmente designado, mediante assinatura de termo de responsabilidade.
Parágrafo único. O termo de responsabilidade deverá identificar o equipamento disponibilizado, o servidor responsável e a unidade administrativa à qual se encontra vinculado.
Art. 7º O servidor responsável deverá zelar pelo uso adequado, guarda e conservação do equipamento institucional que lhe for confiado, utilizando-o exclusivamente para atividades relacionadas ao interesse público e às atribuições institucionais.
Parágrafo único. Os aparelhos celulares institucionais deverão permanecer disponíveis para atendimento das necessidades do serviço, observadas as atribuições do usuário, a natureza das atividades desempenhadas e as condições de funcionamento dos serviços de comunicação.
Art. 8º É vedada a transferência de uso dos equipamentos institucionais a terceiros sem autorização da unidade responsável pela gestão.
Parágrafo único. Durante férias, licenças ou afastamentos do usuário responsável, poderá ser autorizada a utilização do equipamento pelo substituto formalmente designado, mediante registro da transferência de responsabilidade.
Art. 9º Na ocorrência de furto, roubo ou extravio de aparelho celular, tablet ou outro equipamento institucional, o servidor responsável deverá:
I - comunicar imediatamente a ocorrência à unidade responsável pela gestão dos serviços e equipamentos;
II - providenciar o registro do boletim de ocorrência e encaminhar cópia à unidade responsável;
III - prestar as informações necessárias à adoção das providências administrativas e contratuais cabíveis.
Parágrafo único. A unidade responsável pela gestão adotará as providências necessárias ao bloqueio dos serviços e equipamentos, quando aplicável, e à apuração administrativa dos fatos, observada a legislação pertinente.
Art. 10. Nos casos de substituição do equipamento, afastamento, licença, exoneração ou desligamento da função que ensejou sua disponibilização, o servidor responsável deverá providenciar a devolução do equipamento no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contado do evento correspondente.
§ 1º A devolução deverá ser formalizada mediante registro ou termo próprio, observadas as orientações da unidade responsável pela gestão.
§ 2º Quando houver necessidade de continuidade dos serviços institucionais, poderá ser autorizada a transferência do equipamento ao substituto formalmente designado, mediante registro da alteração de responsabilidade.
§ 3º A unidade responsável pelo recebimento deverá verificar as condições de conservação do equipamento e registrar eventuais ocorrências, adotando as providências cabíveis.

CAPÍTULO IV
DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 11. Compete à Assessoria Executiva de Tecnologia da Informação - TI realizar a gestão técnica e o acompanhamento dos serviços e equipamentos objeto do contrato de telefonia móvel funcional, observadas as atribuições estabelecidas na Portaria nº 187/2026 e demais normas aplicáveis.
Art. 12. Compete à unidade responsável pela gestão dos serviços e equipamentos:
I - acompanhar a distribuição e a utilização dos recursos contratados;
II - manter registros atualizados dos serviços, equipamentos, unidades beneficiárias e respectivos responsáveis;
III - orientar os usuários quanto às condições de utilização e às obrigações previstas nesta Resolução;
IV - acompanhar as solicitações de disponibilização, transferência, substituição, bloqueio e cancelamento dos serviços;
V - adotar as providências administrativas pertinentes às ocorrências relacionadas aos equipamentos e serviços;
VI - subsidiar a Reitoria com informações necessárias à avaliação e eventual redistribuição dos recursos contratados.
Parágrafo único. As atividades de gestão, acompanhamento e controle previstas neste artigo deverão observar as atribuições dos gestores e fiscais formalmente designados para o contrato, bem como das unidades responsáveis pelo controle patrimonial.

CAPÍTULO V
DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 13. Os aparelhos celulares, tablets e demais equipamentos institucionais deverão ser utilizados exclusivamente para assuntos de interesse institucional, sendo vedada sua utilização para finalidades particulares.
Art. 14. O acesso aos pacotes de dados móveis será disponibilizado conforme os limites, condições, velocidade e capacidade estabelecidos nos instrumentos contratuais vigentes.
Parágrafo único. A utilização dos pacotes de dados deverá observar as necessidades das atividades institucionais e as orientações da unidade responsável pela gestão dos serviços.
Art. 15. As despesas decorrentes de ligações de longa distância - DDD - ou de outros serviços utilizados para finalidades particulares deverão ser ressarcidas pelo usuário responsável, quando identificada e comprovada a utilização não institucional, observados os procedimentos administrativos aplicáveis.
Art. 16. É vedada a utilização dos serviços de telefonia móvel funcional:
I - para realização de ligações, envio de mensagens ou utilização de serviços para fins particulares;
II - para acesso a serviços tarifados especiais, incluindo os de prefixos 0300, 0500 e 0900, quando não relacionados às atividades institucionais;
III - para telegramas fonados, anúncios fonados, votações em programas de rádio e televisão e serviços similares de natureza particular;
IV - para recebimento de ligações e mensagens a cobrar que impliquem despesas não autorizadas à Universidade;
V - para outras finalidades incompatíveis com o interesse institucional.
Art. 17. A utilização de serviços de roaming internacional será admitida exclusivamente em viagens e missões institucionais oficiais, mediante autorização pertinente e observância das condições estabelecidas no contrato vigente.
Parágrafo único. A solicitação deverá ser encaminhada previamente à unidade responsável pela gestão dos serviços, para verificação da disponibilidade contratual e adoção das providências necessárias.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. A disponibilização e a utilização dos serviços e equipamentos previstos nesta Resolução deverão observar as condições estabelecidas nos instrumentos contratuais vigentes, bem como as normas aplicáveis à gestão e ao controle de bens e recursos públicos.
Art. 19. Os casos omissos serão resolvidos pela Reitoria, ouvida, quando necessário, a unidade responsável pela gestão dos serviços e equipamentos, observadas as disposições contratuais e regulamentares aplicáveis.
Art. 20. Fica revogada a Resolução nº 002/2022-CAD/UENP, de 12 de abril de 2022.
Art. 21. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 05 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
Reitor da UENP

Protocolo 139494/2026

RESOLUÇÃO - CAD/UENP Nº 077/2026, de 14 de outubro de 2026.

Homologa, ad referendum, o Resultado Final das áreas/subáreas de conhecimento 02ADC/Administração/Administração de Empresas, 19FSJ/Fisioterapia/Fisioterapia em Geriatria e Gerontologia e 40CBB/Ciências Biológicas/Ecologia do Concurso Público de Provas e Títulos para Provimento de Cargo de Professor de Ensino Superior integrante da Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Estado do Paraná, regido pelo Edital nº 031/2025-PRORH.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nomeado pelo decreto nº 14.857, de 26 de agosto de 2026, do Governo do Estado do Paraná, *ad referendum* do Conselho de Administração - CAD/UENP, bem como o contido no protocolo nº 26.622.336-6;

RESOLVE

Art. 1.º HOMOLOGAR, *ad referendum* do Conselho de Administração - CAD/UENP, o Resultado Final das áreas/subáreas de conhecimento 02ADC/Administração/Administração de Empresas, 19FSJ/Fisioterapia/Fisioterapia em Geriatria e Gerontologia e 40CBB/Ciências Biológicas/Ecologia, contido nos Editais nº 266/2026-PRORH, de 23/06/2026, (DOE nº 12171, de 24/06/2026), 292/2026 PRORH, de 10/07/2026, (DOE nº 12187, de 16/07/2026), e 305/2026-PRORH, de 10/08/2026, (DOE nº 12206, de 12/08/2026), referentes ao Concurso Público de Provas e Títulos para Provimento de Cargo de Professor de Ensino Superior integrante da Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Estado do Paraná para a UENP, regido pelo Edital de Abertura nº 031/2025-PRORH, de 14/02/2025 (DOE nº 11846, de 17/02/2025).
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 14 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Ederson Marcos Sgarbi
Reitor da UENP

Protocolo 139496/2026

UNIOESTE

EXTRATO 25/2026
Natureza: Termo Específico de Cotutela. **Partes:** Unioeste e a Universidade de Santiago de Compostela (USC), Espanha. **Objeto**: Cotutela com dupla diplomação em nível de doutorado do estudante Matheus Melo Wiermann e Silva. **Data da Assinatura**: 14/10/2026. **Vigência:** 14/10/2030.

Protocolo 139066/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

PORTARIA Nº 3973/2026-GRE, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.
Autorizar, a partir de 30 de outubro de 2026, a rescisão do Contrato nº 274/2025, de 14 de abril de 2025, da Professora TATIANE PECORARO, RG nº 8.XXX.664-X, contratada para prestar serviços como Professor Temporário, com lotação no Centro de Ciências da Saúde, do Campus de Francisco Beltrão.

Protocolo 139140/2026

PORTARIA Nº 3974/2026-GRE, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.
Autorizar, a partir de 31 de outubro de 2026, a rescisão do Contrato nº 407/2026, de 22 de julho de 2026, do Profissional Temporário JEFFERSON FELTS DE BORBA, RG nº 10.XXX.356-X, contratado para prestar serviços na Função de Técnico em Enfermagem, com lotação no Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

Protocolo 139142/2026

PORTARIA Nº 3975/2026-GRE, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.
Autorizar, a partir de 31 de outubro de 2026, a rescisão do Contrato nº 759/2024, de 11 de novembro de 2024, do Profissional Temporário THAYLON ZIMMER SANTOS, RG nº 12.XXX.800-X, contratado para prestar serviços na Função de Técnico em Enfermagem, com lotação no Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

Protocolo 139143/2026

PORTARIA Nº 3976/2026-GRE, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.
Autorizar, a partir de 31 de outubro de 2026, a rescisão do Contrato nº 752/2024, de 07 de novembro de 2024, da Profissional Temporária THAIS FERNANDA PRESTES MOTA, RG nº 12.XXX.526-X, contratada para prestar serviços na Função de Técnico em Enfermagem, com lotação no Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

Protocolo 139144/2026

PORTARIA Nº 3977/2026-GRE, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.
Autorizar, a partir de 31 de outubro de 2026, a rescisão do Contrato nº 844/2024, de 13 de dezembro de 2024, da Profissional Temporária ROSARIA DINIZ, RG nº 6.XXX.402-X, contratada para prestar serviços na Função de Técnico em Enfermagem, com lotação no Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

Protocolo 139145/2026

PORTARIA Nº 3978/2026-GRE, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.
Autorizar, a partir de 31 de outubro de 2026, a rescisão do Contrato nº 756/2024, de 11 de novembro de 2024, da Profissional Temporária JOSIANE DA SILVA LIZZI, RG nº 8.XXX.611-X, contratada para prestar serviços na Função de Técnico em Enfermagem, com lotação no Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

Protocolo 139146/2026

PORTARIA Nº 3979/2026-GRE, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.
Autorizar, a partir de 31 de outubro de 2026, a rescisão do Contrato nº 094/2026, de 19 de fevereiro de 2026, da Profissional Temporária LIDIANE CRISTINA FERREIRA DE LIMA, RG nº 12.XXX.173-X, contratada para prestar serviços na Função de Técnico em Enfermagem, com lotação no Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

Protocolo 139147/2026

PORTARIA Nº 3980/2026-GRE, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.
Autorizar, a partir de 31 de outubro de 2026, a rescisão do Contrato nº 024/2025, de 17 de janeiro de 2025, do Profissional Temporário NELSON DIEGO DE LIMA SALES, RG nº 10.XXX.448-X, contratado para prestar serviços na Função de Técnico em Enfermagem, com lotação no Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

Protocolo 139148/2026

PORTARIA Nº 3988/2026-GRE, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.
Promover a Professora LILIAN CRISTIANE BAEZA, RG nº 6.XXX.190-X, RT-40, lotada no Centro de Ciências Médicas e Farmacêuticas do Campus de Cascavel, da classe de Professor Adjunto - nível D, para Associado - nível A.

Protocolo 139149/2026

PORTARIA Nº 3991/2026-GRE, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.
Designar a Servidora SONIA GORETTI NOVACK DA SILVA, RG nº 4.XXX.653-X, para a função de Pró-Reitora de Administração e Finanças, simbologia FA-1, no período de 21 a 29 de outubro de 2026, em substituição ao titular em férias.

PORTARIA Nº 3992/2026-GRE, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.
Designar a Servidora SONIA GORETTI NOVACK DA SILVA, RG nº 4.XXX.653-X, Pró-Reitora de Administração e Finanças, em exercício, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como Ordenadora de Despesas da Reitoria, no período de 21 a 29 de outubro de 2026, em substituição ao titular em férias.

Protocolo 139152/2026

PORTARIA Nº 3989/2026-GRE, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.
Autorizar a prorrogação da Disposição Funcional da Servidora DANIELA SILVA NEVES, CPF nº 014.XXX.XXX-30, lotada no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, para a Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR/Curitiba II, com ônus para o órgão de Origem, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2027.

Protocolo 139151/2026

GABINETE DA DIREÇÃO DO CAMPUS CASCAVEL

PORTARIA Nº 101/2026 - DGC

DATA: 15 de outubro de 2026.
SÚMULA: Autoriza o afastamento ao exterior - Paraguai, do docente Affonso Celso Gonçalves Junior, do Centro de Ciências Médicas e Farmacêuticas - CCMF, Campus Cascavel.

O Diretor-Geral da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste Campus Cascavel, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;
De acordo com a Resolução nº 210/2013 - CEPE;
De acordo com o eProtocolo n° 26.600.975-5.

RESOLVE:

Art.1º - Autorizar o afastamento ao exterior, para o Paraguai, do docente Affonso Celso Gonçalves Junior, lotado no Centro de Ciências Médicas e Farmacêuticas - CCMF, nos dias **16**, **17**, **23**, **24**, **30 e 31 de outubro de 2026 e 6 e 7 de novembro de 2026**, para ministrar aulas da disciplina de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Energia na Agricultura - PPGEA, junto ao Mestrado Institucional PCI/MINTER, com recursos da Fundação Araucária.

Art.2º - Autorizar a liberação do veículo TOYOTA/COROLLA XEI 20, placa: SEC5C80, RENAVAM: 01332078386, para atendimento ao deslocamento mencionado no art. 1º, com recursos financeiros do Campus de Cascavel, conforme eProtocolo nº 26.600.975-5

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação do Diário Oficial do Estado, produzindo seus efeitos a partir de 16 de outubro de 2026.

GABINETE DA DIREÇÃO GERAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, CAMPUS CASCAVEL.

GEYSLER ROGIS FLOR BERTOLINI
Diretor-Geral do Campus Cascavel

Protocolo 139323/2026

Secretaria do Desenvolvimento Social e Família

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 875/2026

Protocolo nº 26.472.631-0

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "FORTALECIMENTO E APRIMORAMENTO DAS AÇÕES INTEGRADAS PARA PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BORRAZÓPOLIS. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 1482 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BORRAZÓPOLIS além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, em exercícioArt. 5°, inciso III e Art. 46 da Lei Estadual n°21.352 de 1° de janeiro de 2023

Protocolo 139329/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 876/2026

Protocolo nº 26.533.700-7

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "EQUIPAR PARA CUIDAR", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – LAR SÃO MATEUS. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 1605 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da LAR SÃO MATEUS além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, em exercícioArt. 5°, inciso III e Art. 46 da Lei Estadual n°21.352 de 1° de janeiro de 2023

Protocolo 139331/2026

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 877/2026

Protocolo nº 26.643.765-0

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "ORIENTAR", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – GERAR - GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – GERAR PONTA GROSSA. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 2308 aprovada pela Lei Estadual nº 22.952 de 17 de dezembro de 2025.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da GERAR - GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – GERAR PONTA GROSSA, além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba 15 de outubro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, em exercícioArt. 5°, inciso III e Art. 46 da Lei Estadual n°21.352 de 1° de janeiro de 2023

Protocolo 139469/2026

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 874/2026

Protocolo nº 26.379.069-3.

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "PROJETO RUMO A VITORIA", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO CAPANEMA FUTSAL - ACAF. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 241 aprovada pela Lei Estadual nº 22.952 de 17 de dezembro de 2025.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO CAPANEMA FUTSAL - ACAF além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, em exercícioArt. 5°, inciso III e Art. 46 da Lei Estadual n°21.352 de 1° de janeiro de 2023

Protocolo 139489/2026

DESPACHO SECRETARIAL N.º 631/2026 - GS/SEDEF

Protocolo Nº: 25.930.279-0
Assunto: Termo de Apostilamento - Reajuste - Contrato Administrativo nº 8276/2025.

1. **AUTORIZO** com fulcro no inciso III do art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023, no art. 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no § 6º do art. 170 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, considerando a previsão de reajuste constante do Contrato Administrativo nº 8276/2025 (Mov. 04), o disposto no Aviso nº 082/2026 - DGC/DOS/SEAP (Mov. 11), a memória de cálculo (Mov. 31), a documentação de disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 33-35), bem como a Informação Técnica nº 745/2026 - AT/SEDEF (Mov. 45), **a formalização do Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 8276/2025**, celebrado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família - SEDEF, e a empresa **CASVIG - CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 83.719.963/0005-09, cujo objeto consiste na prestação de serviços de vigilância monitorada, mediante monitoramento eletrônico 24 horas, com fornecimento, instalação, configuração, gestão e manutenção dos equipamentos, além dos serviços de apoio tático, visando à aplicação do reajuste contratual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, observados o percentual e o período de incidência devidamente validados pela área técnica competente. Com a aplicação do reajuste, o valor mensal do contrato passará de **R$ 3.395,30 (três mil e trezentos e noventa e cinco reais e trinta centavos) para R$ 3.555,72 (três mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e setenta e dois centavos)**, ficando o valor total o Termo de Apostilamento é de **R$ 2.679,01 (dois mil e seiscentos e setenta e nove reais e um centavo)**, condicionado à compatibilização da minuta com a memória de cálculo e a documentação orçamentária retificadas.
2. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do NAS/SEDEF, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Termo e pagamentos, as habilitações fiscais e trabalhistas, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.
3. **PUBLIQUE-SE**, de acordo com as normas vigentes.
4. **Ao NAS/SEDEF** para providências.

É o despacho.

Curitiba, 14 de outubro de 2026.
(Assinado Digitalmente)
Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

Protocolo 139010/2026



SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

IAT

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 34, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Estabelece definições, critérios, diretrizes e procedimentos, para o licenciamento ambiental de sistemas de transmissão, distribuição e subestação de energia elétrica, no âmbito do Estado do Paraná.

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto Estadual n.º 13.433, de 23 de abril de 2026, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

Considerando a necessidade de dar efetividade ao "princípio da prevenção" consagrado na Política Nacional do Meio Ambiente - artigo 2º, incisos I, IV e IX da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1.981 e na Declaração do Rio de Janeiro de 1992 (Princípio nº 15);

Considerando o disposto na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental;

Considerando a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024, que dispõe sobre normas gerais para o licenciamento ambiental no Estado do Paraná, e dá outras providências;

Considerando o Decreto Estadual nº 9.541, de 11 de abril de 2025, o qual regulamentou a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024;

Considerando as finalidades básicas do Instituto Água e Terra conforme estabelecido na Lei Estadual n° 20.070 de 18 de dezembro de 2019.

Considerando a necessidade de padronizar os procedimentos para os licenciamentos de sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica no âmbito do Estado do Paraná;

Considerando que o licenciamento deve estabelecer os parâmetros mínimos para garantir os remanescentes florestais, faunísticos, socioeconômicos, culturais e outros atributos naturais, bem como definir critérios para compensação ou mitigação de impactos negativos ocasionados pela instalação do empreendimento;

Considerando a Lei Federal nº 15.190/2025, de 08 de agosto de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental;

Considerando a Lei Federal nº 15.299/2025, de 22 de dezembro de 2025, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais);

Considerando que cabe à ANEEL estabelecer a regulamentação do setor elétrico;

Considerando a necessidade de implementar a "Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas", cujos signatários, incluindo o Brasil, se comprometeram a "aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global";

Considerando a necessidade de cumprir o Acordo de Paris, promulgado pelo Decreto Federal nº 9.073, de 5 de junho de2017, sob o qual o Brasil assumiu o compromisso de "expandir o uso de fontes renováveis, além da energia hídrica, na matriz total de energia para uma participação de 28% a 33% até 2030";

Considerando a Resolução CONAMA nº 279, de 27 de junho de 2001, que estabelece procedimentos para o licenciamento simplificado de empreendimentos elétricos com baixo potencial de impacto ambiental, no seu art. 1º, inciso IV;

Considerando a Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986, que dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental;

Considerando a Resolução CONAMA nº 006, de 16 de setembro de 1987, que dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras do setor de energia elétrica;

Considerando a Resolução CONAMA nº 009, de 3 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental;

Considerando a Resolução CONAMA nº 002, de 18 de março de 1994, que define as formações vegetais primárias e estágios sucessionais de vegetação secundária, com finalidade de orientar os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa no estado do Paraná;

Considerando o conteúdo do protocolo n° 25.893.247-1.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer requisitos, critérios, diretrizes e procedimentos para o Licenciamento Ambiental de sistemas de transmissão, distribuição e subestação de energia elétrica, no âmbito do Estado do Paraná.

CAPÍTULO I
DOS EMPREENDIMENTOS

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa, consideram-se os seguintes empreendimentos/atividades:

I- Estação Chave;
II- Subestação de Energia– SE;
III- Linhas de Transmissão de Alta Tensão;
IV- Linhas de Distribuição de Alta Tensão;
V- Linha de Distribuição de Média Tensão.

CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º Para fins desta Instrução Normativa consideram-se as seguintes definições:

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

I- **Áreas Estratégicas para Conservação da Biodiversidade:** áreas de importância do ponto de vista ambiental, cujos remanescentes florestais nativos ou outros atributos físicos ou biológicos determinem fragilidade ambiental, sendo consideradas áreas de relevância, cuja conservação é necessária para a garantia da manutenção da biodiversidade;
II- **Atividades de baixo impacto:** novas instalações em local 1, realizadas em empreendimentos existentes, que não acarretam alteração ou aumento da área e/ou da tensão. São exemplos de atividades de baixo impacto: lançamento de cabos de 2º circuito em torres existentes, construção de torres e/ou postes para rearranjo elétrico, posteamento, reconstrução com substituição de torres e/ou postes, construção de bays em subestação, instalação de equipamentos de redes como reguladores, religadores, banco de capacitores, transformadores, banco de fusíveis; modificação e/ou modernização dos equipamentos elétricos em subestações;
III- **Audiência Pública:** procedimento promovido pelo órgão ambiental competente, às expensas do empreendedor, que tem por finalidade expor à comunidade atingida pela obra ou atividade e aos demais interessados, o conteúdo do estudo ambiental em análise e seu respectivo relatório de impacto ambiental, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito;
IV- **Comprovação de dominialidade:** documentação necessária para comprovação de desapropriações e servidões administrativas.
a. Casos judiciais: imissão provisória na posse e/ou sentença judicial;
b. Casos extrajudiciais: contratos entre particulares e escrituras públicas, devidamente registrados nos cartórios competentes;
V- **Condicionantes:** medidas, condições ou restrições sob responsabilidade do empreendedor, estabelecidas no âmbito das licenças ambientais pela autoridade licenciadora, com vistas a mitigar ou compensar os impactos ambientais negativos e potencializar os impactos positivos identificados nos estudos ambientais, devendo guardar relação direta e proporcional com os impactos neles identificados;
VI- **Estudo Ambiental:** trabalhos técnicos elaborados por profissionais habilitados, tendo por objetivo a caracterização de um determinado ambiente, a previsão de impactos ambientais resultantes da implantação ou alteração de um determinado empreendimento, bem como o estabelecimento de medidas mitigadoras, potencializadoras ou compensatórias dos impactos identificados;
VII- **Estudo de Impacto Ambiental - EIA:** instrumento de avaliação dos impactos ambientais decorrentes da implantação de atividades modificadoras do meio ambiente, apresentado como subsídio para a concessão da licença prévia requerida, elaborado por equipe multidisciplinar e utilizado para avaliar a viabilidade ambiental do empreendimento através do diagnóstico ambiental da área de influência (meio físico, meio biótico e meio socioeconômico), da análise dos impactos decorrentes da atividade, da definição das medidas mitigadoras e compensatórias e da elaboração de programas de acompanhamento e monitoramento dos impactos ambientais identificados;
VIII- **Imóvel afetado:** todo imóvel que esteja localizado total ou parcialmente na Área Diretamente Afetada - ADA pelo empreendimento;
IX- **Estação Chave:** Instalação pertencente ao sistema de distribuição que tem por finalidade receber e distribuir energia, regulando a tensão recebida e protegendo os trechos a jusante;
X- **Estudos Ambientais Complementares:** todos e quaisquer estudos solicitados pelo órgão ambiental a fim de subsidiar o processo de licenciamento ambiental, solicitados conforme as particularidades de cada atividade;
XI- **Faixa de Segurança:** espaço de terra ao longo do eixo de redes e linhas de distribuição e transmissão determinado em função de suas características elétricas e mecânicas, necessário para garantir o bom desempenho, sua inspeção e manutenção e a segurança das instalações e de terceiros;
XII- **Faixa de Servidão:** área de terra com restrição imposta à faculdade de uso e gozo do proprietário, para permitir a implantação, manutenção e segurança de linhas de transmissão ou de distribuição de energia elétrica;
XIII- **Licença Ambiental:** ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação e/ou modificação ambiental;
XIV- **Licenciamento Ambiental:** procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, verificando a satisfação das condições legais e técnicas, delibera quanto à localização, instalação, ampliação, operação e encerramento de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam vir a causar degradação e/ou modificação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;
XV- **Linha de Transmissão:** linha elétrica integrante da Rede Básica, operando em tensão de 230 kV ou superior, destinada a: transmissão de energia elétrica do sistema produtor às subestações distribuidoras; transmissão de energia elétrica entre dois ou mais sistemas produtores; transmissão entre as subestações de distribuição; fornecimento de energia a consumidores em alta tensão, mediante suprimento direto das linhas de transmissão;
XVI- **Linha de Distribuição de Alta Tensão:** linha elétrica destinada à interligação de subestações e de circuitos de distribuição de energia elétrica operando em tensões iguais ou superiores a 69 kV;
XVII- **Linha de Distribuição de Média Tensão:** linha elétrica destinada à interligação de subestações e de circuitos de distribuição de energia elétrica operando em tensões entre 13,8kV e 34,5 kV;
XVIII- **Manutenção:** conjunto de ações necessárias para que um equipamento ou instalação seja conservado ou restaurado, de modo a permanecer de acordo com uma condição especificada;
XIX- **Projeto Básico Ambiental - PBA:** estudo ambiental complementar que apresenta, detalhadamente, todas as medidas mitigadoras, compensatórias e os programas ambientais propostos no EIA/RIMA;
XX- **Plano de Controle Ambiental - PCA:** estudo ambiental que tem por objetivo prever medidas de gestão e controle das ações de cunho ambiental de um empreendimento;
XXI- **Plano de Controle Ambiental Simplificado-PCAS:** estudo ambiental com conteúdo reduzido, que tem como prerrogativa o estabelecimento de medidas de gestão socioambiental a que um determinado empreendimento será submetido;
XXII- **Relatório Ambiental Simplificado – RAS:** estudo relativo aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a concessão da licença prévia requerida, que conterá, dentre outras, as informações relativas ao diagnóstico ambiental da região de inserção do empreendimento, sua caracterização, a identificação dos impactos ambientais e das medidas de controle, de mitigação e de compensação;
XXIII- **Relatório de Conformidade Ambiental – RCA:** estudo exigido em procedimentos de regularização de licenças ambientais de empreendimentos em operação;
XXIV- **Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais – RDPA:** documento que apresenta, detalhadamente, todas as medidas mitigadoras e compensatórias e os programas ambientais propostos no RAS;
XXV- **Recondutoramento:** substituição de cabos condutores de Linha de Transmissão ou Distribuição;
XXVI- **Rede Básica:** instalações de transmissão de energia elétrica que integram o Sistema Interligado Nacional – SIN, de propriedade de concessionárias de serviço público de transmissão, definidas segundo critérios estabelecidos pela ANEEL. É constituída por todas linhas de transmissão em tensões de 230 kV ou superior e subestações que contenham equipamentos em tensão de 230 kV ou superior, integrantes de concessão e serviços públicos de energia;
XXVII- **Relatório de Automonitoramento Ambiental:** relatório com o resultado do processo de acompanhamento realizado pelo empreendedor da interação do empreendimento com o meio ambiente onde ele se insere, permitindo a identificação e a quantificação dos possíveis impactos ambientais causados, a ser elaborado às expensas do empregador;
XXVIII- **Repotencialização:** técnica adotada em linha de distribuição ou transmissão já existente, que promove ampliação na capacidade de transmissão de energia, acarretando aumento da tensão;
XXIX- **Reunião Técnica Informativa:** reunião solicitada pelo órgão ambiental competente, às expensas do empreendedor, para apresentação e discussão do Relatório Ambiental Simplificado, Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais e demais informações, garantidas a consulta e participação pública;
XXX- **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA:** instrumento que tem a finalidade de apresentar aos interessados a síntese do Estudo de Impacto Ambiental - EIA, de forma objetiva e adequada à compreensão, por meio de linguagem acessível e ilustrado por técnicas de comunicação visual de modo que se possa entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais decorrentes da sua implantação;
XXXI- **Renovação de Estruturas das Linhas de Distribuição e Transmissão:** substituição de postes antigos, recapacitação de conexões entre equipamentos, substituição de cabos, entre outros que não acarretem em aumento da tensão, faixa de servidão e extensão total;
XXXII- **Risco elétrico da permanência da vegetação:** situação caracterizada pela existência de indivíduos arbóreos ou formações vegetais em condições de proximidade, contato ou interferência com redes e instalações de energia elétrica em operação, considerando a queda, inclinação ou lançamento de galhos, capaz de comprometer a segurança de pessoas, a integridade do sistema elétrico e a continuidade do serviço público.

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

XXXIII- Seccionamento: criação de ramificação em linha de transmissão ou de distribuição pré-existente, por onde será conduzida parte da energia elétrica do sistema;
XXXIV- Sistema de Distribuição: conjunto de linhas, subestações e demais equipamentos associados, necessários à interligação elétrica entre o Sistema de Transmissão ou Geração e as instalações dos consumidores finais;
XXXV- Sistema de Transmissão: conjunto de linhas de transmissão e subestações integrantes da Rede Básica, que operam em tensões de 230 kV ou superiores;
XXXVI- Sistema Eletrônico: sistema informatizado para emissão de licenças ambientais, permitindo aos usuários a requisição de licenças pela internet, além de disponibilizar consultas e outras informações. É integrado com uma base de dados georreferenciados que serve de apoio à tomada de decisão na emissão de pareceres e laudos técnicos, bem como na decisão administrativa, além de dar suporte aos módulos de monitoramento e fiscalização;
XXXVII- Subestação: conjunto de instalações elétricas que agrupa os equipamentos, condutores e acessórios, destinados à proteção, medição, manobra e transformação de grandezas elétricas;
XXXVIII- Supressão de Vegetação Nativa: ato de retirar vegetação nativa de um determinado espaço urbano ou rural;
XXXIX- Termo de Referência – TR: documento único emitido pelo órgão ambiental competente, que apresenta o conteúdo mínimo dos estudos a serem apresentados pelo empreendedor no licenciamento ambiental para avaliação dos impactos ambientais decorrentes da atividade ou empreendimento;
XL- Unidades de Conservação de Proteção Integral: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção, designadas para manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais.

CAPÍTULO III
DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 4º O órgão licenciador competente, no exercício de sua competência de controle ambiental, expedirá, para fins de licenciamento ambiental de sistemas de transmissão, distribuição e subestação de energia elétrica, os seguintes atos administrativos:
I - Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLAM: concedida de forma automática, para os empreendimentos e/ou atividades dispensados do licenciamento por parte do órgão licenciador competente, em função de seu baixo potencial poluidor/degradador – nível I, conforme os critérios estabelecidos em normativas específicas, sem prejuízo ao Licenciamento Ambiental Municipal;
II - Declaração de Inexigibilidade de Licença Ambiental - DILA: concedida de forma automática para os empreendimentos e/ou atividades de insignificante potencial poluidor/degradador do meio ambiente, para os quais é inexigível o licenciamento ambiental, respeitadas as legislações municipais;
III - Licença Ambiental Simplificada - LAS: aprova a localização e a concepção de empreendimentos e/ou atividades de médio potencial poluidor/degradador do meio ambiente, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autoriza sua instalação e operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador competente;
IV - Licença Ambiental Simplificada de Ampliação - LASA: aprova a localização e a concepção de ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença Ambiental Simplificada - LAS, desde que a somatória do porte da estrutura existente com a estrutura a ser licenciada não ultrapasse o limite estabelecido para a referida licença em normas específicas; caso ultrapasse, estará sujeito à Licença Prévia de Ampliação - LPA;
V - Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR: concedida para empreendimentos e/ou atividades enquadrados como LAS e que estejam operando sem o devido licenciamento ambiental, atestando sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autorizando sua operação conforme as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador competente;
VI - Licença Prévia - LP: concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento e/ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;
VII - Licença Prévia de Ampliação - LPA: concedida na fase preliminar do planejamento de ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença de Operação - LO ou de Licença Ambiental Simplificada - LAS, que necessitam de licenciamento específico para a parte ampliada ou alterada, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;
VIII - Licença de Instalação - LI: autoriza a instalação do empreendimento e/ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivos determinantes;
IX - Licença de Instalação de Ampliação - LIA: autoriza a instalação de ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença Prévia de Ampliação - LPA, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes que constituem motivos determinantes da licença;
X - Licença de Operação - LO: autoriza a operação de empreendimentos e/ou atividades após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação;
XI - Licença de Operação de Ampliação - LOA: autoriza a operação das ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades, conforme estabelecidas em Licença Prévia de Ampliação - LPA e/ou Licença de Instalação de Ampliação - LIA, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação;
XII - Licença de Operação de Regularização - LOR: concedida para empreendimentos e/ou atividades que estejam operando de forma irregular, sem o devido licenciamento ambiental, atestando sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autorizando sua operação conforme as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador competente;
XIII - Autorização Ambiental - AA: autoriza a execução de obras que proporcionem ganhos ambientais e melhorias, que não acarretem impactos ambientais na sua instalação e operação, bem como autoriza a execução de atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou obras emergenciais, além de instalações permanentes que não impliquem aumento de potencial poluidor e/ou degradador do meio ambiente, expedida de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, cadastros, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador competente;
XIV - Autorização Florestal - AF: ato administrativo que autoriza e regulamenta a exploração, corte ou supressão de vegetação nativa, emitido em conformidade com a legislação ambiental vigente, visando assegurar o uso sustentável dos recursos florestais e a preservação ambiental;
XV - Autorização de Exploração: documento emitido pelo órgão ambiental competente, que autoriza o corte ou supressão de vegetação nativa regulamentado pelo ato administrativo da Autorização Florestal (AF);
XVI - Outorga: ato administrativo mediante o qual a autoridade outorgante declara a disponibilidade e autoriza o uso de recursos hídricos para os fins requeridos, facultando ao outorgado utilizar esse direito, por prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato.

Art. 5º Os atos administrativos listados no Art. 4º serão emitidos por meio de sistema eletrônico, com exceção da DILA, mediante cadastramento do requerente como usuário ambiental, com a prestação das informações relativas ao empreendimento e a apresentação da documentação solicitada.

CAPÍTULO IV
DAS MODALIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 6º Para fins desta Instrução Normativa constituem modalidades de licenciamento ambiental:
I - Licenciamento Ambiental Trifásico: licenciamento no qual a Licença Prévia - LP, a Licença de Instalação - LI e a Licença de Operação - LO do empreendimento e/ou atividade são concedidas em fases sucessivas.

II - Licenciamento Ambiental Monofásico, podendo ser:
a) Autorização Ambiental – AA;

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

b) Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS.
III - Licenciamento Ambiental de Regularização: licenciamento visando à regularização ambiental de empreendimentos e/ou atividades potencialmente poluidoras/degradadoras, do meio ambiente, em instalação ou em operação, que se enquadrem em uma das hipóteses seguintes:
a) nunca obtiveram licenciamento;
b) estejam em funcionamento em desacordo com a licença obtida;
c)cuja implantação ou funcionamento tenha ocorrido anteriormente à obrigatoriedade do licenciamento ambiental estabelecido pela legislação vigente.
IV - Licenciamento Ambiental de Ampliação: licenciamento para ampliações e/ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença de Operação - LO ou de Licença Ambiental Simplificada - LAS que necessitam de licenciamento específico, trifásico ou bifásico, para a parte ampliada ou alterada.
V - Autorização: procedimento que gera o ato administrativo discricionário a ser emitido para execução de obras, atividades, pesquisas e serviços não enquadrados nas outras modalidades.

CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS PARA ENQUADRAMENTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Seção I
Da Definição do Porte, Tipo de Licenciamento e de Estudo Ambiental

Subseção I
Linhas de Transmissão e Linhas de Distribuição

Art. 7º A definição da modalidade de licenciamento ambiental a que serão submetidas as Linhas de Transmissão e as Linhas de Distribuição obedecerá às seguintes condições:
§ 1º. Para estabelecer o enquadramento da modalidade de licenciamento e o tipo de estudo ambiental necessário serão observadas as seguintes variáveis: tensão, extensão e localização do empreendimento.
§ 2º. Para o estabelecimento da definição da modalidade de licenciamento, bem como o estudo ambiental a ser apresentado, será considerada a classificação disposta no Quadro 1.
§ 3º. Serão disponibilizados Termos de Referência para cada tipo de estudo ambiental a ser aplicado, obedecendo-se as particularidades de cada empreendimento, conforme estabelecido no Quadro 1.

Quadro 1. Modalidade de licenciamento e estudo ambiental para Linhas de Transmissão e Distribuição.

LINHAS	TENSÃO (U)	EXTENSÃO (L)	LOCAL	ESTUDO	LICENCIAMENTO
LINHAS DE TRANSMISSÃO	U ≥ 230 kV	L > 10 km	LOCAL 1	RAS	LP, LI e LO
			LOCAL 2	EIA/RIMA	
		L ≤ 10 km	LOCAL 1	PCA	LAS
			LOCAL 2	RAS	LP, LI e LO
LINHAS/REDES DE DISTRIBUIÇÃO	U = 138 kV	TODAS	LOCAL 1	Dispensado	DLAM
			LOCAL 2	PCA	LAS
	U ≤ 69 kV	TODAS	LOCAL 1	Dispensado	DILA
			LOCAL 2	Memorial descritivo	AA

Art. 8º Considerando os aspectos locacionais, os empreendimentos serão classificados de acordo com seu grau de impacto ambiental.
§ 1º. O Local 1 é definido como a área que sofrerá interferência do empreendimento e que atenda a todos os seguintes fatores:
I. área antropizada;
II. ausência de supressão de vegetação nativa;
III. não apresentar nenhuma interferência nos pontos que são definidos como Local 2.
§ 2º. O Local 2 é definido quando houver interferência do empreendimento incidindo em pelo menos um dos pontos:
I. necessidade de supressão de vegetação nativa;
II. necessidade de intervenção direta em Áreas Estratégicas para Conservação da Biodiversidade, incluindo Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, Áreas Úmidas e Unidades de Conservação.
§ 3º. Será considerado como intervenção direta: instalação de estruturas, supressão vegetal, abertura de acessos e movimentação de solo. Travessias de cabos aéreos não serão consideradas como intervenção direta em Áreas Estratégicas para Conservação da Biodiversidade.
§ 4º. Para Linhas de Distribuição com tensão inferior a 69 kV serão consideradas como Áreas Estratégicas para Conservação da Biodiversidade apenas as Unidades de Conservação de Proteção Integral e suas Zonas de Amortecimento.
Art. 9º Independente do enquadramento definido no Art. 7º, após a avaliação das particularidades da área de implantação do empreendimento e dos seus potenciais impactos ambientais, o órgão ambiental poderá exigir estudos mais detalhados.
Art. 10. Para a manutenção ou realização de atividades que impactem indivíduos florestais em estágio inicial, com DAP de até 10 cm em média e distribuição diamétrica variando entre 5 a 15cm, em Linhas de Transmissão e Distribuição em operação, dentro da faixa de servidão e/ou faixa segurança, não é necessário novo requerimento para a supressão de vegetação nativa.
§ 1º. Para a manutenção ou atividades que envolvam indivíduos florestais com DAP médio acima de 10 cm, deve ser solicitada Autorização para Supressão de Vegetação Nativa na modalidade de Uso Alternativo do Solo.
§ 2º. Para os casos de corte, poda ou roçada, visando a manutenção da linha de Distribuição e Transmissão, que não resultem em material lenhoso aproveitável (DAP de até 10cm), a concessionária de energia comunicará formalmente o IAT por sistema a ser disponibilizado pelo órgão ambiental, especificando as atividades de limpeza a serem desenvolvidas, acompanhado de mapa geral indicando a exata localização e o tempo de duração do serviço.
§ 3º. Quando necessária a utilização de equipamentos motorizados, devem ser incluídos procedimentos para afugentamento e resgate de fauna, sendo dispensada a obtenção de Autorização Ambiental específica.
§ 4º. A limpeza e manutenção de vegetação arbórea deverá ser realizada fora do período de defeso das espécies, conforme normativa específica do IAT sobre o tema.
§ 5º. Quando necessária a Autorização de Supressão de Vegetação Nativa, esta poderá ser requerida de forma unificada para determinada região (grupo de municípios) ou para conjunto de empreendimentos similares (alimentadores, subestações e linhas), desde que haja a adequada identificação e descrição das áreas onde ocorrerá a supressão.
Art. 11. Será necessária a obtenção de Autorização Ambiental para realização de recondutoramento em Linhas de Transmissão ou Linhas de Distribuição que implique supressão de vegetação nativa fora da faixa de servidão e/ou faixa de segurança ou abertura de novos acessos.
§ 1º. As atividades classificadas como de baixo impacto e manutenção a serem realizadas em linhas/redes de distribuição não exigem licenciamento ambiental
Art. 12. Será necessária a obtenção de Autorização Ambiental para a Renovação de Estruturas de Linhas Transmissão em empreendimentos que já possuem licença ambiental e estão em operação.

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Art. 13. O seccionamento de Linhas de Transmissão e Distribuição será enquadrado conforme o Quadro 1.
§ 1º. Dependendo da particularidade do empreendimento, o órgão ambiental poderá requerer diferentes estudos e modalidades de licenciamento ambiental.
§ 2º. A emissão da licença de operação do seccionamento será realizada conforme a especificidade de cada projeto.

Subseção II
Subestações de Energia

Art. 14. Será avaliada a área total do empreendimento, para a definição do estudo que subsidiará o licenciamento ambiental a que serão submetidas as subestações.
§ 1º. Considera-se como área total do empreendimento, para os fins do caput deste artigo, a área destinada à implantação de todas as suas instalações, como por exemplo, os equipamentos, estacionamento, setor administrativo, entre outros.
§ 2º. É permitida a inclusão de subestações em processos de licenciamento ambiental de Linhas de Distribuição e Transmissão de Alta Tensão, sendo aplicada a modalidade de licenciamento e tipo de estudo conforme a atividade de maior impacto.

Quadro 2. Modalidade de licenciamento e estudo ambiental para Subestações.

ÁREA TOTAL	ESTUDO AMBIENTAL	LICENCIAMENTO
A ≤ 1 ha	PCAS	LAS
A > 1 ha	PCA	LAS

Art. 15. As atividades classificadas como de baixo impacto e manutenção a serem realizadas em subestações não exigem licenciamento ambiental.

Subseção III
Estações Chave de Energia

Art. 16. A modalidade de licenciamento e estudo ambiental a que serão submetidas as Estações-Chaves será definido conforme estabelecido no Quadro 3:

Quadro 3. Modalidade de licenciamento e estudo ambiental para Estação Chave.

LOCAL	ESTUDO AMBIENTAL	LICENCIAMENTO
Local 1	Dispensado	Dispensado
Local 2	PCAS	LAS

Parágrafo Único. É permitida a inclusão de Estações-Chaves em processos de licenciamento ambiental de Linhas de Distribuição de Alta Tensão (LDATs), sendo aplicada a modalidade de licenciamento e tipo de estudo conforme a atividade de maior impacto.

CAPÍTULO VI
DA DOCUMENTAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Seção I
LICENCIAMENTO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS
Documentação Básica

Art. 17. Para o requerimento de licenciamento ambiental, todos os empreendimentos elegíveis conforme Capítulo V, deverão apresentar a documentação básica especificada nas Seções a seguir, de acordo com a sua modalidade.

Seção II
Da Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLAM

Art. 18. Para os empreendimentos enquadrados na modalidade de **Dispensa de Licenciamento Ambiental – DLAM**, o requerente deverá apresentar os seguintes documentos:
I. para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social;
II. para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
b) cópia do Registro Geral - RG;
III. para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida;
IV. documento válido de comprovação de dominialidade;
V. declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos (ANEXO I);
VI. cópia de inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR, para empreendimentos localizados em imóveis rurais, como exigido pela legislação vigente;
VII. extrato de publicação do requerimento de licenciamento ambiental no Diário Oficial do Estado.
VIII. Mapa de uso e ocupação do solo, acompanhado de respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

§1º A Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental, poderá ser renovada, desde que mantidas as características do empreendimento.

§2º A Dispensa de Licenciamento Ambiental não exime o interessado das exigências legais quanto à preservação do meio ambiente, bem como da obtenção de alvarás e atendimento a outras exigências municipais.

Seção III
Da Autorização Ambiental – AA

Art. 19. Para os empreendimentos enquadrados na modalidade de **Autorização Ambiental – AA**, o empreendedor deverá apresentar os seguintes documentos:
I. cadastro de Empreendimentos de Transmissão de Energia - CETE;
II. comprovante de recolhimento da(s) taxa(s) ambiental(s).
III. dados e documentação de identificação do empreendedor:
1. para pessoa jurídica:

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social;
2. para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
b) cópia do Registro Geral - RG;
3. para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida;

IV. declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos (ANEXO I);
V. cópia de inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR, referente ao imóvel rural onde incide o empreendimento;
VI. Memorial Descritivo, contendo:
a. mapa dos traçados com delimitação e caracterização da tipologia florestal existente, incluindo a demarcação de cada propriedade afetada pelo empreendimento, limitada à área da faixa de servidão;
b. descrição do empreendimento e dos aspectos construtivos;
c. relação dos proprietários rurais e respectivos imóveis afetados pelo empreendimento informando em quais deles haverá corte e/ou supressão de vegetação.
VII. anuência dos proprietários dos imóveis afetados pelo empreendimento, conforme Anexo III;
VIII. número do registro do cadastro do projeto junto ao SINAFLOR, no caso de necessidade de supressão de vegetação nativa;
IX. cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
X. Autorização/ concessão da ANEEL para o empreendimento, quando aplicável.

Art. 20. Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Autorização Ambiental – AA, somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização de Supressão de Vegetação Nativa.

Seção IV

Da Licença Ambiental Simplificada – LAS

Art. 21. Para os empreendimentos enquadrados na modalidade de **Licença Ambiental Simplificada – LAS**, o empreendedor deverá apresentar os seguintes documentos:
I. cadastro de Empreendimentos de Transmissão de Energia - CETE;
II. recolhimento da taxa(s) ambiental(s), bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da licença no Diário Oficial do Estado a ser realizada pelo IAT;
III. dados e documentação de identificação do empreendedor:
1. para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social;
2. para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
b) cópia do Registro Geral - RG;
3. para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida;

IV. declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos (ANEXO I);
V. cadastro Técnico Federal (CTF) conforme regulamentação vigente;
VI. cópia de inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR, referente ao imóvel rural onde incide o empreendimento;
VII. prova de publicação de súmula do requerimento de Licença Ambiental Simplificada - LAS no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 06/86;
VIII. portaria de outorga de direito dos recursos hídricos, declaração de uso independente ou declaração de uso insignificante de recursos hídricos, quando aplicável;
IX. memorial Descritivo do Empreendimento e a descrição das intervenções necessárias;
X. projeto Executivo do empreendimento, com respectiva ART;
XI. estudo ambiental, conforme enquadramento;
XII. cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
XIII. comprovante da entrega da Ficha de Caracterização de Atividade - FCA do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;
XIV. número do registro do cadastro do projeto junto ao SINAFLOR, no caso de necessidade de supressão de vegetação nativa;
XV. comprovante do requerimento (protocolo) de autorização para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente, caso aplicável;
XVI. cópia(s) atualizadas, com emissão há no máximo 90 dias, da(s) matrícula(s) do(s) imóvel (is) afetado(s) pelo empreendimento;
XVII. anuência dos proprietários dos imóveis afetados pelo empreendimento, conforme Anexo III;
XVIII. Autorização/ concessão da ANEEL para o empreendimento, quando aplicável.

Art. 22. Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença Ambiental Simplificada – LAS somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização de Supressão de Vegetação Nativa.

Seção V

Do Licenciamento Trifásico

Art. 23. Os empreendimentos que por suas características estão sujeitos ao licenciamento trifásico (LP, LI e LO), devem apresentar os documentos a seguir discriminados, a serem protocolados pelo sistema eletrônico:

Subseção I

Da Licença Prévia - LP

Art. 24. Os requerimentos para **Licença Prévia – LP**, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I. cadastro de empreendimentos de transmissão de energia - CETE;
II. recolhimento da taxa(s) ambiental(s), bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da licença no Diário Oficial do Estado a ser realizada pelo IAT;
III. dados e documentação de identificação do empreendedor:
1. para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social;
2. para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
b) cópia do Registro Geral - RG;
3. para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida;

IV. portaria de outorga prévia de direito de uso dos recursos hídricos, declaração de uso independente, ou declaração de uso insignificante de recursos hídricos, quando aplicável;
V. ciência dos proprietários dos imóveis afetados pelo empreendimento, conforme Anexo II;
VI. declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos (ANEXO I);
VII. prova de publicação de súmula do requerimento de Licença Ambiental Prévia - LP no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 06/86;
VIII. cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
IX. comprovante da entrega da Ficha de Caracterização de Atividade - FCA do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;
X. apresentação de relatório de caracterização da flora, quando houver necessidade de supressão de vegetação nativa, de acordo com o art. 83 do Decreto Estadual nº 9.541/2025;
XI. Estudo ambiental conforme enquadramento disposto no Capítulo V.

Subseção II

Da Licença de Instalação - LI

Art. 25. Os requerimentos para **Licença de Instalação – LI**, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:

I. cadastro de empreendimentos de transmissão de energia - CETE;
II. recolhimento da taxa(s) ambiental(s), bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da licença no Diário Oficial do Estado, a ser realizada pelo IAT;
III. dados e documentação de identificação do empreendedor:
1. para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social.
2. para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
b) cópia do Registro Geral – RG.
3. para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida.
IV. cópia da Licença Prévia – LP;
V. declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos (ANEXO I);
VI. Cadastro Técnico Federal (CTF) conforme regulamentação vigente;
VII. prova de publicação de súmula do requerimento de Licença Ambiental de Instalação - LI no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
VIII. publicação de súmula da concessão da Licença Prévia – LP no Diário Oficial do Estado ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
IX. cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
X. projeto executivo do empreendimento, com respectiva ART;
XI. recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, referente aos imóveis onde incide o empreendimento;
XII. relatório de atendimento às condicionantes estabelecidas na licença anterior;
XIII. número do registro do cadastro do projeto junto ao SINAFLOR, no caso de necessidade de supressão de vegetação nativa;
XIV. comprovante do requerimento (protocolo) de autorização para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente, caso se aplique;
XV. anuência dos proprietários dos imóveis afetados pelo empreendimento, conforme Anexo III;
XVI. cópia(s) da(s) matrícula(s) do(s) imóvel (is) afetado(s) pelo empreendimento;
XVII. Plano Básico Ambiental nos casos de EIA/RIMA ou Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais quando apresentado RAS;
XVIII. Autorização/ concessão da ANEEL para o empreendimento, quando aplicável.

Art. 26. Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença de Instalação – LI somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização de Supressão de Vegetação Nativa.

Subseção III

Da Licença de Operação - LO

Art. 27. Os requerimentos para **Licença de Operação - LO**, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:

I. cadastro de empreendimentos de transmissão de energia – CETE;
II. recolhimento da(s) taxa(s) ambiental(s), bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da licença no Diário Oficial do Estado a ser efetivada pelo IAT;
III. dados e documentação de identificação do empreendedor:
1. para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social.
2. para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
b) cópia do Registro Geral – RG.
3. para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida.
IV. declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos (ANEXO I);
V. Cadastro Técnico Federal (CTF) conforme regulamentação vigente;

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

VI. Portaria de outorga de direito dos recursos hídricos, declaração de uso independente, ou declaração de uso insignificante de recursos hídricos, quando aplicável;
VII. cópia da Licença de Instalação – LI;
VIII. prova de publicação de súmula do requerimento de Licença Ambiental de Operação - LO no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
IX. publicação da súmula da concessão da Licença de Instalação – LI, no Diário Oficial do Estado ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
X. cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
XI. relatório de atendimento às condicionantes da licença anterior;
XII. laudo de conclusão/situação da obra, acompanhado de material fotográfico, elaborado por profissional com a devida anotação de responsabilidade técnica – ART;
XIII. Autorização/ concessão da ANEEL para o empreendimento, quando aplicável;
XIV. Cópia da Autorização de Supressão de Vegetação Nativa, quando aplicável.

CAPÍTULO VII
DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE AMPLIAÇÃO
Seção I

Da Licença Ambiental Simplificada de Ampliação – LASA

Art. 28. Para os empreendimentos enquadrados na modalidade de **Licença Ambiental Simplificada – LASA**, o empreendedor deverá apresentar os seguintes documentos:
I. cadastro de Empreendimentos de Transmissão de Energia - CETE;
II. recolhimento da taxa(s) ambiental(s), bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da licença no Diário Oficial do Estado a ser efetivada pelo IAT;
III. dados e documentação de identificação do empreendedor:
1. para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social.
2. para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
b) cópia do Registro Geral – RG.
3. para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida.
IV. declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos (ANEXO I);
V. prova de publicação de súmula do requerimento de Licença Ambiental Simplificada de Ampliação - LASA no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
VI. memorial Descritivo do empreendimento existente e a descrição das obras necessárias para ampliação;
VII. portaria de outorga de direito dos recursos hídricos, Declaração de uso independente, ou declaração de uso insignificante de recursos hídricos, quando aplicável;
VIII. projeto Executivo do empreendimento, com respectiva ART;
IX. cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
X. comprovante da entrega da Ficha de Caracterização de Atividade - FCA do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;
XI. número do registro do cadastro do projeto junto ao SINAFLOR, no caso de necessidade de supressão de vegetação nativa;
XII. recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, referente aos imóveis da área de ampliação;
XIII. anuência dos proprietários dos imóveis afetados pelo empreendimento, conforme Anexo III;
XIV. cópia(s) atualizada(s), com emissão de no máximo de 90 dias, da(s) matrícula(s) do(s) imóvel (is) afetado(s) pelo empreendimento;
XV. Estudo ambiental conforme enquadramento disposto no Capítulo V.
XVI. Autorização/ concessão da ANEEL para o empreendimento, quando aplicável.

Seção II
Da Licença Prévia de Ampliação - LPA

Art. 29. Os requerimentos para **Licença Prévia de Ampliação – LPA**, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:

I. cadastro de empreendimentos de transmissão de energia - CETE;
II. recolhimento da taxa(s) ambiental(s), bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da licença no Diário Oficial do Estado a ser efetivada pelo IAT;
III. dados e documentação de identificação do empreendedor:
1. para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social.
2. para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
b) cópia do Registro Geral – RG.
3. para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida.
IV. declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos (ANEXO I);
V. cópia de inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR, referente ao imóvel rural onde incide o empreendimento;
VI. cópia da Licença Prévia – LP;
VII. Memorial Descritivo do empreendimento existente, contendo a descrição das obras necessárias para ampliação;
VIII. portaria de outorga prévia dos recursos hídricos, Declaração de uso independente, ou declaração de uso insignificante de recursos hídricos, quando aplicável;
IX. prova de publicação de súmula do requerimento de Licença Ambiental Prévia de Ampliação - LPA no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamento das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
X. ciência dos proprietários dos imóveis afetados pelo empreendimento, conforme Anexo II;

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

XI. cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
XII. comprovante da entrega da Ficha de Caracterização de Atividade - FCA do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;
XIII. apresentação de relatório de caracterização da flora em caso de necessidade de supressão de vegetação nativa, de acordo com o art. 83 do Decreto Estadual nº 9.541/2025;
XIV. Estudo ambiental conforme enquadramento.

Seção III

Da Licença de Instalação de Ampliação - LIA

Art. 30. Os requerimentos para **Licença de Instalação de Ampliação – LIA**, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I. cadastro de empreendimentos de transmissão de energia - CETE;
II. recolhimento da(s) taxa(s) ambiental(s), bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da licença no Diário Oficial do Estado a ser efetivada pelo IAT;
III. dados e documentação de identificação do empreendedor:
1. para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social.
2. para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
b) cópia do Registro Geral – RG.
3. para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida.
IV. cópia da Licença Prévia de Ampliação – LPA;
V. declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos (ANEXO I);
VI. Cadastro Técnico Federal (CTF) conforme regulamentação vigente;
VII. prova de publicação de súmula do requerimento de Licença de Instalação de Ampliação - LIA no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamento das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 06/86;
VIII. publicação de súmula da concessão da Licença Prévia de Ampliação – LPA no Diário Oficial do Estado ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
IX. projeto executivo do empreendimento, com respectiva ART;
X. recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, referente aos imóveis onde incide o empreendimento;
XI. anuência dos proprietários dos imóveis afetados pelo empreendimento;
XII. cópia(s) atualizada(s), com emissão de no máximo 90 dias, da(s) matrícula(s) do(s) imóvel (is) afetado(s) pelo empreendimento;
XIII. relatório de atendimento às condicionantes estabelecidas na licença anterior;
XIV. número do registro do cadastro do projeto junto ao SINAFLOR, no caso de necessidade de supressão de vegetação nativa;
XV. comprovante do requerimento (protocolo) de autorização para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente, caso seja aplicável;
XVI. apresentação de cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
XVII. Plano Básico Ambiental nos casos de EIA/RIMA ou Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais quando apresentado RAS.
XVIII. Autorização/ concessão da ANEEL para o empreendimento, quando aplicável.

Art. 31 Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença de Instalação de Ampliação – LI-A somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização de Supressão de Vegetação Nativa.

Seção IV

Da Licença de Operação de Ampliação - LOA

Art. 32. Os requerimentos para **Licença de Operação de Ampliação - LOA**, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I. cadastro de empreendimentos de transmissão de energia - CETE;
II. recolhimento da(s) taxa(s) ambiental(s), bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da licença no Diário Oficial do Estado a ser efetivada pelo IAT;
III. dados e documentação de identificação do empreendedor:
1. para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social.
2. para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
b) cópia do Registro Geral – RG.
3. para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida.
IV. declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos (ANEXO I);
V. cadastro Técnico Federal (CTF) conforme legislação vigente;
VI. portaria de outorga de direito dos recursos hídricos, declaração de uso independente, ou declaração de uso insignificante de recursos hídricos, quando aplicável;
VII. cópia da Licença de Instalação de Ampliação – LIA;
VIII. prova de publicação de súmula do requerimento de Licença de Operação de Ampliação - LOA no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamento das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
IX. publicação de súmula da concessão da Licença de Instalação de Ampliação - LIA no Diário Oficial do Estado ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
X. relatório de atendimento às condicionantes estabelecidas na licença anterior;
XI. laudo de conclusão/situação de obra, acompanhado de material fotográfico, elaborado por profissional habilitado, com a devida anotação de responsabilidade técnica – ART;
XII. cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;
XIII. Autorização/ concessão da ANEEL para o empreendimento, quando aplicável;
XIV. Cópia da Autorização de Supressão de Vegetação Nativa, quando aplicável.

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

CAPÍTULO VIII
DA RENOVAÇÃO E DA PRORROGAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Seção I
Da Renovação do Licenciamento Ambiental

Subseção I
Da Renovação da Licença Ambiental Simplificada – RLAS

Art. 33. Para a Renovação da **Licença Ambiental Simplificada – RLAS**, o empreendedor deverá protocolar os seguintes documentos:

I. cadastro de empreendimentos de transmissão de energia - CETE;

II. recolhimento da taxa(s) ambiental(s), bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da licença no Diário Oficial do Estado a ser efetivada pelo IAT;

III. dados e documentação de identificação do empreendedor:

1. para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social.
2. para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
b) cópia do Registro Geral – RG.
3. para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida;

IV. cópia da Licença Ambiental Simplificada – LAS vigente;

V. prova de publicação de súmula do requerimento de Renovação de Licença Ambiental Simplificada - RLAS no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamento das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 06/86;

VI. portaria de outorga de direito dos recursos hídricos, Declaração de uso independente, ou declaração de uso insignificante de recursos hídricos, quando aplicável;

VII. relatório de atendimento às condicionantes da licença vigente;

VIII. relatório de automonitoramento ambiental, com as respectivas ARTs;

IX. declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos (ANEXO I);

X. Cadastro Técnico Federal (CTF) conforme legislação vigente.

Subseção II
Da Renovação da Licença de Operação – RLO

Art. 34. Para Renovação de **Licença de Operação – RLO**, o empreendedor deverá protocolar os seguintes documentos:

I. cadastro de empreendimentos de transmissão de energia - CETE;

II. recolhimento da taxa(s) ambiental(s), bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da licença no Diário Oficial do Estado a ser efetivada pelo IAT;

III. dados e documentação de identificação do empreendedor:

1. para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social.
2. para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
b) cópia do Registro Geral – RG.
3. para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida.

IV. cópia da Licença de Operação vigente;

V. portaria de outorga de direito de uso dos recursos hídricos, declaração de uso independente, ou declaração de uso insignificante de recursos hídricos, quando aplicável;

VI. Autorização / Concessão da ANEEL, quando aplicável;

VII. prova de publicação de súmula do requerimento de Renovação de Licença Ambiental de Operação – RLO no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamentos das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 06/86;

VIII. relatório de atendimento às condicionantes da licença vigente;

IX. relatório de automonitoramento ambiental, com as respectivas ARTs;

X. declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos (ANEXO I);

XI. Cadastro Técnico Federal (CTF) conforme legislação vigente.

Subseção III
Da Prorrogação da Autorização Ambiental – RAA

Art. 35. Para a prorrogação da **Autorização Ambiental - AA**, o empreendedor deverá protocolar os seguintes documentos:

I. cadastro de Empreendimentos de Transmissão de Energia - CETE;

II. recolhimento da(s) taxa(s) ambiental(s), bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da licença no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT;

III. dados e documentação de identificação do empreendedor:

1. para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social.
2. para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
b) cópia do Registro Geral – RG.
3. para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

b) cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida.

IV. declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos (ANEXO I);
V. portaria de outorga de direito de uso dos recursos hídricos, declaração de uso independente, ou declaração de uso insignificante de recursos hídricos, quando aplicável;
VI. relatório de atendimento às condicionantes da licença vigente;
VII. prova de publicação de súmula do requerimento de Renovação da Autorização Ambiental – AA no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamento das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 06/86;
VIII. relatório de automonitoramento ambiental, com as respectivas ARTs.

Parágrafo único. O prazo prorrogado não poderá ultrapassar o limite máximo de dois anos de validade máxima da Autorização Ambiental - AA.

Seção II

Da Prorrogação do Licenciamento Ambiental

Subseção I

Da Prorrogação da Licença Ambiental Prévia – PLP

Art. 36. Os requerimentos de **Prorrogação da Licença Prévia - PLP**, deverão ser protocolados por meio de sistema eletrônico mediante apresentação de:
I. cadastro de empreendimentos de transmissão de energia - CETE;
II. recolhimento da(s) taxa(s) ambiental(s), bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da licença no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT;
III. dados e documentação de identificação do empreendedor:
1. para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social.
2. para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
b) cópia do Registro Geral – RG.
3. para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida.
IV. relatório de atendimento às condicionantes da LP;
V. cópia da Licença Prévia – LP;
VI. prova de publicação de súmula do requerimento de Prorrogação da Licença Ambiental Prévia – PLP no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamento das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 06/86.

Parágrafo único. A prorrogação deverá respeitar o prazo máximo estabelecido para a Licença Prévia, conforme Inciso IV do art. 45, desta Instrução Normativa.

Subseção II

Da Prorrogação da Licença Ambiental de Instalação – PLI

Art. 37. Os requerimentos de **Prorrogação da Licença de Instalação – PLI**, deverão ser protocolados por meio de sistema eletrônico mediante apresentação de:
I. cadastro de Empreendimentos de Transmissão de Energia - CETE;
II. recolhimento da(s) taxa(s) ambiental(s), bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da licença no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT;
III. dados e documentação de identificação do empreendedor:
1. para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social.
2. para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
b) cópia do Registro Geral – RG.
3. para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida.
IV. relatório de situação do empreendimento quanto às fases já executadas;
V. relatório de atendimento às condicionantes da LI;
VI. cópia da Licença de Instalação – LI;
VII. Cadastro Técnico Federal (CTF) conforme legislação vigente;
VIII. prova de publicação de súmula do requerimento de Prorrogação de Licença Ambiental de Instalação – PLI no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamento das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 06/86;
IX. apresentação de autorização, em vigor, para supressão vegetal emitida pelo órgão competente, quando aplicável;
X. apresentação de autorização, em vigor, para manejo, isso é, estudos e resgate, da fauna emitida pelo órgão competente, quando aplicável.

Parágrafo único. A prorrogação deverá respeitar o prazo máximo estabelecido para a Licença de Instalação, conforme inciso V do art. 45, desta Instrução Normativa.

Seção III

Da Repotencialização de Linhas de Transmissão, Linhas de Distribuição e Subestações

Art. 38. Nos casos em que a repotencialização de Linhas de Transmissão ou Linhas de Distribuição, impliquem no aumento da faixa de servidão e/ou na mudança de traçado do empreendimento, é necessário o requerimento de um novo licenciamento ambiental.

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Parágrafo único. Para os demais casos de repotencialização, deve-se requerer Licença Ambiental Simplificada e apresentação de Plano de Controle Ambiental.

Art. 39. Nos casos em que a repotencialização de Subestação não implique aumento da área total, deverá ser requerida Autorização Ambiental com apresentação de Plano de Controle Ambiental Simplificado.

Art. 40. Nos casos em que a repotencialização de Subestação implique aumento da área total, deverá ser requerida Licença Ambiental Simplificada com apresentação de Plano de Controle Ambiental.

Subseção I

Da Documentação a ser Apresentada nos Casos de Repotencialização de Linhas de Transmissão, Linhas de Distribuição, Subestações e Estações Chaves

Art. 41. Os requerimentos de **Repotencialização** de Linhas de Transmissão, Linhas de Distribuição, Subestações e Estações Chaves deverão ser protocolados por meio de sistema eletrônico mediante apresentação de:

I. cadastro de empreendimentos de transmissão de energia - CETE;

II. recolhimento da(s) taxa(s) ambiental(s), bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da licença no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT;

III. dados e documentação de identificação do empreendedor:

1. para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social.
2. para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
b) cópia do Registro Geral – RG.
3. para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida.

IV. cópia(s) atualizada(s), com emissão de no máximo 90 dias, da(s) matrícula(s) do(s) imóvel (is) afetado(s) pelo empreendimento;

V. declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos (ANEXO I);

VI. cadastro Técnico Federal (CTF) de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021;

VII. prova de publicação da súmula do requerimento de Repotencialização no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamento das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 06/86;

VIII. autorização / concessão da ANEEL para o empreendimento, quando aplicável;

IX. relatório de atendimento às condicionantes da licença vigente;

X. memorial descritivo do empreendimento e descrição das intervenções necessárias;

XI. Plano de Controle Ambiental – PCA;

XII. cópia da(s) ART(s) – Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados que elaboraram os trabalhos técnicos.

CAPÍTULO IX

DA REGULARIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 42. As linhas de distribuição, transmissão, subestação e estações chave que tenham entrado em operação sem a devida Licença Ambiental, poderão ser regularizadas por meio de solicitação da Licença de Operação de Regularização - LOR ou Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR, de acordo com enquadramento.

§1º A Licença Ambiental de Regularização não se aplica às seguintes situações:
I. alteração do traçado;
II. necessidade de reconstrução de torres;
III. aumento da faixa de servidão;
IV. aumento da área total da subestação.

§2º Para a regularização de redes de distribuição cujo licenciamento é dispensado, é obrigatório o requerimento de DLAM.

§3º As redes de distribuição com tensão inferior a 69 kV correspondem a exceções ao estabelecido no caput deste artigo.

Art. 43. Para a solicitação de regularização de linhas de transmissão, distribuição ou subestações, deverá ser apresentada a seguinte documentação:

I. cadastro de empreendimentos de transmissão de energia - CETE;

II. recolhimento da(s) taxa(s) ambiental(s), bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da licença no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT;

III. dados e documentação de identificação do empreendedor:

1. para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social.
2. para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
b) cópia do Registro Geral – RG.
3. para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida.

IV. declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos (ANEXO I);

V. Cadastro Técnico Federal (CTF) de acordo com a legislação ambiental vigente;

VI. cópia(s) atualizadas, com emissão de no máximo 90 dias, da(s) matrícula(s) do(s) imóvel (is) afetado(s) pelo empreendimento;

VII. comprovação do funcionamento do empreendimento em data anterior a 25 de junho de 2008;

VIII. autorização / concessão da ANEEL para o empreendimento, quando aplicável;

IX. prova de publicação de súmula do requerimento de Licença de Operação de Regularização – LOR ou Licença Ambiental Simplificada de Regularização – LARS no Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente mediante pagamento das custas, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 06/86;

X. memorial descritivo do empreendimento e a descrição das intervenções necessárias;

XI. cópia da(s) ART(s) – Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados que elaboraram os trabalhos técnicos;

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

XII. relatório de conformidade ambiental conforme Termo de Referência;
XIII. manifestação dos Órgão Intervenientes, quando aplicável.

CAPÍTULO X
DAS TAXAS AMBIENTAIS

Art. 44. O licenciamento ambiental dos sistemas de transmissão, distribuição e subestação de energia elétrica será protocolado e analisado pelo Instituto Água e Terra mediante pagamento das taxas ambientais, quando couber, a serem recolhidas por ocasião do requerimento do licenciamento ambiental, contemplando:
I. taxa do procedimento administrativo, que será calculada em função do porte do empreendimento e se aplica a todas as modalidades de licenciamento;
II. taxa referente à análise do estudo técnico ambiental e das vistorias técnicas realizadas pelo órgão ambiental;
III. taxa de súmula da concessão da licença ambiental, cuja publicação o Instituto Água e Terra fará de forma automática após emitir a licença.

CAPÍTULO XI
DOS PRAZOS DE VALIDADE DAS LICENÇAS

Art. 45. O órgão ambiental competente estabelecerá os prazos de validade para cada tipo de licença e autorização ambiental, especificando-os no respectivo documento, levando em consideração os seguintes aspectos:

I. o prazo de validade da Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental – DLAM será de até 10 (dez) anos, podendo ser renovado a critério técnico do órgão ambiental competente;
II. o prazo de validade da Autorização Ambiental – AA será de até 02 (anos) e será renovado a critério técnico do órgão ambiental competente. O prazo prorrogado não poderá ultrapassar o limite máximo de dois anos de validade máxima da Autorização Ambiental - AA.
III. o prazo de validade da Licença Ambiental Simplificada - LAS será de até 10 (dez) anos, podendo ser renovado a critério técnico do órgão ambiental competente;
IV. o prazo de validade da Licença Prévia - LP será de até 05 (cinco) anos, não prorrogável se concedido o prazo máximo;
V. o prazo de validade da Licença de Instalação - LI será de até 06 (seis) anos, não prorrogável se concedido o prazo máximo;
VI. o prazo de validade da Licença de Operação - LO será de no mínimo 4 anos e de no máximo 10 (dez) anos, renovável a critério técnico do órgão ambiental competente.

§1º As renovações e prorrogações aplicam-se aos empreendimentos que não estejam vinculados a outros empreendimentos.

§2º Os empreendimentos ou atividades previamente licenciadas cujo licenciamento ambiental torne-se dispensado por essa IN, ficam obrigados a requerer a DLAM.

§3º Os empreendimentos que, por força desta Instrução Normativa, passarem à condição de dispensados ou inexigíveis de licenciamento ambiental deverão apresentar ao órgão ambiental o Relatório Final de Encerramento dos Programas Ambientais, caso possuam programas ou condicionantes ainda em fase de execução.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46. No caso dos licenciamentos de Sistemas de Transmissão, Distribuição e Subestações que exijam apresentação do Relatório Ambiental Simplificado – RAS, sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por pelo menos cinquenta pessoas maiores de dezoito anos, o órgão de meio ambiente promoverá Reunião Técnica Informativa, conforme preconiza a Resolução CONAMA nº 279/2001.

Art. 47. O Instituto Água e Terra dará publicidade ao EIA/RIMA através de edital de entrada que será publicado no Diário Oficial do Estado e disponibilizado em seu sítio eletrônico.
Parágrafo Único. Os ritos e procedimentos relativos às Audiências Públicas seguirão o preconizado nas Resoluções CONAMA nº 01/1986 e CONAMA nº 09/1987.

Art. 48. Para o acesso do empreendedor às propriedades, a fim de realizar estudos dos meios físico, biótico e socioeconômico, deverá possuir a devida permissão dos proprietários.

Art. 49. A Licença Prévia - LP só poderá ser emitida mediante apresentação da declaração de ciência dos proprietários de todos os imóveis afetados.
Parágrafo Único. Em caso de não apresentação da documentação referente à totalidade dos imóveis, conforme previsto no caput deste artigo, o empreendedor deverá comprovar documentalmente a tentativa de obtenção da documentação referente aos proprietários dos imóveis afetados.

Art. 50. Nos casos de Linhas de Transmissão, no momento do protocolo do requerimento de Licença de Instalação – LI, ou para Linhas de Distribuição, no caso de exigência de Licença Ambiental Simplificada – LAS, ou Autorização Ambiental – AA, o requerente deverá comprovar a regularidade fundiária de, no mínimo, 70% (setenta por cento) do total de imóveis afetados, mediante a apresentação das respectivas anuências dos proprietários e/ou do ajuizamento da DUP.
§ 1º O percentual remanescente de até 30% (trinta por cento) dos imóveis poderá ser objeto de justificativa, desde que acompanhada de comprovação documental das tentativas de obtenção das anuências ou da adoção das medidas legais cabíveis, com a devida descrição das dificuldades encontradas.
§ 2º Para a emissão das Licenças, considerando tratar-se de empreendimento linear, a efetiva implantação das torres nas propriedades e a execução das respectivas atividades de preparação das áreas (acessos, perfurações, dentre outras), poderão ficar condicionadas, excepcionalmente, à posterior apresentação da comprovação das negociações fundiárias relativas aos imóveis referidos no § 1º (acordos amigáveis e ajuizamento da DUP).
§ 3º Os acessos e estruturas, sejam definitivas ou temporárias, a serem implantadas em razão do empreendimento deverão necessariamente estar dentro dos limites dos imóveis cuja documentação prevista no caput deste artigo tenha sido apresentada.

Art. 51. Para abertura de novos acessos, que acarretem supressão da vegetação nativa, será necessária a respectiva Autorização de Supressão de Vegetação Nativa.

Art. 52. Os empreendimentos sujeitos à Licença Ambiental Simplificada – LAS, somente estarão aptos a se instalarem após o deferimento da Autorização Ambiental para Resgate, Manejo e Monitoramento de Fauna, conforme disposto na Portaria IAT Nº 12 DE 10/01/2024 ou outra que venha a substituí-la, quando aplicável.

Art. 53. Os empreendimentos sujeitos ao licenciamento trifásico (LP, LI e LO), somente terão a emissão da Licença de Instalação – LI de forma concomitante senão posteriormente ao deferimento da solicitação de Autorização de Supressão de Vegetação Nativa e Autorização Ambiental para Resgate, Manejo e Monitoramento de Fauna, conforme disposto na Portaria IAT Nº 12 DE 10/01/2024 ou outra que venha substituí-la.

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Art. 54. Os Termos de Referência necessários para elaboração dos estudos ambientais exigidos por esta Instrução Normativa serão disponibilizados pelo Instituto Água e Terra - IAT.

Art. 55. Os casos não abordados nesta Instrução Normativa serão analisados pelo Instituto Água e Terra - IAT e enquadrados na legislação ambiental vigente, conforme as características particulares de cada empreendimento.

Art. 56. Quando houver necessidade da manifestação de órgãos intervenientes externos ao órgão licenciador, tais como FUNAI, INCRA, IPHAN, ICMBio, CEPHA, DNIT, DER, entre outros, será seguido o procedimento conforme estabelece o Decreto Estadual nº 9.541/2025.

Art. 57. Constatada a existência de pendência judicial envolvendo o empreendedor, o empreendimento ou o imóvel, a decisão administrativa sobre a eventual suspensão do licenciamento será precedida de manifestação jurídica do órgão ambiental competente no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 58. O não cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa sujeitará os infratores às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e no Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 59. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Instrução Normativa IAT n° 10, de 22 de abril de 2026.

(assinado eletronicamente)
JOSÉ VOLNEI BISOGNIN
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

RELAÇÃO DOS ANEXOS

ANEXO I	MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE EMBARGO
ANEXO II	DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA
ANEXOIII	DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE EMBARGO

Eu, **[razão social ou nome]**, **[pessoa física / Representante legal da empresa**
[nome da empresa]] inscrito no CPF/CNPJ nº **[número]**, com o imóvel objeto de licenciamento situada à Rua **[onde o imóvel do licenciamento se encontra],** declaro que não possuo nenhuma pendência ou embargo junto aos seguintes órgãos, Ministério do Trabalho, IBAMA, Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, Instituto Água e Terra, Defesa Civil, Prefeitura ou qualquer outra entidade/órgão público que tenha autonomia para tal, de modo que não vê óbices neste aspecto para a continuidade do licenciamento em questão.

Sem mais,

_____

(Local e data)

_____

(Nome e assinatura do representante legal)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

Eu, _____ **declaro** ao Instituto Água e Terra estar ciente de que está sendo desenvolvido o projeto do empreendimento denominado _____ a ser instalado no _____ **que pode vir a afetar minha propriedade.**
Esta declaração será apresentada como documento integrante de procedimento de licenciamento prévio junto ao Instituto Água e Terra e não representa nenhum tipo de negociação ou cessão de direitos sobre o imóvel do declarante, sendo que para a instalação do empreendimento será necessária manifestação posterior de anuência, ou outro acordo legal.

Por ser verdade, firmo o presente.

Cidade, xx de xx de xxx.

_____
Proprietário
CPF:

_____
Representante da empresa

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Testemunha 1
Nome:
CPF:

Testemunha 2
Nome:
CPF:

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Eu, _____ declaro ao Instituto Água e Terra estar de acordo com a implantação do empreendimento denominado _____ a ser instalado no _____ que irá afetar minha propriedade.

Esta declaração será apresentada como documento integrante de procedimento de licenciamento prévio ou licenciamento simplificado junto ao Instituto Água e Terra e representa que estou de acordo com o canteiro de obras, acessos, construções civis ou área de preservação permanente em minha propriedade.

Por ser verdade, firmo o presente.

Cidade, xx de xx de xxx.

Proprietário

Representante da empresa

CPF:

Protocolo 139641/2026

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO

PROTOCOLO: 25.295.471-6

OBJETO: Tem o presente Termo de Compromisso como objeto o estabelecimento de ações e providências, pelo COMPROMISSÁRIO, com vistas à implementação de melhorias nas condições ambientais na área protegida - denominada Área Especial de Uso Regulamentado (ARESUR) - ARESUR do Faxinal Água Amarela de Cima, localizada no Município de Antônio Olinto.

COMPROMISSÁRIO: Fábio Staniszewski Machiavelli - Prefeito do Município de Antônio Olinto

COMPROMITENTE: José Volnei Bisognin - Diretor Presidente do Instituto Água e Terra

VIGÊNCIA: 10/2026 a 12/2029

Curitiba, 14 de outubro de 2026

Protocolo 139101/2026

PARECER NEGATIVO n° 10202/2026/PN-GOUT. Protocolo 26.656.833-9. Indefere o requerimento de outorga prévia para Captação superficial de OKABE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA - CPF/CNPJ 42.908.452/0001-16. Rio Cascavel. Coordenadas UTM 7.228.659,14 N 251.144,51 E. Município Cascavel. Motivo: O requerimento indeferido em razão da localização do empreendimento em área crítica declarada.

Protocolo 139172/2026

Portaria n° 12395/2026/OD-GOUT. Prot. 26.075.715-6. Captação superficial. Outorgado(s) CONSORCIO CONSTRUTOR PR 466 PORTO UBA - CPF/CNPJ 63.970.934/0001-76. Rio Ivaí. Ivaí. Coordenadas UTM 7.341.000,35 N 436.685,87 E. Validade 18/09/2031. Finalidade Controle de emissão de partículas. Vazão máxima outorgada 60.00 m³/h 06:40 horas/dia 31 dias/mês. Município Lidianópolis.

Protocolo 139367/2026

Portaria n° 12406/2026/OP-GOUT. Prot. 26.088.298-8. Captação superficial. Outorgado(s) ROSA MARIA PEDROZO SCAIN - CPF/CNPJ 049.***.***-31. Córrego Campina. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.266.708,57 N 233.335,39 E. Validade 2 anos. Finalidade Aquicultura não comercial. Vazão máxima outorgada 8.95 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Toledo.

Protocolo 139368/2026

Portaria n° 12344/2026/OP-GOUT. Prot. 26.254.794-9. Travessia. Outorgado(s) Klabin S.A - CPF/CNPJ 89.637.490/0001-45. Córrego Bigorna. Ivaí. Coordenadas UTM 7.337.445,48 N 491.979,66 E. Validade 2 anos. Finalidade Sistema viário. Município Ortigueira.

Protocolo 139490/2026

Portaria n° 12360/2026/OD-GOUT. Prot. 19.076.398-6. Captação superficial. Outorgado(s) Companhia de Saneamento do Paraná - CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Rio Sem denominação na base. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.179.955,00 N 345.226,00 E. Validade 2 anos. Finalidade Abastecimento público. Vazão máxima outorgada 30.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Rio Bonito do Iguaçu. Esta portaria revoga a portaria n° 957/2021.

Protocolo 139407/2026

Portaria n° 12386/2026/OP-GOUT. Prot. 25.884.270-7. Captação superficial. Outorgado(s) Companhia de Saneamento do Paraná - CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Rio Três Palmeiras. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.176.724,00 N 385.098,00 E. Validade 2 anos. Finalidade Abastecimento público. Vazão máxima outorgada 108.00 m³/h 20:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Candói.

Protocolo 139408/2026

Portaria n° 12385/2026/OD-GOUT. Prot. 19.906.715-0. Captação superficial. Outorgado(s) Companhia de Saneamento do Paraná - CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Rio Sem denominação na base. Piquiri. Coordenadas UTM 7.220.237,00 N 372.489,00 E. Validade 10 anos. Finalidade Abastecimento público. Vazão máxima outorgada 25.00 m³/h 14:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Marquinho. Esta portaria revoga a portaria n° 671/2020.

Protocolo 139431/2026

Portaria n° 12408/2026/OD-GOUT. Prot. 23.767.784-6. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) ELAINE PINHOLI BRESSAN - CPF/CNPJ 034.***.***-06, MARIO PEREIRA LOPES - CPF/CNPJ 870.***.***-34. Piquiri. Coordenadas UTM 7.313.517,04 N 265.370,13 E. Validade 26/12/2027. Finalidade Criação animal, Sanitário (consumo humano + limpeza), Criação animal, Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 7.50 m³/h 03:28 horas/dia 31 dias/mês. Município Formosa do Oeste. Esta portaria revoga a portaria n° 20427/2024/DUIO-GOUT.

Protocolo 139433/2026

Portaria n° 12393/2026/OP-GOUT. Prot. 26.179.186-2. Captação superficial. Outorgado(s) Evandro Marcelo Fornari - CPF/CNPJ 032.***.***-45. Rio Barro Preto. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.125.705,46 N 344.096,07 E. Validade 2 anos. Finalidade Aquicultura não comercial. Vazão máxima outorgada 5.40 m³/h 23:58 horas/dia 31 dias/mês. Município Coronel Vivida.

Protocolo 139465/2026

Portaria n° 12401/2026/OD-GOUT. Prot. 26.669.046-0. Captação superficial. Outorgado(s) Companhia de Saneamento do Paraná - CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Rio Sem denominação na base. Ivaí. Coordenadas UTM 7.283.339,23 N 467.104,11 E. Validade 10 anos. Finalidade Abastecimento público. Vazão máxima outorgada 33.00 m³/h 20:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Cândido de Abreu. Esta portaria revoga a portaria n° 92/2017.

Protocolo 139525/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Portaria n° 12369/2026/OP-GOUT. Prot. 26.203.346-5. Barragem/ soleira. Outorgado(s) ARTESANO URBANISMO LTDA - CPF/CNPJ 13.309.427/0001-18. Córrego Saltinho. Tibagi. Coordenadas UTM 7.415.536,00 N 478.877,00 E. Validade 2 anos. Finalidade Lazer sem captação. Município Londrina.

Protocolo 139484/2026

Portaria n° 12345/2026/OP-GOUT. Prot. 26.278.462-2. Travessia. Outorgado(s) MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO - CPF/CNPJ 76.995.414/0001-60. Córrego Sem denominação na base. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.138.876,39 N 349.044,99 E. Validade 2 anos. Finalidade Sistema viário. Município Chopinzinho. Esta portaria revoga a portaria n° 11424/2022/OD-GOUT.

Protocolo 139503/2026

Portaria n° 12373/2026/OD-GOUT. Prot. 26.118.123-1. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) LEO WIEST - CPF/CNPJ 549.***.***-00. Córrego Sem denominação na base. Piquiri. Coordenadas UTM 7.300.561,40 N 210.541,53 E. Validade 6 anos. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 4.80 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Maripá.

Protocolo 139506/2026

Portaria n° 12410/2026/OP-GOUT. Prot. 26.093.369-8. Barragem/soleira. Outorgado(s) MUNICÍPIO DE PÉROLA - CPF/CNPJ 81.478.133/0001-70. Ribeirão Sem denominação na base. Paraná 2. Coordenadas UTM 7.366.245,51 N 227.068,73 E. Validade 2 anos. Finalidade Lazer sem captação. Município Pérola.

Protocolo 139524/2026

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 751, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 13.433, de 23 de abril de 2026, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

Considerando o conteúdo do protocolo 26.497.240-0,

RESOLVE:

Art. 1º Realocar a servidora Jaqueline de Paula Heimann, RG nº 056.XXX.949-XX/PR, ocupante do cargo de Agente Profissional, função de Engenheira Florestal, do Núcleo de Inteligência Geográfica e da Informação - NGI para o Escritório Regional de Curitiba - ERCBA, para o exercício de suas funções.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 6 de junho de 2025.

(assinado eletronicamente)
JOSÉ VOLNEI BISOGNIN
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

Protocolo 138997/2026

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 857, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual n.º 13.433, de 23 de abril de 2026, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual n.º 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual n.º 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual n.º 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual n.º 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

Considerando o Termo de Cooperação a ser celebrado com o Centro Universitário UNIFATECIE, que tem por objeto a comunhão de esforços destinados à prestação de atendimento médico-veterinário a animais silvestres e exóticos encaminhados pelo IAT;
Considerando o contido no protocolo nº 26.510.433-9,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Lucas Silva Azevedo, RG nº 22.xxx.235-x, como Gestor, e a servidora Cristiane Bazzo Miranda, RG nº 6.xxx.374-x, como fiscal, para acompanhar e fiscalizar os serviços prestados pelo referido Termo de Cooperação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

(assinado eletronicamente)
JOSÉ VOLNEI BISOGNIN
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

Protocolo 139040/2026

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 851, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual n.º 13.433, de 23 de abril de 2026, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual n.º 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual n.º 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual n.º 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual n.º 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

Considerando o contido no protocolo nº 26.457.190-1,

RESOLVE:

Art. 1º Realocar a servidora Lorianne Miranda Martins, RG nº 8.XXX.866-X/PR, ocupante do cargo de Agente Profissional, função de Bióloga, da DILIO/GELI/DLE - Divisão de Licenciamento Estratégico para o Escritório Regional de Curitiba - ERCBA, para o exercício de suas funções.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 3 de setembro de 2026.

(assinado eletronicamente)
JOSÉ VOLNEI BISOGNIN
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

Protocolo 139053/2026

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 848, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual n.º 13.433, de 23 de abril de 2026, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual n.º 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual n.º 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual n.º 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual n.º 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

Considerando os artigos 10, 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, 17 de janeiro de 2022;
Considerando o Contrato n.º 9701/2026, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 317/2026, celebrado com a empresa HIDROSUPPLY EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA;
Considerando o contido no protocolo nº 23.395.032-3.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Claudio José Wipieski, RG n.º 3.XXX.XXX-8 SSP-PR, para exercer a função de Gestor do Contrato supracitado.

Art. 2º Designar o servidor Ronye Alexandre Pinto Paschoalotto, RG n.º 13.XXX.471-X, como Fiscal, para acompanhar e fiscalizar os serviços prestados por intermédio do referido contrato.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

(assinado eletronicamente)
JOSÉ VOLNEI BISOGNIN
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

Protocolo 139113/2026

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 846, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 13.433, de 23 de abril de 2026, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

Considerando o conteúdo do protocolo n° 26.514.069-6.

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar a Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental-DLAM nº 344435, protocolo nº 23.722.590-2, em nome de LAB LABORATORIO SAO JOSE LTDA, CNPJ nº 75.479.162/0002-34, município de São João do Caiuá/PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)
JOSÉ VOLNEI BISOGNIN
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

Protocolo 139133/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 847, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 13.433, de 23 de abril de 2026, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

Considerando o conteúdo do protocolo n° 26.514.069-6.

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar a Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental-DLAM nº 343847, protocolo nº 23.676.952-6, em nome de LAB LABORATORIO SAO JOSE LTDA, CNPJ nº 75.479.162/0005-87, município de Santo Antônio do Caiuá/PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)
JOSÉ VOLNEI BISOGNIN
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

Protocolo 139135/2026

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 845, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual n.º 13.433, de 23 de abril de 2026, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual n.º 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual n.º 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual n.º 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual n.º 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

Considerando o contido no protocolo nº 26.651.911-7,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, sob coordenação do primeiro, para compor Grupo de Trabalho com objetivo de analisar, discutir e propor encaminhamentos relacionados às atribuições do Instituto Água e Terra-IAT na gestão e operação dos Terminais Aquaviários de Pontal do Sul, Paranaguá e Ilha do Mel, bem como apresentar propostas para a regulamentação do transporte aquaviário no litoral do Estado do Paraná:

Rhayane Radomski-UNADIM
Altamir Juliano Hacke-ERLIT
Mayara Rodrigues-ERLIT
Saonara do Rocio Porto-ERLIT
Jean Alex dos Santos-DIPAN
Isabel Cristina dos Santos-DIPAN
Roberto Machado Corrêa-DISAR

Art. 2º Fica a critério do GT o convite a outros técnicos para colaborar nos trabalhos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)
JOSÉ VOLNEI BISOGNIN
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

Protocolo 139165/2026

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 820, DE 5 DE OUTUBRO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual n.º 13.433, de 23 de abril de 2026, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual n.º 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual n.º 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual n.º 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual n.º 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

Considerando o artigo 61 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que institui normas gerais para as parcerias voluntárias;

Considerando o Termo de Fomento a ser celebrado entre o Instituto Água e Terra (IAT) e a Fundação da Universidade Federal do Paraná (FUNPAR), o qual tem por objeto a execução do projeto "Nascentes do Iguaçu: Mapeamento das áreas úmidas e áreas prioritárias para preservação, conservação e recuperação de nascentes e APPs na bacia do rio Iguaçu";

Considerando a indicação de servidores realizada pela Diretoria de Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos (DISAR/IAT);

Considerando o conteúdo do protocolo n.º 25.553.925-6,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Natalia de Lima Schimidt, CPF XXX.601.139-XX, para exercer a função de gestora do Termo de Fomento mencionado acima.

Art. 2º Designar a servidora Marcus Vinicius Medeiros, CPF XXX.471.659-XX, como fiscal, para acompanhar e fiscalizar os serviços prestados por intermédio do referido Termo de Fomento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)
JOSÉ VOLNEI BISOGNIN
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

Protocolo 139330/2026

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 866, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 13.433, de 23 de abril de 2026, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

Considerando o conteúdo do protocolo n° 25.898.327-0,

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar a Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental-DLAM nº 356276, protocolo nº 24.658.457-5, em nome de COPACOL-COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL CONSOLATA, CNPJ 76.093.731/0106-68, município de Realeza/PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)
JOSÉ VOLNEI BISOGNIN
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

Protocolo 139444/2026

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 864, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 13.433, de 23 de abril de 2026, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022,

Considerando o conteúdo do protocolo n° 26.524.961-2,

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar a Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental-DLAM nº 273388 , protocolo nº 19.618.693-0 , em nome de DOLEVINO ESTEVAO NETO, CPF XXX.185.059-XX , município de Corbélia/PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)
JOSÉ VOLNEI BISOGNIN
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

Protocolo 139455/2026

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 867, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 13.433, de 23 de abril de 2026, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022,

Considerando o conteúdo do protocolo n° 26.536.071-8,

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar a Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental-DLAM nº 282694, protocolo nº 19.618.693-0, em nome de PAULO ROQUE, CPF XXX.698.819-XX , município de Nova Aurora/PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)
JOSÉ VOLNEI BISOGNIN
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

Protocolo 139462/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 871, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 13.433, de 23 de abril de 2026, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022,

Considerando o conteúdo do protocolo n° 26.653.627-5,

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar a Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental-DLAM nº 320554, protocolo nº 22.123.480, em nome de NEUSA LUIZA DIA, CPF XXX.641.079-XX, município de Cafelândia/PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)
JOSÉ VOLNEI BISOGNIN
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

Protocolo 139466/2026

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 869, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 13.433, de 23 de abril de 2026, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022,

Considerando o conteúdo do protocolo n° 26.582.663-6,

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar a Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental-DLAM nº 332686, protocolo nº 22.859.497-0, em nome de DIRCEU CASAROTTO, CPF XXX.098.819-XX, município de Corbélia/PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)
JOSÉ VOLNEI BISOGNIN
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

Protocolo 139476/2026

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 870, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 13.433, de 23 de abril de 2026, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022,

Considerando o conteúdo do protocolo n° 26.618.737-8,

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar a Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental-DLAM nº 182372, protocolo nº 16.620.407-0, em nome de ITALO RAFAEL SIRICO, CPF XXX.528.293-XX, município de Formosa do Oestge/PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)
JOSÉ VOLNEI BISOGNIN
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

Protocolo 139482/2026

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 868, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 13.433, de 23 de abril de 2026, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022,

Considerando o conteúdo do protocolo n° 26.555.880-1,

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar a Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental-DLAM nº 275192, protocolo nº 19.261.322-1, em nome de EDERSON ZAPAROLLI, CPF XXX.093.939-XX, município de Corbélia/PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)
JOSÉ VOLNEI BISOGNIN
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

Protocolo 139487/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **MAYCON ERVINO SIVERES**, a **Licença Ambiental Simplificada de Ampliação - LAS-A** nº **388004** com validade até **14/10/2028**, para **Agropecuária - Suinocultura** a ser implantada na **Lote Rural 202/203.A, Dez de Maio, s/n** no município de **Toledo**/PR.

Protocolo 139212/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **MUNICIPIO DE LIDIANOPOLIS**, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº **388051** com validade até **14/10/2030**, para **Imobiliário - Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social** a ser implantada na **PROLONGAMENTO DA RUA NOSSA SENHORA APARECIDA, S/N** no município de **Lidianópolis**/PR.

Protocolo 139216/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL**, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº **388076** com validade até **14/10/2036**, para **Imobiliário - Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social** a ser implantada na **Rua Araucária, sn** no município de **Diamante do Sul**/PR.

Protocolo 139220/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **JOVENILDO JOSE DE CARVALHO**, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº **388111** com validade até **14/10/2031**, para **Industrial - Ind. da madeira** a ser implantada na **LOTE RURAL B-2/B-4, DA GLEBA N°15 DA COLONIA SERRA DOS DOURADOS, S/N** no município de **Ivaté**/PR.

Protocolo 139230/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **MARILAR PARAISO ECOLOGICO LTDA**, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº **388129** com validade até **14/10/2032**, para **Agropecuária - Aquicultura** a ser implantada na **LINHA AGUAS TERMAIS, SN** no município de **Sulina**/PR.

Protocolo 139234/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **NEOM PARTICIPACOES LTDA**, a Licença de Instalação - LI nº **388096** com validade até **14/10/2029**, para **Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores** a ser implantada na **Rua Marechal Hermes, 569** no município de **São José dos Pinhais**/PR.

Protocolo 139224/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **FEMIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA**, a Licença de Instalação - LI nº **388160** com validade até **14/10/2028**, para **Industrial - Ind. da madeira** a ser implantada na **Lote 19 e 21-A - Gleba Primavera, sn** no município de **Ibiporã**/PR.

Protocolo 139242/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **ELIZEU ROCHA DE CARVALHO ME**, a Licença de Operação - LO nº **37494** com validade até **13/10/2031**, para **Explotação e beneficiamento** instalada na **Sítio São José** no município de **Tomazina**/PR.

Protocolo 138803/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **IRACELIS DE LIMA CAMPOS E CIA LTDA - ME**, a Licença de Operação - LO nº **387758** com validade até **14/10/2029**, para **Comércio e Serviço - Lavanderia** instalada na **SITIO COTIA, SN** no município de **Rancho Alegre**/PR.

Protocolo 139210/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **AGROSILO PARANA LTDA**, a Licença de Operação - LO nº **242470** com validade até **17/06/2027**, para **Industrial - Alimentos** instalada na **Rua José Dias Bicaio, Lote nº 13-D-1-B/2-A, 1308** no município de **Umuarama**/PR.

Protocolo 139231/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **INOVA 100 COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA**, a Licença de Operação - LO nº **388142** com validade até **14/10/2030**, para **Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins** instalada na **Avenida Itamarati, 1546** no município de **Rolândia**/PR.

Protocolo 139236/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **FORMA E DESING LTDA**, a Licença de Operação - LO nº **388176** com validade até **14/10/2028**, para **Industrial - Ind. metalúrgica** instalada na **Rua Nestor Pereira Habkost, 160** no município de **Araucária**/PR.

Protocolo 139245/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **INDUSTRIA QUIMICA GUERRA LTDA**, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº **385100** com validade até **04/09/2030**, para **Industrial - Ind. química** instalada na **Rod Pr - 493, km 03, Rua Via do Conhecimento, 3700** no município de **Pato Branco**/PR.

Protocolo 139205/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **TLOG TRANSPORTES S.A**, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº **332433** com validade até **07/10/2030**, para **Comércio e Serviço - Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes** instalada na **Avenida Renault, 1305** no município de **São José dos Pinhais**/PR.

Protocolo 139235/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **POLESELLO INDUSTRIA QUIMICA LTDA**, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº **315950** com validade até **14/10/2028**, para **Industrial - Ind. química** instalada na **Rodovia PR-423, S/Nº** no município de **Campo Largo**/PR.

Protocolo 139246/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **AUTO POSTO REZENDE II LTDA**, a Licença de Operação de Regularização - LOR nº **387823** com validade até **14/10/2028**, para **Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores** instalada na **AVENIDA WALTER GUIMARAES DA COSTA, 41** no município de **Nova Santa Bárbara**/PR.

Protocolo 139211/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **FRIGODASKO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARNES LTDA**, a Licença de Operação de Regularização - LOR nº **384725** com validade até **14/10/2036**, para **Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas** instalada na **Estrada Velha para Guarapuava, 0** no município de **Pitanga**/PR.

Protocolo 139206/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **FRIGODASKO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARNES LTDA**, a Licença de Operação de Regularização - LOR nº **384726** com validade até **14/10/2036**, para **Industrial - Alimentos** instalada na **Estrada Velha para Guarapuava, 0** no município de **Pitanga**/PR.

Protocolo 139207/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **JOÃO GOMES PEREIRA**, a Licença de Operação de Regularização - LOR nº **388072** com validade até **14/10/2036**, para **Industrial - Alimentos** instalada na **ESTRADA OPALINA, 17-A** no município de **Cianorte**/PR.

Protocolo 139219/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **DICO AR CONDICIONADO E ACESSORIOS LTDA**, a Licença de Operação de Regularização - LOR nº **388091** com validade até **14/10/2028**, para **Comércio e Serviço - Comércio, manutenção e reparo de veículos automotores, peças e acessórios** instalada na **Rua Hermes R da Fonseca, 1352** no município de **Cascavel**/PR.

Protocolo 139222/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **FERTI SOLO INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA**, a Licença de Operação de Regularização - LOR nº **388144** com validade até **14/10/2028**, para **Industrial - Ind. química** instalada na **LOTE RURAL Nº244.B/244.C.2, SN** no município de **Toledo**/PR.

Protocolo 139237/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **A1 ASSETS INC BRAZIL LTDA**, a Licença de Operação de Regularização - LOR nº **388156** com validade até **14/10/2028**, para **Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Unidade de gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes** instalada na **Rodovia BR 116, S/N** no município de **Mandirituba**/PR.

Protocolo 139240/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **GERMOJESCHI MATERIAIS FERROSOS E NAO FERROSOS LTDA**, a Licença de Operação de Regularização - LOR nº **388157** com validade até **14/10/2028**, para **Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Unidade de gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes** instalada na **Rua Almerinda Silveira Coelho, 861** no município de **Maringá**/PR.

Protocolo 139241/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **YOLANDA MARIA GRANDIZOLI**, a Licença Prévia - LP nº **388092** com validade até **14/10/2028**, para **Imobiliário - Parcelamento de solo** a ser implantada na **RUA PURÚS, LOTE Nº 275-A, -** no município de **Nova Esperança**/PR.

Protocolo 139223/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **ELIO JOSÉ CARNEIRO**, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº **388121** com validade até **14/10/2028**, para **Agropecuária - Suinocultura** a ser implantada na **LINHA CRUZ ALTA, S/N** no município de **Três Barras do Paraná**/PR.

Protocolo 139232/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **CAETANO DAGA**, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº **388196** com validade até **14/10/2028**, para **Agropecuária - Avicultura** a ser implantada na **SEDE ALVORADA, 0000** no município de **Cascavel**/PR.

Protocolo 139247/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **Criadouro Comercial Bosque das Aves (Amarildo Galeski)**, a Licença Prévia - LP nº **43995** com validade até **13/10/2028**, para **Criadouro comercial** a ser implantada na **RUA LEANDRO A. KRULINOWSKI, N° 609, KM 610 BR 277** no município de **Santa Tereza do Oeste**/PR.

Protocolo 138799/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **PFD LOTEAMENTOS E INCORPORAÇÕES LTDA**, a Licença Prévia - LP nº **388036** com validade até **14/10/2031**, para **Imobiliário - Parcelamento de solo** a ser implantada na **Rua Maria Luiza Saraiva, S/N** no município de **Cascavel**/PR.

Protocolo 139214/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **POSTO BIG AURORA LTDA**, a Licença Prévia - LP nº **388053** com validade até **14/10/2028**, para **Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores** a ser implantada na **Rua Luiz Mantovani, 1060** no município de **Cascavel**/PR.

Protocolo 139217/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **PRODUCERTA COMERCIO DE MADEIRAS E DERIVADOS LTDA**, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº **384743** com validade até **14/10/2031**, para **Industrial - Ind. da madeira** a ser implantada na **Área Rural, 0** no município de **Pitanga**/PR.

Protocolo 139208/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **CERÂMICA CIDADE NOVA LTDA**, a Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR nº **388041** com validade até **14/10/2028**, para **Industrial - Industrias diversas** instalada na **ESTRADA DO SALTO, S/N** no município de **Sapopema**/PR.

Protocolo 139215/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **METALÚRGICA E ENGENHARIA SKVIRA**, a Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR nº **388058** com validade até **14/10/2030**, para **Industrial - Ind. metalúrgica** instalada na **Rua Visconde de Guarapuava, 620** no município de **Cascavel**/PR.

Protocolo 139218/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **RESIDENCE ESTOFADOS LTDA**, a Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR nº **388163** com validade até **14/10/2028**, para **Industrial - Ind. da madeira** instalada na **Rua Almerinda Silveira Coelho, 6713** no município de **Maringá**/PR.

Protocolo 139243/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **JOSE VITOR MATTE**, a Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR nº **388106** com validade até **14/10/2028**, para **Agropecuária - Aquicultura** instalada na **LR 223, 16° PERIMETRO DA FAZENDA BRITANIA, SN** no município de **Nova Santa Rosa**/PR.

Protocolo 139228/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **NOVO CICLO TERRAPLENAGEM LTDA**, a Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR nº **388155** com validade até **14/10/2028**, para **Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos** instalada na **Rua Santo Onofre, 481** no município de **Cascavel**/PR.

Protocolo 139239/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **AGENCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANA - AMEP**, a Autorização Ambiental - AA nº **65489** com validade até **14/10/2028**, para **Implantação de sistemas de melhorias** a ser implantada na no município de **Pinhais**/PR.

Protocolo 138797/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **ARENA CONCRETO LTDA**, a Autorização Ambiental - AA nº **65468** com validade até **13/10/2028**, para **Usinas de produção de concreto** a ser implantada na **Rodovia BR 376, Km 435, s/nº , Fazenda São Judas Tadeu** no município de **Tibagi**/PR.

Protocolo 138798/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **JOSENIL DE JESUS PUPO MARTINS**, a Autorização Ambiental - AA nº **65470** com validade até **13/10/2028**, para **Eletrificação rural** a ser implantada na **RECANTO SAO FRANCISCO** no município de **Tibagi**/PR.

Protocolo 138800/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **EDIMAR ALEXANDRE RAFAELI**, a Autorização Ambiental - AA nº **65482** com validade até **13/10/2027**, para **Implantação de sistemas de melhorias** a ser implantada na **ESTRADA CERRO DA LOLA para KM 41- KM 8, S/N - DEZ DE MAIO** no município de **Toledo**/PR.

Protocolo 138804/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **LUIS DANIEL PASA**, a Autorização Ambiental - AA nº **65483** com validade até **13/10/2027**, para **Implantação de sistemas de melhorias** a ser implantada na **LOTE RURAL Nº 98, LINHA GOLONDRINA** no município de **Entre Rios do Oeste**/PR.

Protocolo 138805/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **TARCÍSIO AFONSO GOERCK**, a Autorização Ambiental - AA nº **65487** com validade até **13/10/2027**, para **Implantação de sistemas de melhorias** a ser implantada na **LOTE RURAL Nº 119 - LINHA SÃO JOSÉ** no município de **Quatro Pontes**/PR.

Protocolo 138806/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **ILDO GILMAR VOLKWEIS**, a Autorização Ambiental - AA nº **65488** com validade até **13/10/2027**, para **Implantação de sistemas de melhorias** a ser implantada na **LINHA SÃO JOÃO - DOIS IRMÃOS, S/N** no município de **Toledo**/PR.

Protocolo 138807/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **RODRIGO MARLON DREWS**, a Autorização Ambiental - AA nº **65464** com validade até **13/10/2027**, para **Implantação de sistemas de melhorias** a ser implantada na **CHÁCARA N°12 - LINHA KM 09** no município de **Pato Bragado**/PR.

Protocolo 138808/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **ALTAIR VANZZO**, a Autorização Ambiental - AA nº **65465** com validade até **13/10/2027**, para **Implantação de sistemas de melhorias** a ser implantada na **ÁREA RURAL DE VILA IPIRANGA, S/N** no município de **Toledo**/PR.

Protocolo 138809/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **MILTON SIPP**, a Autorização Ambiental - AA nº **65466** com validade até **13/10/2027**, para **Implantação de sistemas de melhorias** a ser implantada na **LOTE RURAL Nº 114B/C, DO 45º PERÍMETRO, S/N - VISTA ALEGRE** no município de **Entre Rios do Oeste**/PR.

Protocolo 138810/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **MARINES BISCOLI COVATTI**, a Autorização Ambiental - AA nº **65467** com validade até **13/10/2027**, para **Implantação de sistemas de melhorias** a ser implantada na **LINHA TAPUI, S/N COLÔNIA SÃO FRANCISCO** no município de **Toledo**/PR.

Protocolo 138811/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **ATALÍCIO SIPP**, a Autorização Ambiental - AA nº **65486** com validade até **13/10/2027**, para **Implantação de sistemas de melhorias** a ser implantada na **LOTE RURAL Nº 114 - DISTRITO DE VISTA ALEGRE** no município de **Entre Rios do Oeste**/PR.

Protocolo 138812/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **AFONSO KOCK**, a Autorização Ambiental - AA nº **65485** com validade até **13/10/2027**, para **Implantação de sistemas de melhorias** a ser implantada na **LOTE RURAL Nº 163 - LINHA SÃO MARCOS** no município de **Marechal Cândido Rondon**/PR.

Protocolo 138813/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **CARLOS ALBERTO VOLKWEIS**, a Autorização Ambiental - AA nº **65469** com validade até **13/10/2027**, para **Implantação de sistemas de melhorias** a ser implantada na **LOTE RURAL Nº 9-A - LINHA SÃO JOÃO** no município de **Toledo**/PR.

Protocolo 138814/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **MARCIO AURI GIESELER**, a Autorização Ambiental - AA nº **65471** com validade até **13/10/2027**, para **Implantação de sistemas de melhorias** a ser implantada na **LOTE RURAL Nº 89 - LINHA CHAPECO, S/N** no município de **Maripá**/PR.

Protocolo 138815/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **EDITE SCHELINDWEIN**, a Autorização Ambiental - AA nº **65472** com validade até **13/10/2027**, para **Implantação de sistemas de melhorias** a ser implantada na **LINHA GUAÇU, S/N** no município de **Toledo**/PR.

Protocolo 138816/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **DARCI LUIZ HOCHSCHEIDT**, a Autorização Ambiental - AA nº **65477** com validade até **13/10/2027**, para **Implantação de sistemas de melhorias** a ser implantada na **LINHA MARRECO** no município de **Toledo**/PR.

Protocolo 138821/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **DAYANE DOS SANTOS MENDES NASCIMENTO**, a Autorização Ambiental - AA nº **65473** com validade até **13/10/2027**, para **Implantação de sistemas de melhorias** a ser implantada na **LOTE RURAL N° 227.A.2** no município de **Toledo**/PR.

Protocolo 138817/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **ROQUE CRISTOFERI**, a Autorização Ambiental - AA nº **65474** com validade até **13/10/2027**, para **Implantação de sistemas de melhorias** a ser implantada na **LINHA HARMONIA - PÉROLA INDEPENDENTE** no município de **Maripá**/PR.

Protocolo 138818/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **MARIO SCHONS**, a Autorização Ambiental - AA nº **65475** com validade até **13/10/2027**, para **Implantação de sistemas de melhorias** a ser implantada na **LINHA 14 DE DEZEMBRO - DEZ DE MAIO** no município de **Toledo**/PR.

Protocolo 138819/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **GILBERTO LUIS SPECHT**, a Autorização Ambiental - AA nº **65476** com validade até **13/10/2027**, para **Implantação de sistemas de melhorias** a ser implantada na **ESTRADA P/ VISTA ALEGRE KM 3** no município de **Entre Rios do Oeste**/PR.

Protocolo 138820/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **NELDO SCHMIDT**, a Autorização Ambiental - AA nº **65478** com validade até **13/10/2027**, para **Implantação de sistemas de melhorias** a ser implantada na **RUA JOSÉ BONIFÁCIO - DIST. NOVO TRÊS PASSOS** no município de **Marechal Cândido Rondon**/PR.

Protocolo 138822/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **VALDI TRENKEL**, a Autorização Ambiental - AA nº **65479** com validade até **13/10/2027**, para **Implantação de sistemas de melhorias** a ser implantada na **LINHA ARAPONGAS, S/N - DISTRITO DE NOVO SARANDI** no município de **Toledo**/PR.

Protocolo 138823/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **ELIANE TERRA**, a Autorização Ambiental - AA nº **65480** com validade até **13/10/2027**, para **Implantação de sistemas de melhorias** a ser implantada na **LOTE RURAL 43-B, VILA NOVA** no município de **Toledo**/PR.

Protocolo 138825/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **ADEMAR WEISS**, a Autorização Ambiental - AA nº **65481** com validade até **13/10/2027**, para **Implantação de sistemas de melhorias** a ser implantada na **LOTE RURAL Nº 69, PARTE SUDOESTE DO LR Nº 71 - NOVA SARANDI** no município de **Toledo**/PR.

Protocolo 138826/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **CLAIR PRASS**, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº **388017-R1** com validade até **14/10/2029**, para **Agropecuária - Aquicultura** a ser implantada na **Lote Rural nº24, 24/A/B, 25/A/B,025/B, s/n** no município de **Marechal Cândido Rondon**/PR.

Protocolo 139213/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **B.C.COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.**, a Autorização Ambiental - AA nº **65484** com validade até **13/10/2027**, para **Posto de abastecimento de combustíveis e lavagem de veículos** a ser implantada na no município de **Santo Antônio da Platina**/PR.

Protocolo 138827/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **RICARDO ALBERTO BOUWMAN**, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº **388126-R1** com validade até **14/10/2030**, para **Agropecuária - Suinocultura** a ser implantada na **Fazenda do Sol, s/n** no município de **Tibagi**/PR.

Protocolo 139233/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **EXTRACAO E BRITAGEM MOVEL DE SAIBRO - MINA OURO VERDE**, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº **20153** com validade até **13/10/2030**, para **Explotação** instalada na **ESTRADA MUNICIPAL OURO VERDE, KM 01, N 01** no município de **Sengés**/PR.

Protocolo 138795/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR**, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº **25397** com validade até **13/10/2032**, para **Estação de tratamento de esgoto sanitário - ETE** instalada na **ETE NORTE - PRÓXIMO A AVENIDA DAS MARITACAS** no município de **Londrina**/PR.

Protocolo 138796/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **J. RUBENS BENICIO E CIA LTDA**, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº **28956** com validade até **13/10/2030**, para **Explotação** instalada na **Localidade de Lavras** no município de **Tibagi**/PR.

Protocolo 138801/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **EXCOPAR EXTRAÇÃO COM. DE PEDRAS E AREIA LTDA**, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº **30842** com validade até **13/10/2030**, para **Explotação** instalada na **Faz. Conceição** no município de **Tibagi**/PR.

Protocolo 138802/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **ALPQ COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA**, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº **388088-R2** com validade até **14/10/2032**, para **Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores** instalada na **Av. Brasil, 1412** no município de **Alto Piquiri**/PR.

Protocolo 139221/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SAO ROQUE**, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº **387023-R3** com validade até **14/10/2030**, para **Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Unidade de gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes** instalada na **estrada rural, 0** no município de **Boa Ventura de São Roque**/PR.

Protocolo 139209/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL**, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº **267173-R3** com validade até **06/04/2028**, para **Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins** instalada na **Avenida Prefeito Sincler Sambatti, 904** no município de **Maringá**/PR.

Protocolo 139225/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **GLOBO COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA**, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº **383949-R3** com validade até **25/08/2031**, para **Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores** instalada na **Avenida Maranhão, 91** no município de **Cianorte**/PR.

Protocolo 139229/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **LEÃO ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA**, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº **388164-R3** com validade até **14/10/2030**, para **Industrial - Bebidas** instalada na **Avenida Francisco Ferreira da Cruz, 232** no município de **Fazenda Rio Grande**/PR.

Protocolo 139244/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **JONATAS NEVES MEDINA**, a Renovação da Licença por Adesão e Compromisso - RLAC nº **388102** com validade até **14/10/2031**, para **Agropecuária - Avicultura** instalada na **ESTRADA AGUA BOA LOTE n292 - GLEBA PATRIMONIO CAPELINHA, SN** no município de **Nova Esperança**/PR.

Protocolo 139226/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **HELIO RICHTER**, a Renovação da Licença por Adesão e Compromisso - RLAC nº **388104** com validade até **14/10/2031**, para **Agropecuária - Suinocultura** instalada na **Parte do Lote Rural, 31** no município de **Medianeira**/PR.

Protocolo 139227/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à **GEON AGRO FERTILIZANTES LTDA**, a Renovação da Licença por Adesão e Compromisso - RLAC nº **388154** com validade até **14/10/2031**, para **Industrial - Ind. química** instalada na **Avenida Perimetral leste, 6395** no município de **Foz do Iguaçu**/PR.

Protocolo 139238/2026

Secretaria da Educação

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEED
INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA N.º 2/2026 - DG/DEDUC/SEED

Estabelece critérios, procedimentos e diretrizes pedagógicas e administrativas para a realização da primeira entrega da Avaliação Somativa da Avaliação Especial de Desempenho (AED) do Estágio Probatório dos professores do Quadro Próprio do Magistério (QPM) da Secretaria de Estado da Educação do Paraná e revoga a Instrução Normativa Conjunta n.º 4/2025 - DG/DEDUC/SEED.

O **Diretor-Geral** e o **Diretor de Educação da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o art. 41, § 4.º, da Constituição Federal, e considerando:
- a Lei Federal n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

- a Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- a Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970;
- a Lei Complementar n.º 103, de 15 de março de 2004;
- o Decreto n.º 3.149, de 16 de junho de 2004;
- a Resolução SEED n.º 3.678, de 20 de junho de 2023;
- a Resolução SEED n.º 3.037, de 27 de maio de 2024, que institui a Avaliação Especial de Desempenho dos professores do Quadro Próprio do Magistério (QPM) em Estágio Probatório;
- a necessidade de estabelecer critérios e procedimentos para a realização da primeira entrega da Avaliação Somativa da Avaliação Especial de Desempenho (AED);
- as diretrizes pedagógicas e administrativas destinadas aos professores do Quadro Próprio do Magistério (QPM) em estágio probatório;
- o contido no Protocolado n.º 26.588.248-0,

RESOLVEM:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DOS OBJETIVOS

1.1 Esta Instrução Normativa estabelece os critérios, os procedimentos e as diretrizes pedagógicas e administrativas para a realização da primeira entrega da Avaliação Somativa, componente essencial da Avaliação Especial de Desempenho (AED), a ser aplicada aos servidores integrantes do Quadro Próprio do Magistério (QPM) da rede estadual de ensino do Paraná, e aos professores em exercício nas escolas especializadas que possuem termo de colaboração com a Secretaria Estadual de Educação, referente ao décimo oitavo mês de efetivo exercício no estágio probatório.

1.2 A primeira entrega da Avaliação Somativa da Avaliação Especial de Desempenho (AED) do estágio probatório ficará sob responsabilidade da Coordenação de Avaliação Funcional (CAF), vinculada ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (NRHS/SEED), competindo-lhe a orientação técnica, o acompanhamento e a sistematização dos procedimentos avaliativos previstos nesta Instrução Normativa.
1.2.1 As orientações, critérios e procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa foram sistematizados pela Coordenação de Avaliação Funcional (CAF), em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes institucionais da Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

1.3 As modalidades de atuação dos professores em estágio probatório, para fins da Avaliação Especial de Desempenho (AED), estão organizadas da seguinte forma:
1.3.1 **modalidade Docente:** professores em estágio probatório que atuam como docentes nas instituições da rede pública de ensino do Paraná e aos professores em exercício nas escolas especializadas que possuem termo de colaboração com a Secretaria Estadual de Educação, correspondente ao Anexo I desta Instrução Normativa.
1.3.2 **modalidade Equipe Gestora:** professores em estágio probatório que atuam na equipe gestora das instituições da rede pública de ensino do Paraná, e aos professores em exercício nas escolas especializadas que possuem termo de colaboração com a Secretaria Estadual de Educação, correspondente ao Anexo II desta Instrução Normativa.
1.3.3 **modalidade Equipe Técnica:** professores em estágio probatório que atuam nas equipes técnicas dos Núcleos Regionais de Educação, na Secretaria de Estado da Educação ou nas unidades a ela vinculadas, correspondente ao Anexo III desta Instrução Normativa.
1.3.4 Os documentos anexos a esta Instrução Normativa, correspondentes a cada modalidade de atuação, contemplam o documento intitulado "Orientações Oficiais para Professores em Estágio Probatório", que contém as orientações detalhadas para a elaboração e o envio dos instrumentos avaliativos, bem como as respectivas Rubricas Avaliativas.

1.4 O processo de Avaliação Especial de Desempenho (AED) fundamenta-se nas Matrizes de Referência constantes no Anexo da Resolução n.º 3.037/2024 - GS/SEED, cujos elementos descrevem a prática pedagógica e as atribuições específicas do cargo ocupado pelo professor em estágio probatório.
1.4.1 As referidas matrizes têm por finalidade conferir transparência e segurança ao processo, indicando as competências e as habilidades essenciais a serem aferidas, orientar o alinhamento da análise por meio de Rubricas Avaliativas, bem como dos conteúdos voltados ao desenvolvimento profissional do professor em estágio probatório.
1.5 A primeira entrega da Avaliação Somativa constitui etapa obrigatória da Avaliação Especial de Desempenho (AED) e tem por finalidade avaliar o desenvolvimento das habilidades profissionais e das competências técnicas e pedagógicas do professor em estágio probatório, cujos resultados integrarão a avaliação final, em conjunto com os demais componentes da AED.
1.5.1 O resultado da primeira entrega da avaliação somativa não possui caráter eliminatório autônomo nem implica exoneração automática do professor, preservadas as disposições previstas no art. 6.º, § 4.º, da Resolução nº 3.037/2024 - GS/SEED e suas alterações.

1.6 A avaliação terá caráter voltado ao desenvolvimento profissional, com o objetivo de incentivar a reflexão e a melhoria constante da prática docente.
1.6.1 Simultaneamente, a avaliação terá função somativa para fundamentar a decisão final sobre a estabilidade no cargo.
1.6.2 Todo o processo da AED é organizado para garantir critérios objetivos, alinhamento da análise aos critérios estabelecidos nas Rubricas Avaliativas, transparência e segurança jurídica para o professor em estágio probatório.

2. DOS INSTRUMENTOS AVALIATIVOS: DA ESTRUTURA E DA FORMA DE ENVIO

2.1 A primeira entrega da Avaliação Somativa será composta por três instrumentos avaliativos, os quais deverão ser submetidos simultaneamente por meio da Plataforma Digital do Estágio Probatório, disponibilizada pela Secretaria de Estado da Educação:
a) portfólio;
b) registro em vídeo;
c) autoavaliação.

2.2 O acesso à Plataforma Digital do Estágio Probatório, disponível no endereço eletrônico https://avaliacaoemonitoramentoparana.caeddigital.net/, deverá ser realizado mediante a utilização obrigatória e intransferível do e-mail institucional do professor em estágio probatório, vinculado ao domínio @escola ou outro domínio oficial fornecido pela SEED, sendo vedada a utilização de e-mails pessoais ou de terceiros.

2.3 O uso das credenciais institucionais implica a responsabilidade direta e integral do professor em estágio probatório quanto à autenticidade, à autoria e à integridade das informações e dos documentos submetidos.
2.3.1 O envio dos instrumentos avaliativos por meio diverso do estabelecido nesta Instrução não será objeto de análise e impossibilitará o reconhecimento da entrega.
2.3.2 A ausência de qualquer um dos instrumentos previstos para a primeira entrega ou sua apresentação em desacordo com os requisitos estabelecidos nesta Instrução Normativa, de modo a inviabilizar sua análise, acarretará a atribuição de nota zero ao respectivo instrumento, com perda integral da pontuação a ele correspondente, sem prejuízo da avaliação dos demais instrumentos.
2.3.3 Após clicar na opção "enviar definitivamente" da Plataforma Digital do Estágio Probatório, não será possível a substituição, a edição ou o acréscimo de documentos ou arquivos de vídeo.

3. MODALIDADES DE ATUAÇÃO DOS PROFESSORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

3.1 A Avaliação Especial de Desempenho (AED) do professor em estágio probatório será realizada considerando as especificidades de sua atuação, organizadas nas seguintes modalidades:
3.2 MODALIDADE DOCENTE

3.2.1 Fazem parte desta modalidade os professores em estágio probatório que atuam como docentes nas instituições da rede de ensino do estado do Paraná, e aos professores em exercício nas escolas especializadas que possuem termo de colaboração com a Secretaria Estadual de Educação.
3.2.2 O objetivo geral da modalidade Docente na Avaliação Especial de Desempenho (AED) consiste em avaliar o desenvolvimento pedagógico do professor em estágio probatório por meio do planejamento, da implementação e do registro de ações docentes integradas, fundamentadas no material do RCO+Aulas e em técnicas ou estratégias de gestão de sala de aula voltadas ao atendimento das necessidades de aprendizagem e no uso de estratégias de ensino articuladas às ferramentas educacionais digitais.
3.2.2.1 Para os docentes das escolas especializadas, o objetivo geral da modalidade Docente na Avaliação Especial de Desempenho (AED) consiste em avaliar o desenvolvimento pedagógico do professor em estágio probatório por meio do planejamento, da implementação e do registro de ações docentes integradas, fundamentadas na Proposta Pedagógica Curricular e em técnicas ou estratégias de gestão de sala de aula voltadas ao atendimento das necessidades de aprendizagem e no uso de estratégias de ensino articuladas às ferramentas educacionais digitais.
3.2.3 O docente em estágio probatório deverá pautar sua atuação pela legislação vigente e pelos documentos norteadores da rede de ensino do estado do Paraná, observando rigorosamente as Matrizes de Referência, as Rubricas Avaliativas e a Orientação Oficial para Professores em Estágio Probatório para a concepção e implementação de sua prática pedagógica.
3.2.4 As Matrizes de Referência para a avaliação da modalidade Docente fundamentam-se nas habilidades constantes no Anexo da Resolução nº 3.037/2024 - GS/SEED, e, para fins desta primeira entrega, compreendem as seguintes referências:
I - referência Docente 1: lecionar aulas, em consonância com o currículo estadual e com os materiais de apoio ofertados, as características e as necessidades de aprendizagem dos estudantes;
II - referência Docente 2: implementar técnicas de gestão de sala de aula para gerar um ambiente mais propício à aprendizagem dos estudantes;
III - referência Docente 3: utilizar diferentes estratégias de ensino para contemplar diferentes formas de ensinar e de aprender;
IV - referência Docente 4: utilizar as ferramentas educacionais e os programas de educação digital para intensificar as aprendizagens dos estudantes.
3.2.4.1 Para fins da primeira entrega, deverão ser contempladas todas as referências previstas neste artigo, sendo as referências dos incisos I e II desenvolvidas na Prática Pedagógica 1 e as referências dos incisos III e IV desenvolvidas na Prática Pedagógica 2.

3.2.5 INSTRUMENTOS AVALIATIVOS DA MODALIDADE DOCENTE E SUAS ESPECIFICIDADES

3.2.5.1 A formalização das práticas pedagógicas de que trata esta Instrução

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Normativa dar-se-á por meio dos seguintes instrumentos avaliativos: portfólio, registro em vídeo e autoavaliação.
3.2.5.2 A primeira entrega da modalidade Docente será organizada na Plataforma Digital do Estágio Probatório https://avaliacaoemonitoramentoparana.caeddigital.net/, nos seguintes campos:
a) **dados gerais:** preenchimento das informações de identificação do docente;
b) **portfólio - Prática Pedagógica 1:** preenchimento do contexto, do relato e das evidências da implementação;
c) **registro em vídeo - Prática Pedagógica 1:** envio do vídeo que comprove a implementação da aula descrita no portfólio da Prática Pedagógica 1;
d) **portfólio - Prática Pedagógica 2:** preenchimento do contexto, do relato e das evidências da implementação;
e) **autoavaliação:** preenchimento das respostas às questões propostas e atribuição de nota à própria atuação, com base na reflexão sobre as práticas desenvolvidas.
3.2.5.2.1 O portfólio será composto pelas Práticas Pedagógicas 1 e 2, correspondentes às alíneas "b" e "d" do subitem 3.2.5.2.
3.2.5.3 As Práticas Pedagógicas serão avaliadas mediante Rubricas Avaliativas específicas, compostas por indicadores que têm por finalidade estabelecer critérios para assegurar a objetividade, a precisão, a isonomia e a uniformidade no processo de correção, garantindo a fidedignidade dos resultados.
3.2.5.3.1 O desempenho docente será identificado de acordo com os seguintes níveis de atuação: inicial, básica, efetiva e avançada.
3.2.5.3.2 A primeira entrega terá pontuação máxima de 100 (cem) pontos, distribuídos entre os instrumentos avaliativos da seguinte forma:
a) até 45 (quarenta e cinco) pontos para o portfólio, sendo até 23 (vinte e três) pontos para a Prática Pedagógica 1 e até 22 (vinte e dois) pontos para a Prática Pedagógica 2;
b) até 45 (quarenta e cinco) pontos para o registro em vídeo da Prática Pedagógica 1;
c) até 10 (dez) pontos para a autoavaliação.
3.2.5.3.3 Os critérios detalhados e os valores atribuídos a cada nível de atuação constam no Anexo I desta Instrução Normativa.
3.2.6 O portfólio da Prática Pedagógica 1, enquanto instrumento descritivo e documental, destina-se a apresentar, relatar e registrar o processo de implementação da ação docente, contemplando os seguintes indicadores:
a) **coerência das evidências:** capacidade do docente de articular as seções da Prática Pedagógica (contexto, relato e evidências), demonstrando coerência entre o planejamento (com base no uso do RCO+Aulas) e a aplicação da prática (técnica ou estratégia de gestão de sala de aula);
b) **currículo estadual e gestão de sala de aula:** capacidade do docente de planejar e desenvolver uma aula a partir do material do RCO+Aulas, aplicando a técnica ou estratégia de gestão de sala de aula alinhada aos objetivos e às características da turma, de modo a gerar resultados mensuráveis.
3.2.7 O registro em vídeo da Prática Pedagógica 1, enquanto instrumento de natureza prática e visual, destina-se a demonstrar a interação entre professor e estudantes, considerando os seguintes indicadores:
a) **avaliação de contexto**: capacidade do docente de considerar o contexto da turma durante a condução da aula, para adequar a sua mediação pedagógica às características dos estudantes e às necessidades de aprendizagem evidenciadas no desenvolvimento da prática;
b) **mediação didática da aula:** capacidade do docente de conduzir a aula utilizando o RCO+Aulas como base, ou no caso de escolas especializadas na Proposta Pedagógica Curricular, aplicando técnica ou estratégia de gestão de sala de aula, alinhada aos objetivos da aula, adequada às características da turma e às necessidades de aprendizagem dos estudantes;
c) **condução da aprendizagem e protagonismo estudantil:** capacidade do docente de conduzir a Prática Pedagógica de modo articulado ao planejamento, promovendo situações de aprendizagem que contribuam para o desenvolvimento das habilidades previstas e favoreçam a participação ativa, a construção de argumentos e o protagonismo dos estudantes.
3.2.8 O portfólio da Prática Pedagógica 2, enquanto instrumento descritivo e documental, destina-se a registrar o processo da implementação da ação docente, composta pelos seguintes indicadores:
a) **coerência das evidências:** capacidade do docente de articular as seções da Prática Pedagógica (contexto, relato e evidências), demonstrando coerência entre o planejamento e a aplicação da prática;
b) **estratégias de ensino e ferramentas de educação digital:** capacidade do docente de utilizar estratégias de ensino articuladas ao uso de ferramenta educacional digital, com intencionalidade pedagógica, considerando os objetivos da aula, as características da turma e as necessidades de aprendizagem dos estudantes, de modo a gerar resultados mensuráveis.
3.2.9 A autoavaliação, instrumento de natureza reflexiva, destina-se a promover a reflexão do docente em estágio probatório sobre o desenvolvimento de sua prática docente, integrando o conjunto avaliativo da primeira entrega.
3.2.9.1 Para a efetivação deste instrumento, o docente deverá realizar uma reflexão sobre sua prática docente e assinalar, na Plataforma Digital do Estágio Probatório, o item que melhor representa sua atuação em relação a cada um dos indicadores que compõem as rubricas avaliativas.
3.2.9.2 A autoavaliação consiste na escolha de pontuação de um (1) a dez (10) pelo docente, sendo considerada válida a pontuação por ele atribuída na Plataforma Digital do Estágio Probatório, isenta de aplicação de critérios por Rubricas Avaliativas.

3.3 MODALIDADE EQUIPE GESTORA

3.3.1 Fazem parte desta modalidade os professores em estágio probatório que atuam na equipe gestora das instituições da rede de ensino do Estado do Paraná.
3.3.2 O objetivo geral da modalidade Equipe Gestora na Avaliação Especial de Desempenho (AED) consiste em acompanhar e apoiar o trabalho pedagógico docente, por meio da observação de sala de aula, da realização de feedbacks formativos e do apoio ao professor no planejamento e na implementação de estratégias de gestão de sala de aula com intencionalidade pedagógica, considerando o currículo estadual, os materiais de apoio ofertados, os resultados das avaliações internas e/ou externas, bem como as características e as necessidades de aprendizagem dos estudantes, de modo a contribuir para a melhoria do ambiente de aprendizagem.
3.3.3 Os professores em estágio probatório que atuam na equipe gestora deverão pautar sua atuação pela legislação vigente e nos documentos norteadores da rede de ensino do Estado do Paraná, observando rigorosamente as Matrizes de Referência, as Rubricas Avaliativas e a Orientação Oficial para Professores em Estágio Probatório para a concepção e implementação de sua prática pedagógica.
3.3.4 As Matrizes de Referência para a avaliação da modalidade equipe gestora fundamentam-se nas habilidades constantes no Anexo da Resolução n.º 3.037/2024 - GS/SEED, e, para fins da primeira entrega, compreendem as seguintes referências:
a) **referência Gestora 1:** realizar a observação de sala de aula e feedback com os professores, promovendo a formação continuada em serviço, o aperfeiçoamento da prática profissional e melhores condições para o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes;
b) **referência Gestora 2:** elaborar com a equipe docente o planejamento e implementação de estratégias de gestão de sala de aula, com a finalidade de gerar um ambiente mais propício à aprendizagem dos estudantes;
c) **referência Gestora 3:** apoiar a equipe docente no planejamento e desenvolvimento de aulas que tenham por base o currículo estadual, os materiais de apoio ofertados, as características e as necessidades de aprendizagem dos estudantes;
d) **referência Gestora 6:** planejar com os professores práticas pedagógicas que visem ao desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes, com base nos resultados das avaliações internas e externas.
3.3.5 Na primeira entrega, deverão ser contempladas todas as referências relacionadas no subitem 3.3.4, observada a seguinte distribuição:
a) Prática Pedagógica 1: Referências Gestoras 1 e 2;
b) Prática Pedagógica 2: Referências Gestoras 3 e 6.

3.4 INSTRUMENTOS AVALIATIVOS DA MODALIDADE EQUIPE GESTORA E SUAS ESPECIFICIDADES

3.4.1 A formalização das Práticas Pedagógicas da Equipe Gestora dar-se-á por meio dos seguintes instrumentos avaliativos: portfólio, registro em vídeo e autoavaliação.
3.4.2 A primeira entrega da modalidade Equipe Gestora será organizada na Plataforma Digital do Estágio Probatório https://avaliacaoemonitoramentoparana.caeddigital.net/, nos seguintes campos:
a) **dados gerais:** preenchimento das informações de identificação do professor em Estágio Probatório que atua na Equipe Gestora;
b) **portfólio - Prática Pedagógica 1:** preenchimento do contexto, do relato e das evidências da implementação;
c) **registro em vídeo - Prática Pedagógica 1:** envio do vídeo que comprove o momento do feedback formativo realizado com o docente e descrito no Portfólio - Prática Pedagógica 1;
d) **portfólio - Prática Pedagógica 2:** preenchimento do contexto, do relato e das evidências da implementação;
e) **autoavaliação:** preenchimento das respostas às questões propostas e atribuição de nota à própria atuação, com base na reflexão sobre as práticas desenvolvidas.
3.4.3 O portfólio será composto pelas Práticas Pedagógicas 1 e 2, correspondentes às alíneas "b" e "d" do subitem 3.4.2.

3.5 As práticas pedagógicas serão avaliadas mediante rubricas avaliativas específicas, compostas por indicadores que estabelecem critérios para assegurar a objetividade, a precisão, a isonomia e a uniformidade no processo de correção, garantindo a fidedignidade dos resultados.
3.5.1 O desempenho dos professores em estágio probatório que atuam na equipe gestora será identificado de acordo com os seguintes níveis de atuação: inicial, básica, efetiva e avançada.
3.5.2 A avaliação da primeira entrega totalizará 100 (cem) pontos, distribuídos entre os instrumentos avaliativos da seguinte forma:
a) até 45 (quarenta e cinco) pontos para o instrumento portfólio, sendo 23 (vinte e três) pontos atribuídos à Prática Pedagógica 1 e 22 (vinte e dois) pontos atribuídos à Prática Pedagógica 2;
b) até 45 (quarenta e cinco) pontos para o registro em vídeo da Prática Pedagógica 1;
c) até 10 (dez) pontos para a autoavaliação.
3.5.3 Os critérios detalhados e os valores atribuídos a cada nível de atuação constam no Anexo II desta Instrução Normativa.

3.6 O portfólio da Prática Pedagógica 1, enquanto instrumento descritivo e documental, destina-se a registrar o processo de implementação da ação do professor em estágio probatório que atua na equipe gestora, sendo composto pelos seguintes indicadores:
a) **coerência das evidências:** capacidade do professor que atua na equipe gestora, de articular as seções da prática pedagógica (contexto, relato e evidências), demonstrando coerência entre as informações;
b) **observação e gestão de sala de aula:** capacidade do professor que atua na equipe gestora em realizar as três etapas da observação de sala de aula

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

(combinados/observação/feedback) e apoiar um docente no planejamento e implementação de estratégias de gestão de sala de aula.
3.6.1 O registro em vídeo da Prática Pedagógica 1, instrumento de natureza prática e visual, destina-se a demonstrar a realização das etapas da observação de sala de aula e do feedback formativo, bem como o apoio ao docente no planejamento e na implementação de estratégias de gestão de sala de aula com intencionalidade pedagógica, considerando os seguintes indicadores:
a) **o feedback formativo na melhoria da Prática Pedagógica**: capacidade do professor que atua na equipe gestora de utilizar evidências da prática docente e da aprendizagem dos estudantes para construir feedback formativo que oriente a melhoria contínua. Os questionamentos propositivos são intencionalmente formulados para fomentar reflexão crítica e tomada de decisão pedagógica, contribuindo para o aperfeiçoamento das estratégias de ensino e o desenvolvimento profissional dos envolvidos;
b) **articulação estratégica da observação de sala como apoio ao professor:** capacidade do professor que atua na equipe gestora de planejar e realizar a observação de sala de aula de forma sistemática, articulada e intencional, contemplando todas as etapas como: combinados prévios, observação e o feedback formativo, promovendo a formação continuada em serviço, o aperfeiçoamento da prática profissional e a melhoria das condições para o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes.
3.6.2 O portfólio da Prática Pedagógica 2, enquanto instrumento descritivo e documental, destina-se a registrar o processo de implementação da ação do professor em estágio probatório que atua na equipe gestora, sendo composto pelos seguintes indicadores:
a) **coerência das evidências:** capacidade do professor que atua na equipe gestora de preencher e articular as seções da prática pedagógica (contexto, relato e evidências), demonstrando coerência entre as informações;
b) **ferramentas de gestão:** capacidade do professor que atua na equipe gestora de analisar os resultados nas avaliações externas e internas e, a partir disso, apoiar os professores a planejar e implementar aulas que tenham por base o currículo estadual.
3.6.3 A autoavaliação, instrumento de natureza reflexiva, destina-se à percepção do professor em estágio probatório que atua na equipe gestora sobre o desenvolvimento de sua prática docente.
3.6.4 Para a efetivação deste instrumento, o docente deverá realizar uma reflexão sobre sua prática docente e assinalar, na Plataforma Digital do Estágio Probatório, o item que melhor representa sua atuação em relação a cada um dos indicadores que compõem as rubricas avaliativas.
3.6.5 A autoavaliação consiste na escolha da pontuação de um (1) a dez (10) pelo professor em estágio probatório que atua na equipe gestora, sendo considerada válida a pontuação por ele atribuída na Plataforma Digital do Estágio Probatório, não estando sujeita à aplicação de critérios de rubricas avaliativas.

3.7 MODALIDADE EQUIPE TÉCNICA

3.7.1 Fazem parte desta modalidade os professores em estágio probatório que atuam nas equipes técnicas dos Núcleos Regionais de Educação (NRE), na SEED ou em instituições de ensino a ela vinculadas.
3.7.2 A modalidade Equipe Técnica da Avaliação Especial de Desempenho (AED) tem como objetivo geral promover o aperfeiçoamento da prática profissional e a formação continuada, por meio da observação da prática, da realização de feedback dialogado e reflexivo fundamentado em evidências e da utilização de ferramentas de gestão para analisar dados educacionais, identificar fragilidades e planejar ações voltadas à melhoria da aprendizagem e/ou da frequência dos estudantes, considerando o contexto local.
3.7.3 O professor em estágio probatório atuante na equipe técnica deverá pautar sua atuação na legislação vigente e nos documentos norteadores da rede de ensino do Estado do Paraná, observando rigorosamente as Matrizes de Referência, as Rubricas Avaliativas e a Orientação Oficial para Professores em Estágio Probatório para a concepção e implementação de sua prática pedagógica.
3.7.4 As Matrizes de Referência para a avaliação da modalidade Equipe Técnica fundamentam-se nas habilidades constantes no Anexo da Resolução n.º 3.037/2024 - GS/SEED e, para fins da primeira entrega, compreendem as seguintes referências:
a) **referência Técnica 1**: realizar a observação da prática de acordo com a demanda de atuação, a fim de promover a formação continuada em serviço, o aperfeiçoamento da prática profissional e melhores condições para o desenvolvimento das atribuições desempenhadas;
b) **referência Técnica 2**: promover o feedback com os pares como meio para o diálogo e para a reflexão sobre a melhoria da prática de trabalho e o avanço profissional mútuo;
c) **referência Técnica 3**: implementar ações em sua rotina de trabalho que colaborem para a eficiência dos programas educacionais e programas de educação digital ofertados pela SEED, tendo como base sua compreensão adequada;
d) **referência Técnica 4**: utilizar as ferramentas de gestão para planejamento e implementação de ações direcionadas à melhoria da aprendizagem e à redução da reprovação e do abandono escolar.
3.7.4.1 Na primeira entrega, deverão ser contempladas todas as referências previstas no subitem 3.7.4, observada a seguinte distribuição:
a) Prática Pedagógica 1: Referências Técnicas 1 e 2;
b) Prática Pedagógica 2: Referências Técnicas 3 e 4.

3.8 INSTRUMENTOS AVALIATIVOS DA MODALIDADE EQUIPE TÉCNICA E SUAS ESPECIFICIDADES

3.8.1 A formalização das práticas pedagógicas da equipe técnica dar-se-á por meio dos seguintes instrumentos avaliativos: portfólio, registro em vídeo e autoavaliação.
3.8.2 A primeira entrega da modalidade Equipe Técnica será organizada na Plataforma Digital do Estágio Probatório https://avaliacaoemonitoramentoparana.caeddigital.net/, nos seguintes campos:
a) **dados gerais:** preenchimento das informações de identificação do professor em estágio probatório que atua na equipe técnica;
b) **portfólio - Prática Pedagógica 1:** preenchimento do contexto, do relato e das evidências da implementação;
c) **registro em vídeo - Prática Pedagógica 1:** envio do vídeo que comprove o momento do feedback formativo realizado com o parceiro técnico e descrito no Portfólio - Prática Pedagógica 1;
d) **portfólio - Prática Pedagógica 2:** preenchimento do contexto, do relato e das evidências da implementação;
e) **autoavaliação:** preenchimento das respostas às questões propostas e atribuição de nota à própria atuação, com base na reflexão sobre as práticas desenvolvidas.
3.8.2.1 O portfólio será composto pelas Práticas Pedagógicas 1 e 2, correspondentes às alíneas "b" e "d" do subitem 3.8.2.
3.8.3 As práticas pedagógicas serão avaliadas mediante rubricas avaliativas específicas, compostas por indicadores que estabelecem critérios para assegurar a objetividade, a precisão, a isonomia e a uniformidade no processo de correção, garantindo a fidedignidade dos resultados.
3.8.4 O desempenho dos professores em Estágio Probatório que atuam na Equipe Técnica será identificado de acordo com os seguintes níveis de atuação: inicial, básica, efetiva e avançada.
3.8.4.1 A avaliação da primeira entrega totalizará 100 (cem) pontos, distribuídos entre os instrumentos avaliativos da seguinte forma:
a) até 45 (quarenta e cinco) pontos para o instrumento portfólio, sendo 23 (vinte e três) pontos atribuídos à Prática Pedagógica 1 e 22 (vinte e dois) pontos atribuídos à Prática Pedagógica 2;
b) até 45 (quarenta e cinco) pontos para o registro em vídeo da Prática Pedagógica 1;
c) até 10 (dez) pontos para a autoavaliação.
3.8.4.2 Os critérios detalhados e os valores atribuídos a cada nível de atuação constam no Anexo III desta Instrução Normativa.
3.8.5 O portfólio da Prática Pedagógica 1, enquanto instrumento descritivo e documental, destina-se a registrar o processo de implementação da ação do professor em estágio probatório que atua na equipe técnica, sendo composto pelos seguintes indicadores:
a) **coerência das evidências**: capacidade do professor que atua na equipe técnica, de articular as seções da prática pedagógica (contexto, relato e evidências), demonstrando coerência entre as informações;
b) **observação e feedback formativo**: capacidade do professor de observar a prática de um parceiro técnico e realizar feedback fundamentado em evidências, visando à formação e ao aperfeiçoamento profissional mútuo. Esse processo deverá contemplar as três etapas da observação - reunião preparatória para o estabelecimento de combinados prévios, observação da prática e feedback formativo -, promovendo a reflexão, a proposição de sugestões e a definição de combinados para o aprimoramento da prática profissional.
3.8.6 O registro em vídeo da Prática Pedagógica 1, instrumento de natureza prática e visual, destina-se a demonstrar a realização do feedback formativo com o parceiro técnico, considerando os seguintes indicadores:
a) **o feedback formativo na melhoria da Prática Pedagógica**: capacidade do professor em estágio probatório, que atua na equipe técnica, de realizar o feedback formativo com intencionalidade, fundamentado em evidências da prática profissional, promovendo análise crítica, construção colaborativa de soluções, melhoria da prática de trabalho e o avanço profissional mútuo;
b) **integração das etapas da observação**: capacidade do professor em estágio probatório, que atua como técnico, em realizar de forma articulada as três etapas essenciais do processo de observação da prática pedagógica - reunião preparatória para os combinados prévios, observação e feedback formativo - considerando a coerência entre o planejamento e a execução, bem como o diálogo formativo pautado na escuta ativa e sugestões que visem ao desenvolvimento profissional.
3.8.7 O portfólio da Prática Pedagógica 2, enquanto instrumento descritivo e documental, destina-se a registrar o processo de implementação da ação do professor em estágio probatório que atua na equipe técnica, sendo composto pelos seguintes indicadores:
a) **coerência das evidências:** capacidade do professor que atua na equipe técnica de preencher e articular as seções da prática pedagógica (contexto, relato e evidências), demonstrando coerência entre as informações;
b) **ferramentas de gestão**: capacidade do professor que atua na equipe técnica de analisar dados educacionais com ferramentas de gestão, identificar pontos de fragilidade, propor um plano de ação para melhoria da aprendizagem e da frequência.
3.8.8 A autoavaliação, instrumento de natureza reflexiva, destina-se à percepção do professor em estágio probatório que atua na equipe técnica sobre o desenvolvimento de sua prática, integrando o conjunto avaliativo da primeira entrega.
3.8.8.1 Para a efetivação deste instrumento, o professor em estágio probatório que atua na equipe técnica deverá realizar uma reflexão sobre sua prática e assinalar, na Plataforma Digital do Estágio Probatório, o item que melhor representa sua atuação em relação a cada um dos indicadores que compõem as rubricas avaliativas.
3.8.8.2 A autoavaliação consiste na escolha da pontuação de um (1) a dez (10) pelo professor em estágio probatório que atua na equipe técnica, sendo considerada válida a pontuação por ele atribuída na Plataforma Digital do Estágio Probatório, não estando sujeita à aplicação de critérios de rubricas avaliativas.

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

4. PROFESSORES COM DEFICIÊNCIA E DA ATUAÇÃO NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

4.1 Ao professor com deficiência em estágio probatório é assegurado o direito de participar, em igualdade de condições com os demais professores em estágio probatório, do processo de Avaliação Especial de Desempenho (AED), sendo-lhe garantidos os meios, os recursos de acessibilidade e as adaptações necessárias à sua plena participação, em observância à Lei Federal n.º 13.146/2015 e ao art. 29-A da Resolução n.º 3.037/2024 - GS/SEED, incluído pela Resolução nº 7.342/2024 - SEED.

4.2 Aos professores em estágio probatório que atuam nas modalidades da Educação Especial, incluindo o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o Professor de Apoio Educacional Especializado (PAEE), o Professor de Apoio à Comunicação Alternativa (PAC), bem como aqueles em exercício em escolas especializadas e Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), é assegurada a participação na Avaliação Especial de Desempenho (AED) em igualdade de condições com os demais professores em estágio probatório.

4.3 Compete ao Departamento de Educação Inclusiva (DEIN/DEDUC/SEED) o exercício das atribuições previstas no art. 29-A da Resolução n.º 3.037/2024 - GS/SEED, com o objetivo de assegurar o suporte técnico e pedagógico necessário à plena acessibilidade do processo avaliativo.
4.3.1 A correção será realizada conjuntamente pela Equipe de Avaliação Somativa da CAF/NRHS/SEED e pelo DEIN/DEDUC/SEED, cabendo a este o suporte técnico à análise das especificidades pedagógicas, de modo a garantir a equidade no processo avaliativo.

4.4 Compete ao professor em estágio probatório comunicar formalmente à Coordenação de Avaliação Funcional (CAF/NRHS/SEED), por meio da Plataforma Digital do Estágio Probatório, as seguintes situações:
a) exercício funcional em instituições especializadas ou Salas de Recursos Multifuncionais (SRM);
b) professor com deficiência em estágio probatório, que demande acessibilidade pedagógica ou técnica para a produção e entrega dos instrumentos avaliativos.

5. RESPONSABILIDADES DO PROFESSOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

5.1 Compete ao professor em estágio probatório cumprir as etapas das práticas pedagógicas previstas nesta Instrução Normativa e assegurar a veracidade, a autenticidade, a integridade e a coerência das informações, dos registros e das evidências apresentados na Avaliação Especial de Desempenho (AED).

5.2 Os instrumentos avaliativos deverão retratar a efetiva atuação do professor, consideradas as especificidades de cada prática pedagógica e modalidade, sendo vedada a apresentação, como próprias, de atividades ou produções realizadas por terceiros.
5.2.1 A responsabilidade pelas informações e pelos instrumentos submetidos é pessoal e indelegável, inclusive quando sua produção envolver atividades colaborativas ou apoio técnico e recursos de acessibilidade.
5.2.2 O descumprimento das responsabilidades previstas neste item será analisado conforme as hipóteses e as consequências estabelecidas no item 6 desta Instrução Normativa e nas respectivas rubricas avaliativas.

6. VEDAÇÕES

6.1 Na primeira entrega da Avaliação Somativa, em todas as modalidades previstas nesta Instrução Normativa, ficam vedadas as seguintes situações, cujas consequências observarão o comprometimento da avaliação do instrumento ou de seus indicadores:
a) **hipóteses que acarretam a atribuição de nota zero (0) ao instrumento avaliativo afetado:**
I. reprodução, total ou parcial, de trabalhos de terceiros, apresentados como de autoria própria, ainda que com adaptações superficiais, caracterizando plágio;
II. apresentação de registro em vídeo correspondente à Prática Pedagógica 2 em substituição ao registro da Prática Pedagógica 1, exigido para a respectiva modalidade de atuação;
III. a apresentação de registro em vídeo que não corresponda à Prática Pedagógica 1 nem à Prática Pedagógica 2 descritas no portfólio, configurando a entrega de três práticas pedagógicas distintas e descumprindo a exigência de vinculação do vídeo à Prática Pedagógica 1;
IV. apresentação de registro em vídeo cuja qualidade de imagem e áudio inviabilize a compreensão da prática registrada e impeça integralmente a avaliação do instrumento.
b) **hipóteses cujos efeitos sobre a pontuação dependerão do comprometimento da análise dos indicadores previstos nas Rubricas Avaliativas:**
I. relato em áudio cuja qualidade sonora prejudique a compreensão do conteúdo;
II. realização de cortes, edições, montagens ou inserções no vídeo que comprometam a integridade, a autenticidade ou a fidedignidade da prática registrada e prejudiquem sua análise, em desacordo com o disposto no item 7.5 desta Instrução Normativa;
III. apresentação de vídeo que não evidencie a participação efetiva do professor em Estágio Probatório na condução da prática registrada, consideradas as especificidades de sua modalidade de atuação;
IV. substituição, total ou parcial, da atuação do professor em Estágio Probatório pela atuação de terceiros na condução da prática registrada, comprometendo a avaliação de seu desempenho;
V. apresentação de registros que evidenciem condutas contrárias à ética profissional ou que violem os direitos ou a dignidade dos estudantes.
6.1.1 Os instrumentos em que forem identificadas ocorrências previstas no subitem 6.1 serão obrigatoriamente submetidos à tripla correção antes da consolidação do resultado, para verificação da ocorrência, de seu impacto na avaliação e da adequação da pontuação às respectivas rubricas avaliativas.
6.1.2 Concluída a tripla correção, a Coordenação de Avaliação Funcional apreciará os registros das análises e decidirá, de forma fundamentada, sobre a manutenção ou a revisão da pontuação, observados os procedimentos de consolidação das notas previstos nesta Instrução Normativa.
6.1.3 Confirmada uma das hipóteses de atribuição de nota 0 (zero) previstas na alínea "a" do subitem 6.1, essa consequência ficará restrita ao instrumento avaliativo afetado, observadas as demais disposições desta seção. Nas hipóteses de descumprimento da exigência de vinculação do vídeo à Prática Pedagógica 1, a nota 0 (zero) incidirá exclusivamente sobre o Registro em Vídeo, preservada a avaliação dos demais instrumentos.
6.1.4 Nas hipóteses em que a ocorrência comprometer a avaliação de determinados indicadores, estes serão identificados e receberão pontuação conforme as respectivas rubricas avaliativas, preservada a análise dos indicadores não afetados - a nota 0 (zero) somente será atribuída à totalidade do instrumento quando a ocorrência inviabilizar integralmente sua avaliação.
6.1.5 A não caracterização do nível de atuação inicial em determinado indicador implicará a atribuição de pontuação zero (0) exclusivamente a esse indicador, conforme as respectivas rubricas avaliativas.
6.1.5.1 A decisão que desconsiderar registros ou atribuir nota zero (0) deverá identificar a ocorrência, o instrumento ou os indicadores afetados e os critérios aplicados, assegurada ao professor ciência da justificativa.
6.1.5.2 Após a emissão do Parecer Conclusivo Final da Avaliação Especial de Desempenho (AED), o professor poderá apresentar, em recurso administrativo, esclarecimentos sobre limitações técnicas de imagem ou áudio ou outros impedimentos que tenham comprometido a produção ou o envio do instrumento, observados os procedimentos recursais previstos nesta Instrução Normativa. O recurso deverá indicar os pontos de discordância e os fundamentos que justifiquem a revisão da decisão, podendo ser acompanhado de documentos comprobatórios das circunstâncias alegadas.
6.1.5.3 Comprovado, na análise do recurso, que a impossibilidade de avaliação decorreu de falha da plataforma, indisponibilidade dos recursos necessários ou outro impedimento não imputável ao professor, a autoridade competente determinará a revisão da decisão e as providências de regularização cabíveis, assegurada a isonomia, vedada a manutenção de nota zero (0) fundada exclusivamente nesse impedimento.
6.1.5.4 A tripla correção constitui procedimento interno de revisão técnica e não substitui o recurso administrativo.
6.1.5.5 A apresentação de documentos destinados à comprovação dos impedimentos alegados não autoriza, por si só, a substituição dos instrumentos avaliativos ou a inclusão de novas evidências pedagógicas.

7. DIRETRIZES TÉCNICAS

7.1 O portfólio deverá ser apresentado em formato de texto ou de áudio, conforme opção do professor em estágio probatório, observados os requisitos técnicos e pedagógicos estabelecidos nesta Instrução Normativa.
7.1.1 A possibilidade de apresentação do portfólio em formato de áudio fundamenta-se no disposto na Lei Federal n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e no princípio da simplicidade da gestão pública, visando assegurar a acessibilidade e a isonomia no processo avaliativo, sem prejuízo da observância dos requisitos técnicos e pedagógicos estabelecidos nesta Instrução Normativa.
7.1.2 As disposições deste item aplicam-se a todas as modalidades previstas nesta Instrução Normativa, devendo ser observadas as especificidades de cada uma, conforme os respectivos critérios e rubricas avaliativas.

7.2 Na hipótese de apresentação do relato da prática pedagógica no portfólio em formato de texto, deverão ser observados os requisitos estabelecidos nesta Instrução Normativa, bem como as orientações disponibilizadas na Plataforma Digital do Estágio Probatório, em conformidade com os Anexos I, II e III, contemplando:
a) **extensão textual:** observância aos limites mínimo e máximo de caracteres estabelecidos;
b) **preenchimento do campo:** inserção do conteúdo exclusivamente nos espaços destinados ao preenchimento do instrumento avaliativo;
c) **qualidade textual:** elaboração do texto com clareza, coesão, coerência, observância às normas ortográficas e gramaticais da Língua Portuguesa e adequada organização das informações, de modo a assegurar a compreensão da prática pedagógica apresentada.

7.3 Na hipótese de apresentação do relato da prática pedagógica no portfólio em formato de áudio, deverão ser observados os requisitos estabelecidos nesta Instrução Normativa, bem como as orientações disponibilizadas na Plataforma Digital do Estágio Probatório, em conformidade com os Anexos I, II e III, contemplando:
a) **tempo de gravação:** observância aos limites mínimo e máximo de tempo estabelecidos;
b) **qualidade sonora:** garantia de qualidade sonora suficiente para assegurar a compreensão das informações apresentadas;
c) **especificações do arquivo:** realização do *upload* do arquivo exclusivamente

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

nos formatos e extensões indicados na plataforma.

7.4 O portfólio deverá conter evidências que comprovem as etapas da prática pedagógica relatada, observados os seguintes requisitos:
a) envio das evidências em formato de imagem JPG, JPEG ou PNG, ou em PDF quando expressamente solicitado no respectivo campo da plataforma;
b) observância ao quantitativo de evidências estabelecido nos documentos constantes nos Anexos I, II e III, bem como aos parâmetros técnicos disponibilizados na Plataforma Digital do Estágio Probatório;
c) apresentação de evidências com qualidade suficiente para garantir sua legibilidade (possibilidade de ler, compreender e identificar as informações presentes na evidência) e nitidez (qualidade visual da imagem), permitindo a identificação das informações nelas contidas;
d) correspondência direta entre as evidências apresentadas e as informações descritas no portfólio, de modo que cada evidência esteja relacionada à Prática Pedagógica relatada e contribua para comprovar sua implementação;
e) na hipótese de envio de montagem fotográfica ou de inserção de quantidade de evidências superior ao limite estabelecido no campo Evidências da Prática Pedagógica, a análise considerará exclusivamente as evidências inseridas dentro do limite máximo permitido, sendo desconsideradas as que excederem esse limite.

7.5 O instrumento avaliativo registro em vídeo da prática pedagógica deverá ser elaborado em observância aos seguintes requisitos técnicos e pedagógicos:
a) possuir duração em estrita conformidade com os documentos constantes nos Anexos I, II e III, bem como os parâmetros técnicos disponibilizados na Plataforma Digital do Estágio Probatório;
b) ser apresentado de forma contínua, em plano-sequência, sem cortes, edições, montagens, inserções ou recursos que comprometam a integridade, autenticidade e fidedignidade da prática pedagógica registrada;
c) apresentar qualidade de áudio que assegure a adequada compreensão da fala do professor em Estágio Probatório e das interações realizadas no contexto da Prática Pedagógica registrada, conforme a modalidade de atuação;
d) assegurar enquadramento de imagem adequado, de modo a possibilitar a visualização do professor em estágio probatório durante a realização da prática pedagógica registrada, bem como do público-alvo envolvido, conforme a modalidade de atuação;
e) corresponder, de forma coerente e articulada, à prática pedagógica descrita no portfólio e às evidências apresentadas nos instrumentos avaliativos;
f) ser submetido exclusivamente nos formatos e extensões informados na Plataforma Digital do Estágio Probatório e nos documentos constantes nos Anexos I, II e III.

8. CORREÇÃO E ISONOMIA

8.1 A correção dos instrumentos avaliativos será realizada pela Equipe de Corretores, composta por professores com experiência docente na Educação Básica, integrantes do Quadro Próprio do Magistério (QPM), previamente selecionados, capacitados e homologados pela SEED.

8.2 A correção observará, obrigatoriamente, as rubricas avaliativas oficiais, em estrito alinhamento com as normas de avaliação, a fim de garantir a objetividade, a uniformidade de critérios e a imparcialidade na atribuição da pontuação.

8.3 Caberá à Coordenação de Avaliação Funcional (CAF/NRHS/SEED) a realização dos procedimentos de capacitação, alinhamento metodológico e validação técnica dos corretores, podendo incluir orientações técnicas, estudos dirigidos, correções simuladas, monitoramento amostral e demais estratégias voltadas à padronização do processo avaliativo.

8.4 Com vistas a assegurar a consistência, a isonomia e a equidade do processo avaliativo, os instrumentos avaliativos poderão ser submetidos a procedimentos de controle e validação da correção, nas seguintes etapas:
a) **dupla correção:** consiste na análise do mesmo instrumento por corretor distinto, de forma independente, com a finalidade de conferência, alinhamento metodológico e a análise da consistência das pontuações atribuídas;
b) **tripla correção (revisão técnica):** consiste na reanálise do instrumento por corretor distinto dos responsáveis pelas etapas anteriores, de natureza complementar e subsidiária, destinada à análise da consistência da pontuação resultante das correções anteriores e à garantia da fidedignidade do resultado, assegurando o alinhamento técnico e metodológico da avaliação;
c) **revisão da Coordenação**: análise técnica extraordinária realizada pela Coordenação de Avaliação Funcional (CAF/NRHS/SEED), quando identificadas divergências persistentes ou situações que demandem manifestação técnica para assegurar o alinhamento metodológico do processo avaliativo.
8.4.1 A pontuação resultante das etapas de correção e validação técnica será submetida à homologação da Coordenação de Avaliação Funcional (CAF/NRHS/SEED), para fins de consolidação definitiva dos resultados.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 O professor em estágio probatório deverá acompanhar o cronograma de produção e entrega dos instrumentos avaliativos que compõem a primeira entrega da Avaliação Somativa por meio dos canais oficiais de comunicação da Secretaria de Estado da Educação (SEED).
9.1.1 A primeira entrega dos instrumentos da Avaliação Somativa ocorrerá no décimo oitavo mês de efetivo exercício do professor em estágio probatório.
9.1.2 Aos professores cujo prazo de entrega se encerrar antes de decorridos 90 (noventa) dias da publicação desta Instrução Normativa, será assegurada a prorrogação até o término desse prazo de 90 (noventa) dias, para a produção e a entrega dos instrumentos avaliativos, nos termos do § 3.º do art. 17 da Resolução n.º 3.037/2024 - GS/SEED.
9.1.3 Os prazos para o início e o encerramento das etapas avaliativas serão estabelecidos a partir da publicação desta Instrução Normativa no Diário Oficial do Executivo do Estado do Paraná, em estrita observância ao disposto no § 3.º do art. 17 da Resolução nº 3.037/2024 - GS/SEED.
9.1.4 É de responsabilidade exclusiva do professor em estágio probatório acompanhar as convocações, os prazos e as orientações enviadas por e-mail institucional ou publicadas no site oficial da SEED.
9.1.5 A contagem dos prazos previstos nesta Instrução Normativa será em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.
9.1.6 A ausência de acompanhamento das informações divulgadas pelos canais oficiais da SEED não afastará a responsabilidade do professor em estágio probatório quanto ao cumprimento dos prazos e dos procedimentos previstos nesta Instrução Normativa.

9.2 Os professores em estágio probatório que possuírem dois vínculos decorrentes de concurso público deverão realizar a entrega individualizada dos instrumentos avaliativos para cada vínculo funcional, observadas as exigências previstas nesta Instrução Normativa.

9.3 A prática pedagógica deverá ser desenvolvida em conformidade com a modalidade correspondente ao vínculo do professor em estágio probatório considerado na Avaliação Formativa, e as entregas poderão ocorrer:
a) na mesma modalidade de atuação ou em modalidades distintas;
b) no mesmo componente curricular ou em componentes curriculares distintos.
9.3.1 Será permitida a implementação da prática pedagógica em componentes curriculares afins ao componente curricular de concurso, desde que observada a compatibilidade pedagógica e funcional da atuação exercida pelo professor em estágio probatório.
9.3.2 As práticas pedagógicas apresentadas para cada vínculo funcional deverão corresponder a implementações distintas e independentes, sendo vedada a utilização, integral ou parcial, dos registros de uma mesma implementação para comprovar a atuação em ambos os vínculos.
9.3.3 A utilização dos mesmos conteúdos curriculares, materiais oficiais ou estratégias pedagógicas não caracteriza, por si só, duplicidade, desde que as implementações sejam distintas e os respectivos relatos e evidências comprovem a atuação específica em cada vínculo.
9.3.4 Comprovada a duplicidade de registros vedada no item 9.3.2, será desconsiderado o instrumento avaliativo afetado, mediante análise técnica fundamentada que identifique os registros duplicados e o vínculo funcional correspondente, observadas as disposições desta Instrução Normativa e das respectivas Rubricas Avaliativas.

9.4 Os professores em estágio probatório que, ao longo do período avaliado, tiverem alteração da atuação funcional ou mudança de modalidade deverão produzir e entregar os instrumentos avaliativos correspondentes a uma única modalidade de atuação, observada aquela em que tenham exercido efetivamente suas funções durante o período avaliado.
9.4.1 A submissão da Avaliação Somativa deve priorizar a modalidade de atuação do professor em estágio probatório vigente no período de entrega dos instrumentos.
9.4.2 A alteração de modalidade de atuação não desobriga o professor em estágio probatório do cumprimento integral das exigências previstas nesta Instrução Normativa.

9.5 Os professores em estágio probatório que possuírem afastamentos legalmente concedidos durante os períodos de produção e entrega dos instrumentos avaliativos da primeira entrega da Avaliação Somativa poderão requerer prorrogação de prazo à Comissão Técnica do Estágio Probatório (Resolução n.º 3.678/2023 - GS/SEED, alterada pela Resolução n.º 6.931/2025 - SEED), observando-se os seguintes requisitos:
a) **formalização do pedido:** envio de solicitação fundamentada ao endereço eletrônico avaliacaofuncional.seed@escola.pr.gov.br;
b) **documentação comprobatória:** apresentação de documentação oficial que comprove o afastamento legalmente concedido, incluindo, nos casos de licença para tratamento de saúde, atestado médico devidamente homologado pela Perícia Médica Oficial do Estado do Paraná, contendo o respectivo período de afastamento.
9.5.1 As solicitações de prorrogação de prazo deverão ser encaminhadas em uma das seguintes situações:
a) antes da abertura do período de entrega dos instrumentos avaliativos, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas;
b) durante o respectivo período de entrega;
c) em até 72 (setenta e duas) horas após o encerramento do período de entrega.
9.5.2 As solicitações apresentadas fora dos prazos previstos no subitem 9.5.1 não serão objeto de análise, ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas e analisadas pela Comissão Técnica do Estágio Probatório.
9.5.3 A concessão da prorrogação de prazo prevista no subitem 9.5 ficará condicionada à análise técnica da documentação apresentada e à deliberação da Comissão Técnica do Estágio Probatório, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e isonomia administrativa.

9.6 A interposição de recurso administrativo observará o disposto na Resolução n.º 3.037/2024 - GS/SEED e suas alterações, e caberá após a emissão do Parecer Conclusivo Final da Avaliação Especial de Desempenho (AED), que consolida os

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

resultados de todos os componentes do processo avaliativo.
9.6.1 Os resultados da primeira entrega da Avaliação Somativa integrarão o resultado final da AED e poderão ser questionados no recurso referido no subitem 9.6.
9.6.2 O disposto no subitem 9.6 não afasta o exercício do direito de petição, o acesso aos registros avaliativos e às respectivas justificativas ou a apuração de erros materiais e falhas técnicas pela Administração.

9.7 O processo avaliativo observará rigorosamente os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como os princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório, da razoabilidade, da proporcionalidade e da segurança jurídica, em conformidade com a legislação vigente.

9.8 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação desta Instrução Normativa serão dirimidos pela Diretoria-Geral (DG/SEED), em conjunto com o Núcleo de Recursos Humanos Setorial (NRHS/SEED).

Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 9 de outubro de 2026.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

Anderfábio Oliveira dos Santos
Diretor de Educação

ANEXO I
MODALIDADE DOCENTE

Orientações do Portfólio (Prática Pedagógica 1 e Prática Pedagógica 2)
Orientações do Registro em Vídeo (Prática Pedagógica 1)
Orientações da Autoavaliação
Rubricas Avaliativas do Instrumento Portfólio (Prática Pedagógica 1)
Rubricas Avaliativas do Instrumento Registro em Vídeo (Prática Pedagógica 1)
Rubricas Avaliativas do Instrumento Portfólio (Prática Pedagógica 2)

ANEXO II
MODALIDADE EQUIPE GESTORA

Orientações do Portfólio (Prática Pedagógica 1 e Prática Pedagógica 2)
Orientações do Registro em Vídeo (Prática Pedagógica 1)
Orientações da Autoavaliação
Rubricas Avaliativas do Instrumento Portfólio (Prática Pedagógica 1)
Rubricas Avaliativas do Instrumento Registro em Vídeo (Prática Pedagógica 1)
Rubricas Avaliativas do Instrumento Portfólio (Prática Pedagógica 2)

ANEXO III
MODALIDADE EQUIPE TÉCNICA

Orientações do Portfólio (Prática Pedagógica 1 e Prática Pedagógica 2)
Orientações do Registro em Vídeo (Prática Pedagógica 1)
Orientações da Autoavaliação
Rubricas Avaliativas do Instrumento Portfólio (Prática Pedagógica 1)
Rubricas Avaliativas do Instrumento Registro em Vídeo (Prática Pedagógica 1)
Rubricas Avaliativas do Instrumento Portfólio (Prática Pedagógica 2)

ANEXO IV
TUTORIAL PLATAFORMA - ORIENTAÇÕES PARA A PRIMEIRA ENTREGA DA AVALIAÇÃO SOMATIVA
Tutorial de submissão da Primeira Entrega na Plataforma Digital do Estágio Probatório

Protocolo 139653/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
PORTARIA N° 276/2026 - NRHS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos abaixo relacionados, na parte que designou os servidores, para prestarem serviços junto as funções e locais que especifica, retornando, em consequência, as suas lotações de origem:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
031.XXX.XXX-56	ROSANA SILVA DE OLIVEIRA MARQUES	92	QPM	CAMPO MAGRO	CAMPO MAGRO - LOCAL	ASSISTENTE DE MUNICIPIO	20	P0006925-25/02/2025 a partir de 01/10/2026
031.XXX.XXX-56	ROSANA SILVA DE OLIVEIRA MARQUES	93	QPM	CAMPO MAGRO	CAMPO MAGRO - LOCAL	ASSISTENTE DE MUNICIPIO	20	P0006925-25/02/2025 a partir de 01/10/2026

Curitiba, 05 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138380/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
PORTARIA N° 279/2026 - NRHS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos abaixo relacionados, na parte que designou os servidores, para prestarem serviços junto as funções e locais que especifica, retornando, em consequência, as suas lotações de origem:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
990.XXX.XXX-04	MAZILDA APARECIDA BORGES	2	QPM	JURANDA	JURANDA - LOCAL	ASSISTENTE DE MUNICIPIO	20	P0004626-06/02/2026 a partir de 05/10/2026

Curitiba, 06 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138381/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Secretaria de Estado da Educação - SEED
PORTARIA N° 280/2026 - NRHS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores, abaixo relacionados para prestarem serviços junto as funções e locais que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
017.XXX.XXX-36	ANA CRISTINA GERMANO TREVISAN	1	QPM	RONDON	RONDON - LOCAL	ASSISTENTE DE MUNICIPIO	20	A partir de 02/10/2026
990.XXX.XXX-04	MAZILDA APARECIDA BORGES	1	QPM	JURANDA	JURANDA - LOCAL	ASSISTENTE DE MUNICIPIO	20	A partir de 05/10/2026

Curitiba, 06 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138382/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 4923/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte de designou os mencionados servidores como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
870.XXX.XXX-04	ADELAIDE BARTZ REIS	1	S100	UBIRATA	CARLOS GOMES, C E-EF M P	PROF DA LEI 15308/06	1	R0384923-16/06/2023 a partir de 03/02/2022
870.XXX.XXX-04	ADELAIDE BARTZ REIS	1	S100	UBIRATA	CARLOS GOMES, C E-EF M P	PROF DA LEI 15308/06	1	R0492426-05/10/2026 a partir de 25/06/2023
367.XXX.XXX-68	ADELIA PEREZ STEFANIU COSTA	99	SACH	CORNELIO PROCOPIO	NUCLEO REG EDUCACAO - CORNELIO PROCOPIO	EQUIPE DE RECURSOS HUMANOS	20	R0194023-31/03/2023 a partir de 21/09/2026
055.XXX.XXX-79	ADRILAINE LUZIA SOARES	6	S100	ARAPOTI	CARMELINA F PEDROSO, C E-EF M ETI PROF	DIRETOR	20	R0384126-05/08/2026 a partir de 24/09/2026
004.XXX.XXX-82	ALESSANDRA MOREIRA DA SILVA PADERES	1	S100	LONDRINA	NILO PECANHA, C E C-M-EF M PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	1	R0379826-04/08/2026 a partir de 28/09/2026
004.XXX.XXX-82	ALESSANDRA MOREIRA DA SILVA PADERES	1	S100	LONDRINA	NILO PECANHA, C E C-M-EF M PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	2	R0019324-11/01/2024 a partir de 28/09/2026
071.XXX.XXX-06	ALINE RODRIGUES PIMENTEL	54	S100	ARAPOTI	ARAPOTI - LOCAL	ASSISTENTE DE MUNICIPIO	20	R0414026-25/08/2026 a partir de 01/10/2026
088.XXX.XXX-31	ANA MARIA DE OLIVEIRA	3	S100	PATO BRANCO	SAO ROQUE, C E DO C-EF ETI EM	COORD DE AREA	4	R0044726-02/02/2026 a partir de 21/09/2026
067.XXX.XXX-28	ANA PAULA APARECIDA CUNHA	2	SACH	CURITIBA	SEED/DEDUC/DDC/CED	TEC PEDAGOGICO	20	R0170325-26/03/2025 a partir de 01/10/2026
004.XXX.XXX-32	ANA PAULA BASSO	99	S100	IVAIPORA	CERRO AZUL, C E BARAO DO-EFM ETI	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	20	R0094626-25/02/2026 a partir de 25/09/2026
099.XXX.XXX-67	ANA PAULA ZANICOSKI MOSCARDI	3	SACH	PARANAGUA	NUCLEO REG EDUCACAO - PARANAGUA	EQUIPE DA EJA	20	R0534625-24/09/2025 a partir de 28/09/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

035.XXX.XXX-52	ANDRESSA DE FATIMA BRONGEL PEREIRA	2	S100	ARAUCARIA	FAZENDA VELHA, C E-E F M P	COORD DE CURSO	5	R0052026-04/02/2026 a partir de 31/08/2026
806.XXX.XXX-00	ANGELA MARIA MANFRON	2	S100	CAMPO MAGRO	DIVINA PASTORA, C E-EF M	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	20	R0055326-05/02/2026 a partir de 07/09/2026
939.XXX.XXX-34	ANGELITA MATANA GLEVINSKI	1	S100	FAZENDA RIO GRANDE	ANDERSON RANGEL, C E C-M PROF-EF M	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	R0032126-28/01/2026 a partir de 03/09/2026
939.XXX.XXX-34	ANGELITA MATANA GLEVINSKI	1	S100	FAZENDA RIO GRANDE	ANDERSON RANGEL, C E C-M PROF-EF M	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	25	R0044726-02/02/2026 a partir de 03/09/2026
087.XXX.XXX-82	ANISTHER FABRETTI BOSSONI SAIKALI	4	S100	MATINHOS	GABRIEL DE LARA, C E-EF M PROF	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0052026-04/02/2026 a partir de 01/10/2026
502.XXX.XXX-72	APARECIDA DE FATIMA PEREIRA DA SILVA	1	S100	UBIRATA	CARLOS GOMES, C E-EF M P	PROF DA LEI 15308/06	1	R0492426-05/10/2026 a partir de 05/08/2024
502.XXX.XXX-72	APARECIDA DE FATIMA PEREIRA DA SILVA	1	S100	UBIRATA	CARLOS GOMES, C E-EF M P	PROF DA LEI 15308/06	1	R0105125-25/02/2025 a partir de 03/02/2022
045.XXX.XXX-96	ASSIM MOHAMAD ALI ABDALLAH	1	S100	SANTA CECILIA DO PAVAO	JERONIMO F MARTINS, C E-EF M ETI	PROF DA LEI 15308/06	1	R0130325-11/03/2025 a partir de 24/09/2026
045.XXX.XXX-96	ASSIM MOHAMAD ALI ABDALLAH	1	S100	SANTA CECILIA DO PAVAO	JERONIMO F MARTINS, C E-EF M ETI	PROF DA LEI 15308/06	1	R0130325-11/03/2025 a partir de 24/09/2026
045.XXX.XXX-96	ASSIM MOHAMAD ALI ABDALLAH	1	S100	SANTA CECILIA DO PAVAO	JERONIMO F MARTINS, C E-EF M ETI	PROF DA LEI 15308/06	2	R0748824-18/11/2024 a partir de 24/09/2026
045.XXX.XXX-96	ASSIM MOHAMAD ALI ABDALLAH	1	S100	SANTA CECILIA DO PAVAO	JERONIMO F MARTINS, C E-EF M ETI	PROF DA LEI 15308/06	2	R0748824-18/11/2024 a partir de 24/09/2026
943.XXX.XXX-04	CARLA JIONARA CORREA DO VALLE	1	S100	CURITIBA	BRANCA DO N MIRANDA, C E DONA-E F M P	DIRETOR AUXILIAR	20	R0384126-05/08/2026 a partir de 21/09/2026
019.XXX.XXX-06	CRISTIANE RIBEIRO DE AZEVEDO GAZZANEO	1	S100	LONDRINA	NILO PECANHA, C E C-M-EF M PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	1	R0191726-27/04/2026 a partir de 29/04/2026
019.XXX.XXX-06	CRISTIANE RIBEIRO DE AZEVEDO GAZZANEO	1	S100	LONDRINA	NILO PECANHA, C E C-M-EF M PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	1	R0191726-27/04/2026 a partir de 29/04/2026
019.XXX.XXX-06	CRISTIANE RIBEIRO DE AZEVEDO GAZZANEO	1	S100	LONDRINA	NILO PECANHA, C E C-M-EF M PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	1	R0191726-27/04/2026 a partir de 29/04/2026
038.XXX.XXX-08	DEBORAH BRAGA EITELWEIN	1	SACH	CURITIBA	SEED/DEDUC/DDC/CDP	TEC PEDAGOGICO	20	R0127925-10/03/2025 a partir de 28/09/2026
016.XXX.XXX-57	DEISE LEME FLORES	1	SACH	CURITIBA	SEED/NAS-SPT	APOIO TECNICO ADMINISTRATIVO	20	R0651723-15/09/2023 a partir de 01/10/2026
695.XXX.XXX-15	DEJANIRA RODRIGUES PECANHA MOROVIS AMARAL	2	S100	MARINGA	GASTAO VIDIGAL, C E DR-EF M PROFIS	PROF APOIO COM ALTERNATIVA	5	R0044726-02/02/2026 a partir de 29/09/2026
598.XXX.XXX-04	D O N I Z E T H E A P A R E C I D O BARBOSA	2	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DEP PROJETOS E ORCAMENTOS	APOIO	20	R0301826-26/06/2026 a partir de 22/09/2026
602.XXX.XXX-15	ELAINE MARCIA MENDES DEPRA	1	S100	MARINGA	GASTAO VIDIGAL, C E DR-EF M PROFIS	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	R0028726-27/01/2026 a partir de 03/09/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

006.XXX.XXX-70	ELIANE DOROCIO ACCORDI	1	S100	CURITIBA	ERMELINO DE LEAO, C E C-M-EF M PROFIS	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	20	R0094626-25/02/2026 a partir de 09/09/2026
006.XXX.XXX-70	ELIANE DOROCIO ACCORDI	1	S100	CURITIBA	ERMELINO DE LEAO, C E C-M-EF M PROFIS	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	R0094626-25/02/2026 a partir de 09/09/2026
029.XXX.XXX-23	ELIZANGELA FELIX DA SILVA	1	SACH	COLOMBO	NUCLEO REG EDUCACAO - AREA METROP NORTE	EMBAIXADOR DE REDACAO PARANA	20	R0553424-28/08/2024 a partir de 21/09/2026
025.XXX.XXX-58	EMANUELLA TULIO	1	SACH	CURITIBA	SEED/NCS-NUCLEO COMUNIC SOCIAL	APOIO TECNICO ADMINISTRATIVO	20	R0452426-16/09/2026 a partir de 21/09/2026
530.XXX.XXX-72	EMERSON BERARDI OWADIUK	3	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE DA EDUC PROFISSIONAL	20	R0384126-05/08/2026 a partir de 01/10/2026
026.XXX.XXX-46	FLAVIO ROBERTO DA SILVA MACHOSIKI	93	SACH	CURITIBA	SEAP - ESCOLA DE GOVERNO	APOIO TECNICO ADMINISTRATIVO	20	R0257525-09/05/2025 a partir de 24/08/2026
043.XXX.XXX-21	GABRIELA LOUREIRO MARTINS RICETTO	92	S100	CURITIBA	LUIZA ROSS, C E C-M PROFA-EF M P	DIRETOR	20	R0015625-13/01/2025 a partir de 03/02/2026
059.XXX.XXX-21	GENY MARA CALAZANS DE FREITAS	1	S100	FOZ DO IGUACU	PAULO FREIRE, C E-EF M ETI PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	1	R0324722-07/06/2022 a partir de 20/09/2026
045.XXX.XXX-35	HALLEN ARTHUR FRANCO DOS SANTOS	1	SACH	CURITIBA	SEED/DEDUC/NFORM/C AFF	TEC PEDAGOGICO	20	R0492426-05/10/2026 a partir de 01/10/2026
045.XXX.XXX-35	HALLEN ARTHUR FRANCO DOS SANTOS	1	SACH	CURITIBA	SEED/DEDUC/NFORM/C H	TEC PEDAGOGICO	20	R0437326-03/09/2026 a partir de 01/10/2026
749.XXX.XXX-72	INEZ CASTURINA MALAQUIAS	1	S100	IVAIPORA	ANTONIO DINIZ PEREIRA, C E C-M-EF M	PROF DA LEI 15308/06	14	P0082415-29/10/2015 a partir de 06/10/2026
619.XXX.XXX-04	IRENE ESCARVALHAR DINIS	97	S100	FOZ DO IGUACU	PAULO FREIRE, C E-EF M ETI PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	2	R0376726-03/08/2026 a partir de 24/09/2026
682.XXX.XXX-87	IVANEIDE MERLINI FILIPIM	2	S100	JESUITAS	RIO BRANCO, C E C BAR DO-EF M	HORA ATIVIDADE	2	R0250526-27/05/2026 a partir de 03/09/2026
948.XXX.XXX-68	JOELMA DE SOUZA ARBIGAUS	1	S100	CURITIBA	CEEBJA DR FRANCISCO R AZEV MACEDO-EF M	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0140626-26/03/2026 a partir de 14/09/2026
024.XXX.XXX-42	LILIAN MARTINS DE PROENCIO	3	S100	GUARAPUAVA	ANNE SULLIVAN CENTRO, E-EI EF MOD ED ESP	COORD PEDAGOGI-CO-TEC ESC CONV	20	R0348126-22/07/2026 a partir de 17/08/2026
007.XXX.XXX-63	LIZZIE SERRA KOEPSEL	1	SACH	PONTA GROSSA	NUCLEO REG EDUCACAO - PONTA GROSSA	EMBAIXADOR DE PENSAM COMPUT	20	R0198023-04/04/2023 a partir de 30/09/2026
007.XXX.XXX-63	LIZZIE SERRA KOEPSEL	1	SACH	PONTA GROSSA	NUCLEO REG EDUCACAO - PONTA GROSSA	EMBAIXADOR DE PENSAM COMPUT	10	R0198023-04/04/2023 a partir de 30/09/2026
035.XXX.XXX-67	LUANA ALMEIDA COSTA SOUZA GOMES	1	SACH	CURITIBA	SEED/ASSTEC/CCJ	APOIO TECNICO ADMINISTRATIVO	20	R0176825-31/03/2025 a partir de 22/09/2026
403.XXX.XXX-68	MARIA APARECIDA MEIRA HEIMOSKI ZANONA	1	SACH	GUARAPUAVA	NUCLEO REG EDUCACAO - GUARAPUAVA	EQUIPE DE RECURSOS HUMANOS	20	R0194023-31/03/2023 a partir de 03/09/2026
017.XXX.XXX-90	MARIA IZABEL MALINOWSKI	1	S100	CAMPO LARGO	SAGRADA FAMILIA, C E-EF M N P	PROF DA LEI 15308/06	4	R0492426-05/10/2026 a partir de 03/09/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

668.XXX.XXX-00	ODETE VIEIRA DE SOUZA	1	SACH	MARINGA	NUCLEO REG EDUCACAO - MARINGA	EQUIPE DA DOCUMENTACAO ESCOLAR	20	R0452426-16/09/2026 a partir de 17/09/2026
009.XXX.XXX-26	RENAN CESCO DE JESUS	2	SACH	CURITIBA	SEED/DEDUC/DAP/CFD EG	TEC PEDAGOGICO	20	R0464624-26/07/2024 a partir de 01/10/2026
046.XXX.XXX-90	SABRINA GIOVANELLI CARVALHO	56	S100	ANTONINA	CENTRO EST ED PROFIS DR BRASILIO MACHADO	COORD DE CURSO	4	R0384126-05/08/2026 a partir de 23/07/2026
046.XXX.XXX-90	SABRINA GIOVANELLI CARVALHO	56	S100	ANTONINA	CENTRO EST ED PROFIS DR BRASILIO MACHADO	COORD DE CURSO	5	R0492426-05/10/2026 a partir de 23/07/2026
639.XXX.XXX-20	SILVANA VETTORAZZI	1	S100	PONTA GROSSA	SANTA MARIA, C E-EF M	PROF DA LEI 15308/06	1	R0272526-08/06/2026 a partir de 21/09/2026
019.XXX.XXX-12	SIRLEI TERESINHA MAYER	1	S100	PALMEIRA	DAVID CARNEIRO, C E CEL-EF M ETI P	COORD DE AREA	4	R0044726-02/02/2026 a partir de 01/10/2026
019.XXX.XXX-12	SIRLEI TERESINHA MAYER	1	S100	PALMEIRA	DAVID CARNEIRO, C E CEL-EF M ETI P	COORD DE AREA	4	R0044726-02/02/2026 a partir de 01/10/2026
494.XXX.XXX-68	SIRLENE DE FATIMA MENDES MACHADO	1	SACH	CORNELIO PROCOPIO	NUCLEO REG EDUCACAO - CORNELIO PROCOPIO	EQUIPE DE REG ESCOLARES/SERE	20	R0194023-31/03/2023 a partir de 13/10/2026
629.XXX.XXX-34	SORAYA FRANCISCA DINKHUYSEN OLIVEIRA	1	SACH	COLOMBO	NUCLEO REG EDUCACAO - AREA METROP NORTE	EQUIPE DE REG ESCOLARES/SERE	20	R0553225-03/10/2025 a partir de 18/09/2026
638.XXX.XXX-34	SUELI AUGUSTI LIRA MACHADO	1	S100	LOANDA	JOAO PAULO II, E-EI EF MOD ED ESP	DIRETOR-TEC ESC CONV	20	R0255220-09/07/2020 a partir de 14/09/2026
064.XXX.XXX-73	TIAGO MARINHO DA SILVA	11	S100	BANDEIRANTE S	JUVENAL MESQUITA, C E-EF ETI EM	DIRETOR	20	R0384126-05/08/2026 a partir de 01/10/2026
846.XXX.XXX-10	VERA LUCIA WOLLZ	99	S100	ARAPOTI	CARMELINA F PEDROSO, C E-EF M ETI PROF	DIRETOR AUXILIAR	20	R0385526-06/08/2026 a partir de 01/10/2026
019.XXX.XXX-08	VIVIANE BERGAMINI FONTEQUE	89	S100	LONDRINA	TIRADENTES, E E-EF ETI	DIRETOR	20	R0013525-11/01/2025 a partir de 25/02/2026

Curitiba, 05 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138383/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 4924/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
870.XXX.XXX-04	ADELAIDE BARTZ REIS	1	S100	UBIRATA	CARLOS GOMES, C E-EF M P	PROF DA LEI 15308/06	1	A partir de 23/09/2023
870.XXX.XXX-04	ADELAIDE BARTZ REIS	1	S100	UBIRATA	CARLOS GOMES, C E-EF M P	PROF DA LEI 15308/06	1	A partir de 03/02/2022
367.XXX.XXX-68	ADELIA PEREZ STEFANIU COSTA	99	SACH	CORNELIO PROCOPIO	NUCLEO REG EDUCACAO - CORNELIO PROCOPIO	EQUIPE DE RECURSOS HUMANOS	20	A partir de 20/12/2026
967.XXX.XXX-53	ADRIANA THOME	4	SACH	CURITIBA	SEED/CEE/CONSELHO ESTADUAL DE EDUCACAO	EQUIPE DO GABINETE	20	A partir de 19/10/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

055.XXX.XXX-79	ADRILAINE LUZIA SOARES	6	S100	ARAPOTI	CALOGERAS, C E DO C DE-EF M ETI	EQUIPE PEDAGOGICA	20	A partir de 24/09/2026
957.XXX.XXX-97	ALEXANDRE GAVA	1	S100	PALMEIRA	DAVID CARNEIRO, C E CEL-EF M ETI P	COORD DE AREA	4	A partir de 01/10/2026
957.XXX.XXX-97	ALEXANDRE GAVA	1	S100	PALMEIRA	DAVID CARNEIRO, C E CEL-EF M ETI P	COORD DE AREA	4	A partir de 01/10/2026
067.XXX.XXX-28	ANA PAULA APARECIDA CUNHA	2	SACH	CURITIBA	SEED/DEDUC/DDC/CH	TEC PEDAGOGICO	20	A partir de 01/10/2026
099.XXX.XXX-67	ANA PAULA ZANICOSKI MOSCARDI	3	SACH	PARANAGUA	NUCLEO REG EDUCACAO - PARANAGUA	EQUIPE DA EDUC PROFISSIONAL	20	A partir de 28/09/2026
036.XXX.XXX-98	ANDRE APARECIDO DOS SANTOS	99	S100	ARAPOTI	CARMELINA F PEDROSO, C E-EF M ETI PROF	DIRETOR	20	A partir de 24/09/2026
035.XXX.XXX-52	ANDRESSA DE FATIMA BRONGEL PEREIRA	2	S100	ARAUCARIA	FAZENDA VELHA, C E-E F M P	COORD DE CURSO	2	A partir de 31/08/2026
806.XXX.XXX-00	ANGELA MARIA MANFRON	2	S100	CAMPO MAGRO	DIVINA PASTORA, C E-EF M	EQUIPE PEDAGOGICA	20	A partir de 07/09/2026
502.XXX.XXX-72	APARECIDA DE FATIMA PEREIRA DA SILVA	1	S100	UBIRATA	CARLOS GOMES, C E-EF M P	PROF DA LEI 15308/06	1	A partir de 03/11/2024
502.XXX.XXX-72	APARECIDA DE FATIMA PEREIRA DA SILVA	1	S100	UBIRATA	CARLOS GOMES, C E-EF M P	PROF DA LEI 15308/06	1	A partir de 03/02/2022
645.XXX.XXX-49	ARIANE TEIXEIRA MAHMMOUD	2	S100	DOIS VIZINHOS	DOIS VIZINHOS, C E DE-EF M PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	1	A partir de 03/09/2026
108.XXX.XXX-05	BIANCA ALVES DOS REIS	3	SACH	WENCESLAU BRAZ	NUCLEO REG EDUCACAO - WENCESLAU BRAZ	EQUIPE DA EDUC PROFISSIONAL	20	A partir de 21/09/2026
586.XXX.XXX-87	CARMEN LUCIA ROSSETIM	2	S100	PRUDENTOPOLIS	VILA NOVA, C E-EF ETI EM N	EQUIPE PEDAGOGICA	20	A partir de 23/09/2026
037.XXX.XXX-03	CESAR ALEXANDRE CARNEIRO GONCALVES	1	S100	CASTRO	JARDIM DAS ARAUCARIAS, E E-EF	DIRETOR	20	A partir de 28/09/2026
065.XXX.XXX-75	CINTIA TEIXEIRA PREVE	3	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE DE ENSINO DO NRE	20	A partir de 05/10/2026
819.XXX.XXX-04	CRISTHYANE RAMOS HADDAD	1	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	TUTORIA-ESTAGIO PROBATORIO	20	A partir de 28/09/2026
038.XXX.XXX-08	DEBORAH BRAGA EITELWEIN	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DEP.MATERIAIS E SUP ESCOLAR	APOIO	20	A partir de 28/09/2026
016.XXX.XXX-57	DEISE LEME FLORES	1	SACH	CURITIBA	SEED/CEE/CONSELHO ESTADUAL DE EDUCACAO	EQUIPE DA ASS TECNICO PEDAGOG	20	A partir de 01/10/2026
695.XXX.XXX-15	DEJANIRA RODRIGUES PECANHA MOROVIS AMARAL	2	S100	MARINGA	GASTAO VIDIGAL, C E DR-EF M PROFIS	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	A partir de 29/09/2026
956.XXX.XXX-15	DILMA DA SILVA SANTOS CAPISTRANO	54	S100	CURITIBA	INS ED PR PROF ERASMO PILOTTO-EFM ETI NP	EQUIPE PEDAGOGICA	20	A partir de 23/09/2026
046.XXX.XXX-00	DIONERI PEDRO DOMINGOS DE SOUZA	94	SACH	PARANAGUA	NUCLEO REG EDUCACAO - PARANAGUA	EQUIPE DA ESTRUTURA FUNCIONAM	20	A partir de 21/09/2026
598.XXX.XXX-04	DONIZETHE APARECIDO BARBOSA	2	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DEP.MATERIAIS E SUP ESCOLAR	APOIO	20	A partir de 22/09/2026
025.XXX.XXX-58	EMANUELLA TULIO	1	SACH	CURITIBA	SEED/NCS-NUCLEO COMUNIC SOCIAL	COORD DE SETOR	20	A partir de 21/09/2026
530.XXX.XXX-72	EMERSON BERARDI OWADIUK	3	SACH	SAO JOSE DOS PINHAIS	NUCLEO REG EDUCACAO - AREA METROP SUL	EQUIPE DA EJA	20	A partir de 01/10/2026
019.XXX.XXX-95	FABIANA CHRISTINA GOMES	2	S100	PINHAIS	SPRENGER, C E TEN-EF M N PROFIS	COORD CURSO-FORMACAO DOCENTE	5	A partir de 18/08/2026
019.XXX.XXX-95	FABIANA CHRISTINA GOMES	2	S100	PINHAIS	SPRENGER, C E TEN-EF M N PROFIS	COORD CURSO-FORMACAO DOCENTE	5	A partir de 18/08/2026
019.XXX.XXX-95	FABIANA CHRISTINA GOMES	2	S100	PINHAIS	SPRENGER, C E TEN-EF M N PROFIS	COORD CURSO-FORMACAO DOCENTE	5	A partir de 18/08/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

026.XXX.XXX-46	FLAVIO ROBERTO DA SILVA MACHOSIKI	93	SACH	CURITIBA	SEED/DPGE/DPR/CRE	APOIO TECNICO AD-MINISTRATIVO	20	A partir de 24/08/2026
043.XXX.XXX-21	GABRIELA LOUREIRO MARTINS RICETTO	92	S100	CURITIBA	LUIZA ROSS, C E C-M PROFA-EF M P	DIRETOR	20	A partir de 03/02/2026
029.XXX.XXX-43	GRASIELA GODOY MUNHOZ	1	S100	LONDRINA	NOVO CAMINHAR, E-EI EF MOD EDUC ESP	DIRETOR AUXILIAR-TEC ESC CONV	20	A partir de 28/09/2026
045.XXX.XXX-35	HALLEN ARTHUR FRANCO DOS SANTOS	1	SACH	CURITIBA	SEED/DEDUC/NFORM/C AFF	TEC PEDAGOGICO	20	A partir de 01/10/2026
749.XXX.XXX-72	INEZ CASTURINA MALAQUIAS	1	S100	IVAIPORA	ANTONIO DINIZ PEREIRA, C E C-M-EF M	PROF DA LEI 15308/06	2	A partir de 06/10/2026
749.XXX.XXX-72	INEZ CASTURINA MALAQUIAS	1	S100	IVAIPORA	ANTONIO DINIZ PEREIRA, C E C-M-EF M	PROF DA LEI 15308/06	12	A partir de 06/10/2026
230.XXX.XXX-53	JOAO CARLOS DE CARVALHO	1	S100	CURITIBA	CENTRO EST EDUC PROFIS DE CURITIBA	HORA ATIVIDADE	1	A partir de 23/07/2026
583.XXX.XXX-53	JOSE LUIS AMORIN	1	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE DA ESTRUTURA FUNCIONAM	20	A partir de 28/09/2026
654.XXX.XXX-87	JUCELI DE FATIMA BRUNATTO	1	S100	BALSA NOVA	BALSA NOVA - LOCAL	ASSISTENTE DE MUNICIPIO	20	A partir de 24/09/2026
803.XXX.XXX-04	LORENA PILOTTI	1	S100	LOANDA	JOAO PAULO II, E-EI EF MOD ED ESP	DIRETOR-TEC ESC CONV	20	A partir de 14/09/2026
064.XXX.XXX-01	LUCAS HENRIQUE DA SILVA RASTELLI	6	S100	RONDON	BARROSO, C E ALM - EF M	DIRETOR	20	A partir de 01/10/2026
934.XXX.XXX-91	LUCIANE SOARES	1	S100	ARAPOTI	CARMELINA F PEDROSO, C E-EF M ETI PROF	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 01/10/2026
686.XXX.XXX-68	MARCIA LILIAM MOSER	1	S100	MARINGA	DIRCE DE A MAIA, C E-EF M ETI	COORD DE AREA	4	A partir de 21/09/2026
686.XXX.XXX-68	MARCIA LILIAM MOSER	1	S100	MARINGA	DIRCE DE A MAIA, C E-EF M ETI	COORD DE AREA	4	A partir de 21/09/2026
017.XXX.XXX-90	MARIA IZABEL MALINOWSKI	1	S100	CAMPO LARGO	SAGRADA FAMILIA, C E-EF M N P	PROF DA LEI 15308/06	4	A partir de 03/09/2026
017.XXX.XXX-90	MARIA IZABEL MALINOWSKI	1	S100	CAMPO LARGO	SAGRADA FAMILIA, C E-EF M N P	PROF DA LEI 15308/06	6	A partir de 03/09/2026
021.XXX.XXX-69	MARILDA PEREIRA	8	S100	FAXINAL	MARY A MICALLEF, E-EI EF MOD ED ESP	COORD PEDAGOGICO--TEC ESC CONV	20	A partir de 21/09/2026
020.XXX.XXX-80	MIRIAN CRISTINA DE LIMA MELO	2	S100	FOZ DO IGUACU	PAULO FREIRE, C E-EF M ETI PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	2	A partir de 13/09/2026
668.XXX.XXX-00	ODETE VIEIRA DE SOUZA	1	SACH	MARINGA	NUCLEO REG EDUCACAO - MARINGA	EQUIPE DA EDUC PROFISSIONAL	20	A partir de 17/09/2026
009.XXX.XXX-26	RENAN CESCO DE JESUS	2	S100	CURITIBA	BRANCA DO N MIRANDA, C E DONA-E F M P	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 01/10/2026
556.XXX.XXX-20	RICARDO HASPER	1	SACH	CURITIBA	SEED/DEDUC/NCPM	TEC PEDAGOGICO	20	A partir de 16/08/2026
067.XXX.XXX-80	RICK SATIRO DE SOUSA	8	SACH	CURITIBA	SEED/DEDUC/DPEB/CC M	TEC PEDAGOGICO	20	A partir de 07/10/2026
045.XXX.XXX-02	RODRIGO PFLANZER	93	S100	JAGUARIAIVA	JOSE DE ANCHIETA, C E PE-EF M PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	1	A partir de 28/09/2026
046.XXX.XXX-90	SABRINA GIOVANELLI CARVALHO	56	S100	ANTONINA	CENTRO EST ED PROFIS DR BRASILIO MACHADO	COORD DE CURSO	5	A partir de 23/07/2026
046.XXX.XXX-90	SABRINA GIOVANELLI CARVALHO	56	S100	ANTONINA	CENTRO EST ED PROFIS DR BRASILIO MACHADO	COORD DE CURSO	5	A partir de 23/07/2026
046.XXX.XXX-90	SABRINA GIOVANELLI CARVALHO	56	S100	ANTONINA	CENTRO EST ED PROFIS DR BRASILIO MACHADO	COORD DE CURSO	5	A partir de 23/07/2026
046.XXX.XXX-90	SABRINA GIOVANELLI CARVALHO	56	S100	ANTONINA	CENTRO EST ED PROFIS DR BRASILIO MACHADO	COORD DE CURSO	4	A partir de 23/07/2026
685.XXX.XXX-91	SONIA APARECIDA MACEDO ZAPCHAU	90	S100	CORONEL VIVIDA	ARNALDO BUSATO, C E-EF M N PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	2	A partir de 11/09/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

685.XXX.XXX-91	SONIA APARECIDA MACEDO ZAPCHAU	90	S100	CORONEL VIVIDA	ARNALDO BUSATO, C E-EF M N PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	21	A partir de 11/09/2026
629.XXX.XXX-34	SORAYA FRANCISCA DINKHUYSEN OLIVEIRA	1	SACH	COLOMBO	NUCLEO REG EDUCACAO - AREA METROP NORTE	EQUIPE DA DOCUMENTACAO ESCOLAR	20	A partir de 18/09/2026
064.XXX.XXX-73	TIAGO MARINHO DA SILVA	11	SACH	CORNELIO PROCOPIO	NUCLEO REG EDUCACAO - CORNELIO PROCOPIO	EQUIPE DE ENSINO DO NRE	20	A partir de 01/10/2026
846.XXX.XXX-10	VERA LUCIA WOLLZ	99	S100	ARAPOTI	ARAPOTI - LOCAL	ASSISTENTE DE MUNICIPIO	20	A partir de 01/10/2026
020.XXX.XXX-41	WALDIVIA MARIA CORREA FILGUEIRAS GABRIEL	1	S100	CURITIBA	NOSSA SRA APARECIDA, E E-EF ETI	COORD DE AREA	4	A partir de 09/09/2026
020.XXX.XXX-41	WALDIVIA MARIA CORREA FILGUEIRAS GABRIEL	1	S100	CURITIBA	NOSSA SRA APARECIDA, E E-EF ETI	COORD DE AREA	4	A partir de 09/09/2026

Curitiba, 05 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138384/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 4925/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte que designou os mencionados servidores como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para responderem pelas funções que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
602.XXX.XXX-68	ROSANGELA APARECIDA MORETTO GOMES	2	S100	DOUTOR CAMARGO	CAMARGO, C E DR-EF M ETI	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0424226-31/08/2026 a partir de 01/10/2026

Curitiba, 05 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138385/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 4926/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
026.XXX.XXX-42	ANA MARIA VIEIRA	1	S100	GUARAPUAVA	CEEBJA GUARAPUAVA-EF M	EQUIPE PEDAGOGICA	20	25/09/2026-20/10/2026
017.XXX.XXX-41	EDICLEIA DE FATIMA MUCHINSKI	1	S100	CAMPINA GRANDE DO SUL	JOAO MARIA DE BARROS, C E PREF-EF M N PR	EQUIPE PEDAGOGICA	20	16/09/2026-30/09/2026
019.XXX.XXX-47	IVONE MEZNEK LEMOS	1	S100	GUARAPUAVA	GUARAPUAVA, C E VISC DE-EF M N PROFIS	EQUIPE PEDAGOGICA	20	25/09/2026-20/10/2026
029.XXX.XXX-13	JOSE CARLOS LICHESCHI BARBOSA	1	S100	QUATRO PONTES	QUATRO PONTES, C E-EF ETI EM	COORD DE AREA	4	21/10/2026-31/12/2026
029.XXX.XXX-13	JOSE CARLOS LICHESCHI BARBOSA	1	S100	QUATRO PONTES	QUATRO PONTES, C E-EF ETI EM	COORD DE AREA	4	21/10/2026-31/12/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

968.XXX.XXX-72	JOSIANE ROSA BARBOSA	10	S100	FOZ DO IGUACU	CENTRO EST EDUC PROFIS MANOEL M PENA	COORD DE CURSO	5	23/09/2026-24/09/2026
968.XXX.XXX-72	JOSIANE ROSA BARBOSA	10	S100	FOZ DO IGUACU	CENTRO EST EDUC PROFIS MANOEL M PENA	COORD DE CURSO	5	26/08/2026-22/09/2026
559.XXX.XXX-91	LIGIA MOREIRA DE CARVALHO	2	S100	MARINGA	MARCO A PIMENTA, C E C-M -EFMP	EQUIPE PEDAGOGICA	20	11/09/2026-10/10/2026
007.XXX.XXX-63	LIZZIE SERRA KOEPSEL	1	S100	CASTRO	BASILIO CHRUM, E E PROF-EF ETI	DIRETOR	10	30/09/2026-14/11/2026
007.XXX.XXX-63	LIZZIE SERRA KOEPSEL	1	S100	CASTRO	BASILIO CHRUM, E E PROF-EF ETI	DIRETOR	10	30/09/2026-14/11/2026
007.XXX.XXX-63	LIZZIE SERRA KOEPSEL	1	S100	CASTRO	BASILIO CHRUM, E E PROF-EF ETI	DIRETOR	10	30/09/2026-14/11/2026
025.XXX.XXX-80	VANILDE MOREIRA LEITE	3	S100	AMPERE	CECILIA MEIRELES, C E-EF M PROFIS	PROF INTERPRETE	21	21/09/2026-31/12/2026
639.XXX.XXX-15	VERA LUCIA MARTINS ORTOLAN	1	S100	PONTA GROSSA	JESUS DIVINO OPERARIO, E E-EF	EQUIPE PEDAGOGICA	20	05/10/2026-15/10/2026

Curitiba, 05 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138386/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 4927/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte que designou os mencionados servidores, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
041.XXX.XXX-39	ADRIANO JOSE FREY	1	QFEB	PALOTINA	SANTO AGOSTINHO, C E-EF M ETI P N	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0215516-01/06/2016 a partir de 25/09/2026
041.XXX.XXX-39	ADRIANO JOSE FREY	1	QFEB	PALOTINA	SANTO AGOSTINHO, C E-EF M ETI P N	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0215516-01/06/2016 a partir de 25/09/2026
055.XXX.XXX-79	ADRILAINE LUZIA SOARES	6	QPM	ARAPOTI	CARMELINA F PEDROSO, C E-EF M ETI PROF	DIRETOR	20	R0384426-05/08/2026 a partir de 24/09/2026
047.XXX.XXX-50	ANA CRISTINA DIAS LOPES	1	QFEB	FAZENDA RIO GRANDE	ABILIO LOURENCO DOS SANTOS, C E-EFMPN	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0029026-27/01/2026 a partir de 22/09/2026
047.XXX.XXX-50	ANA CRISTINA DIAS LOPES	1	QFEB	FAZENDA RIO GRANDE	ABILIO LOURENCO DOS SANTOS, C E-EFMPN	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0029026-27/01/2026 a partir de 22/09/2026
054.XXX.XXX-23	ANDERSON RODRIGUES NUNES	1	QFEB	CAMPO MOURAO	CEEP AGRIC DE C MOURAO DEP DARCY DEITOS	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0324222-07/06/2022 a partir de 01/10/2026
054.XXX.XXX-23	ANDERSON RODRIGUES NUNES	1	QFEB	CAMPO MOURAO	CEEP AGRIC DE C MOURAO DEP DARCY DEITOS	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0324222-07/06/2022 a partir de 01/10/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

940.XXX.XXX-87	ANDREIA PATRICIA CARVALHO DO NASCIMENTO	1	QPM	CASCAVEL	FRANCISCO L DA SILVA, C E PROF-EF M PROF	DIRETOR	20	R0203726-05/05/2026 a partir de 26/06/2026
943.XXX.XXX-04	CARLA JIONARA CORREA DO VALLE	1	QPM	CURITIBA	BRANCA DO N MIRANDA, C E DONA-E F M P	DIRETOR AUXILIAR	20	R0384426-05/08/2026 a partir de 21/09/2026
022.XXX.XXX-43	CELIA BATISTA PADILHA GOLANOSKI	3	QPM	SANTA MARIA DO OESTE	JOSE DE ANCHIETA, C E-EF M ETI	DIRETOR AUXILIAR	20	R0443225-08/08/2025 a partir de 21/09/2026
037.XXX.XXX-03	CESAR ALEXANDRE CARNEIRO GONCALVES	1	QPM	CASTRO	AMELIA M BARRETO VAZ, CE PROF-EFM ETI P	DIRETOR AUXILIAR	20	R0105626-03/03/2026 a partir de 28/09/2026
062.XXX.XXX-65	CRISTIANE DAS DORES SILVA DA ROCHA	1	QFEB	IVAIPORA	SANTA BARBARA, E E C-EF	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0806123-16/11/2023 a partir de 12/10/2026
062.XXX.XXX-65	CRISTIANE DAS DORES SILVA DA ROCHA	1	QFEB	IVAIPORA	SANTA BARBARA, E E C-EF	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0806123-16/11/2023 a partir de 12/10/2026
005.XXX.XXX-63	DENNY CESAR FARIA	1	QPM	RONDON	BARROSO, C E ALM - EF M	DIRETOR	20	R0348426-22/07/2026 a partir de 01/10/2026
005.XXX.XXX-63	DENNY CESAR FARIA	2	QPM	RONDON	BARROSO, C E ALM - EF M	DIRETOR	20	R0348426-22/07/2026 a partir de 01/10/2026
081.XXX.XXX-26	ELENICE DE CASTRO MEIRA MUZZOLON	10	REPR	CANTAGALO	CAVACO, C E C DE -E F M	DIRETOR	20	R0764025-18/12/2025 a partir de 29/09/2026
081.XXX.XXX-26	ELENICE DE CASTRO MEIRA MUZZOLON	10	REPR	CANTAGALO	CAVACO, C E C DE -E F M	DIRETOR	20	R0764025-18/12/2025 a partir de 29/09/2026
881.XXX.XXX-49	ELIANE BAVARESCO	91	QFEB	TOLEDO	TOLEDO, C A E DE-EM PROF INTEGRADO	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0521921-29/10/2021 a partir de 25/09/2026
881.XXX.XXX-49	ELIANE BAVARESCO	91	QFEB	TOLEDO	TOLEDO, C A E DE-EM PROF INTEGRADO	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0521921-29/10/2021 a partir de 25/09/2026
038.XXX.XXX-33	ELIANE KROCHINSKI CECCATTO	1	QFEB	RIO BONITO DO IGUACU	LUDOVICA SAFRAIDER, C E-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0658817-15/12/2017 a partir de 01/10/2026
038.XXX.XXX-33	ELIANE KROCHINSKI CECCATTO	1	QFEB	RIO BONITO DO IGUACU	LUDOVICA SAFRAIDER, C E-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0658817-15/12/2017 a partir de 01/10/2026
667.XXX.XXX-00	IRINEU TOLOMEOTTI JUNIOR	1	QFEB	MARINGA	IPIRANGA, C E C-M-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0503225-09/09/2025 a partir de 02/10/2026
667.XXX.XXX-00	IRINEU TOLOMEOTTI JUNIOR	1	QFEB	MARINGA	IPIRANGA, C E C-M-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0503225-09/09/2025 a partir de 02/10/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

068.XXX.XXX-55	JULIANA CAROLINE CHIAFITELA LOCH	4	QPM	COLOMBO	JOAO GUENO, C E-EF M PROFIS	DIRETOR	20	R0764025-18/12/2025 a partir de 01/09/2026
068.XXX.XXX-55	JULIANA CAROLINE CHIAFITELA LOCH	5	QPM	COLOMBO	JOAO GUENO, C E-EF M PROFIS	DIRETOR	20	R0764025-18/12/2025 a partir de 01/09/2026
803.XXX.XXX-04	LORENA PILOTTI	1	QPM	LOANDA	JOAO PAULO II, E-EI EF MOD ED ESP	DIRETOR AUXILIAR-TEC ESC CONV	20	R0465024-26/07/2024 a partir de 14/09/2026
568.XXX.XXX-34	LUCIMERI LOPES DE FARIAS DUARTE	1	QFEB	PARANAGUA	VIDAL VANHONI, C E C-M PROF -EFM	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0105525-25/02/2025 a partir de 30/09/2026
568.XXX.XXX-34	LUCIMERI LOPES DE FARIAS DUARTE	1	QFEB	PARANAGUA	VIDAL VANHONI, C E C-M PROF -EFM	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0105525-25/02/2025 a partir de 30/09/2026
050.XXX.XXX-93	LUIZ FERNANDO CUNHA MELLO	1	QFEB	CASTRO	ANTONIO E MARCOS CAVANIS, C E-EF M PROFI	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0006322-06/01/2022 a partir de 23/09/2026
050.XXX.XXX-93	LUIZ FERNANDO CUNHA MELLO	1	QFEB	CASTRO	ANTONIO E MARCOS CAVANIS, C E-EF M PROFI	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0006322-06/01/2022 a partir de 23/09/2026
017.XXX.XXX-01	MARCIA ELIANE BELTRAMI TAVARES	1	QFEB	IBIPORA	OLAVO BILAC, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0094926-25/02/2026 a partir de 02/10/2026
017.XXX.XXX-01	MARCIA ELIANE BELTRAMI TAVARES	1	QFEB	IBIPORA	OLAVO BILAC, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0094926-25/02/2026 a partir de 02/10/2026
747.XXX.XXX-49	RAQUEL SANT ANA MARTINS	1	QPM	PARANAGUA	ALBERTO GOMES VEIGA, C E-EM PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	R0492826-05/10/2026 a partir de 21/09/2026
005.XXX.XXX-90	RENATO ZENI FAGUNDES	1	QPM	PINHAIS	ARNALDO F BUSATO,C E DEP-EF M N PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	R0032426-28/01/2026 a partir de 01/10/2026
015.XXX.XXX-57	ROSANGELA APARECIDA APOLINARIO SCHVANKE	1	QFEB	SANTA TEREZA DO OESTE	ARTUR AGOSTINI, C E C-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0040625-30/01/2025 a partir de 01/10/2026
015.XXX.XXX-57	ROSANGELA APARECIDA APOLINARIO SCHVANKE	1	QFEB	SANTA TEREZA DO OESTE	ARTUR AGOSTINI, C E C-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0040625-30/01/2025 a partir de 01/10/2026
865.XXX.XXX-15	SILVANA FRANZON MOSCONI	2	QPM	PONTA GROSSA	MARIA DE L CANZIANI, E PROFA-EI EF M EE	DIRETOR-TEC ESC CONV	20	R0363326-29/07/2026 a partir de 03/09/2026
638.XXX.XXX-34	SUELI AUGUSTI LIRA MACHADO	1	QPM	LOANDA	JOAO PAULO II, E-EI EF MOD ED ESP	DIRETOR-TEC ESC CONV	20	R0070618-23/02/2018 a partir de 14/09/2026
064.XXX.XXX-73	TIAGO MARINHO DA SILVA	11	QPM	BANDEIRANTES	JUVENAL MESQUITA, C E-EF ETI EM	DIRETOR	20	R0384426-05/08/2026 a partir de 01/10/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

971.XXX. XXX-91	VALDEMIR LINKE	1	QPM	CASCAVEL	FRANCISCO L DA SILVA, C E PROF-EF M PROF	DIRETOR AUXILIAR	20	R0203726-05/05/2026 a partir de 26/06/2026
971.XXX. XXX-91	VALDEMIR LINKE	2	QPM	CASCAVEL	FRANCISCO L DA SILVA, C E PROF-EF M PROF	DIRETOR AUXILIAR	20	R0203726-05/05/2026 a partir de 26/06/2026
846.XXX. XXX-10	VERA LUCIA WOLLZ	99	QPM	ARAPOTI	CARMELINA F PEDROSO, C E-EF M ETI PROF	DIRETOR AUXILIAR	20	R0385826-06/08/2026 a partir de 01/10/2026
650.XXX. XXX-49	VOLMIR ANTONIO BEGNINI	1	QPM	MEDIANEIRA	OLAVO BILAC, C E-EF M ETI	DIRETOR AUXILIAR	20	R0170725-26/03/2025 a partir de 01/10/2026

Curitiba, 05 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138387/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 4928/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
053.XXX. XXX-00	ADRIANA MARIA DE BORBA	1	QFEB	RIO BONITO DO IGUACU	LUDOVICA SAFRAIDER, C E-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 01/10/2026
053.XXX. XXX-00	ADRIANA MARIA DE BORBA	1	QFEB	RIO BONITO DO IGUACU	LUDOVICA SAFRAIDER, C E-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 01/10/2026
793.XXX. XXX-10	ADRIANA REGINA LEAL	1	QFEB	CURITIBA	JOAO PAULO II, C E C-M EFMP	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 28/09/2026
793.XXX. XXX-10	ADRIANA REGINA LEAL	1	QFEB	CURITIBA	JOAO PAULO II, C E C-M EFMP	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 28/09/2026
041.XXX. XXX-39	ADRIANO JOSE FREY	1	QFEB	TOLEDO	TOLEDO, C A E DE-EM PROF INTEGRADO	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 25/09/2026
041.XXX. XXX-39	ADRIANO JOSE FREY	1	QFEB	TOLEDO	TOLEDO, C A E DE-EM PROF INTEGRADO	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 25/09/2026
036.XXX. XXX-98	ANDRE APARECIDO DOS SANTOS	99	QPM	ARAPOTI	CARMELINA F PEDROSO, C E-EF M ETI PROF	DIRETOR	20	A partir de 24/09/2026
940.XXX. XXX-87	ANDREIA PATRICIA CARVALHO DO NASCIMENTO	1	QPM	CASCAVEL	FRANCISCO L DA SILVA, C E PROF-EF M PROF	DIRETOR	20	A partir de 26/06/2026
045.XXX. XXX-40	ANDREY FRANCISCO RIBEIRO	1	QFEB	IBIPORA	OLAVO BILAC, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 02/10/2026
045.XXX. XXX-40	ANDREY FRANCISCO RIBEIRO	1	QFEB	IBIPORA	OLAVO BILAC, C E-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 02/10/2026
028.XXX. XXX-07	BERNARDETE MARIA COSTA	2	QPM	MEDIANEIRA	BELO HORIZONTE, C E-EF M PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 15/09/2026
022.XXX. XXX-43	CELIA BATISTA PADILHA GOLANOSKI	3	QPM	SANTA MARIA DO OESTE	JOSE DE ANCHIETA, C E-EF M ETI	DIRETOR	20	A partir de 21/09/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

022.XXX.XXX-43	CELIA BATISTA PADILHA GOLANOSKI	3	QPM	SANTA MARIA DO OESTE	JOSE DE ANCHIETA, C E-EF M ETI	DIRETOR	20	A partir de 21/09/2026
037.XXX.XXX-03	CESAR ALEXANDRE CARNEIRO GONCALVES	1	QPM	CASTRO	JARDIM DAS ARAUCARIAS, E E-EF	DIRETOR	20	A partir de 28/09/2026
037.XXX.XXX-28	CLAUDIA REGINA SCHARAN	1	QFEB	CAMPO MOURAO	CEEP AGRIC DE C MOURAO DEP DARCY DEITOS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 01/10/2026
037.XXX.XXX-28	CLAUDIA REGINA SCHARAN	1	QFEB	CAMPO MOURAO	CEEP AGRIC DE C MOURAO DEP DARCY DEITOS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 01/10/2026
062.XXX.XXX-65	CRISTIANE DAS DORES SILVA DA ROCHA	1	QFEB	ARAPUA	ARAPUA, C E DE-EF ETI EM	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 12/10/2026
062.XXX.XXX-65	CRISTIANE DAS DORES SILVA DA ROCHA	1	QFEB	ARAPUA	ARAPUA, C E DE-EF ETI EM	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 12/10/2026
023.XXX.XXX-67	CRISTIANO DA COSTA	1	QFEB	CASTRO	ANTONIO E MARCOS CAVANIS, C E-EF M PROFI	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 29/09/2026
023.XXX.XXX-67	CRISTIANO DA COSTA	1	QFEB	CASTRO	ANTONIO E MARCOS CAVANIS, C E-EF M PROFI	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 29/09/2026
019.XXX.XXX-95	FABIANA CHRISTINA GOMES	2	QPM	PINHAIS	SPRENGER, C E TEN-EF M N PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 18/08/2026
667.XXX.XXX-00	IRINEU TOLOMEOTTI JUNIOR	1	QFEB	MARINGA	IPIRANGA, C E C-M-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 02/10/2026
667.XXX.XXX-00	IRINEU TOLOMEOTTI JUNIOR	1	QFEB	MARINGA	IPIRANGA, C E C-M-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 02/10/2026
024.XXX.XXX-88	JEOVANIA FABRO	1	QPM	PATO BRANCO	PEDRO TATTO, C E - EFM	DIRETOR	20	A partir de 23/09/2026
024.XXX.XXX-88	JEOVANIA FABRO	2	QPM	PATO BRANCO	PEDRO TATTO, C E - EFM	DIRETOR	20	A partir de 23/09/2026
061.XXX.XXX-03	JOICE ADRIANE DE OLIVEIRA DA SILVA	1	QFEB	FAZENDA RIO GRANDE	ABILIO LOURENCO DOS SANTOS, C E-EFMPN	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 22/09/2026
061.XXX.XXX-03	JOICE ADRIANE DE OLIVEIRA DA SILVA	1	QFEB	FAZENDA RIO GRANDE	ABILIO LOURENCO DOS SANTOS, C E-EFMPN	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 22/09/2026
977.XXX.XXX-87	JOSE LUIS FREIRES DE ARAUJO	2	QPM	PINHAIS	ARNALDO F BUSATO,C E DEP-EF M N PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 01/10/2026
068.XXX.XXX-55	JULIANA CAROLINE CHIAFITELA LOCH	4	QPM	COLOMBO	JOAO GUENO, C E-EF M PROFIS	DIRETOR	20	A partir de 01/09/2026
068.XXX.XXX-55	JULIANA CAROLINE CHIAFITELA LOCH	5	QPM	COLOMBO	JOAO GUENO, C E-EF M PROFIS	DIRETOR	20	A partir de 01/09/2026
045.XXX.XXX-14	LIDIANE RIBEIRO DE SORDI	1	QFEB	PALOTINA	SANTO AGOSTINHO, C E-EF M ETI P N	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 25/09/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

045.XXX.XXX-14	LIDIANE RIBEIRO DE SORDI	1	QFEB	PALOTINA	SANTO AGOSTINHO, C E-EF M ETI P N	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 25/09/2026
803.XXX.XXX-04	LORENA PILOTTI	1	QPM	LOANDA	JOAO PAULO II, E-EI EF MOD ED ESP	DIRETOR-TEC ESC CONV	20	A partir de 14/09/2026
518.XXX.XXX-87	LOURDES VILCZAK DOS SANTOS	1	QPM	GUARAPUAVA	CEEBJA NOVA VISAO-EF M	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 28/09/2026
064.XXX.XXX-01	LUCAS HENRIQUE DA SILVA RASTELLI	6	QPM	RONDON	BARROSO, C E ALM - EF M	DIRETOR	20	A partir de 01/10/2026
934.XXX.XXX-91	LUCIANE SOARES	1	QPM	ARAPOTI	CARMELINA F PEDROSO, C E-EF M ETI PROF	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 01/10/2026
747.XXX.XXX-49	RAQUEL SANT ANA MARTINS	1	QPM	PARANAGUA	ALBERTO GOMES VEIGA, C E-EM PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 21/09/2026
747.XXX.XXX-49	RAQUEL SANT ANA MARTINS	2	QPM	PARANAGUA	ALBERTO GOMES VEIGA, C E-EM PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 21/09/2026
009.XXX.XXX-26	RENAN CESCO DE JESUS	2	QPM	CURITIBA	BRANCA DO N MIRANDA, C E DONA-E F M P	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 01/10/2026
038.XXX.XXX-83	RODRIGO RONALD DA SILVA	2	QFEB	PARANAGUA	VIDAL VANHONI, C E C-M PROF -EFM	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 01/10/2026
038.XXX.XXX-83	RODRIGO RONALD DA SILVA	2	QFEB	PARANAGUA	VIDAL VANHONI, C E C-M PROF -EFM	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 01/10/2026
031.XXX.XXX-56	ROSANA SILVA DE OLIVEIRA MARQUES	92	QPM	CURITIBA	DOMINGOS ZANLORENZI, C E C-M-EFM ETI P	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 01/10/2026
031.XXX.XXX-56	ROSANA SILVA DE OLIVEIRA MARQUES	93	QPM	CURITIBA	DOMINGOS ZANLORENZI, C E C-M-EFM ETI P	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 01/10/2026
015.XXX.XXX-57	ROSANGELA APARECIDA APOLINARIO SCHVANKE	1	QFEB	SANTA TEREZA DO OESTE	ARTUR AGOSTINI, C E C-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 01/10/2026
015.XXX.XXX-57	ROSANGELA APARECIDA APOLINARIO SCHVANKE	1	QFEB	SANTA TEREZA DO OESTE	ARTUR AGOSTINI, C E C-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 01/10/2026
705.XXX.XXX-59	SIRLENE KOSOUSKI BALDISSERA	1	QPM	CANTAGALO	OLAVO BILAC, C E-EF M N PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 16/09/2026
638.XXX.XXX-34	SUELI AUGUSTI LIRA MACHADO	1	QPM	LOANDA	JOAO PAULO II, E-EI EF MOD ED ESP	DIRETOR AUXILIAR-TEC ESC CONV	20	A partir de 14/09/2026
008.XXX.XXX-62	TIAGO GULANOSKI	10	QPM	SANTA MARIA DO OESTE	JOSE DE ANCHIETA, C E-EF M ETI	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 21/09/2026
971.XXX.XXX-91	VALDEMIR LINKE	1	QPM	CASCAVEL	FRANCISCO L DA SILVA, C E PROF-EF M PROF	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 26/06/2026
971.XXX.XXX-91	VALDEMIR LINKE	2	QPM	CASCAVEL	FRANCISCO L DA SILVA, C E PROF-EF M PROF	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 26/06/2026
019.XXX.XXX-08	VIVIANE BERGAMINI FONTEQUE	2	MUN	LONDRINA	TIRADENTES, E E-EF ETI	DIRETOR	20	A partir de 25/02/2026

Curitiba, 05 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138388/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 4929/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte que designou os mencionados servidores, para responderem pelas funções que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
033.XXX.XXX-73	ELISANDRA APARECIDA SCHROEDER	2	QPM	GUARAPUAVA	NEWTON FELIPE ALBACH, C E-EF M	DIRETOR	20	R0444926-04/09/2026 a partir de 21/09/2026
033.XXX.XXX-73	ELISANDRA APARECIDA SCHROEDER	3	QPM	GUARAPUAVA	NEWTON FELIPE ALBACH, C E-EF M	DIRETOR	20	R0444926-04/09/2026 a partir de 21/09/2026
050.XXX.XXX-47	PRISCILA DE LIMA RIBEIRO TAVARES	1	QFEB	PARANAGUA	ZILAH DOS S BATISTA, CEC-M PROFA-EFMP	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0272826-08/06/2026 a partir de 01/10/2026
050.XXX.XXX-47	PRISCILA DE LIMA RIBEIRO TAVARES	1	QFEB	PARANAGUA	ZILAH DOS S BATISTA, CEC-M PROFA-EFMP	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0272826-08/06/2026 a partir de 01/10/2026

Curitiba, 05 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138389/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 4930/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
857.XXX.XXX-34	ANDREIA GONSALVES MIGUEL	1	QFEB	CURITIBA	COLBACCHINI, E E PE-EF ETI	SECRETARIO/ESCOLA	20	14/09/2026-13/10/2026
857.XXX.XXX-34	ANDREIA GONSALVES MIGUEL	1	QFEB	CURITIBA	COLBACCHINI, E E PE-EF ETI	SECRETARIO/ESCOLA	20	14/10/2026-31/10/2026
857.XXX.XXX-34	ANDREIA GONSALVES MIGUEL	1	QFEB	CURITIBA	COLBACCHINI, E E PE-EF ETI	SECRETARIO/ESCOLA	20	14/09/2026-13/10/2026
857.XXX.XXX-34	ANDREIA GONSALVES MIGUEL	1	QFEB	CURITIBA	COLBACCHINI, E E PE-EF ETI	SECRETARIO/ESCOLA	20	14/10/2026-31/10/2026
007.XXX.XXX-63	LIZZIE SERRA KOEPSEL	1	QPM	CASTRO	BASILIO CHRUM, E E PROF-EF ETI	DIRETOR	10	30/09/2026-14/11/2026
050.XXX.XXX-47	PRISCILA DE LIMA RIBEIRO TAVARES	1	QFEB	PARANAGUA	ZILAH DOS S BATISTA, CEC-M PROFA-EFMP	SECRETARIO/ESCOLA	20	01/10/2026-31/10/2026
050.XXX.XXX-47	PRISCILA DE LIMA RIBEIRO TAVARES	1	QFEB	PARANAGUA	ZILAH DOS S BATISTA, CEC-M PROFA-EFMP	SECRETARIO/ESCOLA	20	01/10/2026-31/10/2026
883.XXX.XXX-04	VERA LUCIA VIDOTTI NUNES	3	QFEB	CURITIBA	LYSIMACO F COSTA, C E PROF-EF M P	SECRETARIO/ESCOLA	20	22/09/2026-12/10/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

883.XXX.XXX-04	VERA LUCIA VIDOTTI NUNES	3	QFEB	CURITIBA	LYSIMACO F COSTA, C E PROF-EF M P	SECRETARIO/ESCOLA	20	22/09/2026-12/10/2026
883.XXX.XXX-04	VERA LUCIA VIDOTTI NUNES	3	QFEB	CURITIBA	LYSIMACO F COSTA, C E PROF-EF M P	SECRETARIO/ESCOLA	20	10/11/2026-19/11/2026
883.XXX.XXX-04	VERA LUCIA VIDOTTI NUNES	3	QFEB	CURITIBA	LYSIMACO F COSTA, C E PROF-EF M P	SECRETARIO/ESCOLA	20	10/11/2026-19/11/2026

Curitiba, 05 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138390/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 4956/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte de designou os mencionados servidores como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
609.XXX.XXX-87	APARECIDA GONCALVES DOS SANTOS	1	S100	SERTANEJA	ANTONIO BITONTI, E E C-M PROF-EF	PROF DA LEI 15308/06	1	R0067417-03/03/2017 a partir de 19/09/2026
995.XXX.XXX-68	CLEUSA LUZIA CARNEIRO	91	S100	VENTANIA	ARCO-IRIS, E-EI EF MOD ED ESP	COORD PEDAGOGI-CO-TEC ESC CONV	20	R0019020-09/01/2020 a partir de 15/09/2026
695.XXX.XXX-15	DEJANIRA RODRIGUES PECANHA MOROVIS AMARAL	2	S100	MARINGA	GASTAO VIDIGAL, C E DR-EF M PROFIS	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	R0492426-05/10/2026 a partir de 29/09/2026
036.XXX.XXX-70	ELIZABETH CRISTINA FROMA	1	SACH	CURITIBA	SEED/NAS-CONT	APOIO TECNICO ADMINISTRATIVO	20	R0452426-16/09/2026 a partir de 13/10/2026
722.XXX.XXX-87	FULVIA CRISTIAN ROCCO DOS SANTOS	1	S100	IBIPORA	OLAVO BILAC, C E-EF M PROFIS	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	R0094626-25/02/2026 a partir de 11/09/2026
722.XXX.XXX-87	FULVIA CRISTIAN ROCCO DOS SANTOS	1	S100	IBIPORA	UNIDADE P KAROLINE V A LUAN A S,C E-EFMP	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	20	R0094626-25/02/2026 a partir de 11/09/2026
754.XXX.XXX-04	IRENE EUFRASIO GALINA	2	S100	INAJA	RIO BRANCO, C E BAR DO-EF M ETI	PROF DA LEI 15308/06	1	R0105125-25/02/2025 a partir de 07/10/2026
488.XXX.XXX-15	JACY DE WITT MOTTA MACHADO	4	S100	AMPERE	CANDIDO PORTINARI, C E C-M-EF M	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0048026-03/02/2026 a partir de 12/09/2026
967.XXX.XXX-49	JANAINA CORTZ CARVALHO SPADACCINI	1	S100	ANDIRA	BARBOSA FERRAZ, C E-EF M ETI	PROF DA LEI 15308/06	1	R0071018-23/02/2018 a partir de 11/09/2026
870.XXX.XXX-91	JOCELI SADLOSKI KOPPE	1	S100	COLOMBO	JOAO R DE CAMARGO, C E C-M E F M P	DIRETOR AUXILIAR	20	R0105125-25/02/2025 a partir de 11/09/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

622.XXX.XXX-49	MARIA CRISTINA GIOVANNETTI ALVES	1	S100	CURITIBA	NEWTON F DA COSTA, C E-EF M_ETI	PROF DA LEI 15308/06	7	R0006722-06/01/2022 a partir de 11/09/2026
673.XXX.XXX-53	MARIA LUIZA MARCHI DE GOUVEA	1	S100	ARAPONGAS	UNIDADE POLO, C E-EF M PROFIS	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0044726-02/02/2026 a partir de 19/09/2026
125.XXX.XXX-50	ROSEMARY ATAIDE RICCO PARAIZO	1	SACH	JACAREZINHO	NUCLEO REG EDUCACAO - JACAREZINHO	EMBAIXADOR DE REDACAO PARANA	20	R0196025-08/04/2025 a partir de 19/09/2026
690.XXX.XXX-34	SIRLEI MOREIRA PADILHA	91	S100	CONTENDA	ZILOAH DE M CARVALHO C E PROFA-EF M P	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0057726-06/02/2026 a partir de 06/10/2026
581.XXX.XXX-87	VANIA DENISE DORE	2	S100	MARINGA	ALBERTO J BYINGTON JR, C EC-M-EF M PROFI	PROF DA LEI 15308/06	10	R0420116-22/09/2016 a partir de 19/09/2026
817.XXX.XXX-91	VERA LUCIA COLASSO MICHALZECHEN	1	SACH	CURITIBA	SEED/DG/UTCP/PE	APOIO TECNICO ADMINISTRATIVO	20	R0028726-27/01/2026 a partir de 19/09/2026
975.XXX.XXX-72	YOLANDA RIGONI VIDA	1	S100	PALMEIRA	QUERO QUERO, E E DO C-EF	PROF DA LEI 15308/06	5	R0388426-07/08/2026 a partir de 14/10/2026
975.XXX.XXX-72	YOLANDA RIGONI VIDA	1	S100	PALMEIRA	LEONARDO SALATA, E E C PROF -EF	PROF DA LEI 15308/06	10	R0388426-07/08/2026 a partir de 14/10/2026
975.XXX.XXX-72	YOLANDA RIGONI VIDA	1	S100	PALMEIRA	HENRIQUE STADLER, C E C-EF M	PROF DA LEI 15308/06	1	R0388426-07/08/2026 a partir de 14/10/2026

Curitiba, 06 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138391/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 4957/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
704.XXX.XXX-34	ANGELITA DO ROCIO SCARPIM FREITAS	56	S100	COLOMBO	LINDAMIR ALBERTI, C E-E F M P	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	20	A partir de 30/09/2026
695.XXX.XXX-15	DEJANIRA RODRIGUES PECANHA MOROVIS AMARAL	2	S100	MARINGA	GASTAO VIDIGAL, C E DR-EF M PROFIS	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	A partir de 29/09/2026
036.XXX.XXX-70	ELIZABETH CRISTINA FROMA	1	SACH	CURITIBA	SEED/DEDUC/NAAI/CPG M	TEC PEDAGOGICO	20	A partir de 13/10/2026
038.XXX.XXX-50	FABIO DOS SANTOS LIMA	3	S100	DIAMANTE DO NORTE	CENTRO EST EDUC PROFIS DO NOROESTE	SUPORTE TECNICO	3	A partir de 24/08/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

038.XXX.XXX-50	FABIO DOS SANTOS LIMA	3	S100	DIAMANTE DO NORTE	CENTRO EST EDUC PROFIS DO NOROESTE	SUPORTE TECNICO	3	A partir de 24/08/2026
754.XXX.XXX-04	IRENE EUFRASIO GALINA	2	S100	INAJA	RIO BRANCO, C E BAR DO-EF M ETI	PROF DA LEI 15308/06	1	A partir de 07/10/2026
005.XXX.XXX-25	MIRIAN MUNIZ	64	S100	PATO BRANCO	PATO BRANCO, C E DE-EF M PROFIS N	EQUIPE PEDAGOGICA	20	A partir de 01/10/2026
975.XXX.XXX-72	YOLANDA RIGONI VIDA	1	S100	PALMEIRA	CENTRO EST EDUC PROFIS AG GETULIO VARGAS	PROF DA LEI 15308/06	16	A partir de 14/10/2026

Curitiba, 06 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138392/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 4958/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
752.XXX.XXX-68	BIBIANI DE LOURDES PEREIRA MUNHOZ	1	S100	MARECHAL CANDIDO RONDON	PAULO FREIRE, C E-EF ETI EM	EQUIPE PEDAGOGICA	20	26/08/2026-05/09/2026
752.XXX.XXX-68	BIBIANI DE LOURDES PEREIRA MUNHOZ	1	S100	MARECHAL CANDIDO RONDON	PAULO FREIRE, C E-EF ETI EM	EQUIPE PEDAGOGICA	20	06/09/2026-31/12/2026

Curitiba, 06 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138393/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 4959/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte que designou os mencionados servidores, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
566.XXX.XXX-34	EDNA APARECIDA MACEDO DE MEDEIROS	1	QFEB	LONDRINA	BENJAMIN CONSTANT, C E-EF M ETI	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0018921-08/01/2021 a partir de 11/09/2026
566.XXX.XXX-34	EDNA APARECIDA MACEDO DE MEDEIROS	1	QFEB	LONDRINA	BENJAMIN CONSTANT, C E-EF M ETI	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0018921-08/01/2021 a partir de 11/09/2026
819.XXX.XXX-49	ELHANE DE FATIMA FRITSCH CARARO	2	QPM	TURVO	EDVALDO E MARIA CARN, CE PROF-EFM ETI	DIRETOR	20	R0013025-10/01/2025 a partir de 06/10/2026
819.XXX.XXX-49	ELHANE DE FATIMA FRITSCH CARARO	1	QPM	TURVO	EDVALDO E MARIA CARN, CE PROF-EFM ETI	DIRETOR	20	R0013025-10/01/2025 a partir de 06/10/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

840.XXX.XXX-49	EVELICE MARIA BUENO TANAMATI	1	QPM	LONDRINA	JOSE CARLOS PINOTTI, C E PROF-EF M	DIRETOR AUXILIAR	20	R0094926-25/02/2026 a partir de 15/09/2026
870.XXX.XXX-91	JOCELI SADLOSKI KOPPE	1	QPM	COLOMBO	JOAO R DE CAMARGO, C E C-M E F M P	DIRETOR AUXILIAR	20	R0034625-28/01/2025 a partir de 11/09/2026
801.XXX.XXX-49	VERA LUCIA CAZATTI	1	QFEB	PONTA GROSSA	REGENTE FEIJO, C E-EMP	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0388726-07/08/2026 a partir de 06/10/2026
801.XXX.XXX-49	VERA LUCIA CAZATTI	1	QFEB	PONTA GROSSA	REGENTE FEIJO, C E-EMP	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0388726-07/08/2026 a partir de 06/10/2026

Curitiba, 06 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138394/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 4960/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
042.XXX.XXX-01	ADRIANA APARECIDA DE LARA CAVASSIN	1	QFEB	RIO BRANCO DO SUL	HILDA FARIA FRANCO, E E PROFA-EF	SECRETARIO/ESCOLA	20	14/09/2026-23/09/2026
042.XXX.XXX-01	ADRIANA APARECIDA DE LARA CAVASSIN	1	QFEB	RIO BRANCO DO SUL	HILDA FARIA FRANCO, E E PROFA-EF	SECRETARIO/ESCOLA	20	14/09/2026-23/09/2026
042.XXX.XXX-01	ADRIANA APARECIDA DE LARA CAVASSIN	1	QFEB	RIO BRANCO DO SUL	HILDA FARIA FRANCO, E E PROFA-EF	SECRETARIO/ESCOLA	20	24/09/2026-09/10/2026
042.XXX.XXX-01	ADRIANA APARECIDA DE LARA CAVASSIN	1	QFEB	RIO BRANCO DO SUL	HILDA FARIA FRANCO, E E PROFA-EF	SECRETARIO/ESCOLA	20	24/09/2026-09/10/2026

Curitiba, 06 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138395/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 4983/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte de designou os mencionados servidores como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
017.XXX.XXX-36	ANA CRISTINA GERMANO TREVISAN	1	S100	RONDON	BARROSO, C E ALM - EF M	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	R0094626-25/02/2026 a partir de 02/10/2026
919.XXX.XXX-82	JOSE CARLOS BATISTA	1	S100	CASCAVEL	WILSON JOFFRE, C E-EF M N PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	6	R0003526-06/01/2026 a partir de 14/10/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

919.XXX.XXX-82	JOSE CARLOS BATISTA	1	S100	CASCAVEL	WILSON JOFFRE, C E-EF M N PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	1	R0003526-06/01/2026 a partir de 14/10/2026
056.XXX.XXX-62	SUELEN BALERO DE PAULA PETROLI	2	SACH	LONDRINA	NUCLEO REG EDUCACAO - LONDRINA	ASSISTENTE TECNICO - NRE	20	R0315526-03/07/2026 a partir de 05/10/2026
237.XXX.XXX-91	VIRGINIA DE LUNA VASEL	92	S100	CURITIBA	CENTRO EST EDUC PROFIS DE CURITIBA	SUPORTE TECNICO	1	R0498426-07/10/2026 a partir de 19/09/2026

Curitiba, 07 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138396/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 4984/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
043.XXX.XXX-30	CELI DAMAS DOS SANTOS	1	SACH	COLOMBO	NUCLEO REG EDUCACAO - AREA METROP NORTE	EQUIPE DA ED INF E SERIES INIC	20	A partir de 07/10/2026
404.XXX.XXX-15	CLEONIRA APARECIDA FALCAO FRIZZAS	1	S100	CAMPO LARGO	SAO PEDRO E SAO PAULO, C E-EF M	EQUIPE PEDAGOGICA	20	A partir de 04/09/2026
081.XXX.XXX-26	ELENICE DE CASTRO MEIRA MUZZOLON	11	S100	CANTAGALO	CAVACO, C E C DE -E F M	DIRETOR	20	A partir de 29/09/2026
919.XXX.XXX-82	JOSE CARLOS BATISTA	1	S100	CASCAVEL	BRASMADEIRA, C E C-M-EF M PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	5	A partir de 14/10/2026
083.XXX.XXX-09	MARIA TEREZA PEREIRA DA SILVA	6	S100	TOLEDO	JOAO ARNALDO RITT, C E C-M-EF M	EQUIPE PEDAGOGICA	20	A partir de 07/10/2026
056.XXX.XXX-62	SUELEN BALERO DE PAULA PETROLI	2	SACH	LONDRINA	NUCLEO REG EDUCACAO - LONDRINA	EQUIPE DE ENSINO DO NRE	20	A partir de 05/10/2026
237.XXX.XXX-91	VIRGINIA DE LUNA VASEL	92	S100	CURITIBA	CENTRO EST EDUC PROFIS DE CURITIBA	SUPORTE TECNICO	1	A partir de 19/09/2026
237.XXX.XXX-91	VIRGINIA DE LUNA VASEL	92	S100	CURITIBA	CENTRO EST EDUC PROFIS DE CURITIBA	SUPORTE TECNICO	1	A partir de 19/09/2026

Curitiba, 07 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138397/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 4985/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
557.XXX.XXX-49	ANGELA MARIA GASPARIN	1	QPM	MEDIANEIRA	OLAVO BILAC, C E-EF M ETI	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 14/10/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

081.XXX.XXX-26	ELENICE DE CASTRO MEIRA MUZZOLON	11	QPM	CANTAGALO	CAVACO, C E C DE -E F M	DIRETOR	20	A partir de 29/09/2026
063.XXX.XXX-62	HELOISA GOMES BEZERRA	4	QPM	LONDRINA	JOSE CARLOS PINOTTI, C E PROF-EF M	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 21/09/2026
047.XXX.XXX-94	PETERSON DA SILVA	1	QFEB	PATO BRANCO	PEDRO TATTO, C E - EFM	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 01/10/2026
047.XXX.XXX-94	PETERSON DA SILVA	1	QFEB	PATO BRANCO	PEDRO TATTO, C E - EFM	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 01/10/2026
047.XXX.XXX-99	TATIANE SOARES DOS SANTOS	1	QFEB	LONDRINA	BENJAMIN CONSTANT, C E-EF M ETI	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 15/09/2026
047.XXX.XXX-99	TATIANE SOARES DOS SANTOS	1	QFEB	LONDRINA	BENJAMIN CONSTANT, C E-EF M ETI	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 15/09/2026

Curitiba, 07 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138398/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 4986/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
029.XXX.XXX-24	SANDRO FERREIRA DELGADO	11	QPM	PALMAS	ALTO DA GLORIA, C E-EF M PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	17/09/2026-05/10/2026

Curitiba, 07 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138399/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 5010/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
799.XXX.XXX-68	LENITA ASALIN	1	S100	SARANDI	LUIZ ZANCHIM, C E C-M VER-EF M PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	1	A partir de 19/12/2026
008.XXX.XXX-19	MARCELO MACEDO DE OLIVEIRA	1	S100	BANDEIRANTES	JUVENAL MESQUITA, C E-EF ETI EM	DIRETOR	20	A partir de 08/10/2026
238.XXX.XXX-91	NOZOR BELT SAZAR RODRIGUES	2	S100	LONDRINA	HUGO SIMAS, C E C-M-EF M PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	1	A partir de 19/09/2026
543.XXX.XXX-49	ROBSON PACHECO	2	S100	PARAISO DO NORTE	PARAISO DO NORTE, C E-EF M N	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	18	A partir de 07/10/2026
785.XXX.XXX-72	SANDRA REGINA CASARI	1	S100	LONDRINA	ADELIA D BARBOSA, C E C-M PROFA-EF M P	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	A partir de 06/10/2026
029.XXX.XXX-29	SHEILA CRISTINA BAIOCATO MARCHEZONI SAGAVA	1	S100	ASSIS CHATEAUBRIAND	CHATEAUBRIANDENSE, C E-EFMNP	COMPLEMENTACAO	20	A partir de 23/10/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

639.XXX.XXX-20	SILVANA VETTORAZZI	1	S100	PONTA GROSSA	SANTA MARIA, C E-EF M	PROF DA LEI 15308/06	1	A partir de 20/12/2026
047.XXX.XXX-36	VANESSA CRISTINA COLLERE	92	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	CRTE/ASSESSOR PEDAGOGICO	20	A partir de 08/10/2026
473.XXX.XXX-68	ZELMA SUAVE	1	S100	JACAREZINHO	RUI BARBOSA, C E - EFMP	PROF DA LEI 15308/06	2	A partir de 20/12/2026

Curitiba, 08 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138400/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 5011/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
535.XXX.XXX-34	APARECIDA SANTOS POSSETTI	91	S100	JACAREZINHO	ANESIO DE A LEITE, C E C-M-EF M PROFIS	EQUIPE PEDAGOGICA	20	21/09/2026-18/10/2026

Curitiba, 08 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138401/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 5012/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte que designou os mencionados servidores, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
701.XXX.XXX-20	ELISA GALVAO DA SILVA	1	QFEB	PONTA GROSSA	HALIA T GRUBA, E E PROFA-EF	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0006426-07/01/2026 a partir de 09/10/2026
701.XXX.XXX-20	ELISA GALVAO DA SILVA	1	QFEB	PONTA GROSSA	HALIA T GRUBA, E E PROFA-EF	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0006426-07/01/2026 a partir de 09/10/2026

Curitiba, 08 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138402/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 5013/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
859.XXX.XXX-04	APARECIDA MOURA BALBINO	1	QFEB	PIRAQUARA	PLANTA DEODORO, C E C-M EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 30/09/2026
859.XXX.XXX-04	APARECIDA MOURA BALBINO	1	QFEB	PIRAQUARA	PLANTA DEODORO, C E C-M EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 30/09/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

701.XXX.XXX-20	ELISA GALVAO DA SILVA	1	QFEB	PONTA GROSSA	REGENTE FEIJO, C E-EMP	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 09/10/2026
701.XXX.XXX-20	ELISA GALVAO DA SILVA	1	QFEB	PONTA GROSSA	REGENTE FEIJO, C E-EMP	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 09/10/2026
008.XXX.XXX-19	MARCELO MACEDO DE OLIVEIRA	1	QPM	BANDEIRANTES	JUVENAL MESQUITA, C E-EF ETI EM	DIRETOR	20	A partir de 08/10/2026

Curitiba, 08 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138403/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 5032/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte de designou os mencionados servidores como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
077.XXX.XXX-13	FERNANDA DE ALMEIDA CARVALHO	12	S100	COLOMBO	JOAO R DE CAMARGO, C E C-M E F M P	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0055326-05/02/2026 a partir de 01/10/2026
034.XXX.XXX-94	MARCIA APARECIDA FRACARO KICHE	1	S100	CAMPINA GRANDE DO SUL	CAMPOS SALES, C E-EF M PROFIS	COMPLEMENTACAO	20	R0503326-09/10/2026 a partir de 13/10/2026
017.XXX.XXX-76	ROSILEI RODRIGUES COUTINHO	1	SACH	WENCESLAU BRAZ	NUCLEO REG EDUCACAO - WENCESLAU BRAZ	TUTORIA-ESTAGIO PROBATORIO	20	R0040425-30/01/2025 a partir de 18/10/2026

Curitiba, 09 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138404/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 5033/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
077.XXX.XXX-13	FERNANDA DE ALMEIDA CARVALHO	12	S100	COLOMBO	JOAO R DE CAMARGO, C E C-M E F M P	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 01/10/2026
007.XXX.XXX-23	JULIA DA SILVA MATOS	1	S100	PINHAIS	DANIEL ROCHA, C E PROF-EF M PROFIS	COMPLEMENTACAO	20	A partir de 24/09/2026
033.XXX.XXX-92	LIGIA LOUISE NISHIMURA DE LIMA BENOSKI	1	S100	PATO BRANCO	AGOSTINHO PEREIRA, C E PROF-EF M PROFIS	COMPLEMENTACAO	20	A partir de 22/09/2026
034.XXX.XXX-94	MARCIA APARECIDA FRACARO KICHE	1	S100	CAMPINA GRANDE DO SUL	CAMPOS SALES, C E-EF M PROFIS	COMPLEMENTACAO	20	A partir de 08/09/2026

Curitiba, 09 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138405/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 5034/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
052.XXX.XXX-05	DANIELE MAZUCATO ALFONSO	54	S100	KALORE	ABRAHAM LINCOLN, C E-EF ETI EM	COORD DE AREA	4	10/09/2026-16/09/2026
052.XXX.XXX-05	DANIELE MAZUCATO ALFONSO	54	S100	KALORE	ABRAHAM LINCOLN, C E-EF ETI EM	COORD DE AREA	4	10/09/2026-16/09/2026

Curitiba, 09 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138406/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 5035/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
053.XXX.XXX-07	DAYANA ELISA KUBIAK MARTYNYCHEN	1	QFEB	PONTA GROSSA	HALIA T GRUBA, E E PROFA-EF	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 09/10/2026
053.XXX.XXX-07	DAYANA ELISA KUBIAK MARTYNYCHEN	1	QFEB	PONTA GROSSA	HALIA T GRUBA, E E PROFA-EF	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 09/10/2026
077.XXX.XXX-13	FERNANDA DE ALMEIDA CARVALHO	12	QPM	COLOMBO	JOAO R DE CAMARGO, C E C-M E F M P	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 01/10/2026

Curitiba, 09 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138407/2026

Secretaria de Estado da Educação - SEED
RESOLUÇÃO N° 5036/2026 - GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 - GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
744.XXX.XXX-53	ALEX MARTINS DIAS	1	QPM	IVAIPORA	NILO PECANHA, C E C-EF M	DIRETOR	20	19/09/2026-17/11/2026
744.XXX.XXX-53	ALEX MARTINS DIAS	2	QPM	IVAIPORA	NILO PECANHA, C E C-EF M	DIRETOR	12	19/09/2026-17/11/2026
744.XXX.XXX-53	ALEX MARTINS DIAS	2	QPM	IVAIPORA	NILO PECANHA, C E C-EF M	DIRETOR	8	19/09/2026-17/11/2026
744.XXX.XXX-53	ALEX MARTINS DIAS	1	QPM	IVAIPORA	NILO PECANHA, C E C-EF M	DIRETOR	20	18/11/2026-17/12/2026
744.XXX.XXX-53	ALEX MARTINS DIAS	2	QPM	IVAIPORA	NILO PECANHA, C E C-EF M	DIRETOR	12	18/11/2026-17/12/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

744.XXX.XXX-53	ALEX MARTINS DIAS	2	QPM	IVAIPORA	NILO PECANHA, C E C-EF M	DIRETOR	8	18/11/2026-17/12/2026

Curitiba, 09 de outubro de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

Protocolo 138408/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEED

PORTARIA N.º 818/2026 - DG/SEED

Designa gestora e fiscal de contrato celebrado com a Mitra da Arquidiocese de Curitiba.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolado n.º 26.021.061-0,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores a seguir relacionados para atuarem como gestora e fiscal (e seus respectivos suplentes) do Contrato n.º 9.484/2026, celebrado com a Mitra da Arquidiocese de Curitiba, CNPJ n.º 76.648.500/0001-04, referente à locação de imóvel para sediar a Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima - Ensino Fundamental, decorrente da Inexigibilidade de Licitação n.º 16/2026:

FUNÇÃO	NOME	CPF
Gestora	Laura Patrícia Lopes	032.XXX.XXX-58
Suplente da gestora	Maria Isabel Moutinho Branco	024.XXX.XXX-85
Fiscal	Juliano Xavier Cassins	032.XXX.XXX-96
Suplente do fiscal	Bruno Teixeira Wendling	031.XXX.XXX-32

Art. 2.º À gestora e ao fiscal caberão as atribuições dispostas nos arts.10 e 11 do Decreto n.º 10.086, de 2022, respectivamente, podendo ser acrescidas outras mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia dos designados.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

Protocolo 139081/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEED

PORTARIA N.º 821/2026 - DG/SEED

Designa gestora de contrato celebrado com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolado n.º 22.454.435-9,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar a servidora a seguir relacionada para atuar como gestora do Contrato n.º 10.437/2025, formalizado com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - Celepar, CNPJ n.º 76.545.011/0001-19, referente à contratação de serviços técnicos especializados comuns de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para projeto de Aprendizagem Escolar, presenciais e não presenciais:

Servidor(a)	Função	CPF	Em substituição a
Marcelia Picolotto da Silva Teixeira	Gestora	023.XXX.XXX-30	Deborah Braga Eitelwein (Designada por meio da Portaria DG/SEED n.º 56, de 19 de fevereiro de 2026.)

Art. 2.º À gestora caberão as atribuições dispostas no art.10 do Decreto n.º 10.086, de 2022, podendo ser acrescidas outras mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia da designada.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

Protocolo 139091/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEED

PORTARIA N.º 92/2026 - GS/SEED

Designa servidora para exercer, interinamente, o cargo de chefe do Núcleo Regional de Educação de Toledo.

O **Secretário de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o contido no protocolado n.º 23.979.780-6,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar a servidora Nadeje Emmel Muhlbeier, CPF n.º 524.XXX.XXX-34, para exercer, interinamente, no período de 8 de setembro a 6 de outubro de 2026, sem prejuízo de suas atribuições, o cargo de chefe do Núcleo Regional de Educação de Toledo, em substituição ao titular, José Carlos Pereira Guimarães, por motivo de fruição de férias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de outubro de 2026.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 139665/2026

Resolução n.º 5.085/2026 - GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.841.411-9,

RESOLVE:

Art. 1º Adequar, a partir da data da publicação da presente Resolução, a denominação da Escola Municipal Devanira Ferreira Alves - Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida São Sebastião, 95, do Município de Quatro Barras, NRE da Área Metropolitana Norte, para Escola Municipal Divanira Curupana Ferreira Alves - Educação Infantil e Ensino Fundamental.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 426/2021, de 22/01/2021.
§ 2º A alteração da denominação está amparada no Decreto Municipal n.º 9360/2023, de 26/07/2023.
Art. 2º Determinar que a presente Resolução seja mencionada com o ato regulatório citado no Art. 1º.
Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

Protocolo 138909/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEED

RESOLUÇÃO N.º 5.091/2026 - GS/SEED

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Instaura procedimento de verificação preliminar.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução SEED n.º 7.309, de 18 de outubro de 2023, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e o contido no protocolo n.º 26.506.252-0,

R E S O L V E:

Art. 1.º Instaurar procedimento de verificação preliminar com a finalidade de apurar indícios de irregularidades apontados no protocolo em epígrafe, referente ao atendimento n.º 152200/2026 do Sistema Integrado de Ouvidorias (SIGO), com fulcro no inciso I do art. 100 da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.

Art. 2.º Designar Telma Aparecida dos Santos Luzio, CPF n.º 694.XXX.XXX-87 e Narjara Boppré Philippi, CPF n.º 007.XXX.XXX-46, ambas em exercício na Secretaria de Estado da Educação, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem a verificação preliminar.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 15 de outubro de 2026.

João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

Protocolo 139588/2026

RESOLUÇÃO N.º 5088/2026 - GS/SEED

Ementa: Rescinde contratação em Regime Especial - CRES.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, na Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, na Instrução Normativa da CGE n.º 3, de 7 de dezembro de 2015, e o contido no protocolado n.º 24.870.418-7;

R E S O L V E:

Art. 1.º Rescindir o contrato celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação do Paraná e o funcionário Robson Telles Amancio, CPF n.º 330.XXX.XXX-63, professor contratado em Regime Especial - CRES, selecionado por meio do Processo Seletivo Simplificado - PSS, com fulcro na Cláusula Nona do contrato de trabalho c/c art. 17, inciso III, da Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, por infração dos arts. 285, inciso XV, art. 293, inciso V, alínea "b" c/c o §1º da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de outubro de 2026

João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

Protocolo 139696/2026

RESOLUÇÃO N.º 5089/2026 - GS/SEED

Ementa: Instaura Sindicância PSS

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, na Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, na Instrução Normativa da CGE n.º 3, de 7 de dezembro de 2015, e o contido no protocolado n.º 25.839.009-1;

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar João Carlos Viviani, CPF n.º 077.XXX.XXX-88; em exercício no Núcleo Regional de Educação de Curitiba, Eliziane de Almeida, CPF n.º 045.XXX.XXX-00; em exercício no Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Sul e Rosane Fortunato, CPF n.º 857.XXX.XXX-34; em exercício no Núcleo Regional de Educação de Pitanga, para, sob a presidência do primeiro nominado, comporem a Comissão de Processo de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta do servidor Daniel Schavarski, CPF n.º 618.XXX.XXX-87, LF 04, contratado em Regime Especial - CRES, selecionado por meio do Processo Seletivo Simplificado - PSS, por, supostamente, infringir o art. 279, Incisos III e VI, e o art. 293, Inciso V, alínea "c" e "d", da Lei Estadual n.º 6.174/70, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2.º O servidor, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeito a uma das sanções previstas no art. 17, inciso I, II ou III da Lei Complementar n° 108, de 18 de maio de 2005.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de outubro de 2026

João Luiz Giona Junior
Resolução n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

Protocolo 139699/2026

RESOLUÇÃO N.º 5090/2026 - GS/SEED

Ementa: Afasta servidor cautelarmente

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais e considerando o contido no protocolado n.º 25.839.009-1;

R E S O L V E:

Art. 1.º Afastar cautelarmente por 30 (trinta) dias, o servidor Daniel Schavarski, CPF n.º 618.XXX.XXX-87, vínculo PSS, com fulcro no art. 103, da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de outubro de 2026

João Luiz Giona Junior
Resolução n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

Protocolo 139701/2026

RESOLUÇÃO N.º 5092/2026 - GS/SEED

Ementa: Absolve servidor em Procedimento de Sindicância

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 25.520.042-9;

R E S O L V E:

Art. 1.º Absolver o servidor Rafael Guimarães Fortunato, CPF n.º 044.XXX.XXX-23, contratado em Regime Especial - CRES, LF 07, selecionado por meio do Processo Seletivo Simplificado - PSS.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 15 de outubro de 2026

João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

Protocolo 139702/2026

RESOLUÇÃO N.º 5093/2026 - GS/SEED

Ementa: Rescinde contratação em Regime Especial - CRES.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, na Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, na Instrução Normativa da CGE n.º 3, de 7 de dezembro de 2015, e o contido no protocolado n.º 25.520.042-9;

R E S O L V E:

Art. 1.º Rescindir o contrato celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação do Paraná e a funcionária Suely de Oliveira Fabrin, CPF n.°030.XXX.XXX-40, professora contratada em Regime Especial - CRES, selecionado(a) por meio do Processo Seletivo Simplificado - PSS, com fulcro na Cláusula Nona do contrato de trabalho c/c art. 17, inciso III, da Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, por infração do art. 293, inciso V, alínea "c", da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de outubro de 2026

João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

Protocolo 139705/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

RESOLUÇÃO N.º 5094/2026 - GS/SEED

Ementa: Aplica penalidade.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 25.520.042-9,

R E S O L V E:

Art. 1.º Repreender, com fundamento no art. 291, inciso II c/c art. 293, inciso II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a servidora Romilda Alves, CPF nº 000.XXX.XXX-65, professora contratada em Regime Especial - CRES, LF 02, selecionada por meio do Processo Seletivo Simplificado - PSS por infração do art. 279, incisos IV do mesmo Diploma Legal.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 15 de outubro de 2026

João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

Protocolo 139708/2026

RESOLUÇÃO N.º 5095/2026 - GS/SEED

Ementa: Instaura Sindicância PSS

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, na Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, na Instrução Normativa da CGE n.º 3, de 7 de dezembro de 2015, e o contido no protocolado n.º 26.028.069-4;

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Orestes Kawa, CPF n.º 000.XXX.XXX-00; Tania Mara dos Santos Dionisio, CPF n.º 663.XXX.XXX-06; e Marcia Rosani Dalcomuni, CPF n.º 024.XXX.XXX-20; todos em exercício da Secretaria do Estado da Educação, para, sob a presidência do primeiro nominado, comporem a Comissão de Processo de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta do servidor João Everton Motta, CPF n.º 054.XXX.XXX-07; LF 02, professor contratado em Regime Especial - CRES, selecionado por meio do Processo Seletivo Simplificado - PSS, por, supostamente, infringir o art. 279, inciso IV, o art. 285, inciso IV e o art. 293, inciso V, alínea "c" da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2.º O servidor, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeito a uma das sanções previstas no art. 17, inciso I, II ou III da Lei Complementar n° 108, de 18 de maio de 2005.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de outubro de 2026

João Luiz Giona Junior
Resolução n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

Protocolo 139709/2026

RESOLUÇÃO N.º 5097/2026 - GS/SEED

Ementa: Instaura Sindicância.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e o contido no protocolado n.º 25.244.267-7;

R E S O L V E:

Art. 1.° Designar, Leonildo José Figueira, CPF n.º 050.XXX.XXX-41; e Maria Tereza Ramos de Mello Brunetti, CPF n.º 444.XXX.XXX-72; ambos em exercício na Secretaria de Estado da Educação do Paraná, para, sob a presidência do primeiro nominado, comporem a Comissão de Procedimento de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícito administrativos apontados no protocolado em comento.

Art. 2.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de outubro de 2026.

João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

Protocolo 139724/2026

RESOLUÇÃO N.º 5098/2026 - GS/SEED

Ementa: Instaura Sindicância.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e o contido no protocolado n.º 25.236.308-4;

R E S O L V E:

Art. 1.° Designar, Sergio Langer Bueno, CPF n.º 609.XXX.XXX-91; e Solange Gonçalves Suscynski, CPF n.º 101.XXX.XXX-08; ambos em exercício na Secretaria de Estado da Educação, para, sob a presidência do primeiro nominado, comporem a Comissão de Procedimento de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao Colégio Estadual Marilis Faria Pirotelli, no município de Cascavel, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Cascavel.

Art. 2.° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de outubro de 2026.

João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

Protocolo 139729/2026

RESOLUÇÃO N.º 5099/2026 - GS/SEED

Ementa: Instaura Sindicância

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e o contido no protocolado n.º 25.686.337-5;

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Viviane Simioni, CPF n.º 955.XXX.XXX-30; e Reginaldo Aparecido dos Santos, CPF n.º 612.XXX.XXX-00; ambos em exercício no Núcleo Regional de Educação de Toledo, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a Comissão de Procedimento de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao Colégio Estadual do Campo Bituva das Campinas, município de Fernandes Pinheiro, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Irati.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 15 de outubro de 2026.

João Luiz Giona Junior
Resolução n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

Protocolo 139731/2026

FUNDEPAR

PORTARIA N.° 508/2026 - FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidor para responder interinamente pela Divisão de Tecnologia da Informação (DVTI), durante as férias do Titular.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - Fundepar, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 26.729.966-8,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora Graciele Bortoncello Lorenzetti, RG 5.XXX.782-X, CPF XXX.277.709-XX, para responder interinamente pela Divisão de Tecnologia da Informação (DVTI) do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, no período de 13/10/2026 a 22/10/2026, durante as férias do Chefe da Divisão, Fábio de Medeiros, RG 8.XXX.720-X, CPF nº XXX.742.949-XX.

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023

Protocolo 139154/2026

PORTARIA Nº 0506/2026 - FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal dos Contratos celebrados com as Cooperativas e Associações de Agricultura Familiar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*

A DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual nº 3270 de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n º 18.418 de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362 de 16 de dezembro 2024, e o contido no protocolo nº 26.713.436-7,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como Gestor e Fiscal dos contratos de fornecimento de gêneros alimentícios decorrentes da Chamada Pública para Credenciamento da Agricultura Familiar nº 001/2026, celebrados com as Cooperativas e Associações da Agricultura Familiar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), relacionados no Anexo Único desta Portaria:
I - Gestor Titular: Angelo Marco Mortella, RG 3.XXX.751-X, CPF XXX.342.689-XX, Gestor Suplente: Daniela Leprevost Machado, RG 5.XXX.533-X, CPF XXX.976.709-XX.
II - Fiscal Titular: Jayme Leonardo Dubiela, RG 5.XXX.759-X, CPF XXX.152.439-XX, Fiscal Suplente: Andréa Bruginski, RG 4.XXX.700-X, CPF XX.745.409-XX.
Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de outubro de 2026

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA N° 0506/2026

1.	ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL DE PRUDENTÓPOLIS E REGIÃO - AASPRUD	CNPJ nº 08.829.805/0001-54
2.	ASSOCIAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DE FOZ DO JORDÃO	CNPJ nº 08.704.240/0001-89
3.	ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES ESTADUAIS DO PARANÁ - APAEP	CNPJ nº 07.079.259/0001-19
4.	ASSOCIAÇÃO DO MERCADO DO PRODUTOR DE IVAÍ	CNPJ nº 51.807.427/0001-37
5.	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE BOA VISTA DA APARECIDA - AAFAB	CNPJ nº 32.454.372/0001-84
6.	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE IMBITUVA/PR	CNPJ nº 43.772.778/0001-21
7.	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SÃO PEDRO DO IVAÍ E REGIÃO	CNPJ nº 23.855.952/0001-92
8.	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE MOREIRA SALES - APROSALES	CNPJ nº 18.808.214/0001-54
9.	ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E PRODUTORES RURAIS DE FLORAÍ E REGIÃO - PROFLORA	CNPJ nº 19.090.486/0001-24
10.	ASSOCIAÇÃO MONJOLO	CNPJ nº 13.694.040/0001-22
11.	ASSOCIAÇÃO SANTA ANITA	CNPJ nº 00.056.983/0001-88
12.	ASSOCIAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE COLORADO	CNPJ nº 36.374.491/0001-88
13.	BOREAL COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR	CNPJ nº 23.347.352/0001-13
14.	ASSOCIAÇÃO PRODUTIVA DOS CAMPONESES DA REFORMA AGRARIA DO ACAMPAMENTO FIDEL CASTRO	CNPJ nº 18.169.883/0001-23
15.	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICIPIO DE PARANAGUA - APRUMPAR	CNPJ nº 78.588.852/0001-39
16.	CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES RURAIS DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA	CNPJ nº 10.249.898/0001-90
17.	COAOPA PINHAIS - COOPERATIVA DE AGRICULTORES ORGÂNICOS E DE PRODUÇÃO AGROECOLOGICA DE PINHAIS	CNPJ nº 55.301.134/0001-34
18.	COOPAFI- COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE SÃO JORGE DO OESTE	CNPJ nº 07.263.271/0001-89
19.	COOPERATIVA AGRÁRIA DOS ASSENTADOS DO VALE DO PIQUIRI	CNPJ nº 13.731.942/0001-91
20.	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA AGROINDUSTRIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO TERRITÓRIO NOROESTE--COAFNOR	CNPJ nº 11.218.779/0001-32
21.	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE CANDÓI	CNPJ nº 10.745.251/0001-59
22.	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE RIO NEGRO - COOPERIO-NEGRO	CNPJ nº 47.889.790/0001-71
23.	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE ITAPEJARA DO OESTE	CNPJ nº 08.144.264/0001-20
24.	COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR DE CAFELÂNDIA	CNPJ nº 19.426.356/0001-10
25.	COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR MATORRIQUENSE	CNPJ nº 08.702.461/0001-18
26.	COOPERATIVA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS COOPERGRIOS	CNPJ nº 61.712.578/0001-65
27.	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA - COPAVI	CNPJ nº 73.672.412/0001-41
28.	COOPERATIVA DE PRODUCAO COMERCIALIZACAO E AGROIND AGROECOLOGICA UNI - COPRAUF	CNPJ nº 27.202.775/0001-04
29.	COOPERATIVA DOS EMPREENDEDORES DE ENGENHEIRO BELTRÃO	CNPJ nº 11.478.488/0001-83
30.	COOPERATIVA DOS HORTIFRUTIGRANJEIROS E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR	CNPJ nº 49.316.636/0001-36
31.	COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE CORONEL VIVIDA - COOPERVIVIDA	CNPJ nº 26.551.131/0001-50
32.	COOPERATIVA MISTA DE DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE RIO AZUL	CNPJ nº 30.077.435/0001-03

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

33.	COPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SEMEANDO AGROECOLOGIA	CNPJ nº 44.368.863/0001-91
34.	COOPRAFA COOPERATIVA DE PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR	CNPJ nº 12.829.606/0001-13
35.	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES RURAIS COPEIJAS	CNPJ nº 13.877.528/0001-95

Protocolo 139158/2026

PORTARIA Nº 0507/2026 - FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal dos Contratos celebrados com as Cooperativas e Associações de Agricultura Familiar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*

A DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual nº 3270 de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n º 18.418 de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362 de 16 de dezembro 2024, e o contido no protocolo nº 26.714.403-6,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como Gestor e Fiscal dos contratos de fornecimento de gêneros alimentícios decorrentes da Chamada Pública para Credenciamento da Agricultura Familiar nº 001/2026, celebrados com as Cooperativas e Associações da Agricultura Familiar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), relacionados no Anexo Único desta Portaria:
I - Gestor Titular: Angelo Marco Mortella, RG 3.XXX.751-X, CPF XXX.342.689-XX, Gestor Suplente: Daniela Leprevost Machado, RG 5.XXX.533-X, CPF XXX.976.709-XX.
II - Fiscal Titular: Ulissea Pinheiro, RG 10.XXX.571-X, CPF XXX.720.019-XX, Fiscal Suplente: Andréa Bruginski, RG 4.XXX.700-X, CPF XX.745.409-XX.
Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de outubro de 2026

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA N° 0507/2026

1.	ASSOCIAÇÃO AGRICULTORES ORGÂNICOS DE QUEDAS DO IGUACU	CNPJ nº 04.136.905/0001-44
2.	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE IGUATU - APRI	CNPJ nº 04.206.045/0001-78
3.	ASSOCIAÇÃO CAMBARAENSE DE AGRICULTORES FAMILIAR	CNPJ nº 05.103.860/0001-74
4.	ASSOCIAÇÃO CASA DA AGRICULTURA FAMILIAR	CNPJ nº 49.315.275/0001-03
5.	ASSOCIAÇÃO COM SOCIAL ESP E CULTURAL 8 DE JUNHO	CNPJ nº 04.756.163/0001-50
6.	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES RURAIS	CNPJ nº 78.684.966/0001-82
7.	ASSOCIACAO DE PRODUTORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE ITAPERUÇU - PARAFI	CNPJ nº 08.174.561/0001-19
8.	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES ORGANICOS - APOATRA	CNPJ nº 02.054.797/0001-35
9.	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE BARRACÃO	CNPJ n° 80.883.929/0001-45
10.	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE FAXINAL	CNPJ nº 22.473.605/0001-32
11.	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DOS ALVES DA LAPA	CNPJ nº 04.950.710/0001-33
12.	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR E PRODUTOS COLONIAIS DE MALLET	CNPJ nº 12.047.744/0001-40
13.	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE TUNAS DO PARANÁ	CNPJ nº 10.347.422/0001-91
14.	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E AGRICULTORES FAMILIARES DE IVAIPORÃ	CNPJ nº 51.168.167/0001-05
15.	ASSOCIAÇÃO PLATINENSE DE AGRICULTORES FAMILIARES	CNPJ nº 12.028.079/0001-48
16.	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	CNPJ nº 13.119.713/0001-10
17.	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES AGROECOLÓGICOS	CNPJ nº 14.292.190/0001-72
18.	COOPERATIVA AGROECOLOGICA IRENO ALVES	CNPJ nº 02.877.969/0001-70
19.	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL COOPERCANDI	CNPJ nº 16.757.964/0001-19
20.	COOPERATIVA CAMPONESA DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	CNPJ nº 14.258.019/0001-47
21.	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE PIRAÍ DO SUL COAPISUL	CNPJ nº 43.700.899/0001-68
22.	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E SOLIDARIA DO OESTE DO PARANA - COAFASO	CNPJ nº 14.726.457/0001-92
23.	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE BANDEIRANTES	CNPJ nº 14.754.594/0001-30
24.	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE REALEZA	CNPJ nº 08.253.644/0001-01
25.	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	CNPJ nº 08.691.821/0001-23
26.	COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ARAPONGAS	CNPJ nº 57.493.446/0001-12
27.	COOPERATIVA DE COMERCIALIZAÇÃO CAMPONESA VALE DO IVAÍ - COCAVI	CNPJ nº 11.845.482/0001-05
28.	COOPERATIVA DE INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO CAMPONESA - COOPERCAM	CNPJ nº 11.472.532/0001-48
29.	COOPERATIVA DO AGRONEGOCIO DO NOROESTE DO PARANA - CANPAR	CNPJ nº 16.500.358/0001-13
30.	COOPERATIVA DOS APICULTORES E MELIPONICULTORES CAMINHO DO TIBAGI	CNPJ nº 09.573.744/0001-70
31.	COOPERATIVA DOS PRODUTORES E ARTESÃOS DE ASTORGA	CNPJ nº 29.580.026/0001-38
32.	COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE QUITANDINHA	CNPJ nº 05.169.233/0001-36
33.	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUDOESTE DO PARANÁ	CNPJ nº 12.123.856/0001-33
34.	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E SOLIDÁRIA SERRA DA PRATA	CNPJ nº 50.791.290/0001-07

Protocolo 139163/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

PORTARIA Nº 0509/2026 - FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal dos Contratos celebrados com as Cooperativas e Associações de Agricultura Familiar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*

A DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual nº 3270 de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n º 18.418 de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362 de 16 de dezembro 2024, e o contido no protocolo nº 26.714.477-0,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como Gestor e Fiscal dos contratos de fornecimento de gêneros alimentícios decorrentes da Chamada Pública para Credenciamento da Agricultura Familiar nº 001/2026, celebrados com as Cooperativas e Associações da Agricultura Familiar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), relacionados no Anexo Único desta Portaria:
I - Gestor Titular: Angelo Marco Mortella, RG 3.XXX.751-X, CPF XXX.342.689-XX, Gestor Suplente: Daniela Leprevost Machado, RG 5.XXX.533-X, CPF XXX.976.709-XX.
II - Fiscal Titular: II - Fiscal Titular: Sidnei Sichieri, RG 3.XXX.645-X, CPF XXX.336.729-XX, Fiscal Suplente: Andréa Bruginski, RG 4.XXX.700-X, CPF XX.745.409-XX.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de outubro de 2026

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA N° 0509/2026

1.	ASSOCIACAO DAS MULHERES DO AGRONEGOCIO	CNPJ nº 55.863.084/0001-89
2.	ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES EMPREENDEDORAS DE ADHEMAR DE BARROS - AME	CNPJ nº 07.165.675/0001-30
3.	ASSOCIACAO DE AGRICULTORES ORGANICOS DE CAPITAO LEONIDAS MARQUES	CNPJ nº 04.182.795/0001-57
4.	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE AGRICULTURA FAMILIAR DE ITAIPULÂNDIA	CNPJ nº 13.634.329/0001-56
5.	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES ORGANICOS DE PATO BRAGADO	CNPJ nº 04.845.893/0001-27
6.	ASSOCIACAO DE PRODUTORES RURAIS ORGANICOS NOVA ALTERNATIVA (APONA)	CNPJ nº 07.742.649/0001-27
7.	ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS BOA ESPERANÇA	CNPJ nº 80.618.812/0001-34
8.	ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA FAMILIAR SOLIDÁRIO	CNPJ nº 26.251.401/0001-08
9.	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE CATANDUVAS - COPERUVAS	CNPJ nº 14.736.414/0001-98
10.	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE GUAMIRANGA	CNPJ nº 27.124.373/0001-20
11.	ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DE BORRAZÓPOLIS	CNPJ nº 07.101.365/0001-51
12.	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DA MICROBACIA DO PICO DE JAPIRA	CNPJ nº 00.867.284/0001-18
13.	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DE LUNARDELLI	CNPJ nº 01.893.513/0001-31
14.	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE ROSA MARIA	CNPJ nº 08.042.099/0001-04
15.	ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE SANTA HELENA	CNPJ nº 95.728.366/0001-98
16.	ASSOCIACAO PROJETO TAQUARI	CNPJ nº 40.917.862/0001-06
17.	COOPERATIVA AGROPECUARIA DE QUATRO BARRAS	CNPJ nº 08.866.786/0001-36
18.	COOPERATIVA AGRICOLA DOS FRUTICULTORES DE PEROLA - FRUTIPEROLA	CNPJ nº 26.066.250/0001-18
19.	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DE CANTAGALO - COOPERGALO	CNPJ nº 09.451.619/0001-97
20.	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL NASCENTE	CNPJ nº 07.749.973/0001-77
21.	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA FAMILIAR RURAL	CNPJ nº 09.204.373/0001-59
22.	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE CERRO AZUL	CNPJ nº 08.751.550/0001-54
23.	COOPERATIVA DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DO OESTE DO PR - COPERAFA NOVA AURORA	CNPJ nº 08.267.859/0001-73
24.	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR	CNPJ nº 04.750.248/0001-20
25.	COOPERATIVA DE PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE MISSAL	CNPJ nº 43.054.698/0001-30
26.	COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DE CORBÉLIA	CNPJ nº 29.244.471/0001-27
27.	COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE NOVO ITACOLOMI	CNPJ nº11.399.712/0001-41
28.	COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DOS MUNICÍPIOS DA AMENORTE	CNPJ nº 48.188.487/0001-04
29.	COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES DO VALE	CNPJ nº 26.163.104/0001-00
30.	COOPERATIVA DOS PRODUTORES ORGANICOS DE CORONEL DOMINGOS SOARES	CNPJ nº 46.368.282/0001-85
31.	COOPERATIVA FAMILIAR AGROECOLÓGICA DE MANGUEIRINHA	CNPJ nº 40.963.247/0001-28
32.	COOPERATIVA MISTA AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE PALMITAL	CNPJ nº 12.369.698/0001-04
33.	COOPERATIVA MISTA TRIUNFENSE DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES LTDA	CNPJ nº 22.244.279/0001-91
34.	COOPERTEBAS- COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE NOVA TEBAS	CNPJ nº 12.821.709/0001-37
35.	COOPERVITI-COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE JANDAIA DO SUL	CNPJ nº 10.377.447/0001-38
36.	COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE UMUARAMA	CNPJ nº 11.705.745/0001-72

Protocolo 139176/2026

PORTARIA Nº 0505/2026 - FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal dos Contratos celebrados com as Cooperativas e Associações de Agricultura Familiar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*

A DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual nº 3270 de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n º 18.418 de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 8.362 de 16 de dezembro 2024, e o contido no protocolo nº 26.713.562-2,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como Gestor e Fiscal dos contratos de fornecimento de gêneros alimentícios decorrentes da Chamada Pública para Credenciamento da Agricultura Familiar nº 001/2026, celebrados com as Cooperativas e Associações da Agricultura Familiar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), relacionados no Anexo Único desta Portaria:
I - Gestor Titular: Angelo Marco Mortella, RG 3.XXX.751-X, CPF XXX.342.689-XX, Gestor Suplente: Daniela Leprevost Machado, RG 5.XXX.533-X, CPF XXX.976.709-XX.
II - Fiscal Titular: Sandra Mara Borges de Carvalho Fernandes, RG 4.XXX.211-X, CPF XXX.177.909-XX, Fiscal Suplente: Andréa Bruginski, RG 4.XXX.700-X, CPF XX.745.409-XX.
Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de outubro de 2026

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA N° 0505/2026

1.	APROPAL ASSOCIACAO DOS PRODUTORES ORGANICOS DE PALMAS PARANA	CNPJ nº 05.768.268/0001-91
2.	APRORURAIS - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE SÃO TOMÉ	CNPJ nº 10.987.003/0001-14
3.	ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE PRODUTOS ORGÂNICOS DE RIBEIRÃO CLARO	CNPJ nº 11.943.653/0001-20
4.	ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA DORCELINA FOLADOR	CNPJ nº 04.815.788/0001-45
5.	ASSOCIAÇÃO DE HORTICULTORES DE JACAREZINHO	CNPJ nº 00.597.352/0001-76
6.	ASSOCIAÇÃO MARCONDENSE DE AGRICULTORES - AMA	CNPJ nº 81.394.348/0001-02
7.	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE SIQUEIRA CAMPOS	CNPJ nº 18.643.778/0001-84
8.	ASSOCIACAO DE PRODUTORES ORGANICOS E NATURAIS DE GUAIRA - APONG	CNPJ nº 05.869.083/0001-73
9.	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE IBEMA	CNPJ nº 12.082.883/0001-05
10.	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO NORTE PIONEIRO	CNPJ nº 18.112.010/0001-84
11.	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DE ASSIS CHATEAU-BRIAND	CNPJ nº 04.983.894/0001-38
12.	COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E ARTESANAIS DE ANTONINA	CNPJ nº 03.697.362/0001-71
13.	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE CAPANEMA	CNPJ nº 06.040.524/0001-92
14.	COOPERATIVA AGROECOLOGI-CA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA CULTIVANDO VIDAS	CNPJ nº 41.481.732/0001-28
15.	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DE PARANAVAÍ E REGIÃO	CNPJ nº 16.704.730/0001-03
16.	COOPERQUEDAS - COOPERATIVA DE PRODUCAO TRANSFORMA-CAO E COMERCIALIZACAO DE QUEDAS	CNPJ nº 36.172.010/0001-51
17.	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE FOZ DO IGUAÇU	CNPJ nº 42.256.608/0001-21
18.	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE PINHÃO - COOAFAPI	CNPJ nº 11.589.924/0001-91
19.	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA	CNPJ nº 16.436.543/0001-96
20.	COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR DE PALMEIRA	CNPJ nº 14.056.825/0001-32
21.	COOPERATIVA DE COMER-CIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA REFORMA AGRÁRIA DO CONTESTADO	CNPJ nº 10.347.515/0001-16
22.	COOPERATIVA DE COMERCIA-LIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA AVANTE LTDA - COANA	CNPJ nº 01.106.849/0001-07
23.	COOPERATIVA DE COMERCIA-LIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA UNIÃO CAMPONESA - COPRAN	CNPJ nº 02.052.962/0001-10
24.	COOPERATIVA DE FAMÍLIAS DE AGRICULTORES ECOLÓGICOS DE SÃO MATEUS DO SUL	CNPJ nº 06.780.242/0001-21
25.	COOPERATIVA DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR - CLAF DOIS VIZINHOS	CNPJ nº 02.574.546/0001-81
26.	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA, AGROIN-DUSTRIALIZAÇÃOO E COMER-CIALIZAÇÃO DO NOROESTE DO PARANÁ	CNPJ nº 41.241.130/0001-01
27.	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE TAMARANA E REGIÃO	CNPJ nº 24.884.526/0001-40
28.	COOPERATIVA DE PRODUÇAO IN-DUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIA-LIZAÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA RIBEIRÃO VERMELHO	CNPJ nº 47.432.417/0001-97
29.	COOPERATIVA DE PRODUTORES OGÂNICOS CORES DA TERRA	CNPJ nº 33.517.594/0001-61
30.	COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO DE MARINGÁ - COAFAM	CNPJ nº 11.532.294/0001-19
31.	COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE PAIÇANDU - COPROFAP	CNPJ nº 24.324.166/0001-21
32.	COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE PATO BRANCO	CNPJ nº 11.600.922/0001-56
33.	COOPERATIVA MARIALVENSE DOS FRUTICULTORES - COMAFRUT	CNPJ nº 05.865.435/0001-12
34.	COOPERVEREDA	CNPJ nº 22.808.515/0001-55
35.	COPRULI COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DO LITORAL	CNPJ nº 12.211.410/0001-60

Protocolo 139319/2026

PORTARIA N.° 511/2026 - FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidor para substituir e responder interinamente pela função de Agente de Controle Interno do Instituto Fundepar, em virtude do afastamento por licença médica da titular.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - Fundepar no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3.270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto nº 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 20.598.856-4,

RESOLVE:

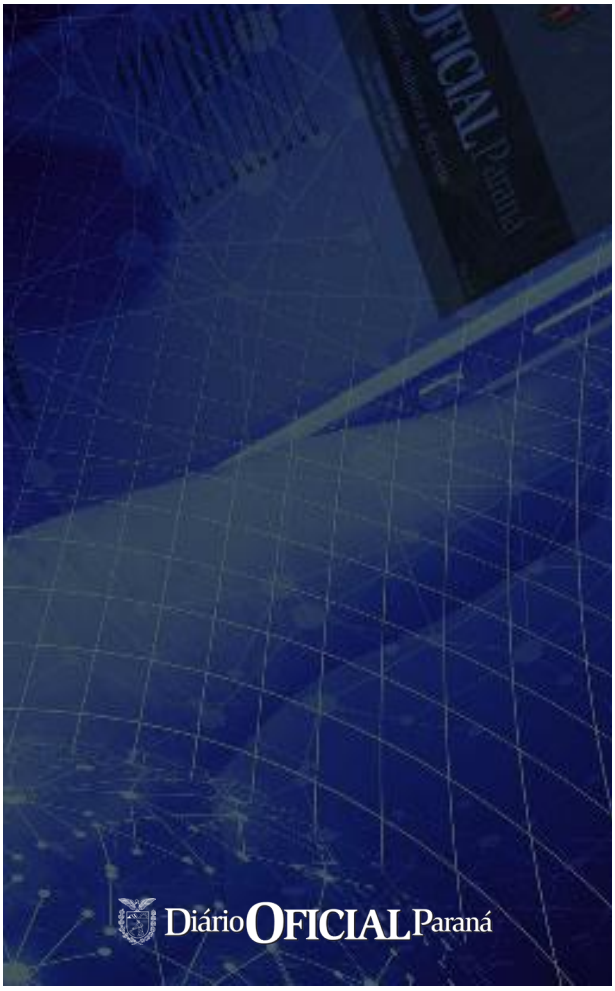
Art. 1º Designar o servidor Cleverson Abel Machado, RG X.636.XXX-0, para responder interinamente pelas funções de Agente de Controle Interno do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, no período de 13/10/2026 a 26/10/2026, durante o afastamento por licença médica da atual Agente de Controle Interno, Sandra Analia dos Santos, RG X.304.XXX-7.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente - FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023

Protocolo 139313/2026



SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Secretaria da Fazenda

RESOLUÇÃO SEFA N. 970/2026 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Ementas de Decisões de Impugnações Administrativas em 2026, ano-base 2025, relativas ao Índice de Participação dos Municípios - IPM Provisório, no produto da arrecadação do ICMS, para o exercício de 2027.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao disposto no parágrafo 8º do art. 3º da Lei Complementar n. 63, de 11 de janeiro de 1990, e considerando o exposto no Protocolo n. 26.729.198-5,

RESOLVE:

Art. 1º Publicar as decisões relativas aos recursos municipais contra o Índice de Participação dos Municípios (IPM) - Provisório para a arrecadação do ICMS no exercício de 2027, divulgados no Diário Oficial do Executivo n. 12.199 de 03 de agosto de 2026, conforme documento "EMENTAS DE DECISÕES SOBRE IMPUGNAÇÕES ADMINISTRATIVAS CONTRA O ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – IPM-2027 - PROVISÓRIO, ANO-BASE DE 2025", em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Luiz Paulo Budal Pedroso de Almeida
Secretário de Estado da Fazenda *em exercício*

EMENTAS DE DECISÕES SOBRE IMPUGNAÇÕES ADMINISTRATIVAS CONTRA O ÍNDÍCE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – IPM-2027 - PROVISÓRIO, ANO-BASE DE 2025

MUNICÍPIO: Alto Paraíso
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.490.842-6
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.086/2026, ANEXA AO SID 26.490.842-6.
MUNICÍPIO: Alto Paraíso
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.493.052-9
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.033/2026, ANEXA AO SID 26.493.052-9.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...1.169.560,00.
MUNICÍPIO: Alto Piquiri
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.515.214-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.144/2026, ANEXA AO SID 26.515.214-7.
MUNICÍPIO: Alto Piquiri
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.518.276-3
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 145/2026, ANEXA AO SID 26.518.276-3.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...1.926.139,00.
MUNICÍPIO: Alvorada do Sul
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.438.892-9
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.027/2026, ANEXA AO SID 26.438.892-9.
MUNICÍPIO: Alvorada do Sul
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.507.278-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.096/2026, ANEXA AO SID 26.507.278-0.
MUNICÍPIO: Ampére
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.470.360-3
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.126/2026, ANEXA AO SID 26.470.360-3.
MUNICÍPIO: Ângulo
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.490.974-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.138/2026, ANEXA AO SID 26.490.974-0.
MUNICÍPIO: Apucarana
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.500.857-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 127/2026, ANEXA AO SID 26.500.857-7.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...169.775,00.
MUNICÍPIO: Arapongas
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.481.579-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 21/2026, ANEXA AO SID 26.481.579-7.

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...3.844.969,00.
MUNICÍPIO: Arapongas
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.485.006-1
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.22/2026, ANEXA AO SID 26.485.006-1.
MUNICÍPIO: Arapongas
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.485.047-9
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.23/2026, ANEXA AO SID 26.485.047-9.
MUNICÍPIO: Araruna
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.518.848-6
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.128/2026, ANEXA AO SID 26.518.848-6.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...180.000,00.
MUNICÍPIO: Araucária
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.526.408-5
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.149/2026, ANEXA AO SID 26.526.408-5.
MUNICÍPIO: Ariranha do Ivaí
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.521.218-2
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.133/2026, ANEXA AO SID 26.521.218-2.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...2.127.333,00.
MUNICÍPIO: Astorga
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.499.167-6
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 40/2026, ANEXA AO SID 26.499.167-6.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...2.850.001,00.
MUNICÍPIO: Astorga
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.500.910-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.111/2026, ANEXA AO SID 26.500.910-7.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...63.550,00.
MUNICÍPIO: Astorga
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.522.756-2
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.129/2026, ANEXA AO SID 26.522.756-2.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...623.567,00.
MUNICÍPIO: Bela Vista da Caroba
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.491.061-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.79/2026, ANEXA AO SID 26.491.061-7.
MUNICÍPIO: Bituruna
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.526.499-9
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.123/2026, ANEXA AO SID 26.526.499-9
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...1.596.365,00.
MUNICÍPIO: Bituruna
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.526.626-6
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.124/2026, ANEXA AO SID 26.526.626-6
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...1.833.181,00.
MUNICÍPIO: Boa Ventura de São Roque
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.518.901-6
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO

MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.117/2026, ANEXA AO SID 26.518.901-6
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...171.420,00.
MUNICÍPIO: Cambira
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.500.857-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 127/2026, ANEXA AO SID 26.500.857-7.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...143.460,00.
MUNICÍPIO: Campina da Lagoa
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.518.933-4
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.118/2026, ANEXA AO SID 26.518.933-4
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...1.091.958,00.
MUNICÍPIO: Campina da Lagoa
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.518.948-2
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 135/2026, ANEXA AO SID 26.518.948-2.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...153.581,00.
MUNICÍPIO: Campina do Simão
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.515.093-4
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 147/2026, ANEXA AO SID 26.515.093-4.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...493.885,00.
MUNICÍPIO: Campo Mourão
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.491.154-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.085/2026, ANEXA AO SID 26.491.154-0.
MUNICÍPIO: Capanema
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.491.216-4
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.083/2026, ANEXA AO SID 26.491.216-4.
MUNICÍPIO: Centenário do Sul
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.499.167-6
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 40/2026, ANEXA AO SID 26.499.167-6.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...480.824,00.
MUNICÍPIO: Cianorte
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.519.092-8
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 132/2026, ANEXA AO SID 26.519.092-8.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...254.397,00.
MUNICÍPIO: Clevelândia
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.518.958-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 134/2026, ANEXA AO SID 26.518.958-0.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...206.736,00.
MUNICÍPIO: Colorado
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.500.910-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.111/2026, ANEXA AO SID 26.500.910-7.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...663.255,00.
MUNICÍPIO: Congonhinhas
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.497.866-1
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.088/2026, ANEXA AO SID 26.497.866-1.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...573.624,00.
MUNICÍPIO: Cornélio Procópio
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.521.748-6
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 102/2026, ANEXA AO SID 26.521.748-6.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...14.275.597,00.
MUNICÍPIO: Cruzeiro do Oeste
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.492.737-4
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.059/2026, ANEXA AO SID 26.492.737-4.
MUNICÍPIO: Cruz Machado
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.489.665-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: ESCLARECIMENTOS PRESTADOS CONFORME SOLICITADO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.48/2026, ANEXA AO SID 26.489.665-7.
MUNICÍPIO: Curitiba
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.518.848-6

ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME APURADO NA ANÁLISE DO PROCESSO. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.128/2026, ANEXA AO SID 26.518.848-6.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...180.000,00.
MUNICÍPIO: Curiúva
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.517.593-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.55/2026, ANEXA AO SID 26.517.593-7.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...309.840,00.
MUNICÍPIO: Dois Vizinhos
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.487.373-8
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.137/2026, ANEXA AO SID 26.487.373-8.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...196.349.122,00.
MUNICÍPIO: Dois Vizinhos
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.523.038-5
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.151/2026, ANEXA AO SID 26.523.038-5.
MUNICÍPIO: Douradina
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.493.219-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.44/2026, ANEXA AO SID 26.493.219-0.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...1.041.342,00.
MUNICÍPIO: Floraí
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.493.313-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 32/2026, ANEXA AO SID 26.493.313-7.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...255.887,00.
MUNICÍPIO: Florestópolis
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.474.949-2
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.025/2026, ANEXA AO SID 26.474.949-2.
MUNICÍPIO: Flórida
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.494.452-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.041/2026, ANEXA AO SID 26.494.452-0.
MUNICÍPIO: Foz do Jordão
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.518.958-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 134/2026, ANEXA AO SID 26.518.958-0.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...206.736,00.
MUNICÍPIO: Francisco Beltrão
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.503.119-6
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.101/2026, ANEXA AO SID 26.503.119-6.
MUNICÍPIO: Francisco Beltrão
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.503.169-2
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.100/2026, ANEXA AO SID 26.503.169-2.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...783.317,00.
MUNICÍPIO: Francisco Beltrão
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.503.213-3
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 095/2026, ANEXA AO SID 26.503.213-3.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...1.524.433,00.
MUNICÍPIO: Goioxim
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.515.093-4
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 147/2026, ANEXA AO SID 26.515.093-4.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...166.865,00.
MUNICÍPIO: Guaporema
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.500.731-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.038/2026, ANEXA AO SID 26.500.731-7.
MUNICÍPIO: Guarapuava
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.513.951-5
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.114/2026, ANEXA AO SID 26.513.951-5
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...998.564,00.
MUNICÍPIO: Guarapuava
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.515.093-4

ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 147/2026, ANEXA AO SID 26.515.093-4.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...7.562.642,00.
MUNICÍPIO: Ibaiti
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.492.794-3
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.035/2026, ANEXA AO SID 26.492.794-3.
MUNICÍPIO: Ibaiti
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.497.866-1
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 088/2026, ANEXA AO SID 26.497.866-1.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...1.452.029,00.
MUNICÍPIO: Icaraíma
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.491.303-9
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.087/2026, ANEXA AO SID 26.491.303-9.
MUNICÍPIO: Icaraíma
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.493.219-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.44/2026, ANEXA AO SID 26.493.219-0.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...1.452.691,00.
MUNICÍPIO: Icaraíma
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.501.083-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 103/2026, ANEXA AO SID 26.501.083-0.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...493.872,00.
MUNICÍPIO: Ipiranga
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.526.010-1
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 115/2026, ANEXA AO SID 26.526.010-1.

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...494.726,00.
MUNICÍPIO: Itaipulândia
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.492.827-3
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.037/2026, ANEXA AO SID 26.492.827-3.
MUNICÍPIO: Ivaté
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.515.161-2
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 143/2026, ANEXA AO SID 26.515.161-2.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...3.124.520,00.
MUNICÍPIO: Jaguapitã
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.498.920-5
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.039/2026, ANEXA AO SID 26.498.920-5.
MUNICÍPIO: Jaguapitã
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.499.167-6
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.040/2026, ANEXA AO SID 26.499.167-6.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...3.993.224,00.
MUNICÍPIO: Jandaia do Sul
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.500.857-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 127/2026, ANEXA AO SID 26.500.857-7.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...100.326,00.
MUNICÍPIO: Japira
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.497.866-1
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.088/2026, ANEXA AO SID 26.497.866-1.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...878.405,00.
MUNICÍPIO: Jataizinho
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.523.995-1
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.150/2026, ANEXA AO SID 26.523.995-1.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...277.392,00.
MUNICÍPIO: Lapa
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.515.093-4
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 147/2026, ANEXA AO SID 26.515.093-4.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...22.828,00.
MUNICÍPIO: Laranjeiras do Sul

PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.491.377-2
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.084/2026, ANEXA AO SID 26.491.377-2.
MUNICÍPIO: Lobato
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.489.022-5
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.047/2026, ANEXA AO SID26.489.022-5.
MUNICÍPIO: Londrina
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.500.857-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 127/2026, ANEXA AO SID 26.500.857-7.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...182.040,00.
MUNICÍPIO: Luiziana
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.496.230-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.049/2026, ANEXA AO SID 26.496.230-7.
MUNICÍPIO: Luiziana
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.496.723-6
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.036/2026, ANEXA AO SID 26.496.723-6.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...1.224.722,00.
MUNICÍPIO: Mandaguaçu
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.494.696-4
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.045/2026, ANEXA AO SID 26.494.696-4.
MUNICÍPIO: Mandaguari
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.500.768-6
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.142/2026, ANEXA AO SID 26.500.768-6.
MUNICÍPIO: Mandaguari
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.500.857-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.127/2026, ANEXA AO SID 26.500.857-7.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...595.602,00.
MUNICÍPIO: Mangueirinha

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.437.603-3
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.146/2026, ANEXA AO SID 26.437.603-3.
MUNICÍPIO: Marechal Candido Rondon
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.496.348-6
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.063/2026, ANEXA AO SID 26.496.348-6.
MUNICÍPIO: Marechal Cândido Rondon
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.496.823-2
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.066/2026, ANEXA AO SID 26.496.823-2.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...4.499.605,00.
MUNICÍPIO: Marechal Cândido Rondon
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.497.701-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.130/2026, ANEXA AO SID 26.497.701-0
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...972.000,00.
MUNICÍPIO: Maria Helena
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.493.052-9
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.033/2026, ANEXA AO SID 26.493.052-9.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...1.169.560,00.
MUNICÍPIO: Maria Helena
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.501.083-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 103/2026, ANEXA AO SID 26.501.083-0.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...868.867,00.
MUNICÍPIO: Maripá
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.489.208-2
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.056/2026, ANEXA AO SID 26.489.208-2.
MUNICÍPIO: Maripá
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.497.749-5
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO

MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.071/2026, ANEXA AO SID 26.497.749-5.
MUNICÍPIO: Mirador
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.490.017-4
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.081/2026, ANEXA AO SID 26.490.017-4.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...241.478,00.
MUNICÍPIO: Mirador
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.490.120-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.046/2026, ANEXA AO SID 26.490.120-0.
MUNICÍPIO: Missal
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.491.465-5
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.139/2026, ANEXA AO SID 26.491.465-5.
MUNICÍPIO: Munhoz de Melo
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.500.910-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.111/2026, ANEXA AO SID 26.500.910-7.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...259.969,00.
MUNICÍPIO: Nova Aliança do Ivaí
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.494.615-8
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 50/2026, ANEXA AO SID 26.494.615-8.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...9.168.039,00.
MUNICÍPIO: Nova Aliança do Ivaí
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.494.765-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 34/2026, ANEXA AO SID 26.494.765-0.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...288.895,00.
MUNICÍPIO: Nova Esperança
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.491.532-5
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.089/2026, ANEXA AO SID 26.491.532-5.
MUNICÍPIO: Nova Esperança
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.493.313-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 32/2026, ANEXA AO SID 26.493.313-7.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...1.615.228,00.
MUNICÍPIO: Nova Santa Rosa
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.491.606-2
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.076/2026, ANEXA AO SID 26.491.606-2.
MUNICÍPIO: Nova Santa Rosa
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.493.267-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.043/2026, ANEXA AO SID 26.493.267-0.
MUNICÍPIO: Nova Santa Rosa
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.493.474-5
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.080/2026, ANEXA AO SID 26.493.474-5.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...215.000,00.
MUNICÍPIO: Ortigueira
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.498.985-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.078/2026, ANEXA AO SID 26.498.985-0.
MUNICÍPIO: Ortigueira
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.499.250-8
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.077/2026, ANEXA AO SID 26.499.250-8.
MUNICÍPIO: Ortigueira
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.499.409-8
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.082/2026, ANEXA AO SID 26.499.409 -8.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...1.443.211,00.
MUNICÍPIO: Palmas
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.526.626-6
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.124/2026, ANEXA AO SID 26.526.626-6.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...941.466,00.

MUNICÍPIO: Palmeira
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.526.010-1
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 115/2026, ANEXA AO SID 26.526.010-1.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...536.702,00.
MUNICÍPIO: Palmital
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.518.975-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 70/2026, ANEXA AO SID 26.518.975-0.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...831.300,00.
MUNICÍPIO: Palmital
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.519.010-3
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 107/2026, ANEXA AO SID 26.519.010-3.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...1.395.173,00.
MUNICÍPIO: Palotina
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.496.396-6
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.51/2026, ANEXA AO SID 26.496.396-6.
MUNICÍPIO: Palotina
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.496.910-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.53/2026, ANEXA AO SID 26.496.910-7.
MUNICÍPIO: Paraíso do Norte
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.496.445-8
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.140/2026, ANEXA AO SID 26.496.445-8.
MUNICÍPIO: Paranavaí
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.493.313-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 32/2026, ANEXA AO SID 26.493.313-7.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...365.990,00.
MUNICÍPIO: Paranavaí
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.494.615-8
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 50/2026, ANEXA AO SID 26.494.615-8.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...155.000,00.
MUNICÍPIO: Paranavaí
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.494.765-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 34/2026, ANEXA AO SID 26.494.765-0.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...288.895,00.
MUNICÍPIO: Paranavaí
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.500.804-6
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.094/2026, ANEXA AO SID 26.500.804-6.

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

MUNICÍPIO: Peabiru
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.499.027-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.113/2026, ANEXA AO SID 26.499.027-0.
MUNICÍPIO: Peabiru
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.499.313-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 65/2026, ANEXA AO SID 26.499.313-0.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...416.023,00.
MUNICÍPIO: Peabiru
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.524.091-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.72/2026, ANEXA AO SID 26.524.091-7.
MUNICÍPIO: Perobal
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.492.873-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.074/2026, ANEXA AO SID 26.492.873-7.
MUNICÍPIO: Pérola
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.491.676-3
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.061/2026, ANEXA AO SID 26.491.676-3.
MUNICÍPIO: Pérola
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.493.436-2
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO

MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.026/2026, ANEXA AO SID 26.493.436-2.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...538.350,00.
MUNICÍPIO: Pinhalão
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.496.498-9
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.057/2026, ANEXA AO SID 26.496.498-9.
MUNICÍPIO: Pinhão
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.522.237-4
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.122/2026, ANEXA AO SID 26.522.237-4
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...3.449.918,00.
MUNICÍPIO: Pinhão
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.522.461-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 120/2026, ANEXA AO SID 26.522.461-0.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...11.575.671,00.
MUNICÍPIO: Pitanga
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.519.025-1
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.121/2026, ANEXA AO SID 26.519.025-1
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...161.770,00.
MUNICÍPIO: Pitanga
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.519.031-6
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 116/2026, ANEXA AO SID 26.519.031-6.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...947.583,00.
MUNICÍPIO: Planalto
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.492.927-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.090/2026, ANEXA AO SID 26.492.927-0.
MUNICÍPIO: Ponta Grossa
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.381.563-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.64/2026, ANEXA AO SID 26.381.563-7.
MUNICÍPIO: Ponta Grossa
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.513.371-1
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.64/2026, ANEXA AO SID 26.381.563-7.
MUNICÍPIO: Ponta Grossa
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.526.010-1
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 115/2026, ANEXA AO SID 26.526.010-1.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...25.236.679,00.
MUNICÍPIO: Porto Barreiro
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.496.369-9
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.105/2026, ANEXA AO SID 26.496.369-9.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...284.279,00.
MUNICÍPIO: Prado Ferreira
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.499.167-6
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 40/2026, ANEXA AO SID 26.499.167-6.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...662.399,00.
MUNICÍPIO: Primeiro de Maio
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.526.563-4
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 73/2026, ANEXA AO SID 26.526.563-4.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...314.628,00.
MUNICÍPIO: Quatiguá
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.491.748-4
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.075/2026, ANEXA AO SID 26.491.748-4.
MUNICÍPIO: Quatiguá
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.493.348-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.042/2026, ANEXA AO SID 26.493.348-0.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...1.218.413,00.
MUNICÍPIO: Quatro Pontes
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.492.353-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.058/2026, ANEXA AO SID 26.492.353-0.
MUNICÍPIO: Querência do Norte
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.516.137-5
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.60/2026, ANEXA AO SID 26.516.137-5
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...250.809,00.
MUNICÍPIO: Querência do Norte
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.519.544-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.62/2026, ANEXA AO SID 26.519.544-0.
MUNICÍPIO: Querência do Norte
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.519.725-6
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.136/2026, ANEXA AO SID 26.519.725-6
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...724.486,00.
MUNICÍPIO: Ramilândia
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.492.450-2
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.031/2026, ANEXA AO SID 26.492.450-2.
MUNICÍPIO: Realeza
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.496.555-1
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.052/2026, ANEXA AO SID 26.496.555-1.
MUNICÍPIO: Realeza
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.496.984-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.106/2026, ANEXA AO SID 26.496.984-0.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...254.106,00.
MUNICÍPIO: Realeza
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.497.723-1
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.092/2026, ANEXA AO SID 26.497.723-1.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...582.108,00.
MUNICÍPIO: Reserva
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.519.010-3
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 107/2026, ANEXA AO SID 26.519.010-3.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...580.969,00.
MUNICÍPIO: Reserva
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.526.010-1
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 115/2026, ANEXA AO SID 26.526.010-1.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...72.750,00.
MUNICÍPIO: Reserva do Iguaçu
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.519.044-8
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.098/2026, ANEXA AO SID 26.519.044-8.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...202.875,00.
MUNICÍPIO: Reserva do Iguaçu
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.519.070-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.099/2026, ANEXA AO SID 26.519.070-7.
MUNICÍPIO: Roncador
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.519.082-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.104/2026, ANEXA AO SID 26.519.082-0.
MUNICÍPIO: Rondon
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.498.320-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.091/2026, ANEXA AO SID 26.498.320-7.
MUNICÍPIO: Rondon
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.498.410-6
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.110/2026, ANEXA AO SID 26.498.410-6.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...198.328,00.
MUNICÍPIO: Salto do Lontra
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.523.860-2
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.125/2026, ANEXA AO SID 26.523.860-2.

MUNICÍPIO: Santa Fé
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.499.633-3
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.097/2026, ANEXA AO SID 26.499.633-3.
MUNICÍPIO: Santa Fé
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.500.910-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.111/2026, ANEXA AO SID 26.500.910-7.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...986.774,00.
MUNICÍPIO: Santa Maria do Oeste
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.519.010-3
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 107/2026, ANEXA AO SID 26.519.010-3.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...3.952,00.
MUNICÍPIO: Santa Mônica
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.497.656-1
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.141/2026, ANEXA AO SID 26.497.656-1.
MUNICÍPIO: Santana do Itararé
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.526.010-1
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 115/2026, ANEXA AO SID 26.526.010-1.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...166.272,00.
MUNICÍPIO: Santa Terezinha de Itaipu
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.500.986-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.148/2026, ANEXA AO SID 26.500.986-7.
MUNICÍPIO: Santa Terezinha do Itaipu
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.501.002-4
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.131/2026, ANEXA AO SID 26.501.002-4
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...826.347,00.
MUNICÍPIO: Santo Antônio do Paraiso
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.493.313-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 32/2026, ANEXA AO SID 26.493.313-7.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...993.351,00.
MUNICÍPIO: Santo Antônio do Sudoeste
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.492.616-5
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.030/2026, ANEXA AO SID 26.492.616-5.
MUNICÍPIO: São Jorge do Ivaí
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.494.814-2
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.093/2026, ANEXA AO SID 26.494.814-2.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...362.690,00.
MUNICÍPIO: São José dos Pinhais
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.454.351-7
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.24/2026, ANEXA AO SID 26.454.351-7.
MUNICÍPIO: São José dos Pinhais
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.454.590-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 28/2026, ANEXA AO SID 26.454.590-0.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...219.489.645,00.
MUNICÍPIO: São Mateus do Sul
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.526.302-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.119/2026, ANEXA AO SID 26.526.302-0.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...30.485.439,00.
MUNICÍPIO: São Sebastião da Amoreira

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.523.995-1
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.150/2026, ANEXA AO SID 26.523.995-1.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...1.336.692,00.
MUNICÍPIO: Sertanópolis
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.526.563-4
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 73/2026, ANEXA AO SID 26.526.563-4.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...314.628,00.

MUNICÍPIO: Siqueira Campos
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.493.348-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.042/2026, ANEXA AO SID 26.493.348-0.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...656.700,00.
MUNICÍPIO: Teixeira Soares
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.526.010-1
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 115/2026, ANEXA AO SID 26.526.010-1.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...164.111,00.
MUNICÍPIO: Terra Boa
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.519.092-8
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 132/2026, ANEXA AO SID 26.519.092-8.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...274.796,00.
MUNICÍPIO: Tibagi
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.526.010-1
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 115/2026, ANEXA AO SID 26.526.010-1.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...61.611,00.
MUNICÍPIO: Toledo
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.504.998-2
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.108/2026, ANEXA AO SID 26.507.660-2.
MUNICÍPIO: Toledo
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.507.660-2
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.108/2026, ANEXA AO SID 26.507.660-2.
MUNICÍPIO: Tomazina
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.492.660-2
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO NAO PROCEDE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.029/2026, ANEXA AO SID 26.492.660-2.
MUNICÍPIO: Tomazina
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.493.348-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.042/2026, ANEXA AO SID 26.493.348-0.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...561.700,00.
MUNICÍPIO: Tomazina
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.498.066-6
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.152/2026, ANEXA AO SID 26.498.066-6.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...3.232.833,00.
MUNICÍPIO: Umuarama
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.497.775-4
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.112/2026, ANEXA AO SID 26.497.775-4.
MUNICÍPIO: Umuarama
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.501.083-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO PARCIAL
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, A SOLICITAÇÃO PROCEDE PARCIALMENTE, CONFORME CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N. 103/2026, ANEXA AO SID 26.501.083-0.
VALOR RECONHECIDO A ADICIONAR R$...4.106.053,00.
MUNICÍPIO: Verê
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.517.732-8
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-INDEFERIDO
MOTIVO: CONFORME ANÁLISE DOCUMENTAL, SOMOS DE PARECER DESFAVORÁVEL AO PLEITO. A ÍNTEGRA DO PARECER CONSTA NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.109/2026, ANEXA AO SID 26.517.732-8.
MUNICÍPIO: Xambrê
PROTOCOLO S.P.I. N.: 26.493.219-0
ASSUNTO: ICMS-REVISÃO DO CÁLCULO DE VALOR ADICIONADO-DEFERIDO
MOTIVO: CONFORME PARECER FISCAL PRÉVIO E ANÁLISE DOCUMENTAL, O VALOR FOI EXCLUÍDO CONFORME DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE. DEMAIS CONSIDERAÇÕES ESTÃO APRESENTADAS NA INFORMAÇÃO CAET-AIPM N.44/2026, ANEXA AO SID 26.493.219-0.
VALOR RECONHECIDO A RETIRAR R$...411.349,00.

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

RESOLUÇÃO SEFA Nº 982, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Prorroga o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) de que trata a Resolução SEFA n. 606, de 17 de julho de 2025.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**, no exercício de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e

Considerando a Resolução SEFA n. 606, de 17 de julho de 2025, publicada na Edição nº 11.947 do Diário Oficial do Poder Executivo do Estado do Paraná, que designou Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD) para apuração dos fatos irregulares descritos no Processo nº 21.875.340-0;

Considerando que a Presidente da CPAD solicita, motivadamente, a prorrogação, por mais 180 (cento e oitenta) dias, do prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, mormente para confecção do relatório final no bojo do Protocolo nº 21.875.340-0;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por mais 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de 09 de outubro de 2026, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD) instaurada pela Resolução SEFA n. 606, de 17 de julho de 2025, com fundamento no § 1º do art. 128 da Lei Complementa Estadual nº 131, de 29 de setembro de 2010.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de outubro de 2026

Luiz Paulo Budal Pedroso de Almeida
Secretário de Estado da Fazenda *em exercício*

Protocolo 139384/2026

RESOLUÇÃO SEFA Nº 983/2026

Designação de substituição do Chefe do Centro de Tecnologia da Informação e da Comunicação - CTIC, por motivo de férias do titular.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**, no exercício de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 4º, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, bem como o contido nos Protocolos nº 21.936.980-8,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor TERCIO RHODES MAGALHÃES SILVA, CPF nº 039.XXX.534-XX, para responder como Chefe do Centro de Tecnologia da Informação e da Comunicação - CTIC, desta Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, em substituição ao servidor GERSON RIBEIRO, CPF nº 622. XXX.769-XX, por motivo de férias do titular, no período de 09 a 18 de dezembro de 2026.

Curitiba, 15 de outubro de 2026

Luiz Paulo Budal Pedroso de Almeida
Secretário de Estado da Fazenda em exercício

Protocolo 139642/2026

Secretaria de Infraestrutura e Logística

DER

DESPACHO: 1488/2026-DG
PROTOCOLO: 25.924.008-5

1. Com base no relatório conclusivo da Comissão de Processo Administrativo, instaurada por intermédio da Portaria nº 251/2026, publicada no Diário Oficial do Estado em 05/05/2025, bem como no Parecer nº 1496/2026 da Procuradoria Jurídica deste Departamento, concluo pelo encerramento dos trabalhos da Comissão e determino o ARQUIVAMENTO do feito visto que o servidor cumpriu integralmente o Termo de Ajustamento de Conduta proposto.
2. Publique-se

Em, 14 de outubro de 2026.

Fernando Furiatti Saboia
Diretor-Presidente

DESPACHO: 1482/2026-DG
PROTOCOLO: 26.541.053-7 e anexos

1. Com base na justificativa da Diretoria de Operações, demais documentos inclusos no processo em referência e no Parecer nº 103/2026, emitido pela Procuradoria Jurídica deste Departamento em 30/09/2026, RECONHEÇO a situação de emergência que deu ensejo a presente Dispensa de Licitação n° 16/2026 - DER/DOP/SRNOROESTE, que tem por escopo a execução de obras de recuperação do sistema de drenagem na rodovia PR-492, trecho de Acesso a Tamboara até entr. PR-685, Área 07, No Âmbito da Superintendência Regional do Noroeste do DER-PR; AUTORIZO, cumpridas as formalidades legais, a realização da despesa no valor de R$ 528.427,42 e ADJUDICO o objeto à empresa Extracon Mineração e Obras S.A.
2. Publique-se.
3. À Diretoria de Operações para as devidas providências.

Em, 14 de outubro de 2026.

Fernando Furiatti Saboia
Diretor-Presidente

Protocolo 139475/2026

PORTARIA Nº 676/2026-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2.000 e tendo em vista o contido no protocolo n° 26.736.502-4, RESOLVE:

DESIGNAR

Darlan De Paiva Santana, CPF: 035.xxx.xxx-06, Carlos Guilherme Pittarello Dos Santos, CPF: 050.xxx.xxx-92, Jessica Mayumi Kumasaka, CPF: 049.xxx. xxx-21 e Danilo Costa Lages, CPF: 311.xxx.xxx-12 para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho para o Estágio Probatório dos servidores abaixo relacionados, atendendo o determinado pela Portaria nº 197/2014.

CPF	Nome	Cargo	Data Admissão
903.xxx. xxx-49	GLAUCE MARIA NOGUEIRA	AGENTE PROFISSIONAL	03/11/2025

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

Protocolo 139477/2026

PORTARIA Nº 675/2026-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2.000 e tendo em vista o contido no protocolo n° 26.736.242-4, RESOLVE:

DESIGNAR

Ane Soraida Mello Serpa De Oliveira Viana, CPF: 896.xxx.xxx-04, Larissa Vieira, CPF: 009.xxx.xxx-54 e Rejane Karam, CPF: 650.xxx.xxx-34 para sob a Presidência da primeira, comporem a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho para o Estágio Probatório dos servidores abaixo relacionados, atendendo o determinado pela Portaria nº 197/2014.

CPF	Nome	Cargo	Data Admissão
122.xxx. xxx-20	VANESSA CRISTINA DE CASTILHO	AGENTE PROFISSIONAL	05/11/2025

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

Protocolo 139485/2026

PORTARIA Nº 674/2026-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2.000 e tendo em vista o contido no protocolo n° 26.736.083-9, RESOLVE:

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

DESIGNAR

Carlos Alberto Dittert De Camargo, CPF: 298.xxx.xxx-49, Sergio Moreira Gomes, CPF: 372.xxx.xxx-34 e Lucas Bach Adada, CPF: 402.xxx.xxx-49 para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho para o Estágio Probatório dos servidores abaixo relacionados, atendendo o determinado pela Portaria nº 197/2014.

CPF	Nome	Cargo	Data Admissão
118.xxx. xxx-89	JOSE AURELIO ALMEIDA CAIUT	AGENTE PROFISSIONAL	05/11/2025

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

Protocolo 139497/2026

PORTARIA Nº 673/2026-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2.000 e tendo em vista o contido no protocolo n° 26.735.713-7, RESOLVE:

DESIGNAR

Bruna Emanuelly de Witte Cezarotto, CPF: 085.xxx.xxx-42, Gabriela Cristo e Santos, CPF: 083.xxx.xxx-02, Rejane Amaral Goulart Mathias de Souza, CPF: 582.xxx.xxx-34 e Greice Kellen Leite, CPF: 070.xxx.xxx-78 para sob a Presidência da primeira, comporem a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho para o Estágio Probatório dos servidores abaixo relacionados, atendendo o determinado pela Portaria nº 197/2014.

CPF	Nome	Cargo	Data Admissão
091.xxx. xxx-10	THAYS CAROLINE GIGOSKI MARITZ DE CAMARGO	AGENTE PROFISSIONAL	05/11/2025

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

Protocolo 139512/2026

Secretaria da Justiça e Cidadania

Despacho nº 4403/2026 - DG/SEJU
(Protocolo nº 25.976.978-7)

I. AUTORIZO com fulcro nos artigos 33, inciso Xl, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023, art. 1º, inciso VI, da Resolução nº 94/2025 - SEJU, com fundamento no Memorando n° 699/2026 - NAS/SEJU **(mov.02)**, na Informação Técnica nº 395/2026 - AT/SEJU **(mov.31)**, que atestaram a regularidade formal do procedimento com o cumprimento dos critérios necessários ao pagamento, **o dever de pagar em favor de CS BRASIL FROTAS S.A.**, inscrita no **CNPJ nº 27.595.780/0001-16**, a **título indenizatório** e, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira constante na Informação Técnica nº 603/2026 - NFS/SEJU **(mov.25)**, a realização da despesa no valor de **R$ 89.736,24 (oitenta e nove mil, setecentos e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos)**, referente a prestação de serviços de locação de automóveis, relativo ao **Contrato Administrativo nº 1191/2023.**

CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do **NAS/SEJU**, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, o NAS/SEJU deverá atestar que o recibo não terá cobrança de juros e multas e verificar, na ocasião do pagamento, e se as habilitações fiscais e trabalhistas, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), estão dentro de seu prazo de validade e sem pendências.

DETERMINO o envio deste Protocolo à Corregedoria para apuração de possíveis irregularidades.

PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 15 de outubro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
Nivaldo Ramos
Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

Protocolo 139745/2026

PORTARIA N° 277 LICENÇA ESPECIAL

O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

ORGÃO - SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

RETIFICAR A PORTARIA N° 277 DE 06/10/2026 , DE LICENÇA ESPECIAL, DE
SUZANE ZANELLA, R.G. 67308441, LF 1 PARA QUE PASSE A CONSTAR OS SEGUINTES VALORES:

FRUIÇÃO	PERIODO AQUISITIVO
3/11/2026 A 31/1/2027	7/8/2011 A 6/8/2016

CURITIBA, 06 / 10 / 2026

DIRETOR GERAL

Protocolo 139001/2026

PORTARIA N° 278 LICENÇA ESPECIAL

O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

RESOLVE:

ORGÃO – SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

RETIFICAR A PORTARIA Nº 278 DE 06/10/2026 , DE LICENÇA ESPECIAL, DE ALEXANDRA BENICIO DOS SANTOS, R.G. 77484582, LF 1 PARA QUE PASSE A CONSTAR OS SEGUINTES VALORES:

FRUIÇÃO	PERIODO AQUISITIVO
2/11/2026 A 1/12/2026	2/11/2013 A 3/11/2018

CURITIBA, 06 / 10 / 2026

DIRETOR GERAL

Protocolo 139002/2026

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA CAPACITAÇÃO AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 289 DE 14/10/2026

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
GUSTAVO HENRIQUE VAN DAL OLIVEIRA				90	04/05/2020	03/05/2025	02/01/2027	01/04/2027
96574495	2	NAVII	256140837					

Protocolo 139579/2026

Secretaria do Planejamento

IPARDES

PORTARIA IPARDES Nº 074/2026

O Diretor-Presidente do INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES), nomeado pelo Decreto n. º 757, de 09 de março de 2023, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 15 do Regulamento do Instituto - Anexo do Decreto n. º 3.203, de 22 de agosto de 2023 e nos termos da Lei n. º 6.407, de 07 de junho de 1973,

RESOLVE

Art. 1º Designar os seguintes servidores abaixo relacionados para atuar na gestão e fiscalização do Contrato nº 9628/2026, firmado com a Empresa Claro S.A inscrita no CNPJ sob o nº 40.432.544/0001-47, cujo objeto é a Contratação de serviços continuados de Prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), em observância ao art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021:

I - Gestor do Contrato: Denise Hartung Esau CPF: 520.XXX.XXX-04,
II - Fiscal do Contrato: Cristlove Leitzke Specht CPF: 923.XXX.XXX-20

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.
Anote-se.

Curitiba, 15 de outubro de 2026.

Jorge Augusto Callado Afonso
Diretor Presidente do IPARDES

Protocolo 139470/2026

Secretaria da Saúde

ERRATA

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 25.794.669-0 - Publicado no DOE de 10/09/2026

ONDE SE LÊ:

O valor mensal estimado para execução do presente contrato importa em R$ 3.183.450,70 (três milhões, cento e oitenta e três mil quatrocentos e cinquenta reais e setenta centavos), sendo R$ 188.756,40 (cento e oitenta e oito mil setecentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos) com recursos provenientes do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Transferência proveniente do Governo Federal/Fonte 600, e, R$ 2.994.694,30 (dois milhões, novecentos e noventa e quatro mil seiscentos e noventa e quatro reais e trinta centavos) com recursos provenientes do Tesouro Geral do Estado/Fonte 500, totalizando o valor anual de R$ 38.201.408,40 (trinta e oito milhões, duzentos e um mil quatrocentos e oito reais e quarenta centavos);

LEIA-SE:

CONSIDERANDO
O valor mensal estimado para a execução do presente Contrato importa em R$ 3.483.450,70 (três milhões, quatrocentos e oitenta e três mil quatrocentos e cinquenta reais e setenta centavos), sendo R$188.756,40 (cento e oitenta e oito mil setecentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos), com recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Transferência proveniente do Governo Federal/Fonte 600, e R$ 3.294.694,30 (três milhões, duzentos e noventa e quatro mil seiscentos e noventa e quatro reais e trinta centavos), com recursos do Tesouro Geral do Estado/Fonte 500, totalizando o valor anual estimado de R$ 41.801.408,40 (quarenta e um milhões, oitocentos e um mil quatrocentos e oito reais e quarenta centavos), perfazendo-se o valor total estimado de para a execução do presente contrato durante os 05 (cinco) anos de vigência.

Publique-se e encaminhe-se a FUNSAÚDE/DPCC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente*.

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Secretário de Estado da Saúde

Protocolo 139472/2026

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 24.210.648-2

1. AUTORIZO, com fulcro no art. 1º, parágrafo 6º, do Decreto nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Decreto nº 8.679 de 25 de janeiro de 2018, Informação nº 275/2026 - PGE/PCP, **celebrar o Termo de Convênio**, formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a Associação Missionaria de Beneficência das Irmas Servas do Espirito Santo - Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Luz, inscrito no

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

CNPJ 80.234.816/001-26, em cumprimento ao objeto proposto de garantir a sustentabilidade física e o padrão de qualidade na execução de 229 cirurgias mensais, através da formalização de parceria financeira para a aquisição de equipamentos médico-hospitalares e mobiliário hospitalar sob regime de destinação exclusiva ao SUS, visando à modernização tecnológica, expansão qualificada da capacidade operativa e reforço da segurança assistencial nas estruturas do Bloco Cirúrgico, da Central de Material e Esterilização (CME) e da Sala de Recuperação Pós-Anestésica Imediata (SRPAI) do Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Luz;

2. O valor para a execução do presente Convênio importa R$ 984.109,00 (Novecentos e oitenta e quatro mil, cento e nove reais), com recursos da SESA/FUNSAUDE, proveniente da Fonte 500 do Tesouro do Estado.

3. **Reconheço** a situação administrativa ensejada de Dispensa de Licitação para chamamento público, embasada no artigo 672, parágrafo primeiro, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e no artigo 673, inciso IV do mesmo Decreto, em face ao prévio credenciamento da entidade de saúde pelo órgão gestor, conforme se comprova pelo Contrato de n° 0306.3387/2025.

4. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal n° 14.133/2021, Decreto Estadual n° 10086/2022, Decreto Estadual nº 8.622/2013, Decreto nº 4.189/2016, Decreto n° 8.679/2018, Lei n° 18.976/2017; Decreto nº 7.265/2017, Resolução SESA n° 402/2017, Resolução SESA nº 018/2018 e Resolução SESA nº 86/2020, sob pena de cancelamento deste ato.

5. Publique-se e encaminhe-se a FUNSAUDE/DPC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente*.

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Secretário de Estado da Saúde

Protocolo 139495/2026

RESOLUÇÃO SESA Nº 1283/2026

Indica Gestor e Fiscal do Contrato nº 2220-318/2026, firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Abbott Laboratórios do Brasil Ltda.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4° da Lei Estadual n° 19.848/2019, combinado com o disposto no inciso IX do Art. 8° do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014, que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde. Considerando o contido no protocolo n.º **26.615.078-4.**

RESOLVE:

Art. 1º Designar os colaboradores abaixo nomeados para a função de Gestor e Fiscal, para atuarem como responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados e da qualidade dos serviços prestados, conforme disposto nos arts. 7 e 117 da Lei 14.133/2021 e arts. 10 a 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Nome	CPF Nº	Função
Rosiane Aparecida da Silva	XXX.346.669-XX	Gestora
Ana Caroline Dias	XXX.109.82-XX	Fiscal

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Dr. Cesar Augusto Neves Luiz
(Cesar Neves)
Secretário de Estado da Saúde do Paraná

Protocolo 139016/2026

RESOLUÇÃO SESA Nº 1286/2026

Indica gestores e fiscal do Contrato nº 2220-336/2026, firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e I11 Comércio de Materiais Hospitalares Ltda.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4° da Lei Estadual n° 19.848/2019, combinado com o disposto no inciso IX do Art. 8° do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014, que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde. Considerando o contido no protocolo n.° **26.615.398-8.**

RESOLVE:

Art. 1º Designar os colaboradores abaixo nomeados para função de Gestores e Fiscal, para atuarem como responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados e da qualidade dos serviços prestados, conforme disposto nos arts. 7 e 117 da Lei 14.133/2021 e arts. 10 a 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Nome	CPF Nº	Função
Guilherme Fernandes Graziani	XXX.266.268-XX	Gestor
Franciele Rocha	XXX.222.879-XX	Gestora Substituta
Marlus Nogari Siqueira	XXX.013.529-XX	Fiscal

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de Outubro de 2026.

(assinado eletronicamente)
Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Secretário de Estado de Saúde

Protocolo 139055/2026

RESOLUÇÃO SESA Nº 1287/2026

Indica gestores e fiscal do Contrato nº 2220-337/2026, firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e Hexagon Distribuição e Logística de Produtos Médicos Eirel.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4° da Lei Estadual n° 19.848/2019, combinado com o disposto no inciso IX do Art. 8° do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014, que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde. Considerando o contido no protocolo n.° **26.615.398-8.**

RESOLVE:

Art. 1º Designar os colaboradores abaixo nomeados para função de Gestores e Fiscal, para atuarem como responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados e da qualidade dos serviços prestados, conforme disposto nos arts. 7 e 117 da Lei 14.133/2021 e arts. 10 a 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Nome	CPF Nº	Função
Guilherme Fernandes Graziani	XXX.266.268-XX	Gestor
Franciele Rocha	XXX.222.879-XX	Gestora Substituta
Marlus Nogari Siqueira	XXX.013.529-XX	Fiscal

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de Outubro de 2026.

(assinado eletronicamente)
Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Secretário de Estado de Saúde

Protocolo 139076/2026

RESOLUÇÃO SESA Nº 1288/2026

Indica Nova fiscal do Contrato nº 2220-153/2026, firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4° da Lei Estadual n° 19.848/2019, combinado com o disposto no inciso IX do Art. 8° do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014, que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde. Considerando o contido no protocolo n° **26.728.186-6**

RESOLVE:

Art. 1º Designar a colaboradora abaixo nomeada para a função de fiscal, para atuar como responsável pelo acompanhamento e fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados e da qualidade dos serviços prestados, conforme disposto nos arts. 7 e 117 da Lei 14.133/2021 e arts. 10 a 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Nome	CPF	Função
Ana Flávia Kesseli Burgardt	XXX.386.289.XX	Fiscal/CHT

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de outubro de 2026.

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

(Assinado eletronicamente)
Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Secretário de Estado de Saúde

Protocolo 139083/2026

RESOLUÇÃO SESA Nº 1291/2026

Indica Nova fiscal substituta do contrato nº 2220-376/2022, firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI**.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4° da Lei Estadual n° 19.848/2019, combinado com o disposto no inciso IX do Art. 8° do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014, que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde. Considerando o contido no protocolo n° **26.680.320-6**

RESOLVE:

Art. 1º Designar a colaboradora abaixo nomeada para a função de fiscal substituta, para atuar como responsável pelo acompanhamento e fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados e da qualidade dos serviços prestados, conforme disposto no art. 67 da Lei 8.666/1993 e art. 118 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

Nome	CPF Nº	Função
Tatiane Carine Araújo	XXX.891.799-XX	Fiscal Substituta/18ªRS

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Secretário de Estado de Saúde
...

Protocolo 139111/2026

RESOLUÇÃO SESA Nº 1298/2026

Indica Gestor e Fiscal do Contrato nº 2220-324/2026, firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Laborsys Produtos Diagnósticos e Hospitalares Ltda.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4° da Lei Estadual n° 19.848/2019, combinado com o disposto no inciso IX do Art. 8° do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014, que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde. Considerando o contido no protocolo n.º **26.110.974-3.**

RESOLVE:

Art. 1º Designar os colaboradores abaixo nomeados para a função de Gestor e Fiscal, para atuarem como responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados e da qualidade dos serviços prestados, conforme disposto nos arts. 7 e 117 da Lei 14.133/2021 e arts. 10 a 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Nome	CPF Nº	Função
Vivian Patricia Raksa	XXX.961.659-XX	Gestora
Michele Zabrocki Ferreira	XXX.145.709-XX	Gestora Substituta
Daniele Alves Vieira	XXX.373.109-XX	Fiscal/Curitiba
Adriana Nascimento de Araújo Buchmann	XXX.843.058-XX	Fiscal Substituta/ Curitiba
Fausto Celso Trigo	XXX.159.868-XX	Fiscal/17ªRS
Isabelly Karoline Fabiano dos Santos	XXX.224.269-XX	Fiscal Substituta/17ªRS
Tatiane Cristine Rodrigues	XXX.880.549-XX	Fiscal/10ªRS
Robson Antonio Bassi	XXX.001.079-XX	Fiscal Substituto/10ªRS
Gérson Zanusso Jr	XXX.421.779-XX	Fiscal/15ªRS
Margareth Naomi Hashimoto	XXX.327.899-XX	Fiscal Substituta/15ªRS

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de outubro de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Dr. Cesar Augusto Neves Luiz
(Cesar Neves)
Secretário de Estado da Saúde do Paraná

Protocolo 139527/2026

RESOLUÇÃO SESA Nº 1299/2026

Indica Gestor e Fiscal do Contrato nº 2220-325/2026, firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Quallyx Produtos para Saúde Ltda.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4° da Lei Estadual n° 19.848/2019, combinado com o disposto no inciso IX do Art. 8° do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014, que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde. Considerando o contido no protocolo n.º **26.110.974-3.**

RESOLVE:

Art. 1º Designar os colaboradores abaixo nomeados para a função de Gestor e Fiscal, para atuarem como responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados e da qualidade dos serviços prestados, conforme disposto nos arts. 7 e 117 da Lei 14.133/2021 e arts. 10 a 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Nome	CPF Nº	Função
Vivian Patricia Raksa	XXX.961.659-XX	Gestora
Michele Zabrocki Ferreira	XXX.145.709-XX	Gestora Substituta
Daniele Alves Vieira	XXX.373.109-XX	Fiscal/Curitiba
Adriana Nascimento de Araújo Buchmann	XXX.843.058-XX	Fiscal Substituta/ Curitiba
Fausto Celso Trigo	XXX.159.868-XX	Fiscal/17ªRS
Isabelly Karoline Fabiano dos Santos	XXX.224.269-XX	Fiscal Substituta/17ªRS
Tatiane Cristine Rodrigues	XXX.880.549-XX	Fiscal/10ªRS
Robson Antonio Bassi	XXX.001.079-XX	Fiscal Substituto/10ªRS
Gérson Zanusso Jr	XXX.421.779-XX	Fiscal/15ªRS
Margareth Naomi Hashimoto	XXX.327.899-XX	Fiscal Substituta/15ªRS
Wiliene Maria Osinaga Barboza	XXX.532.269-XX	Fiscal/09ªRS
Marciane de Oliveira	XXX.604.669-XX	Fiscal Substituta/09ªRS
Danielle Chiarello Oberg da Cruz	XXX.423.079-XX	Fiscal/03ªRS
Ana Flavia Fillus	XXX.257.529-XX	Fiscal Substituta/03ªRS

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de outubro de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Dr. Cesar Augusto Neves Luiz
(Cesar Neves)
Secretário de Estado da Saúde do Paraná

Protocolo 139531/2026

RESOLUÇÃO SESA Nº 1295/2026

Indica Gestor e Fiscal do Contrato nº 2220-340/2026, firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a MCR Sistemas e Consultoria Ltda.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4° da Lei Estadual n° 19.848/2019, combinado com o disposto no inciso IX do Art. 8° do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014, que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde. Considerando o contido no protocolo n.º **26.564.558-5.**

RESOLVE:

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Art. 1º Designar os colaboradores abaixo nomeados para a função de Gestor e Fiscal, para atuarem como responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados e da qualidade dos serviços prestados, conforme disposto nos arts. 7 e 117 da Lei 14.133/2021 e arts. 10 a 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Nome	CPF Nº	Função
Maurício Todesch	XXX.464. 929-XX	Gestor
Jairton Flasmo de Oliveira	XXX.872. 759-XX	Gestor Substituto
Juliana Scheller	XXX. 218.989-XX	Fiscal
Eduardo Augusto Lovizotto Rebonato	XXX. 413.649-XX	Fiscal Substituto

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de outubro de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Dr. Cesar Augusto Neves Luiz
(Cesar Neves)
Secretário de Estado da Saúde do Paraná

Protocolo 139645/2026

RESOLUÇÃO SESA Nº 1296/2026

Indica Gestor e Fiscal do Contrato nº 2220-341/2026, firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a MPS Distribuidora Ltda.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4° da Lei Estadual n° 19.848/2019, combinado com o disposto no inciso IX do Art. 8° do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014, que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde. Considerando o contido no protocolo n.º **26.623.465-1.**

RESOLVE:

Art. 1º Designar os colaboradores abaixo nomeados para a função de Gestor e Fiscal, para atuarem como responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados e da qualidade dos serviços prestados, conforme disposto nos arts. 7 e 117 da Lei 14.133/2021 e arts. 10 a 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Nome	CPF Nº	Função
Carlos Adalberto Mendes	XXX.575.25-XX	Gestor
Paulo Cesar Rodrigues Moreira	XXX.647. 809-XX	Fiscal

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de outubro de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Dr. Cesar Augusto Neves Luiz
(Cesar Neves)
Secretário de Estado da Saúde do Paraná

Protocolo 139676/2026

RESOLUÇÃO SESA Nº 1300/2026

Indica Gestores e Fiscais do Contrato nº 2220-342/2026, firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a VLP Indústria Eletrônica Ltda.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4° da Lei Estadual n° 19.848/2019, combinado com o disposto no inciso IX do Art. 8° do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014, que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde. Considerando o contido no protocolo n.º **26.484.702-8.**

RESOLVE:

Art. 1º Designar os colaboradores abaixo nomeados para a função de Gestores e Fiscais, para atuarem como responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados e da qualidade dos serviços prestados, conforme disposto nos arts. 7 e 117 da Lei 14.133/2021 e arts. 10 a 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Nome	CPF Nº	Função
Célia Fagundes da Cruz	XXX.569. 389-XX	Gestora
Anna Caroline da Cunha Afonso	XXX.953. 959-XX	Gestora Substituta
Lavinia Nery Villa Stangler Arend	XXX.343. 949-XX	Fiscal
Maria do Carmo Debur Rossa	XXX.413. 639-XX	Fiscal Substituta

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de outubro de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Dr. Cesar Augusto Neves Luiz
(Cesar Neves)
Secretário de Estado da Saúde do Paraná

Protocolo 139703/2026

PORTARIA FUNEAS Nº 705 - 14 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Exonera MATEUS BERTI do cargo em comissão da FUNEAS.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 7 de outubro de 2026, de acordo com o inciso I do art. 49-A do Decreto Estadual nº 12.093, de 03 de setembro de 2014, MATEUS BERTI, CPF nº 124.XXX.XXX-80, Assessor Nível IV - Símbolo CCA-5, Diretoria Financeira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de outubro de 2026.

(assinado digitalmente)
GERALDO GENTIL BIESEK
Diretor Presidente

(assinado digitalmente)
VIVIANE HERRERA UFEMEA
Diretora Administrativa

Protocolo 139514/2026

PORTARIA FUNEAS Nº 706 - 14 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Nomeação de ANDREA PEREIRA DE ARAÚJO para exercer cargo em comissão da FUNEAS.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 3 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Nomeia a partir de 19 de outubro de 2026, de acordo com o inciso I do art. 49-A do Decreto Estadual nº 12.093, de 03 de setembro de 2014, ANDREA PEREIRA DE ARAÚJO, CPF nº 935.XXX.XXX-34, Assessor Nível III - Símbolo CCA-4, Diretoria Geral, Hospital Zona Norte de Londrina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

(assinado digitalmente)
GERALDO GENTIL BIESEK
Diretor Presidente

(assinado digitalmente)
VIVIANE HERRERA UFEMEA
Diretora Administrativa

Protocolo 139516/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Secretaria da Segurança Pública

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

O Diretor de Gestão de Pessoas da PMPR, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo art. 57, do Decreto estadual nº 7.339, de 08 de junho de 2010,

NOTIFICA

1. Ao senhor **Sérgio Roberto Zampar**, R. G. nº **X.XXX.485-7**, C. P. F nº **608.XXX.XXX-15**, Cabo QPRR PM, e que integrou o Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários (CMEIV) - Programa CCM-PR, para comparecer na Diretoria de Gestão de Pessoas da PMPR / Coordenação-Geral do CMEIV, sito à Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 1.401 - Rebouças, Curitiba / Paraná, CEP 80.230-110, ou, impossibilitado de comparecer, entrar em contato com o telefone (41) 3304 4711, considerando o contido no inciso LV, do art. 5º, da Constituição Federal (1988), para tratar de assunto de seu interesse, nos termos do disposto no §2º, do art. 163, da Lei estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, até o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, até a 15ª (décima quinta) publicação desta notificação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação que será publicada em Boletim-Geral da PMPR e por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Em 23 de setembro de 2026.

assinado eletronicamente
Coronel QOEM PM Juliano Caciatori,
Diretor de Gestão de Pessoas da PMPR.

Protocolo 131341/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo: 26.577.782-1
Assunto: PRORROGAÇÃO - VIGÊNCIA - CONTRATO Nº 0921/2025 - GMS Nº 8875/2025

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, combinado com os arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 2850/2026-AT/SESP, a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 0921/2025 - GMS 8875/2025, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa ASSOCIAÇÃO HOSPITAL CARDIOLÓGICO COSTANTINI, inscrita no CNPJ n° 01.607.538/0001-21, tendo por objeto a prestação de serviços médico-hospitalares de cardiologia aos usuários do Sistema de Saúde da Polícia Militar do Paraná, visando, no presente momento, à prorrogação de sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em 10/11/2026 e término em 09/11/2027, mantendo-se o valor total do contrato de R$ 91.680,00 (noventa e um mil, seiscentos e oitenta reais), conforme minuta acostada às fls. 204/205;

2. DECLARO que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;

3. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação, atualizando as certidões de regularidade que porventura vencerem no decorrer do trâmite;

4. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139026/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Assunto: USO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 485/2024
Protocolo: 26.402.166-9

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 2946/2026-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **AXON ENTERPRISE, INC.**, inscrita no EIN sob nº 86-0741227, sediada no Município de Scottsdale/US, em utilização à Ata de Registro de Preços nº 44/2024, oriunda da Inexigibilidade de Licitação nº 485/2024, cujo objeto é o fornecimento de Dispositivos de Condução Elétrica (DCE) / Armas Eletrônicas de Incapacitação Neuromuscular (AINM) modelo TASER 10, para atender às necessidades do Comando Geral da Polícia Militar do Paraná - CGPM/PMPR, no valor total de US$ 195.500,00 (cento e noventa e cinco mil e quinhentos dólares), equivalente a R$ 1.069.385,00 (um milhão e sessenta e nove mil, trezentos e oitenta e cinco reais), conforme a minuta do Contrato acostada às **fls. 982/992**;

2. DECLARO que, para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

3. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

4. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139032/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo: 26.415.838-9
Assunto: USO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2088/2025 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE DADOS

1. **AUTORIZO**, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 2901/2026-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **CLARO S.A.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 40.432.544/0224-69, sediada no Município de Curitiba/PR, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 2088/2025, cujo objeto será a contratação de prestação de serviços Móveis Pessoais (SMP), na modalidade pós-paga, por meio de tecnologias 5G - ou superior / disponível, com pacote de chamadas ilimitadas e franquia mínima de 20GB de dados por linha, incluindo o fornecimento de smartphones em regime de comodato, com serviço de Gerenciamento de Dispositivos Móveis (Mobile Device Management - MDM), para atender à demanda do Departamento de Polícia Civil - DPC, no valor total de R$ 916.812,00 (novecentos e dezesseis mil, oitocentos e doze reais), conforme a minuta do contrato acostada às fls. 589/607;

2. **DECLARO** que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

3. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

4. **PUBLIQUE-SE** e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139035/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo: 26.366.535-0
Assunto: USO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2088/2025 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE DADOS MÓVEIS

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 2902/2026-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **CLARO S.A.**, inscrita no CNPJ nº 40.432.544/0224-69, sediada no Município de Curitiba/PR, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 2088/2025, cujo objeto será a prestação de serviços Móvel Pessoal (SMP), na modalidade pós-paga, por meio de tecnologias 5G - ou superior / disponível, com pacote de chamadas ilimitadas e franquia mínima de 20GB de dados por linha, incluindo o fornecimento

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

de smartphones em regime de comodato, com serviço de Gerenciamento de Dispositivos Móveis (Mobile Device Management - MDM, para atender a demanda da Secretaria de Estado da Segurança Pública- SESP/SEDE, no valor total de R$ 30.560,40 (trinta mil, quinhentos e sessenta reais e quarenta centavos), conforme a Minuta do Contrato acostada às fls. 597/615;

2. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

3. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

4. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139046/2026

DESPACHO - Diretoria-Geral/SESP

Protocolo: 26.623.022-2
Assunto: Indenização

1. INDENIZO a dívida, com base no artigo 149, da Lei Federal n° 14.133/2021 e no artigo 37, do Decreto Estadual n° 10.086/2022, e na Informação n° 2921/2026 AT/SESP, em favor da empresa VITOLE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 60.080.273/0001-15, no valor de R$ 34.735,43 (trinta e quatro mil, setecentos e trinta e cinco reais e quarenta e três centavos), em razão do uso do imóvel localizado na Rodovia Deputado João Leopoldo Jacomel, n° 4.459, Jardim Primavera, Piraquara/PR, que abriga o Setor de Almoxarifado e Patrimônio do Departamento Penitenciário - DEPPEN, no período de 01/09/2026 à 30/09/2026, após o encerramento do Contrato n° 0496/2022, conforme recibo de fl. 03;

2. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

É o despacho.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP.

Protocolo 139047/2026

DESPACHO - Diretoria-Geral/SESP

Protocolo: 26.624.760-5
Assunto: INDENIZAÇÃO - Nota fiscal.

1. INDENIZO a dívida, com base no artigo 149, da Lei nº 14.133/2021 e no artigo 37, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e na Informação nº 2961/2026 AT/SESP, em favor da empresa **PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ n° 04.970.088/0001-25, no valor de R$ 1.853,14 (um mil, oitocentos e cinquenta e três reais e quatorze centavos), referente à prestação de serviços continuados de assistente administrativo, para atender à demanda do Departamento de Polícia Penal - DEPPEN, entre os dias de 12/04/2026 a 15/04/2026, conforme Nota Fiscal juntada à fl. 03;

2. DESTACO, nos termos da Informação nº 201/2026 - PGE/PRC (protocolo nº 25.646.827-1), que, após o efetivo pagamento da despesa, **deverão ser apurados os fatos que ocasionaram o presente pagamento irregular**, a fim de identificar eventuais omissões ou falhas de planejamento dos agentes públicos responsáveis que deram causa à necessidade excepcional do pagamento via indenização;

3. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante para as demais providências legais;

É o despacho.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP.

Protocolo 139070/2026

DESPACHO - Diretoria-Geral/SESP

Protocolo: 26.658.936-0
Assunto: Mora sobre recolhimento INSS - incidência juros e multa.

1. INDENIZO com fulcro, no art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023 c/c o art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, em favor do **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**, inscrito no CNPJ sob nº 29.979.036/0001-40, os valores de acréscimo demonstrados no Documento de Arrecadação de Receitas Federais n.º 07.01.26279.9427911-0 (fl. 011), que se referem à mora na retenção previdenciária sobre a Nota Fiscal n.º 1 (fl. 005), que se relaciona à prestação de serviços de instalação na 3ª Companhia, vinculada ao 1º Batalhão de bombeiro Militar do Paraná, mediante utilização de recursos do Fundo Rotativo (Lei Estadual n.º 20.826/2021), cujo débito de mora corresponde à R$ 28,00 (vinte e oito reais) de multa e R$ 6,14 (seis reais e quatorze centavos) de juros, **totalizando a monta de R$ R$ 34,14 (trinta e quatro reais e quatorze centavos)**;

2. Cumpre observar que, em razão da incidência dos referidos acréscimos, deverão ser adotadas gestões sobre o ressarcimento desses valores ao erário, o que poderá(ão) ocorrer mediante acesso ao link "https://emitirgrpr.sefa.pr.gov.br/arrecadacao/emitir/guiatela" e proceder com as instruções abaixo especificadas para a devolução via GR-PR:

Categoria - DEVOLUÇÕES E RESTITUIÇÕES
Código - 5339 - RESTITUIÇÕES AO TESOURO DO ESTADO
Identificação - Número do CPF
Nome Completo, endereço completo, telefone
Valor principal: VALOR A SER DEVOLVIDO
Observações: (INCLUIR A QUE SE REFERE, DATA, PROTOCOLO, INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES)

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à origem, para as demais providências, devendo, após o pagamento e restituição à origem, retornar a esta Diretoria com o comprovante do pagamento integral do Documento de Arrecadação de Receitas Federais e o ressarcimento, conforme item 3;

É o despacho.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP.

Protocolo 139100/2026

DESPACHO - Diretoria-Geral/SESP

Protocolo: 25.908.785-6
Assunto: Mora sobre recolhimento INSS - incidência juros e multa.

1. INDENIZO, com fulcro, no art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023 c/c o art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, em favor do **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**, inscrito no CNPJ sob nº 29.979.036/0001-40, os valores de acréscimo demonstrados no Documento de Arrecadação de Receitas Federais n.º 07.01.26282.0538697-3 (fl. 070), que se referem à mora na retenção previdenciária sobre a Nota Fiscal n.º 40 (fl. 003), que se relaciona à prestação de serviços no 2º Comando Regional de Polícia Militar do Paraná, mediante utilização de recursos do Fundo Rotativo (Lei Estadual n.º 20.826/2021), cujo débito de mora corresponde à R$ 71,60 (setenta e um reais e sessenta centavos) de multa e R$ 35,37 (trinta e cinco reais e trinta e sete centavos) de juros, **totalizando a monta de R$ 106,97 (cento e seis reais e noventa e sete centavos)**;

2. Cumpre observar que, em razão da incidência dos referidos acréscimos, deverão ser adotadas gestões sobre o ressarcimento desses valores ao erário, o que poderá(ão) ocorrer mediante acesso ao link "https://emitirgrpr.sefa.pr.gov.br/arrecadacao/emitir/guiatela" e proceder com as instruções abaixo especificadas para a devolução via GR-PR:

Categoria - DEVOLUÇÕES E RESTITUIÇÕES
Código - 5339 - RESTITUIÇÕES AO TESOURO DO ESTADO
Identificação - Número do CPF
Nome Completo, endereço completo, telefone
Valor principal: VALOR A SER DEVOLVIDO
Observações: (INCLUIR A QUE SE REFERE, DATA, PROTOCOLO, INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES)

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à origem, para as demais providências, devendo, após o pagamento e restituição à origem, retornar a esta Diretoria com o comprovante do pagamento integral do Documento de Arrecadação de Receitas Federais e o ressarcimento, conforme item 3;

É o despacho.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP.

Protocolo 139102/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo: 26.369.111-3
Assunto: USO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2088/2025 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE DADOS

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 2898/2026-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **CLARO S.A.**, inscrita no CNPJ sob n° 40.432.544/0224-69, sediada no Município de Curitiba/PR, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 2088/2025, cujo objeto será a contratação de prestação de serviços Móvel Pessoal (SMP), na modalidade pós-paga, por meio de tecnologias 5G - ou superior / disponível, com pacote de chamadas ilimitadas e franquia mínima de 20GB de dados por linha, incluindo o fornecimento de smartphones em regime de comodato, com serviço de Gerenciamento de Dispositivos Móveis (Mobile Device Management - MDM), para atender à demanda do Departamento de Polícia Penal do Paraná - DEPPEN, no valor total de R$ 244.483,20 (duzentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e três reais e vinte centavos), conforme a minuta do contrato acostada às fls. 809/827;

2. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

3. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

4. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139106/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Assunto: TERMO DE APOSTILAMENTO - REAJUSTE - IGP-DI
Protocolo: 25.668.981-2

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 136, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c o Decreto Estadual nº 10.086/2022 e ainda, nos termos da Informação nº 1178/2026 - AT/SESP, a anotação do Quarto Termo de Apostilamento ao Contrato nº 728/2023 - GMS nº 3966/2023, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria, e os locadores JOSÉ ANTONIO LUCIANO, inscrito no CPF n° 232.XXX.XXX-53 e IRM ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.341.261/0001-49, ambos neste ato representados pela IMOBILIÁRIA FREITAS GODOI LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.314.261/0001-49, cujo objeto consiste na locação de imóvel para abrigar a sede da Corregedoria Geral da Polícia Militar do Paraná, visando o reajuste do valor do contrato no percentual de 2,91% (dois vírgula noventa e um por cento), referente à aplicação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), passando o valor mensal para **R$ 37.516,86 (trinta e sete mil, quinhentos e dezesseis reais e oitenta e seis centavos)**, conforme Minuta do Termo de Apostilamento (fls. 201/202);

2. DECLARO, que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

3. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

4. PUBLIQUE-SE no prazo legal;

5. ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139119/2026

DESPACHO - Gabinete do Secretário/SESP

Protocolo: 26.607.247-3

Assunto: PRORROGAÇÃO VIGÊNCIA - CONTRATO Nº 0850/2025 - GMS Nº 8469/2025.

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, combinado com os arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 2928/2026-AT/SESP, a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 0850/2025 - GMS 8469/2025, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa CITOPAR CENTRO DE CITOLOGIA E PATOLOGIA PARANÁ LTDA., inscrita no CNPJ n° 72.448.400/0001-75, tendo por objeto a prestação de serviços médico-hospitalares aos usuários do Sistema de Saúde da Polícia Militar do Paraná (EXAMES COMPLEMENTARES), visando, no presente momento, à prorrogação de sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em 19/11/2026 e término em 18/11/2027, mantendo-se o valor total do contrato de R$ 69.545,00 (sessenta e nove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais), conforme minuta acostada às fls. 205/206;

2. DECLARO que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;

3. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação, atualizando as certidões de regularidade que porventura vencerem no decorrer do trâmite;

4. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes;

É o despacho.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Coronel PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

Protocolo 139125/2026

DESPACHO - Diretoria-Geral/SESP

Protocolo: 26.625.541-1
Assunto: INDENIZAÇÃO - Nota fiscal

1. INDENIZO a dívida, com base no artigo 149, da Lei nº 14.133/2021 e no artigo 37, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e na Informação nº 2913/2026 AT/SESP, em favor da empresa **PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ n° 04.970.088/0001-25, no valor de R$ 926,57 (novecentos e vinte e seis reais e cinquenta e sete centavos), referente à prestação de serviços continuados de assistente administrativo, para atender à demanda do Departamento de Polícia Penal - DEPPEN, entre os dias de 12/04/2026 à 15/04/2026, conforme Nota Fiscal juntada à **fl. 03**;

2. DESTACO, nos termos da Informação nº 201/2026 - PGE/PRC (protocolo nº 25.646.827-1), que, após o efetivo pagamento da despesa, deverão ser apurados os fatos que ocasionaram o presente pagamento irregular, a fim de identificar eventuais omissões ou falhas de planejamento dos agentes públicos responsáveis que deram causa à necessidade excepcional do pagamento via indenização;

É o despacho.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP.

Protocolo 139131/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Assunto: PRORROGAÇÃO - VIGÊNCIA - CONTRATO Nº 0820/2025 - GMS Nº 8299/2025
Protocolo: 26.607.559-6

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, combinado com os arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 2929/2026-AT/SESP, a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 0820/2025 - GMS nº 8299/2025, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa PATOLOGIA HUMANA DIAGNÓSTICO E PESQUISA LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.600.041/0001-19, tendo por objeto a prestação de serviços médico-hospitalares aos usuários do Sistema de Saúde (Ambulatório, Internamento e Atendimento Especializado), para atender às necessidades do Hospital da Polícia Militar do Paraná - HPM/PMPR, visando, no presente momento, à prorrogação de sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em 19/11/2026 e término em 18/11/2027, mantendo-se o valor total de R$ 69.545,00 (sessenta e nove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais), conforme Minuta acostada às fls.

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

200/201;

2. DECLARO que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;

3. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação, atualizando as certidões de regularidade que porventura vencerem no decorrer do trâmite;

4. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139134/2026

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1414/2026 - GS/SESP

Assunto: Reconhecimento de Dívida - Acordo Extrajudicial.
Protocolo: 25.209.152-1.

1. RECONHEÇO e INDENIZO a dívida, com fundamento no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, no art. 37 da Lei Federal nº 4.320/1964, nos Despachos PGE/PRP (fls. 110 e fls. 124/126), e com base na Informação nº 2617/2026-AT/SESP, em favor empresa YELUM SEGUROS S.A., inscrita no CNPJ nº 61.550.141/0001-72, no valor de R$ 79.253,19 (setenta e nove mil, duzentos e cinquenta e três reais e dezenove centavos), referente ao acordo extrajudicial (fls. 140/144) e conforme boleto bancário (fls. 145);

2. Efetuada a quitação, **RESTITUAM-SE** os autos à PMPR para a adoção das providências concernentes ao ressarcimento do Estado decorrente da assunção da responsabilidade administrativa, nos termos da orientação contida no Despacho da Procuradoria-Geral do Estado (fls. 124/126);

3. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHEM-SE** para as demais providências cabíveis.

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139136/2026

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1416/2026 - GS/SESP

Assunto: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - REGIME FECHADO.
Protocolo: 26.611.924-0.

1. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 38/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 289/2024, e na Informação nº 2933/2026-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa **TRANSPORTES COLETIVOS PÉROLA DO OESTE LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 77.147.387/0001-38, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pela PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE GUARAPUAVA - UNIDADE DE PROGRESSÃO - PEG-UP, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs), que estejam cumprindo pena em regime fechado, conforme minuta do Termo de Cooperação **(fls. 42/55)** e Plano de Trabalho **(fls. 57/69)**;

2. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139155/2026

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1415/2026 - GS/SESP

Assunto: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - SEMIABERTO.
Protocolo:26.253.360-3.

1. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 38/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 289/2024, e na Informação nº 2934/2026-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa **LCM CONSTRUTORA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 21.446.284/0001-14, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pela COLÔNIA PENAL AGROINDUSTRIAL DO ESTADO DO PARANÁ - CPAI, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs), que estejam cumprindo pena em regime semiaberto, conforme minuta do Termo de Cooperação **(fls. 39/52)** e Plano de Trabalho **(fls. 54/65)**;

2. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139156/2026

DESPACHO - Diretoria-Geral/SESP

Protocolo: 26.265.920-8
Assunto: Dispensa Eletrônica - Aquisição de Equipamentos Audiovisuais.

1. AUTORIZO, com fulcro no art. 4º da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c o art. 1º, inciso II, da Resolução SESP nº 390/2023, segundo estabelece o inciso II do art. 148 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e nos termos da Informação nº 2914/2026-AT/SESP, a instalação de procedimento visando à contratação direta, mediante dispensa de licitação em razão do valor, na forma eletrônica, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Resolução SEAP nº 3.468/2023, cujo objeto é a aquisição de equipamentos audiovisuais (02 tripés para celular e 04 pares de microfones de lapela sem fio) destinados ao setor de jornalismo da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM), para atender à demanda da Polícia Civil do Paraná - PCPR, no valor máximo de R$ 4.440,26 (quatro mil, quatrocentos e quarenta reais e vinte e seis centavos), conforme minuta de aviso de dispensa eletrônica acostada às fls. 141/187;

2. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos de conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante;

3. PUBLIQUE-SE e, após, encaminhem-se os autos ao Centro de Planejamento de Compras e Contratações para as providências cabíveis.

É o despacho.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP

Protocolo 139296/2026

DESPACHO - GABINETE DO SECRETÁRIO/SESP

Protocolo: 26.101.917-5
Assunto: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2025 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS.

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 2662/2026-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná, e a empresa **SUTCARE LTDA**, inscrita no CNPJ nº 61.771.120/0001-87, sediada em Mogi Mirim/SP, em adesão à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 39/2025, cujo objeto é a aquisição de equipamentos odontológicos, para atender às demandas do Hospital da Polícia Militar - HPM/PMPR, no valor de R$ 5.880,00 (cinco mil, oitocentos e oitenta reais), conforme a Minuta do Contrato acostada às fls. 390/398;

2. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

3. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

4. **PUBLIQUE-SE** e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

É o despacho.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139305/2026

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 26.567.649-9

1. INDENIZO, consoante o instruído no presente protocolo as despesas decorrentes das Diárias Especiais de Atividade Extrajornada Voluntária - DEAEV, referentes ao mês de Agosto de 2026, no valor total de R$ 720,00 (setecentos e vinte reais), executadas pela militar SARAH LILIAN ALVES DIAS, CPF: 033. XXX.XXX-06, conforme motivação apresentada pela Polícia Militar do Paraná - PMPR;

2. Em razão da justificativa informada à fl. 2, mov. 2, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional, pois não restou prejuízo ao erário;
3. Ademais, considerando a necessidade do pagamento em tempo adequado a militar estadual, cabe o órgão melhoria na gestão visando mitigar a ocorrência de situações análogas;

4. PUBLIQUE-SE, após encaminha-se à unidade solicitante, para as demais providências legais.

É o despacho.

Curitiba-Paraná, *datado eletronicamente*.

(assinado eletronicamente)
Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP

Protocolo 139317/2026

DESPACHO - Diretoria-Geral/SESP

Protocolo: 25.000.820-1
Assunto: Dispensa Eletrônica - Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento e Instalação de Divisórias Internas.

1. AUTORIZO, com fulcro no art. 4º da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c o art. 1º, inciso II, da Resolução SESP nº 390/2023, segundo estabelece o inciso II do art. 148 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e nos termos da Informação nº 2918/2026-AT/SESP, a instalação de procedimento visando à contratação direta, mediante dispensa de licitação em razão do valor, na forma eletrônica, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Resolução SEAP nº 3.468/2023, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de divisórias internas em sistema drywall e portas, para atender à demanda da Polícia Militar do Paraná - PMPR, no valor máximo de R$ 46.084,78 (quarenta e seis mil e oitenta e quatro reais e setenta e oito centavos), conforme minuta de aviso de dispensa eletrônica acostada às fls. 222/268;

2. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos de conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante;

3. PUBLIQUE-SE e, após, encaminhem-se os autos ao Centro de Planejamento de Compras e Contratações para as providências cabíveis.

É o despacho.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP

Protocolo 139340/2026

DESPACHO - GABINETE DO SECRETÁRIO/SESP

Protocolo: 26.536.655-4
Assunto: PRORROGAÇÃO - VIGÊNCIA - CONTRATO Nº 0839/2024 - GMS Nº 7896/2024

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, combinado com os arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 2897/2026-AT/SESP, a celebração do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 0839/2024 - GMS nº 7896/2024, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa **PADARIA E CONFEITARIA FAVO E MEL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 35.014.719/0001-66, tendo por objeto a prestação de serviços contínuos de coffee break, para atender à demanda do Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, visando, no presente momento, à prorrogação de sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em 22/11/2026 e término em 21/11/2027, mantendo-se o valor total de R$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme Minuta acostada às fls. 161/162;

2. **DECLARO** que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;

3. **DETERMINO**, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação, atualizando as certidões de regularidade que porventura vencerem no decorrer do trâmite;

4. **PUBLIQUE-SE** e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

É o despacho.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139383/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo: 26.607.281-3
Assunto: PRORROGAÇÃO - VIGÊNCIA - CONTRATO Nº 0807/2025 - GMS Nº 8241/2025

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, combinado com os arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 2846/2026-AT/SESP, a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 0807/2025 - GMS Nº 8241/2025, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa ASSOCIAÇÃO HOSPITAL CARDIOLÓGICO COSTANTINI, inscrita no CNPJ sob o nº 01.607.538/0001-21, tendo por objeto a prestação de serviços médico-hospitalares aos usuários do Sistema de Saúde da Polícia Militar do Paraná, decorrente do Edital de Credenciamento nº 12/2025 - HPM/PMPR, visando, no presente momento, à prorrogação de sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em 19/11/2026 e término em 18/11/2027, mantendo-se o valor total de R$ 250.476,39 (duzentos e cinquenta mil, quatrocentos e setenta e seis reais e trinta e nove centavos), conforme Minuta acostada às fls. 192/193;

2. **DECLARO** que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;

3. **DETERMINO**, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação, atualizando as certidões de regularidade que porventura vencerem no decorrer do trâmite;

4. **PUBLIQUE-SE** e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139468/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo: 26.532.904-7
Assunto: PRORROGAÇÃO - VIGÊNCIA - CONTRATO Nº 802/2025 - GMS Nº 8237/2025

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, combinado com os arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 2965/2026-AT/SESP, a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 802/2025 - GMS 8237/2025, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa CETRILIFE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE LTDA., inscrita no CNPJ n° 26.522.047/0001-09, tendo por objeto a prestação de serviços contínuos de coleta, remoção, transporte, tratamento e destinação final de resíduos infectantes, oriundos das Unidades Penais das Regionais de Guarapuava, Maringá, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Curitiba e Cascavel, visando, no presente momento, à prorrogação de sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em 21/10/2026 e término em 20/10/2027, mantendo-se o valor total do contrato de R$ 143.388,00 (cento e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e oito reais), conforme minuta acostada às fls. 120/121;

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

2. DECLARO que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;

3. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação, atualizando as certidões de regularidade que porventura vencerem no decorrer do trâmite, notadamente o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e a Certidão Negativa de Tributos Municipais;

4. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139471/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo: 26.608.305-0
Assunto: USO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 847/2024 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVAÇÃO E OUTROS

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 2973/2026-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **PONTUAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 14.983.004/0001-41, sediada no Município de Curitiba/PR, em utilização às Atas de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 847/2024, cujo objeto será a contratação de serviços continuados de serviços de limpeza, asseio, conservação e outros, com seus respectivos insumos, tais como uniformes (EPIs), insumos materiais e equipamentos ferramentas, por meio da metodologia de contratação por postos trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender as necessidades do Departamento da Polícia Civil do Paraná - DPC, no valor mensal de R$ 307.978,35 (trezentos e sete mil, novecentos e setenta e oito reais e trinta e cinco centavos), conforme a Minuta do Contrato acostada às fls. 1279/1306;

2. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

3. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

4. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139474/2026

DESPACHO - GABINETE DO SECRETÁRIO/SESP

Protocolo: 26.097.351-7
Assunto: USO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1911/2024 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E FERRAMENTAS.

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 2910/2026-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e as empresas a) LANÇA PRODUTOS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 44.258.379/0001-00, sediada no Município de Arapongas-PR e b) 4U DIGITAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 21.982.891/0002-80, sediada no Município de Cariacica-ES, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 1911/2024, cujo objeto será a aquisição de materiais e ferramentas, para atender à demanda da Polícia Científica do Paraná (PCP), nos valores totais de, respectivamente, R$ 15.450,24 (quinze mil, quatrocentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos) e R$ 10.949,75 (dez mil, novecentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos), conforme as Minutas dos Contratos acostada às fls. 2714/2723 e fls. 2724/2733;

2. DECLARO que, para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

3. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

4. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE**-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

É o despacho.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139479/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo: 26.593.270-3
Assunto: PRORROGAÇÃO - VIGÊNCIA - CONTRATO Nº 0767/2025 - GMS Nº 8412/2025

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, combinado com os arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 2944/2026-AT/SESP, a celebração do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 0767/2025 - GMS 8412/2025, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa PONTUAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA., inscrita no CNPJ n° 14.983.004/0001-41, tendo por objeto a contratação de serviços continuados de serviços de limpeza, asseio, conservação e outros, com seus respectivos insumos, tais como uniformes (EPIs), insumos materiais e equipamentos ferramentas, por meio da metodologia de contratação por postos trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender as necessidades da Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, visando, no presente momento, à prorrogação de sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em 11/12/2026 e término em 10/12/2027, mantendo-se o valor mensal de R$ 19.393,59 (dezenove mil, trezentos e noventa e três reais e cinquenta e nove centavos), conforme minuta acostada às fls. 98/100;

2. DECLARO que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;

3. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação, atualizando as certidões de regularidade que porventura vencerem no decorrer do trâmite;

4. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139498/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

O Secretário de Estado da Segurança Pública, com fundamento no artigo 75, inciso VIII, da Lei Estadual nº 14.133/2021, artigo 149 do Decreto Estadual nº 10.086/2022;

RESOLVE

TORNAR PÚBLICO todas as contratações públicas relacionadas abaixo, do período de 1º a 10 de outubro 2026, cujos motivos e fundamentações, para os devidos consentimentos, encontram-se no bojo dos processos listados:

PUBLICAÇÃO DE 01/10/2026 a 10/10/2026				
Protocolo	**OSP**	**CNPJ**	**EMPRESA**	**VALOR**
26.630.299-1	PMPR	21.782.356/0001-02	KELLY MINIOLI COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	R$ 486,50
26.438.857-0	PMPR	21.424.240/0001-93	PACHTO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	R$ 16.748,14
26.532.214-0	PCPR	49.709.450/0001-47	DALO EMPREENDIMENTOS LTDA.	R$ 11.250,00
26.614.431-8	PMPR	48.697.752/0001-80	AFSA COMERCIAL LTDA	R$ 539,40
26.663.204-5	SESP	57.454.312/0001-92	VITAVI LTDA	R$ 30.000,00
26.627.708-3	PMPR	02.223.342/0001-04	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	R$ 4.680,00

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

26.579.987-6	PCPR	42.334.856/0001-43	FASULL COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA	R$ 922,94
26.629.593-6	PMPR	83.413.591/0003-18	DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	R$ 1.468,50
26.619.080-8	PMPR	49.709.450/0001-47	DALO EMPREENDI-MENTOS LTDA	R$ 315,00
26.644.004-9	PCPR	61.602.199/0232-44	COMPANHIA ULTRAGAZ S A	R$ 1.890,00
26.568.202-2	PMPR	05.854.663/0001-97	ELETROQUIP COMERCIO E LICITAÇÕES LTDA	R$ 3.244,26
26.587.174-7	PCPR	44.258.379/0001-00	LANCA PRODUTOS - COMERCIO E SERVICOS LTDA	R$ 643,76
26.506.216-4	PCPR	53.379.354/0001-55	QUIMICA SANTA CECILIA LTDA	R$ 35.470,00
26.614.536-5	PMPR	34.863.587/0001-84	PRIME TRANSPORTES E COMERCIO DE GAS LTDA	R$ 3.743,28
26.604.548-4	PMPR	34.396.791/0001-32	ISANETE COMERCIAL E CIA LTDA	R$ 8.494,08
26.602.523-8	PMPR	14.221.429/0001-13	LUIZ MINIOLI NETTO LTDA	R$ 1.784,91
26.632.372-7	PCPR	34.863.587/0001-84	PRIME TRANSPORTES E COMERCIO DE GAS LTDA	R$ 1.559,70
26.658.366-4	PCPR	53.029.830/0001-08	MPS DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 1.894,00
26.604.680-4	PMPR	34.863.587/0001-84	PRIME TRANSPORTES E COMÉRCIO DE GÁS LTDA	R$ 6.238,80
26.607.569-3	PMPR	60.717.724/0001-82	ELEVENN MATERIAIS MEDICOS LTDA	R$ 1.291,50
25.887.448-0	DEPPEN	18.274.923/0001-05	MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA	R$ 4.957,50
		10.626.569/0001-10	K.D.P. COMERCIAL LTDA	R$ 9.390,00
26.684.974-5	DEPPEN	00.656.468/0001-39	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 2.850,00
		07.752.236/0008-08	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	R$ 1.175,00
26.683.719-4	DEPPEN	60.717.724/0001-82	ELEVENN MATERIAIS MEDICOS LTDA	R$ 1.417,50
26.623.986-6	PMPR	23.108.812/0001-50	KS LICITAÇÕES COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	R$ 6.810,52
26.622.428-1	PMPR	09.196.745/0001-42	SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA	R$196,94
		34.396.791/0001-32	ISANETE COMERCIAL E CIA LTDA	R$315,00
26.706.666-3	PMPR	20.352.354/0001-02	GC LAB DIAGNOSTICOS LTDA	R$ 2.247,80

Curitiba-Paraná, 15 de outubro de 2026.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

Protocolo 139500/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo: 25.984.988-8
ASSUNTO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90030/2024 - AQUISIÇÃO DE CAPAS DE CHUVA

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 2878/2026-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná, e a empresa VÉRTICE COMÉRCIO DE ROUPAS E ACESSÓRIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.763.888/0001-26, sediada no município de Portão/RS, em adesão à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90030/2024, cujo objeto é a aquisição de 50 (cinquenta) capas de chuva, para atender à demanda do Departamento de Polícia Penal - DEPPEN, no valor total de R$ 10.254,50 (dez mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos), que será formalizado por meio de Anexo à Nota de Empenho, conforme previsto no item 5.2 da Ata de Preços, anexada ao Edital, acostado à fl. 190;

2. **DECLARO** que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

3. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

4. **PUBLIQUE-SE** e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139509/2026

DESPACHO - Gabinete do Secretário/SESP

Protocolo: 26.613.405-3
Assunto: PRORROGAÇÃO - VIGÊNCIA - CONTRATO Nº 0878/2025 - GMS Nº 8580/2025.

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, combinado com os arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 2928/2026-AT/SESP, a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 0850/2025 - GMS 8469/2025, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa CITOPAR CENTRO DE CITOLOGIA E PATOLOGIA PARANÁ LTDA., inscrita no CNPJ n° 72.448.400/0001-75, tendo por objeto a prestação de serviços médico-hospitalares aos usuários do Sistema de Saúde da Polícia Militar do Paraná (EXAMES COMPLEMENTARES), visando, no presente momento, à prorrogação de sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em 19/11/2026 e término em 18/11/2027, mantendo-se o valor total do contrato de R$ 69.545,00 (sessenta e nove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais), conforme minuta acostada às fls. 205/206;

2. DECLARO que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;

3. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação, atualizando as certidões de regularidade que porventura vencerem no decorrer do trâmite;

4. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes;

É o despacho.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Coronel PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

Protocolo 139519/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo: 26.491.511-2
Assunto: APOSTILAMENTO - REAJUSTE

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 136, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c o Decreto Estadual nº 10.086/2022, e ainda, nos termos da Informação nº 2945/2026 - AT/SESP, a anotação do Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato n° 0642/2025 - GMS n° 6817/2025, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria, e a empresa FRANCISCO JOÃO DE OLIVEIRA MERCEARIA, inscrita no CNPJ sob nº 00.099.743/0001-60, cujo objeto consiste no fornecimento de gêneros alimentícios, para atender à demanda do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - CBMPR, visando o reajuste do valor do contrato no percentual de percentual total de 4,44% (quatro vírgula quarenta e quatro por cento), referente à aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), passando o valor anual para R$ 106.980,50 (cento e seis mil, novecentos e oitenta reais e cinquenta centavos), a partir de 26/08/2026, na forma da Minuta do Termo de Apostilamento (**fls. 66**/**69**);

2. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

3. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

decorrer dos trâmites administrativos;

4. PUBLIQUE-SE no prazo legal;

5. ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139650/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo: 26.403.615-1
Assunto: PRORROGAÇÃO - VIGÊNCIA - CONTRATO GMS Nº 0046/2026

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, combinado com os arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 2949/2026-AT/SESP, a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato GMS nº 0046/2026, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa L.K.S. COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.960.452/0001-95, tendo por objeto a aquisição de carne suína, para atender às necessidades do Primeiro Batalhão de Polícia Militar - 1BPM/PMPR, visando, no presente momento, à prorrogação de sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em 12/01/2027 até 11/01/2028, mantendo-se o valor total de R$ 38.859,42 (trinta e oito mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e quarenta e dois centavos), conforme Minuta acostada às fls. 198/199;

2. DECLARO que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;

3. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação, atualizando as certidões de regularidade que porventura vencerem no decorrer do trâmite;

4. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139674/2026

DESPACHO - GABINETE DO SECRETÁRIO/SESP

Protocolo: 26.377.168-0
Assunto: USO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2088/2025 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE DADOS MÓVEIS.

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 2899/2026-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **CLARO S.A.**, inscrita no CNPJ nº 40.432.544/0224-69, sediada no Município de Curitiba/PR, mediante a utilização da Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 2088/2025, cujo objeto é a prestação de serviços, TIPO: Serviço Móvel Pessoal (SMP), ESPECIFICAÇÃO: Na modalidade pós-paga, por meio de tecnologias 5G - ou superior / disponível, com pacote de chamadas ilimitadas e franquia mínima de 20GB de dados por linha, incluindo o fornecimento de smartphones em regime de comodato, com serviço de Gerenciamento de Dispositivos Móveis (Mobile Device Management - MDM) , para atender às necessidades da Polícia Militar do Paraná - PMPR, no valor total de **R$ 10.186.800,00 (dez milhões, cento e oitenta e seis mil e oitocentos reais)**, conforme a Minuta do Contrato acostada às fls. 551/569;

2. DECLARO que, para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

3. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

4. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

É o despacho.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139683/2026

DESPACHO - Diretoria-Geral/SESP

Protocolo: 26.593.601-6
Assunto: INDENIZAÇÃO - Nota fiscal

1. INDENIZO a dívida, com base no artigo 149, da Lei nº 14.133/2021 e no artigo 37, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e na Informação nº 2938/2026 AT/SESP, em favor da empresa **PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ n° 04.970.088/0001-25, no valor de R$ 231,64 (duzentos e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos), referente à prestação de serviços continuados de assistente administrativo, para atender à demanda do Departamento de Polícia Penal - DEPPEN, entre os dias de 12/04/2026 à 15/04/2026, conforme Nota Fiscal juntada à fl. 03;

2. DESTACO, nos termos da Informação nº 201/2026 - PGE/PRC (protocolo nº 25.646.827-1), que, após o efetivo pagamento da despesa, deverão ser apurados os fatos que ocasionaram o presente pagamento irregular, a fim de identificar eventuais omissões ou falhas de planejamento dos agentes públicos responsáveis que deram causa à necessidade excepcional do pagamento via indenização;

2. **PUBLIQUE-SE** e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante para as demais providências legais.

É o despacho.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP.

Protocolo 139741/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ
GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL

PORTARIA Nº 192/2026

O **Diretor-Geral da Polícia Científica em exercício**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, de acordo com a Lei nº 21.117/2022, arts. 24 e 33 do anexo único do Decreto n.º 5.887, de 15 de dezembro de 2005, Resolução nº 038/2024-SESP e Decreto nº 11.243, de 16 de setembro de 2025, RESOLVE:

Art. 1º LOTAR os servidores relacionados no Anexo I da presente Portaria nas Unidades relacionadas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Leandro Cerqueira Lima
Diretor-Geral da Polícia Científica em exercício

ANEXO I DA PORTARIA N.º 192/2026

Servidor	CPF	Unidade
Lígia Loregian Penkal	077.XXX.XXX-26	Direção Operacional
Natan Lopes Monteiro	106.XXX.XXX-30	Direção Operacional
Antonio Constante	757.XXX.XXX-20	Grupo Auxiliar Administrativo - GAA
Eliane de Lima Gonçalves	021.XXX.XXX-99	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Curitiba-Tarumã
Simone Taciane Barausse	048.XXX.XXX-50	Academia de Ciências Forenses
Joao Agostinho Leal	644.XXX.XXX-20	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Paranaguá
Lucia Helena Coimbra	253.XXX.XXX-00	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Curitiba-Centro
Aguinaldo Nery da Fonseca Junior	810.XXX.XXX-53	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Curitiba-Tarumã
Dirceu de Lima	904.XXX.XXX-53	Grupo Auxiliar Administrativo - GAA
Edison Luiz Ferreira	354.XXX.XXX-20	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Curitiba-Tarumã

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Ezilda Mara Machado Simões	028.XXX.XXX-05	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Curitiba-Tarumã
Janaina Aparecida da Cunha	006.XXX.XXX-69	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Curitiba-Tarumã
Laurene Seniski Silva Marçal	039.XXX.XXX-90	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Curitiba-Tarumã
Marcia Denise Correa Auer	039.XXX.XXX-40	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Curitiba-Tarumã
Mauro Farnocchia	299.XXX.XXX-49	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Curitiba-Tarumã
Méry Moraes dos Santos da Rosa	462.XXX.XXX-04	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Curitiba-Tarumã
Ormiria Guerino de Andrade	504.XXX.XXX-15	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Curitiba-Tarumã
Ana Luísa Moure Peres	044.XXX.XXX-24	Museu Paranaense de Ciências Forenses
Efraim de Oliveira Braz	105.XXX.XXX-63	Grupo Auxiliar de Recursos Humanos - GARH
Erika Lemgruber Ribeiro	041.XXX.XXX-19	Grupo Auxiliar de Recursos Humanos - GARH
Isabella Caroline Sachini Lorena	122.XXX.XXX-94	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Foz do Iguaçu
Janete Terezinha Chimbida	005.XXX.XXX-20	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Foz do Iguaçu
Larissa Panatto Trento	113.XXX.XXX-13	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Guarapuava
Leticia Abigail Alves Cesar	082.XXX.XXX-88	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Curitiba-Tarumã
Marili Angelo Lopes	031.XXX.XXX-77	Direção Operacional
Peterson Filisbino Prinz	073.XXX.XXX-30	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Guarapuava
Raudicléia Bueno do Nascimento	057.XXX.XXX-23	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Curitiba-Tarumã
Renato Francisco de Carvalho	650.XXX.XXX-87	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Curitiba-Centro
Tamires Scupinari	075.XXX.XXX-31	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Londrina
Aureo Francisco Silva Filho	700.XXX.XXX-15	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Apucarana
Roberto Lucas Leal	050.XXX.XXX-22	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Campo Mourão
Wanderleia Taborda Ribas	024.XXX.XXX-71	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Campo Mourão
Ana Lucia Gobatto Borges	750.XXX.XXX-49	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Cascavel
Clenira Polini	600.XXX.XXX-15	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Foz do Iguaçu
Marcio Leandro Catafesta	057.XXX.XXX-66	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Foz do Iguaçu
Pamela Roberta dos Santos Ferrari	049.XXX.XXX-03	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Francisco Beltrão
Andre De Oliveira Zanao	943.XXX.XXX-15	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Londrina
Cristiane Ferreira de Souza Batilana	020.XXX.XXX-77	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Londrina
Zilda Hissami Hieda Sakuma	016.XXX.XXX-08	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Londrina
Renilda Bitencourt Barbosa Teles	021.XXX.XXX-33	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Maringá
Jucemar Soares	804.XXX.XXX-53	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Paranaguá
Castelar Paulino Rodrigues	034.XXX.XXX-00	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Umuarama
Aquidauana Marin Brunetto	090.XXX.XXX-30	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Cascavel
Karina da Silva Araujo	057.XXX.XXX-01	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Cascavel
Lais Kimiko Takahashi	664.XXX.XXX-53	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Curitiba-Centro
Rosa Domenica Barato	510.XXX.XXX-53	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Curitiba-Centro
Aridna Barth	029.XXX.XXX-92	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Curitiba-Tarumã
Silvia Lucia Lantmann Roman	561.XXX.XXX-04	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Curitiba-Tarumã
Patrick Alysson de Souza e Silva	021.XXX.XXX-05	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Francisco Beltrão
Jhennyfer Lais Tenorio Ferreira	067.XXX.XXX-05	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Maringá
Rosana Santana Lima	940.XXX.XXX-53	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Maringá
Roseli de Lima	940.XXX.XXX-79	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Maringá
Sabrina Nascimento	007.XXX.XXX-01	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Maringá
Alfredo Mauricio Miras	475.XXX.XXX-53	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Paranaguá
Fortunata Camilo	536.XXX.XXX-91	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Paranaguá
Luiz Carlos Feijó	358.XXX.XXX-87	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Paranaguá
Mauro Ascanio Luvizotto	402.XXX.XXX-53	Unidade de Execucao Tecnico-Cientifica de Paranaguá
Daiane Bueno Ogrysko	032.XXX.XXX-50	Unidade de Execução Técnico-Científica de Ponta Grossa
Jhennifer Martins Ferreira	104.XXX.XXX-38	Unidade de Execução Técnico-Científica de Ponta Grossa

Protocolo 139128/2026

PORTARIA N° 338/2026-SINDICÂNCIA

A CORREGEDORA-GERAL, EM EXERCÍCIO, DA POLÍCIA PENAL, designado pela Portaria nº. 766, de 22 de Setembro de 2026, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 12.234, de 23/09/2026, no uso das atri buições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departa mento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Peni tenciário - DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021,

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR a portaria **nº 175/2026**, publicada na edição de n.º 12.160, do Diário Oficial do Estado, de 09 de Junho de 2026, referente ao protocolo n.º **26.037.932-1.**

Art. 2º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis: **DIOGO FARDIN, CPF: XXX.254.021-XX**, ocupante do cargo de Policial Penal, lotado na Penitenciária Estadual de Cruzeiro do Oeste e **EDUARDO DE OLIVEIRA SCOARIS, CPF: XXX.039.479-XX**, ocupante do cargo de Policial Penal, lotado na Regional Administrativa de Umuarama - R6, para que, no **protocolo n° 26.037.932-1**, nos termos da **Lei nº 20.656/2021**, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados no **protocolo nº 24.057.534-5**, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 3º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 4º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de Outubro de 2026.

(assinado eletronicamente)
SUELY VIEIRA SANTOS
Corregedora - Geral, Em Exercício, da Polícia Penal

Protocolo 139555/2026

RESOLUÇÃO SESP Nº 601/2026

Designa servidores estaduais para compor a Comissão de Credenciamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, para os processos da Diretoria de Saúde da PMPR e do Hospital da Polícia Militar.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 14.438, de 15 de julho de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores estaduais mencionados abaixo para compor a Comissão de Credenciamento da Secretaria de Segurança Pública, para os processos da Diretoria de Saúde da PMPR e do Hospital da Polícia Militar, sob a presidência do primeiro nomeado, para atuar na condução da análise dos documentos de habilitação das interessadas em se credenciar e nas demais funções dos procedimentos auxiliares de credenciamento.

§ **1º** Os servidores do Centro de Licitações - CL/SESP a seguir ficarão responsáveis pela conferência e análise dos documentos de habilitação jurídica, social e econômico-financeira:

• Enok de Souza Neu, CPF 029.XXX.XXX-27 - Presidente;
• Analice de Oliveira, CPF 029.XXX.XXX-22 - Membro;
• Caroline Maia Leal, CPF 059.XXX.XXX-50 - Membro;
• Fernanda do Nascimento Barreto Albach, CPF 038.XXX.XXX-84 - Membro;
• Kelin Patricia da Rosa, CPF 033.XXX.XXX-97 - Membro;
• Marcelo Félix de Souza, CPF 768.XXX.XXX-00 - Membro;
• Vanessa Ekermann de Cristo Kaminski, CPF 021.XXX.XXX-12 - Membro;
• Dayane Do Rocio Teixeira Vendramel, 027.XXX.XXX-44 - Membro

§ **2º** Os servidores do Hospital da Polícia Militar - HPM/PMPR adiante ficarão responsáveis pela conferência e análise dos documentos de habilitação técnica:

• Darwin Takahiro Shiwaku, CPF 768.XXX.XXX-91 - Membro;
• Alexandra Ramos dos Santos, CPF 965.XXX.XXX-04 - Membro;
• Brenno Cardoso Gomes, CPF 515.XXX.XXX-53 - Membro;
• Andressa Berton Stankievicz, CPF 042.XXX.XXX-05 - Membro;
• Renata Lima dos Santos Bittelbrunn, CPF 047.XXX.XXX-30 - Membro;
• Marcela Cleonice Rigoso, Enfª. | CPF 040.XXX.XXX-74 - Membro;
• Juliana Mezzadri Zanello, CPF 042.XXX.XXX-36 - Membro;

Art. 2º Consoante o inciso I do § 8º do art. 257-A do Decreto Estadual n.º 10.068/2022, os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos, em qualquer caso, apenas como requisito para a contratação.

Art. 3º Cabe aos autores das peças técnicas da fase preparatória elaborar os subsídios aos Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações. A decisão de mérito sobre questões técnicas do edital deve ser proferida, preferencialmente, pelos membros da comissão pertencentes ao quadro do Hospital da Polícia Militar.

Art. 4º A análise dos documentos de habilitação, conforme os critérios e requisitos estabelecidos pelos Editais de Credenciamento, será atestada por meio de 02 (dois) relatórios: um referente aos documentos jurídicos, sociais e econômico-financeiros e outro aos documentos técnicos.

Parágrafo único. Cada relatório deverá ser assinado por 02 (dois) integrantes responsáveis pelas análises mencionadas nos §§ 1º e 2º do artigo 1º desta Resolução.

Art. 5º Considerando os relatórios mencionados no caput do artigo 4º, a interessada que atender a todos os requisitos previstos no edital de credenciamento será considerada habilitada e credenciada, encontrando-se apta a ser contratada para executar o objeto quando convocada.

Parágrafo único. A decisão mencionada no caput será assinada pelo Presidente e por 02 (dois) integrantes da Comissão responsáveis pela análise jurídica, social e econômico-financeira, e por 02 (dois) integrantes da Comissão responsáveis pela análise técnica.

Art. 6º Revogam-se a Resolução n.º 159/2024, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição n.º 11.629, de 1.º de abril de 2024, e a Resolução 578/2026 de 29 de setembro de 2026.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139087/2026

RESOLUÇÃO SESP Nº 600/2026

Instaura Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade em face da empresa PRODUSERV SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 17.832.629/0001-09, e nomeia Comissão Processante.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 14.438, de 15 de julho de 2026, e o contido no protocolo nº 26.295.211-8,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar, Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR em face da empresa PRODUSERV SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 17.832.629/0001-09, admitida por meio do Contrato nº 2677/2023 (Contrato n.° 0293/2023 - GMS n.° 1468/2023), cujo objeto é a prestação de serviços de assistente administrativo para atender a demanda do Comando de Aviação da PMPR - COMAV, sendo passível a aplicabilidade das sanções previstas no art. 150 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

Art. 2º. Designar, para compor a Comissão Processante, os agentes públicos CBRUNO GRECO PAZZA, CPF: 066.XXX.XXX-73, ELOY SOUSA PINTO RODRIGUES, CPF: 142.XXX.XXX-90, e JOSEMAEL RIBEIRO, CPF: 032.XXX.XXX-10, sob a presidência do primeiro.

Art. 3°. O procedimento deverá ser concluído no prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar da publicação deste ato.

Art. 4º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de outubro de 2026.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139090/2026

RESOLUÇÃO SESP Nº 602/2026

Substituição de membros da Comissão para Investigação Social.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 14.438, de 15 de julho de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir os servidores designados no Art. 1º da Resolução SESP nº 701/2024, que compõe a Comissão para Investigação Social dos candidatos aprovados no Concurso Público regido pelo Edital nº 002/2024 - DRH/SEAP, conforme segue:

Tatiane Gonçalves Santana, CPF nº 088.XXX.XXX-28;
Claudio Roberto Rosa, CPF nº 786.XXX.XXX-53.

Pelos servidores abaixo relacionados:

Wagner Sheryton Rodrigues, CPF nº 214.XXX.XXX-92;
Bruno José Propst, CPF nº 034.XXX.XXX-01.

Art. 2°. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba,14 de outubro de 2026.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139150/2026

RESOLUÇÃO SESP Nº 0605/2026

Delega ao servidor Luiz Carlos Giublin Junior competência para assinar documentos técnicos da UTEA/SESP.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 14.438, de 15 de julho de 2026 e conforme protocolo nº 26.742.022-0,

CONSIDERANDO a disciplina do exercício profissional e da responsabilidade técnica estabelecida pelas Leis Federais nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, e pela Resolução Confea nº 1.137, de 31 de março de 2023, com suas alterações;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir celeridade aos procedimentos técnicos da UTEA e à aprovação de projetos de interesse da SESP;

RESOLVE:

Art. 1º Delegar ao servidor **LUIZ CARLOS GIUBLIN JUNIOR**, **CPF nº 402.XXX.XXX-20**, a competência para assinar documentos técnicos da unidade,

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

no âmbito de obras, serviços e projetos de interesse da SESP, bem como firmar projetos básicos e executivos e aprovar termos de referência, assinar informações, pareceres, relatórios, memoriais descritivos, especificações e demais documentos técnicos; e firmar requerimentos e documentos necessários à análise, ao licenciamento e à aprovação de projetos de engenharia e arquitetura perante órgãos públicos, quando a SESP figurar como solicitante ou demandante.

Art. 2º A delegação será exercida nos limites das atribuições legais e da habilitação profissional do servidor, observadas as responsabilidades dos autores dos projetos e dos demais profissionais envolvidos.

Art. 3° Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de outubro de 2026.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139671/2026

RESOLUÇÃO SESP Nº 603/2026

Declarar a estabilidade do servidor, cargo de Policial Penal, do Quadro Próprio da Polícia Penal - QPPP.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 14.438, de 15 de julho de 2026 e o contido no protocolo nº 21.603.077-0 e conforme solicitação da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho para Estágio Probatório - AEDEP,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar, a estabilidade do servidor MARCELO MASSAO SCHAURICH, CPF 026.XXX.XXX-73, ocupante do cargo de Policial Penal, do Quadro Próprio da Polícia Penal - QPPP, que cumpriu o prazo legal vigente e obteve aproveitamento positivo nas avaliações do estágio probatório, realizadas no período de 18/09/2023 a 18/09/2026, por comissão instituída para tal finalidade no âmbito de cada Regional Administrativa do Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná, conforme disposto na Portaria nº 438, de 15 de junho de 2023, da Divisão de Recursos Humanos do DEPPEN.

Art. 2°. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de outubro de 2026.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

Protocolo 139673/2026

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 840 - DRH, 14 DE OUTUBRO DE 2026.

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução nº 246, de 03 de março de 2023, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e considerando o contido no protocolo nº 24.938.262-0,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **Claudio Fatimo de Jesus Monteiro**, **CPF nº 294.XXX.XXX-35**, ocupante do cargo de Policial Penal, para exercer a Função Privativa Policial de Chefe de Segurança de Estabelecimento Penal - simbologia FPP-7, da Penitenciária Central do Estado II - Unidade de Segurança - PCE II-US, durante as férias do titular **Allan Hommer da Silva**, **CPF nº 049.XXX.XXX-01**, ocupante do cargo de Policial Penal, no período de 14 de outubro de 2026 a 23 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

Protocolo 139000/2026

PORTARIA Nº 060/2026 - DEPPEN/GAB

Súmula: Regulamenta as condições de entrada, acautelamento, posse temporária, transferência, devolução e destinação voluntária de aparelhos de televisão, rádios e ventiladores no âmbito dos estabelecimentos penais do Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná (DEPPEN-PR).

A **DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL**, designada através do Decreto nº 7.160 de 26 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado edição nº 11.731, no exercício das atribuições conferidas no artigo 9°, da Lei nº 23.159, de 28 de abril de 2026, e

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar as rotinas carcerárias e garantir a isonomia, a transparência e a segurança jurídica em todas as unidades prisionais do Estado do Paraná;
CONSIDERANDO que os aparelhos de eletroeletrônicos entregues por familiares ou visitantes credenciados destinam-se ao uso particular e precário das Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) e **não possuem natureza de doação compulsória nem geram incorporação ao patrimônio público estatal**;
CONSIDERANDO a Portaria nº 115/2023-DEPPEN, que estabelece as especificações técnicas e limites para o envio e recebimento de materiais e itens permanentes às PPLs;

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DA NATUREZA DOS BENS

Art. 1º A entrada, a posse temporária e o acautelamento de aparelhos de televisão, rádios e ventiladores destinados ao uso de Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) custodiadas nas unidades prisionais do Estado do Paraná reger-se-ão estritamente por esta Portaria.

Art. 2º Os aparelhos eletrônicos trazidos por familiares ou entregues por meio do serviço postal possuem caráter de **posse temporária e de uso precário e particular da PPL**.

§ **1º** Em hipótese alguma a entrega de aparelhos de televisão ou ventiladores condicionar-se-á à doação obrigatória ou à incorporação definitiva dos bens ao patrimônio do Estado.

§ **2º** É expressamente proibida a exigência, formal ou verbal, de termos de doação compulsória como requisito para o ingresso de eletroeletrônicos nas unidades penais.

CAPÍTULO II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DE ENTRADA

Art. 3º O recebimento presencial ou por via postal de televisores, rádios e ventiladores observará rigorosamente os parâmetros definidos no Anexo Único da Portaria nº 115/2023-DEPPEN (ou norma que a suceder), devendo observar obrigatoriamente os seguintes critérios:

I - Aparelho de Televisão:
• Quantidade: até 01 (um) aparelho por cela/cubículo ou conforme dimensionamento em Ordem de Serviço da unidade;
• Condição: Equipamento novo, acompanhado obrigatoriamente de **Nota Fiscal** em nome do familiar credenciado ou da PPL;
• Especificações: Tela fina de até 24 (vinte e quatro) polegadas, **obrigatoriamente sem tecnologia de conexão à internet (Smart/Wi-Fi) e sem tecnologia Bluetooth**.

I - Rádios:
• Quantidade: até 01 (um) aparelho por cela/cubículo ou conforme dimensionamento em Ordem de Serviço da unidade;
• Condição: Equipamento novo, acompanhado obrigatoriamente de **Nota Fiscal** em nome do familiar credenciado ou da PPL;
• Especificações: Aparelho simples, tamanho pequeno, **obrigatoriamente sem conexão/entrada USB e sem tecnologia Bluetooth**.

III - Ventilador Portátil:
• Quantidade: até 01 (um) aparelho por PPL ou cela, observadas a capacidade física e a carga elétrica da unidade;
• Condição: Equipamento novo, acompanhado obrigatoriamente de **Nota Fiscal**;
• Especificações: Estrutura obrigatoriamente em material plástico e hélice de até 40 (quarenta) centímetros.

Art. 4º Os equipamentos deverão passar por inspeção e vistoria minuciosa de segurança pelo setor de revista antes de seu adentramento às carceragens.

CAPÍTULO III - DO ACAUTELAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DA PPL

Art. 5º Os bens devidamente cadastrados vinculam-se ao prontuário e à ficha de pertences do custodiado.

Art. 6º Em caso de **transferência de estabelecimento penal**, o aparelho de televisão e/ou ventilador deverá **acompanhar a PPL** no ato do deslocamento, salvo se:

I - Houver inviabilidade técnica/operacional de transporte imediato de grande volume, hipótese em que o item ficará custodiado temporariamente na unidade de origem por até 30 (trinta) dias para retirada por familiar credenciado;
II - O custodiado manifeste expressa e voluntária intenção de destinação comunitária, nos termos do Capítulo V desta Portaria.

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Art. 7º Nos casos de **alvará de soltura**, **progressão de regime**, **livramento condicional ou óbito**, os bens serão restituídos imediatamente à PPL ou entregues à família credenciada, obedecendo ao limite máximo de 30 dias para retirada.
I - O custodiado poderá realizar a doação do bem para destinação comunitária, através de manifestação expressa e voluntária, nos termos do Capítulo V desta Portaria.

CAPÍTULO IV - DA RETIRADA E DA DECLARAÇÃO DE ABANDONO

Art. 8º Ocorrendo a desvinculação da PPL do estabelecimento penal (soltura ou transferência) sem que os bens tenham sido levados, o familiar cadastrado/credenciado poderá realizar a retirada dos pertences no prazo improrrogável de **30 (trinta) dias**.

Art. 9º Decorrido o prazo estipulado no artigo anterior sem a manifestação do familiar ou do proprietário, o bem será considerado **vago**/**abandonado por razões de limitação de espaço físico e capacidade estrutural de custódia das unidades penais**.

CAPÍTULO V - DA DESTINAÇÃO VOLUNTÁRIA E DO TERMO DE DESTINAÇÃO COMUNITÁRIA

Art. 10. O custodiado ou seu familiar credenciado poderá, a qualquer tempo, manifestar o interesse de deixar o equipamento no estabelecimento prisional para benefício exclusivo da coletividade de apenados da cela ou galeria.

Art. 11. A doação voluntária de que trata o art. 10 dar-se-á obrigatoriamente mediante o preenchimento e assinatura do **Termo de Declaração de Renúncia e Destinação Comunitária Voluntária** (Anexo Único).

§ **1º** O termo deixará explícito que a renúncia ocorre por **livre e espontânea vontade**, sem qualquer ingerência, exigência ou constrangimento por parte da Administração Prisional.

§ **2º** Os pertences destinados ao uso comunitário prisional não serão incorporados como patrimônio público do Estado, mantendo a finalidade assistencial para uso dos demais custodiados.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. O descumprimento das diretrizes desta Portaria, em especial a imposição não autorizada de doação compulsória de pertences ao Estado, sujeitará o servidor responsável às sanções administrativas e disciplinares cabíveis.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de outubro de 2026.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal do Estado do Paraná

ANEXO ÚNICO - PORTARIA Nº 060/2026 - DEPPEN/GAB

TERMO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA E DESTINAÇÃO COMUNITÁRIA VOLUNTÁRIA

Eu, _____, portador(a) do RG nº_____ e CPF nº _____, na condição de ( ) Pessoa Privada de Liberdade / ( ) Familiar Credenciado(a) do(a) custodiado(a): _____ _____, Prontuário nº _____, declaro para os devidos fins que, por **LIVRE E ESPONTÂNEA VONTADE**, opto por NÃO retirar da Unidade Prisional o(s) seguinte(s) bem(ns) de minha propriedade:

( ) **01 Televisor:** Marca: _____/Modelo: _____/Nº de Série:_____
( ) **01 Rádio:** Marca: _____/Modelo: _____/Nº de Série:_____
( ) **01 Ventilador:** Marca: _____/Modelo: _____/Nº de Série:_____

Declaro, ainda, estar ciente de que:
1. A presente decisão **NÃO se trata de exigência ou condição compulsória** imposta pelo Departamento de Polícia Penal do Paraná ou pela Direção do Estabelecimento Penal.

2. Autorizo expressamente que o(s) referido(s) equipamento(s) permaneça(m) na unidade para **uso coletivo e assistencial dos demais custodiados (destinação comunitária)**, sem que isso represente doação direta ao patrimônio público estadual.

Por ser a expressão da verdade, firmo o presente termo.

Local e Data: _____, _____ de _____ de 2026.

_____ _____
Assinatura do Declarante (PPL ou Familiar) Assinatura do Servidor/ Testemunha

Protocolo 139425/2026

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 841 - DRH, 14 DE OUTUBRO DE 2026.

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução nº 246, de 03 de março de 2023, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e considerando o contido no protocolo nº 26.716.457-6,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **Saulo Edley Rodrigues**, **CPF nº 062.XXX.XXX-84**, ocupante do cargo de Policial Penal, para exercer a Função Privativa Policial de Chefe de Divisão da Polícia Penal - simbologia FPP-5, da Divisão de Materiais, durante as férias do titular **Alex Sandro Medeiros**, **CPF nº 178.XXX.XXX-00**, ocupante do cargo de Policial Penal, no período de 09 de novembro de 2026 a 08 de dezembro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

Protocolo 139597/2026

PORTARIA Nº 101/2026 - PRES/FUNDASEG

Nomeia Titular e Suplente do Corpo de Bombeiro Militar do Paraná, para o Conselho Consultivo da Fundação de Apoio à Segurança Pública.

O DIRETOR-PRESIDENTE, DA FUNDAÇÃO DE APOIO À SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 250 de 01º de janeiro de 2023, Lei Complementar n.º 282 de 03 de julho de 2025, Decreto Estadual n.º 12.090 de 28 de novembro de 2025, Decreto Estadual n.º 9.437 de 03 de abril de 2025, e o e-protocolo n.º 26.283.786-6,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear representantes do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, para o Conselho Consultivo da FUNDASEG, na forma que se segue:

I. Titular: Cel. QOBM Dorico Gabriel Borba;
II. Suplente: Ten.-Cel. QOBM Eduardo Gomes Pinheiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de outubro de 2026.

Renan Barbosa Lopes Ferreira
Diretor-Presidente

Protocolo 139481/2026

PORTARIA N.º 100/2026 - PRES/FUNDASEG

Súmula: Designar servidores para atuar na gestão e na fiscalização das contratações firmadas pelo órgão.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 250 de 01º de janeiro de 2023, Lei Complementar n.º 282 de 03 de julho de 2025, Decreto Estadual n.º 12.090 de 28 de novembro de 2025, Decreto Estadual n.º 9.437 de 03 de abril de 2025, e o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021, em cumprimento aos demais diplomas legais aplicados à espécie, e, **CONSIDERANDO:**

A Portaria nº 046/2026 - PRES/FUNDASEG, que dispõe sobre a designação excepcional e temporária de agentes de contratação, pregoeiros, equipe de apoio, gestores e fiscais de contratos no âmbito da Fundação de Apoio à Segurança Pública - FUNDASEG.
O disposto nos Arts. 7º e 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

RESOLVE

Art. 1º - Designar, Agnaldo Nunes Baldissera, CPF n.º ***.452.669-**, servidor desta Fundação de Apoio à Segurança Pública - FUNDASEG, para atuar como **gestor** da entrega de papel higiênico folha dupla, adquirido por meio da Dispensa de Licitação nº 05/2026.

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Art. 2º - **Designar**, Elisangela Machado Vargas, CPF n.º ***.699.459-**, servidora desta Fundação de Apoio à Segurança Pública - FUNDASEG, para atuar como **fiscal** da entrega de papel higiênico folha dupla, adquirido por meio da Dispensa de Licitação nº 05/2026.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Curitiba, 08 de outubro de 2026.

Renan Barbosa Lopes Ferreira
Diretor-Presidente
Fundação de Apoio à Segurança Pública

Protocolo 139072/2026

Autarquias

IDR - PARANÁ

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR EMATER
ENERGIAS RENOVÁVEIS
Extrato de Termo de Homologação

De acordo com o **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA nº 002/2026., HOMOLOGA-SE** a empresa (e CNPJ) abaixo relacionada, a qual está em conformidade com as condições estabelecidas no mencionado Edital.

1.Razão Social: L8 Energy Fabricação de Equipamentos de Energia Elétrica Ltda
Nome Fantasia: L8 Energy
CNPJ: 28.247.332/0001-94
Município: Quatro Barras-Pr

Herlon Goelzer de Almeida
UTE

Altair Sebastião Dorigo
Diretor-Presidente IDR-Paraná

O Edital de Chamada Pública nº 002//2026 encontra-se disponibilizado no portal: www.idrparana.pr.gov.br

Protocolo 139695/2026

PORTARIA IDR-PARANÁ Nº 345, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a relação das Área de Pesquisa do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER - IDR-Paraná.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ - IAPAR-EMATER - IDR-PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 16º, inciso VII, do anexo que trata o Decreto Estadual nº 9.177, de 26 de outubro de 2021,

CONSIDERANDO as finalidades institucionais do IDR-Paraná no que se refere ao desenvolvimento de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação técnico-científica voltadas ao meio rural;
CONSIDERANDO que compete ao IDR-Paraná desenvolver e executar atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação voltadas à promoção do desenvolvimento rural sustentável;
CONSIDERANDO que compete à Diretoria de Pesquisa e Inovação coordenar e executar as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação no âmbito do IDR-Paraná;
CONSIDERANDO a necessidade de formalizar e dar publicidade à organização das Áreas de Pesquisas que estruturam e orientam as atividades de pesquisa e inovação do Instituto;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam formalizadas as denominações das Áreas de Pesquisa do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER (IDR-Paraná), conforme relacionadas no Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º As Áreas de Pesquisa constituem referências de especialização técnico-científica que orientam o planejamento, a coordenação e a execução das atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) no âmbito do IDR-Paraná.

Art. 3º As Áreas de Pesquisa atuarão de forma integrada e articulada com os Programas de Pesquisa, os Polos Regionais de Pesquisa e Inovação, as Estações e Unidades de Pesquisa, os Laboratórios de Apoio à Pesquisa e as demais unidades do IDR-Paraná, observadas a natureza, as especificidades e os objetivos dos projetos e atividades desenvolvidos.

Art. 4º A relação das Áreas de Pesquisa constante do Anexo Único desta Portaria, poderá ser atualizada por ato do Diretor-Presidente, mediante proposta da Diretoria de Pesquisa e Inovação, sempre que necessário ao alinhamento da organização técnico-científica às diretrizes institucionais e às demandas de pesquisa, desenvolvimento e inovação do instituto.

Art. 5º As Áreas de Pesquisa e os Programas de Pesquisa do IDR-Paraná possuem finalidades distintas e complementares, constituindo, respectivamente, referências de especialização técnico-científica e instrumentos de organização e programação das
atividades de pesquisa do Instituto.

Art. 6º Compete à Diretoria de Pesquisa e Inovação propor, quando necessário, a atualização das denominações das Áreas de Pesquisa constantes no Anexo Único desta Portaria, observadas as diretrizes institucionais e as disposições deste ato normativo.

Art. 7º Fica revogada a disposição de ato anterior que estabeleça relação incompatível com as Áreas de Pesquisa previstas nesta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de outubro de 2026.

Altair Sebastião Dorigo
Diretor-Presidente/IDR-Paraná

ANEXO ÚNICO

PORTARIA IDR-PARANÁ Nº 345, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

ÁREAS DE PESQUISA DO IDR-PARANÁ
I - Área de Agrometeorologia;
II - Área de Ciência de Dados e Inteligência Artificial;
III - Área de Ciências Veterinária e Zootecnia;
IV - Área de Engenharia Rural;
V - Área de Fitotecnia e Fisiologia da Produção;
VI - Área de Melhoramento Genético e Propagação Vegetal;
VII - Área de Proteção de Plantas;
VIII - Área de Socioeconomia e Métodos Quantitativos;
IX - Área de Solos e Meio ambiente.

Protocolo 139558/2026

PORTARIA IDR-PARANÁ Nº 346, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Prorroga a cessão funcional da servidora pública do IDR-Paraná, Maria Balbina Costa de Souza

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ - IAPAR-EMATER, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Estadual nº 20.121 de 31 de dezembro de 2019 e a Lei Estadual nº 22.508 de 02 de julho de 2025, com fundamento nas disposições do Decreto 8466/2013 e o contido no protocolo 26.703.754-0,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, a prorrogação da cessão funcional da servidora pública **MARIA BALBINA COSTA DE SOUZA** - CPF 754.XXX.XXX-49, para exercer suas atividades laborativas junto ao Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, pelo período de 01/01/2027 a 31/12/2027, com ônus para origem, sem ressarcimento.

Art. 2º Estabelecer que, não havendo renovação da presente cessão, deverá a servidora pública já referida, se apresentar ao Departamento de Recursos Humanos do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER, até 30 dias após o término do período acima, sob pena de incorrer em abandono de emprego.

Art. 3º Revogar as Portarias eventualmente em contrário, em conflito, divergente ou redundantes em relação a presente Portaria.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Curitiba, 15 de outubro de 2026.

Altair Sebastião Dorigo
Diretor-Presidente/IDR-Paraná

Protocolo 139566/2026

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER

PORTARIA Nº 343/2026

SELO DE AUTENTICIDADE
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
9a97543a
EDIÇÃO 12250 | DATA 16/10/2026

DIÁRIO OFICIAL
PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Designação de empregados e/ou servidores públicos para atuarem como Gestor e Fiscal de Cooperação Técnica firmada entre o IDR-Paraná e o IPARDES, conforme especifica.

O Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER, no uso das atribuições que lhe confere o art. 16º, inciso VII, do anexo que trata o Decreto Estadual nº 9.177, de 26 de outubro de 2021

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores e/ou empregados públicos abaixo indicados, considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, para atuarem como Gestor e Fiscal de Cooperação Técnica firmada com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.954.891/0001-14, conforme e-Protocolo nº 26.683.772-0.

I. **DIMAS SOARES JÚNIOR**, portador do CPF n° XXX.468.938-XX e da Matrícula Funcional nº 190.486, para responder como Gestor da Cooperação Técnica e do Plano de Trabalho Integrado.

II. **TIAGO PELLINI**, portador do CPF n° XXX.715.720-XX e da Matrícula Funcional nº 191.001, para responder como Fiscal da Cooperação Técnica e do Plano de Trabalho Integrado.

Art. 2º. Determinar que o GESTOR e o FISCAL da Cooperação Técnica, designados nos termos da presente Portaria, deverão respectivamente observar, cumprir e respeitar as atribuições determinadas no Decreto Estadual nº 10.086/2022, artigos 700 e 701 e seus incisos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de outubro de 2026
Altair Sebastião Dorigo
Diretor-Presidente

Protocolo 139575/2026

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER

PORTARIA Nº 344/2026

Designação de empregados e/ou servidores públicos como Gestor e Fiscal do Plano de Trabalho nº 03, da Cooperação Técnica firmada com o IDR-Paraná e a UFPR, conforme especifica.

O Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER, no uso das atribuições que lhe confere o art. 16º, inciso VII, do anexo que trata o Decreto Estadual nº 9.177, de 26 de outubro de 2021

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores e/ou empregados públicos abaixo indicados, considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, para atuarem como Gestor e Fiscal do Plano de Trabalho nº 03, integrante ao Termo de Cooperação nº 008/2024 firmado com a Universidade Federal do Paraná - UFPR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.095.679/0001-49, conforme e-Protocolo nº 22.977.991-5.

I. **JOSÉ LUIS MOLETTA**, portador do CPF n° XXX.432.050-XX e da Matrícula Funcional nº 190.601, para responder como **Gestor** da Cooperação Técnica e do Plano de Trabalho Integrado.

II. **CLOVIS AY MORÉ**, portador do CPF n° XXX.839.649-XX e da Matrícula Funcional nº 460.606, para responder como **Fiscal** da Cooperação Técnica e do Plano de Trabalho Integrado.

Art. 2º. Determinar que o GESTOR e o FISCAL da Cooperação Técnica, designados nos termos da presente Portaria, deverão respectivamente observar, cumprir e respeitar as atribuições determinadas no Decreto Estadual nº 10.086/2022, artigos 700 e 701 e seus incisos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de outubro de 2026

Altair Sebastião Dorigo
Diretor-Presidente

Protocolo 139576/2026

